

JULIO CESAR SACRAMENTO

O MOVIMENTO SINDICAL NA PROPOSTA

REGIONAL DO GRANDE ABC:

Do planejamento estratégico ao arranjo produtivo local

Doutorado em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica

São Paulo
2010

JULIO CESAR SACRAMENTO

O MOVIMENTO SINDICAL NA PROPOSTA

REGIONAL DO GRANDE ABC:

Do planejamento estratégico ao arranjo produtivo local

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como Exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Ciências Sociais, sob Orientação do Professor Doutor Miguel Wady Chaia.

Pontifícia Universidade Católica

São Paulo
2010

COMISSÃO JULGADORA

Agradecimentos

Aos diretores e funcionários do Sindicato dos Químicos do ABC pela atenção ao me receberem possibilitando, com o dispêndio do próprio tempo, o meu acesso aos arquivos e documentos relativos aos trabalhos dessa entidade, facilitando desta maneira minha pesquisa. Também gostaria de manifestar meus agradecimentos aos membros da diretoria pela gentileza com que me receberam no período em que realizei as entrevistas. Aos coordenadores da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC pelas informações e contato com os materiais sobre os Arranjos Produtivos Locais.

Aos amigos e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC que me brindaram com um convívio agradável e estimulante, acompanhado do apoio emocional e intelectual durante todo o período em que se desenvolveu este trabalho. Às amigas Marli e Kelly que, dividindo o ambiente de trabalho, “suportaram-me” durante todo esse tempo. Aos diretores da Federação do Ramo Químico da CUT no Estado de São Paulo (FETQUIM-CUT), em especial aos amigos Nilson, Gerson, Melhorine, Luis Xiita, Arlei e Ionara pelo respeito com que me trataram e pelo incentivo e trocas constantes de opiniões e idéias.

Sem dividir qualquer responsabilidade pelas idéias e formulações contidas neste trabalho, agradeço aos amigos Ednilson, Ray, José Luis, Wlademir, Ricardo, Elias, Vera Maria, Marli, Mário e Marquinhos que, pelas diferentes experiências profissionais e acadêmicas, puderam dar suas importantes contribuições. Em especial agradeço aos amigos Vera Maria, pela paciência que teve ao ler os textos desde o início e pelo trabalho de revisão que realizou e Marquinhos, pela indispensável ajuda na digitalização das imagens.

À minha companheira Fátima e aos meus filhos Caio e Vitor devo toda a tranquilidade que tive para trabalhar, mesmo nos finais de semana que passaram em casa, em regime quase que de reclusão forçada. Agradecimentos à minha família pelo apoio que dela recebi nos momentos mais difíceis, em especial à minha mãe Dona Cida, a Dona Hermelinda e às minhas sobrinhas Tainá e Nicolle, que pequeninas que são, querem saber a todo instante, quando vou terminar este trabalho.

Ao professor orientador Dr. Miguel Wady Chaia que, pelos seus profundos conhecimentos e experiências, me proporcionou uma interlocução sempre fértil. Sobretudo, agradeço à sua imensa sensibilidade, generosidade, liberdade e confiança, atributos que me disponibilizou durante o desenvolvimento deste trabalho e que muito me estimulou para continuar.

Aos professores Dr. Iram Jacome Rodrigues e Dra. Noêmia Lazzareschi pelas importantes e valiosas observações apresentadas, quando da realização do exame de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que, preservando a liberdade de pensamento, propiciou um ambiente estimulante e adequado à troca de experiências.

Gostaria de ressaltar que este trabalho só foi possível graças ao apoio da CNPq, que me concedeu uma Bolsa de Doutorado, no período de 2006 a 2010.

Resumo

Este estudo trata da relação entre o movimento sindical e a Proposta Regional do Grande ABC, tendo como referencial a participação do Sindicato dos Químicos nas ações para a retomada do desenvolvimento econômico e social da região.

Após enfocar a trajetória histórica do sindicalismo e da própria formação econômica e social do Grande ABC; analisar a crise provocada pelas transformações ocorridas no modelo de produção capitalista e avaliar as ações proposta pelas instituições regionais para transformar a realidade colocada e construir um novo ABC, o objetivo deste trabalho é examinar como se estabeleceu a relação entre o Sindicato e as instituições de governança local, através da participação, em dois períodos distintos, sendo o primeiro deles, aquele compreendido entre o Planejamento Regional Estratégico e sua materialização através das ações no âmbito do Grupo Temático Petroquímico, organizado pela Câmara Regional e num segundo momento através da instituição do Arranjo Produtivo Local do setor plástico, organizado pela Agência de Desenvolvimento Econômico, buscando identificar as transformações ocorridas na forma de participação e atuação do Sindicato e das entidades regionais.

O estudo procura desvendar também que fatores e expectativas influenciaram a participação do Sindicato na articulação política da região e, quais foram as mudanças nas perspectivas que contribuíram para alterar a forma dessa atuação.

Palavras-chave: sindicalismo; proposta regional; articulação política; atuação sindical.

Abstract

This study deals with the relationship between the trade union movement and the Regional Proposal of the Great ABC, taking in consideration the participation of the Chemical Workers Union in the actions for the resumption of economic and social development in the region.

After focusing on the historical background of trade unionism and their own economic and social formation of the Great ABC; to analyze the crisis caused by the changes occurring in the model of capitalist production, and evaluate the actions proposed by the regional institutions to transform reality placed and build a new ABC, the objective of this study is to examine how to determine the relationship between the Union and the institutions of local governance through participation in two distinct periods, the first of them, the one between the Regional Strategic Plan and its realization through the actions under Thematic Group Petrochemical, organized by the Regional Camera and later by the introduction of the Local Production Arrangement plastics industry organized by the Economic Development Agency, identifying the changes occurring in the form of participation and performance of the Union and regional entities.

The study also seeks to uncover expectations and factors that influenced the participation of the Union in creating policies in the region and what were the changes of prospects that helped to change the way that performance.

Key words: unionism; regional proposal; joint policy; union actions.

Principais siglas citadas

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIPLAST	Associação Brasileira da Indústria Plástica
ADE	Agência de Desenvolvimento Econômico
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APL	Arranjo Prdutivo Local
APOLO	Associação das Empresas do Pólo Petroquímico de Capuava
BHC	Benzeno-Hexa-Clorado
CEETEPS	Centros Estaduais de Educação Tecnológica da Escola Paula Souza
CEFETES	Centros Federais de Educação Tecnológica
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIAP	Centro de Informação e Apoio ao Plástico
CNM-CUT	Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores
CNQ-CUT	Confederação Nacional do Ramo Químico da Central Única dos Trabalhadores
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONSAT	Comissão de saúde do trabalhador
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIESAT	Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GAS	Grupo de Atuação Sindical
GT	Grupo Temático
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados

MDIC Exterior	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PLANSEQ	Plano Setorial de Qualificação
PLR	Participação nos Lucros ou Resultados
PQU	Petroquímica União
PT	Partido dos Trabalhadores
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERT	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
SINDIPLAST São Paulo	Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo
SIRESP	Sindicato de Resinas Sintéticas do Estado de São Paulo
UFABC	Universidade Federal do Grande ABC
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Para Fátima, Caio e Vitor

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1 - O Sindicato dos Químicos na trajetória de organização do movimento sindical no Grande ABC.....	29
O surgimento do novo sindicalismo	30
A organização dos Químicos do ABC: da fundação à eleição da oposição.....	35
O novo sindicalismo-CUT nos Químicos do ABC.....	45
As tentativas de divisão da base do sindicalismo-CUT.....	50
Um “novo” desafio: as participações tripartites	55
As mudanças políticas vividas no interior da CUT.....	60
A influência partidária para a participação na política regional	65
Capítulo 2 – A construção da Proposta Regional no Grande ABC....	69
O cenário de mudanças nos anos 1990	70
Os impactos das mudanças na região do Grande ABC.....	76
A cooperação intermunicipal.....	80
Novos atores sociais na Proposta Regional	86
Novas propostas para a política regional.....	102
Capítulo 3 – O Sindicato dos Químicos e a Proposta Regional.....	112
A Proposta Regional e as cadeias produtivas: automotiva e petroquímica.....	113
A organização do Grupo Temático petroquímico.....	129
A participação no Grupo Temático petroquímico.....	131
Agência de Desenvolvimento Econômico e a outra fase da ação regional: os arranjos produtivos	154

As empresas de pequeno porte.....	158
Um elemento importante para os arranjos produtivos: a aglomeração e a concentração das empresas	175
A indústria de transformação de materiais plásticos e sua concentração no Grande ABC.....	180
O APL do setor plástico: novos objetivos, velhas decisões	189
Capítulo 4 – Alcance e limites de uma Proposta Regional desfigurada.....	211
Motivação e expectativas dos Químicos do ABC na Proposta Regional.....	212
Mudanças na condução da Proposta Regional.....	222
Mudanças de perspectivas de participação na Proposta Regional....	230
Considerações Finais.....	247
Bibliografia.....	253
Anexos.....	270

Introdução

“O espaço modela o tempo em nossa sociedade, assim invertendo uma tendência histórica: fluxos induzem tempo intemporal, lugares estão presos ao tempo”.

(Manuel Castells, 1999: 490)

Este trabalho tem como tema geral a participação do movimento sindical na Proposta Regional do Grande ABC¹, que teve como principal objetivo desenvolver um amplo processo de discussão e articulação política, envolvendo diversos setores da sociedade na região, tais como os poderes públicos, os empresários, as entidades sociais e de classe, tratados neste contexto como “atores sociais”, tendo como meta superar a profunda crise² que se abateu sobre a região, através do estabelecimento de um novo modelo de governança regional, como forma de buscar a retomada do desenvolvimento econômico e social.

Discorrer sobre a participação do movimento sindical na Proposta Regional nos remete a analisar além da sua atuação política nas ações demandadas pelas instâncias da região: o cenário em que as discussões acerca das necessidades de se buscar uma articulação entre os poderes públicos dos municípios que compõem o Grande ABC iniciaram, a sua posterior ampliação para a participação de outros atores sociais e a sua relação com o aprendizado de participação em fóruns tripartites e, sobretudo, o panorama de dificuldades de organização dos trabalhadores enfrentado pelo movimento sindical naquele período.

Situado no Sudeste da Grande São Paulo, o Grande ABC representa o centro econômico mais dinâmico da Região Metropolitana, formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Possui uma

¹ Originalmente ABC significava André, Bernardo e Caetano, referindo-se aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Esta denominação foi se alterando na medida em que órgãos da imprensa e das entidades locais passaram a usar a sigla ABCDMRPRGS, como referência às iniciais dos sete municípios Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Atualmente a denominação “Grande ABC” simboliza toda a região.

² Vale destacar que, quando falamos em crise, não estamos “*dissociando a crise do ABC da crise brasileira e também da internacional, embora seja importante apontar que, na região, ela está muito ligada à forma como o Brasil se inseriu no processo de globalização da economia, uma vez que, pelo fato de ser uma das regiões mais industrializadas do país, sentiu de forma mais intensa os efeitos da competição internacional, com o processo de abertura do mercado*” SACRAMENTO:2003, 16/17).

área de 825 km², com uma população de 2.605.274 habitantes³, sendo considerada a região mais industrializada do Brasil.

Essa região, que na condição de passagem de produtos entre o litoral e a capital, em virtude de sua localização geográfica privilegiada, por se situar entre o porto de Santos e o município de São Paulo, se transformou rapidamente em pólo industrial. O velho caminho do mar, que já foi rota da riqueza desde o século XVI, acabou dando lugar à Rodovia Anchieta que se tornou condição fundamental para o crescimento urbano e industrial da região na década de 50, atraindo um grande contingente de trabalhadores, grande parte deles, imigrantes europeus, que vinham com o objetivo de fixar residência na região.

Portanto, um desenvolvimento que está intrinsecamente ligado ao processo de industrialização do Estado de São Paulo, como resultado da expansão da indústria paulista através das ferrovias dos Ingleses, principalmente ao longo do eixo da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que corta a região do ABC. Mas, mesmo com todas essas vantagens que se mostraram fundamentais para o crescimento da região, foi o Plano Nacional de Desenvolvimento⁴, também chamado Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, que a partir da segunda metade dos anos 50, deu à região o perfil de cinturão industrial da Grande São Paulo.

Conforme Sacramento (2003), ao analisar os investimentos que a região recebeu neste período Abrucio e Soares (2001), afirmaram que o

³Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE População Residente 2007, atualizado através da estimativa populacional 2009.

⁴ Vale lembrar que, apesar desse plano ter trinta e uma metas, distribuídas em cinco grandes grupos (energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação), teve como marketing o célebre lema “**cinquenta anos em cinco**”, que visava estimular a diversificação e o crescimento da economia brasileira, baseado na expansão industrial e na integração dos povos de todas as regiões do Brasil, através da nova capital localizada no centro do território brasileiro, na região do Brasil Central. Sua estratégia era corrigir os pontos de estrangulamento da economia brasileira e reduzir a dependência das importações no processo chamado de “**substituição de importações**”.

“conjunto de investimentos econômicos ao longo da via Anchieta, com destaque para o setor automobilístico e seus setores derivados: metalurgia, metal-mecânico e de máquinas e equipamentos (...) e, montadoras como Volkswagen, Mercedes, Karmann-Ghia e Simca se instalaram na região” (ABRUCIO; SOARES apud SACRAMENTO, 2003:27) e favoreceram o seu desenvolvimento econômico. Os efeitos desses investimentos propiciaram também que no início da década de 1970, período do chamado “Milagre Econômico” viesse para a região o setor petroquímico, que deu origem a formação do Pólo Petroquímico de Capuava.

Em decorrência de todos esses investimentos, a região se constituiu no cenário do grande desenvolvimento econômico, com altas taxas de crescimento industrial, que marcaram a economia brasileira até meados dos anos 1970, passando por um forte crescimento, se tornando o *“coração do milagre brasileiro, quando a economia crescia a taxas superiores a 10% a.a, tendo como carro-chefe desse crescimento a indústria automobilística instalada na região, que até meados dos anos 70 detinha quase a totalidade da produção nacional de autoveículos”* (LEITE apud SACRAMENTO, 2003:28).

Esse desenvolvimento da industrialização no Grande ABC engendrou também um grande movimento social, como resultado da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. O desenvolvimento do capitalismo e consequentemente o desenvolvimento das forças produtivas já foram consideradas no Manifesto Comunista por Marx e Engels (2007), como uma condição do sistema capitalista, manifestada através dos confrontos entre duas classes:

“Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica, comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele

adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda a diferença do trabalho e quase por toda a parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tornam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. . Aqui e ali a luta irrompe em motim” (MARX; ENGELS, 2007: 47,48)

E esses conflitos que fizeram parte da região, desde o início do século XX, marcaram as experiências de organização do movimento operário regional e possibilitaram o surgimento de entidades que se organizavam, sobretudo, para garantir seus direitos, através de associações e posteriormente sindicatos livres e autônomos, sem vínculos com o Estado. Porém, se as mudanças introduzidas por Getúlio Vargas, a partir de 1930, tiveram grande repercussão no ABC, transformando as organizações sindicais, livres e independentes, em sindicatos oficiais, foram nas décadas de 1950, 1960 e 1970, que esses sindicatos intensificaram os conflitos que atingiram grandes proporções, através de amplos movimentos reivindicatórios.

Todavia, merece destaque conforme argumenta Reis (2000), sobre um refluxo na atuação sindical com o golpe militar de 1964, promovido principalmente através da repressão militar e da intervenção nos sindicatos, que sucumbiram e foram substituídos por um sindicalismo de intervenção, quando *“ocupações militares e as intervenções atingiram cerca de 2.000 entidades sindicais em todo o país, o movimento sindical sofre uma repressão policial e burocrático-legal e no ABC a intervenção atingiu os principais sindicatos”* (REIS, 2000:29). Mas, a retomada da ação sindical no final dos anos 1970 possibilitou outra dimensão aos conflitos, com a inauguração de uma nova forma de luta que conferiu aos sindicatos uma atuação marcada pela “combatividade⁵”, dando origem ao “Novo Sindicalismo”.

O surgimento dessa nova forma de atuação dos sindicatos virou a marca do sindicalismo-CUT⁶, e devido ao local de seu surgimento, acabou atribuindo à região do Grande ABC um papel de destaque em nível nacional, impondo aos seus agentes sociais, cada vez mais, a necessidade de melhorar a sua capacidade de negociação no campo institucional, o que ao mesmo tempo, influenciou de forma decisiva o surgimento de uma sociedade bastante organizada na região.

Entretanto, por mais que o sindicalismo-CUT tenha assinalado uma conduta de atuação, durante esse período de crescimento da economia brasileira, aconteceram mudanças que marcaram esse modo de atuação sindical, a partir do momento em que o Brasil e, principalmente, a região do Grande ABC entrou num processo de crise, caracterizada por uma série de alterações no capitalismo internacional, conduzidas pela globalização da economia, o que obrigou as empresas a promoverem um

⁵ Uma atribuição aos sindicatos denominados de “Combativos” que além de atuar na defesa dos interesses dos trabalhadores tinham como característica de seus discursos a necessidade de lutar para transformar a sociedade.

⁶ Central Única dos Trabalhadores.

amplo processo de reestruturação produtiva, originando profundas reorganizações na gestão do trabalho.

Esse mesmo sindicalismo, caracterizado pelas negociações por meio de movimento de massas com grandes greves e mobilizações, se vê forçado a mudar sua forma de atuação através da participação nos fóruns tripartites, chamados de Câmaras Setoriais, que passaram a se constituir em uma nova forma de negociação para enfrentar a ameaça de desemprego que atingia diversos setores produtivos, e causava inquietudes aos trabalhadores. Essas Câmaras Setoriais foram marcadas pela presença de diversas entidades sindicais, porém a experiência mais notória ocorreu na participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na Câmara do Setor Automotivo, que em função do momento e do setor em que as negociações foram desenvolvidas, somadas à importância que a entidade exercia no conjunto do sindicalismo-CUT, acabou por se tornar uma grande referência.

Se estas experiências tiveram um papel importante ou não para a organização das entidades sindicais brasileiras, não é o objetivo deste estudo, porém, se tornaram um grande referencial para que o Grande ABC, a partir dos anos 1990 iniciasse um processo de discussão e de ações conjuntas, com o objetivo de encontrar saídas para a crise enfrentada pela região, numa grande articulação, que resultaram na criação do Consórcio Intermunicipal, da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico. Essas entidades, constituídas para organizar e fortalecer iniciativas da região, tinham como ponto de partida o estabelecimento de uma Proposta Regional com o intuito de retomar o desenvolvimento econômico e social com a participação de todos os segmentos da sociedade, tendo desta forma, nas experiências das Câmaras Setoriais, novamente uma importante contribuição para que o movimento sindical participasse dessa proposta.

A Pesquisa

Este estudo retoma em certa medida, parte da linha de pesquisa iniciada em 2000, e que resultou, em 2003, na dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, que se intitulava Política e Construção Regional: a experiência do Grande ABC.

Naquele momento, diversos estudiosos analisavam a experiência de cooperação regional do Grande ABC, mas no meu entender, as análises eram muito focadas no debate em torno das assinaturas de acordos gerais, ou em seus resultados finais, o que não me permitia interpretar nesses acordos o seu “real” objetivo, isto porque muitos não passavam de cartas de intenções e outros, como foi o caso do projeto para qualificar os trabalhadores do setor de transformação de materiais plásticos através do Projeto Alquimia, que teve sua execução paralisada por falta de cumprimento do acordo assinado anteriormente. O meu intento foi o de analisar as ações política como elemento para o estabelecimento dos acordos, levando em conta as argumentações e os objetivos propostos para esse objetivo.

Dizemos retomar parte da linha de pesquisa, porque naquela ocasião nossa análise teve como objeto de estudo o Grupo Temático Petroquímico, que por razões que serão delineadas ao longo dessa tese, foi o mais atuante dos grupos organizados pela Câmara Regional e, tinha como objetivo promover ações para transformar a região no Centro de Excelência em Plástico, contribuindo desta forma, com a Proposta Regional de retomada do desenvolvimento econômico e social da região.

Diferentemente desta tese, que tem como objeto de estudo o Sindicato dos Químicos do ABC na Proposta Regional, constituída através da instituição do Consórcio Intermunicipal, Câmara Regional e Agência de Desenvolvimento Econômico, tendo como objetivo analisar a participação do Sindicato nas ações da Câmara do ABC para o fortalecimento da

cadeia petroquímica e no Arranjo Produtivo Local (APL) do setor plástico, organizado pela Agência de Desenvolvimento Econômico (ADE), para organizar as micro e pequenas empresas.

Busca identificar as transformações ocorridas na forma de participação e atuação do Sindicato, bem como das entidades que estabeleceram a Proposta Regional, nestes dois cenários distintos, ou seja, uma participação realizada através da coordenação de um projeto de qualificação profissional, como resultado de um Acordo Regional, estabelecido através de negociação entre os atores sociais, além de atuação em diversos temas de interesse dos trabalhadores e a outra participação, realizada através da representação na entidade coordenadora, sem debater a posição dos trabalhadores e sem atuar enquanto ator social relevante.

Talvez possa ajudar a entender melhor, se analisarmos a importância do envolvimento dos participantes nas decisões das ações a serem realizadas, se retomarmos também daquele trabalho de dissertação, o que empreendemos a entender por que após o Planejamento Estratégico, as atenções foram voltadas para o Eixo Temático, Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas e também porque o Grupo Temático Petroquímico passou a ser o mais participativo. Chegamos à conclusão que os conflitos entre capital e trabalho que marcaram a própria história do Grande ABC, conduziram a este tema uma expectativa de como se desdobrariam os embates e as propostas para as soluções dos conflitos.

Quanto aos grupos temáticos, identificamos que no setor automotivo, os participantes manifestavam preocupação sobre a dificuldade da Câmara Regional em estabelecer relações com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), que naquele período se via diante de questões envolvendo o pacote fiscal do Governo Federal,

em novembro de 1997, que estabelecia um aumento nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis e; os projetos de política industrial traçados através de uma estratégia global que confrontava com as discussões entre a representação empresarial e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com uma pauta de negociações envolvendo temas como a precarização das condições de trabalho e as demissões de trabalhadores. Significando que muito *“longe de se configurar como uma ação regional, as discussões do setor automotivo tomaram dimensões nacionais e sobretudo setoriais, o que acabou proporcionando um esvaziamento nas propostas de fortalecimento do Grupo de Trabalho, no âmbito da Câmara Regional do Grande ABC”* (SACRAMENTO, 2003: 79). Quanto ao Grupo Temático petroquímicos:

“Percebemos que a pesquisa indicando o setor plástico como aquele com maiores possibilidades de crescimento na região, acabou estimulando nos atores sociais dos diferentes segmentos que compõem o Grupo Temático Petroquímico um entusiasmo para a participação. (...) o próprio fato da identificação do potencial de crescimento da cadeia petroquímica acontecer numa situação de comparação com a cadeia automotiva, que é a principal vocação industrial do ABC, além da percepção dos representantes da necessidade de fortalecer essa tendência setorial com ações políticas regionais apontadas pela própria Câmara como o caminho para a retomada do desenvolvimento econômico. (...) os interesses de cada segmento em particular, manifestados através da necessidade do aumento da capacidade produtiva do Pólo Petroquímico, da busca pelo fortalecimento das empresas do setor de

transformação de materiais plásticos, da política para melhorar a arrecadação dos municípios envolvidos e da luta para manter e gerar mais empregos, somaram-se às perspectivas proporcionadas pelos resultados da pesquisa dimensionando desse modo, mesmo que de forma simbólica, a ausência de participação como exclusão do processo de discussão. Portanto, ao ganhar o reconhecimento regional, a pesquisa abriu caminho para que, através de ações políticas, pudesse transformar a tendência de crescimento do setor plástico em possibilidade de configuração de outra vocação industrial para a região.” (SACRAMENTO, 2003: 148/149).

Observamos ainda naquele estudo, que a proposta dos atores sociais de organizar o Grande ABC a partir de um projeto de construção regional, baseado em ações políticas conjuntas para o enfrentamento da crise, sobretudo, para o estabelecimento de uma nova maneira de se relacionar na sociedade e de uma nova forma de governar a partir desse novo convívio, necessitava muito mais que um trabalho conjunto dos participantes: era imprescindível estabelecer mecanismos para criar consensos. Todavia, esses consensos não poderiam ser criados através da aceitação de uma proposta sem o convencimento promovido através de debates e ponderações que o tema possa requerer.

A própria estratégia pensada para o Grupo Temático Petroquímico, na condução das ações políticas nos trabalhos dos subgrupos, sobretudo na tática de organização das coordenações obrigando-as a negociarem seus projetos e propostas, constituiu, sem dúvida alguma, um dos principais passos para a construção desses consensos. Mas chamávamos a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que o debate em torno

de interesses dos atores sociais pode constituir em consensos, a criação de metas para conclusão de uma determinada ação que não foi fruto do convencimento promovido pelo debate ou pela ausência dele, poderia contrapor interesses gerais aos interesses específicos e interesses da sociedade aos interesses de mercado, o que se voltaria totalmente contra a Proposta Regional.

E foi com base nessas preocupações que se deu a escolha do objeto de investigação deste estudo, pois as motivações que contribuíram para que o Sindicato dos Químicos do ABC participasse das ações da Câmara Regional sob a perspectiva de que se consolidava efetivamente na região, uma Proposta Regional cujo objetivo era a busca da retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC, através da participação e de envolvimento de todos os segmentos sociais, perderam força e se mostraram fragilizadas pelas críticas aos objetivos do modelo de regionalidade, com pressões para que a Agência de Desenvolvimento tivesse uma atuação mais “eficiente” e que refletiram nas ações do APL do setor plástico.

Essa escolha da participação do Sindicato dos Químicos do ABC na Proposta Regional foi ancorada em linhas de pesquisa que buscaram orientar esse estudo, sendo a primeira delas a hipótese de que houve mudanças significativas na condução da política regional que modificaram a atuação do Sindicato dos Químicos do ABC nas ações para o fortalecimento da cadeia produtiva petroquímica. Estas ações foram definidas durante a construção da Proposta Regional como importantes para o sucesso do projeto de retomada do desenvolvimento econômico e social da região, porém começa a ganhar contorno diferenciado na medida em que a Agência de Desenvolvimento Econômico, diante do desafio de realizar outra etapa do seu processo de constituição regional busca, através da implementação do Arranjo Produtivo Local (APL), concretizar as propostas desenhadas nos anos de 1990, passando da

agenda para ação, sem levar em consideração a principal proposta da articulação política regional, a governança regional que tinha como principal pressuposto a participação de todos os atores sociais importantes nas tomadas de decisões.

A outra é que em termos de governança regional, o fato de ser a entidade responsável pela proposição, articulação e gestão dos Arranjos Produtivos do Grande ABC, a Agência de Desenvolvimento Econômico poderá buscar um novo fôlego social “legitimador”, ultrapassando o Planejamento Estratégico, o que poderá implicar em conflitos com as outras entidades da cooperação regional uma vez que a Agência foi criada para a articulação e o fomento ao desenvolvimento econômico e não para a governança, atribuição esta indicada para o Consórcio Intermunicipal e a Câmara Regional.

As dificuldades imposta pela Agência de Desenvolvimento e pelo SEBRAE/SP, para a participação do Sindicato dos Químicos na elaboração, organização, definição de critério de escolha das empresas e, posteriormente na condução da qualificação dos trabalhadores das empresas do APL do setor plástico, poderá ser um elemento indicador de que existe um novo tipo de conflito característico da passagem da fábrica para o território horizontal e não hierarquizado. Mesmo não havendo nenhum determinismo nessa passagem, as discussões em torno da relação capital e trabalho, não permitiram unir no arranjo do setor plástico, em um primeiro momento, democracia com eficiência política e econômica.

E por fim, a morte do ex-prefeito Celso Daniel e em seguida a eleição de Lula para Presidente da República, modificaram as expectativa que o Sindicato tinha na Proposta Regional, transferindo as perspectivas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, da dimensão regional para a nacional, alterando desta forma, sua atuação no Grande ABC.

Evidentemente que essas linhas norteadoras levaram a outras questões importantes para a definição desse tema, suscitando outras perguntas: Em que medida a instituição da Proposta Regional e o surgimento das entidades de cooperação intermunicipal no ABC influenciaram a prática da participação política na região? As ações para a organização da Proposta Regional foram pensadas em função das mudanças que ocorreram na organização do movimento sindical, sobretudo, no sindicalismo-CUT que levou a participação de diversas entidades filiadas a esse sindicalismo em fóruns tripartites nacionais, estaduais e regionais?

E essas questões a cerca da participação do movimento sindical nas ações mais amplas dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e consecutivamente pela sociedade, têm conexão com uma das grandes questões sociológicas nos estudos mais recentes sobre sindicalismo que é exatamente a pertinência dessa instituição na atualidade, a partir da crise provocada pelas intensas transformações do capitalismo. (RODRIGUES, 1999; RAMALHO; SANTANA, 2003)

E na Ciência Política a participação política deve ser *“considerada enquanto prática, ou seja, os projetos, idéias e teorias devem ser avaliados de acordo com as ações concretas, uma abordagem situada na política enquanto ação de atores sociais”* (REIS, 2008:22).

Por estes motivos optou-se pelo estudo da participação do Sindicato dos Químicos do ABC na Proposta Regional, por ser este representante do sindicalismo-CUT e por sua atuação nessa política ser a mais significativa do movimento sindical da região. Neste sentido, o estudo procura analisar essa participação como forma de estabelecer uma relação entre a construção política para a atuação conjunta nas resoluções dos problemas regionais e o alcance e limites dessa proposta quando acontecem alterações nos objetivo e na forma dessa participação.

Para atender os propósitos estabelecidos no presente estudo e assim apresentar suas diferentes dimensões de análise, os trabalhos de pesquisa, apesar de se complementarem, foram conduzidos em três momentos diferentes.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu um levantamento de temas pertinentes ao assunto. Nessa pesquisa, lancei mão de inúmeras publicações, teses, artigos e documentos sobre o sindicalismo, em especial sobre o sindicalismo-CUT e, sobretudo, o Sindicato dos Químicos e sobre a região do ABC e seu projeto para retomar o desenvolvimento econômico e social, os quais me possibilitaram elaborar uma nova leitura sobre a participação dos atores sociais e sobre a Proposta Regional.

Como segundo momento, realizou-se a análise de conteúdo dos documentos que conformam a política sindical desenvolvida pelos Químicos do ABC e de suas ações na Proposta Regional, além daqueles referentes às discussões políticas das ações defendidas para a região, principalmente as propostas resultantes do Planejamento Regional Estratégico, como também, da leitura sistemática das atas e demais documentos dos grupos temáticos da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico com sua proposta de apoio às empresas de pequeno porte, através dos arranjos produtivos locais.

Como terceiro momento, a realização de algumas entrevistas com representantes da direção do Sindicato dos Químicos do ABC, que têm ou tiveram atuações na Proposta Regional, principalmente como coordenador de grupos de trabalho; membros da direção da Câmara Regional; da Agência de Desenvolvimento Econômico ou do Fórum da Cidadania. As pesquisas foram realizadas entre os anos de 2007 e 2009, com o propósito de entender quais eram, no entender do movimento

sindical, as mudanças que estavam acontecendo na Proposta Regional, além de verificar se o sindicalismo-CUT ainda tinha perspectivas nas ações regionais, como um elemento importante para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

Para que as análises aqui apresentadas pudessem demonstrar a explicação da problemática, sobre a atuação do movimento sindical na Proposta Regional, optou-se por periodizar tanto a trajetória da organização sindical na região, quanto a construção da política regional, conforme recorte do objeto de estudo, caracterizando a situação em quatro fases: a primeira que marca o crescimento econômico do Grande ABC e trajetória de organização do movimento sindical na região; a segunda que trata da crise originada pelas transformações ocorridas no capitalismo internacional que atinge a região de forma bastante intensa; a terceira que se refere à busca de soluções regionais para o enfrentamento da crise, através da criação de uma Proposta Regional com a atuação dos diversos atores sociais, entre eles o Sindicato dos Químicos do ABC; e, a quarta fase, que mostra as dificuldades encontradas para a continuidade dessa proposta.

Dessa forma, a tese está organizada em quatro capítulos, além da introdução que explicita o objeto, os objetivos, a problemática, assim como as linhas de pesquisas que delimitam e fundamentam a análise do tema estudado.

O primeiro capítulo aborda a trajetória de organização do movimento sindical no ABC paulista, sobretudo, o surgimento do chamado novo sindicalismo, ressaltando a sua mistura com a retomada das manifestações dos movimentos sociais no Brasil, que ganhou um caráter de luta contra a ditadura militar pela redemocratização do país. Enfatiza a participação do Sindicato dos Químicos do ABC nesta trajetória, o sindicalismo-CUT e as mudanças vividas no interior da Central Única dos

Trabalhadores e os novos desafios vivenciados pelo movimento sindical através das participações tripartites.

O segundo capítulo trata da construção da Proposta Regional do Grande ABC, abordando o cenário de mudanças que ocorreram no capitalismo internacional, com a crise do fordismo e a inauguração de um novo paradigma para a organização da produção, o toyotismo, os impactos dessas transformações no Brasil e no ABC paulista, como a região mais industrializada do país, e as propostas para o estabelecimento de uma Proposta Regional, através da instituição do Consórcio Intermunicipal, da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico.

No terceiro capítulo é estudada a participação do Sindicato dos Químicos do ABC na Proposta Regional, observando as articulações para o desenvolvimento das propostas, que visavam fortalecer a cadeia produtiva petroquímica através da atuação nas ações do Grupo Temático petroquímico, bem como as ações para o apoio às micro e pequenas empresas organizadas pela Agência de Desenvolvimento Econômico através da organização do arranjo produtivo para atender as empresas de pequeno porte do setor de transformação de materiais plásticos da região.

O quarto capítulo é dedicado à avaliação do alcance e os limites da construção de uma Proposta Regional, que nasce forte e com objetivos assumidos pelo conjunto dos atores sociais regionais que diante das mudanças que foram ocorrendo na forma de atuação das entidades regionais e ao mesmo tempo na própria perspectiva desses atores sociais começa a perder força, enfraquecendo e alterando profundamente os propósitos da Proposta Regional.

As considerações finais buscam refletir sobre as hipóteses formuladas na introdução e também sobre o conjunto de interrogações que foram se formando ao longo desse trabalho.

Capítulo 1

O Sindicato dos Químicos na trajetória de organização do movimento sindical no Grande ABC

“Quanto mais complexa for uma sociedade, mais ela
comporta antagonismos, desordem, conflitos”.

(Edgar Morin, 1986:74)

O surgimento do novo sindicalismo

A trajetória de organização do movimento sindical no ABC paulista, sobretudo, o surgimento do chamado “novo sindicalismo”, se mistura com a retomada das manifestações dos movimentos sociais no Brasil, que ganhou um caráter de luta contra a ditadura militar pela redemocratização do país.

O final dos anos 1970 representou um momento muito importante para o movimento sindical brasileiro. Depois de um longo período de ditadura militar que não havia deixado nenhum espaço de ação para reivindicação da classe trabalhadora, o sindicalismo de face progressista entrava em cena reclamando por ampliação dos espaços para representação dos trabalhadores.

Esse movimento que conforme Sader (1988) expressou práticas de resistência e projetos de ruptura, se constituindo em *“novas formas de agenciamento social, que abrem espaço para a elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo”* (SADER, 1988: 143), ganhou caráter popular na medida em que passava a representar os anseios de toda a sociedade na *“luta por direitos em todas as esferas da sociedade: direito à saúde e educação pública, universal e gratuita; reforma agrária; recuperação das perdas salariais para a inflação, contra a carestia e aumentos reais de salário; defesa do emprego etc”* (LADOSKI, 2009:22).

Estes sinais de resistência manifestados através de pequenas, porém, significativas ações, começaram a partir de 1975⁷ com a eleição de Lula⁸

⁷ Antes, porém, conforme Rodrigues (1999), a *“avalanche de votos oposicionista nas eleições de 1974, foi o primeiro grande protesto vivo, de amplitude até então desconhecida, contra o autoritarismo no pós-64. E o Grande Centro desta contestação eleitoral contra o regime militar foi São Paulo, em particular a Capital e a Grande São Paulo. (...) os acontecimentos de 1974 funcionaram como um bumerangue: ao mesmo tempo que atingiu o centro do poder por sua extensão e profundidade, trouxe à tona formas variadas de organização da sociedade civil. Foi um impulso importante, com um*

para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, ainda que nos limites das instâncias legais, acrescidos das velhas práticas legalistas que até então eram realizadas pelo sindicato, como a delegação de poderes aos advogados, sem consulta aos trabalhadores, os metalúrgicos iniciaram uma nova etapa do sindicalismo, começando com conquistas sociais, como a estabilidade da gestante, a contabilidade das horas extras no 13º salário, nas férias e no descanso semanal remunerado entre outras conquistas.

Em 1977, o Sindicato começou a ganhar notoriedade quando passou a denunciar a rotatividade de mão-de-obra na categoria metalúrgica, como uma estratégia das empresas para não haver reajustes nos salários, o chamado “arrocho salarial”. Além disso, realizou neste mesmo ano, uma campanha pela reposição salarial de 34,1%, que foram subtraídos da inflação nos anos de 1973 e 1974.

Porém, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, surpreenderam o país quando no dia 12 de maio de 1978, trabalhadores da Scania cruzaram os braços ao lado das máquinas desligadas, uma paralisação cujo gesto rapidamente se espalha por todo o ABC e, em seguida, para as empresas de São Paulo e de outras cidades do país. Quando os metalúrgicos na Scania cruzaram os braços, não imaginavam a subversão da ordem e das leis da ditadura que estavam fazendo e o caminho que abriam para o futuro da democracia no Brasil⁹. Com as greves de 1978, 1979¹⁰ e 1980¹¹ no ABC paulista entrava na cena política

efeito multiplicador considerável nos anos seguinte, para a definição dos destinos da incipiente abertura política que se iniciava”. (RODRIGUES, 1999:76)

⁸ Luiz Inácio Lula da Silva.

⁹ Em 16 de maio de 1978, o governo reconheceu através de comunicado oficial, a existência de movimento grevista ilegal em fábricas do ABC.

¹⁰ A greve geral de abril de 1979 foi a primeira manifestação de massas da classe operária, desde 1964, na forma de greve fora das fábricas, com piquetes, por tempo determinado e com realização de grandes assembleias. Com a força das greves, o ABC realizou o primeiro ato organizado de trabalhadores para exigir anistia ampla, geral e irrestrita a todos os exilados e perseguidos pelos militares. Esse enfrentamento dos

um novo ator, a classe operária industrial e surgia no país uma nova forma de atuação dos sindicatos, um “novo sindicalismo”.

Conforme observaram Rodrigues e Ramalho (1998), além de grande contribuição na luta pela redemocratização do país, no *“final dos anos 70 e ao longo dos anos 80, o sindicalismo brasileiro, principalmente o de São Bernardo, se pautou por uma ação política de confronto com o patronato”*. (RODRIGUES e RAMALHO, 1998:146)

Além disso, esses acontecimentos possibilitaram aos metalúrgicos a realização de uma profunda reflexão sobre o momento que estavam vivendo, refletindo no 3º Congresso da categoria, realizado em outubro de 1978, onde houve a definição de novas bandeiras de luta, tais como, a necessidade de se criar comissões de fábricas e, articular a construção uma central única para os trabalhadores.

Foi também neste momento que os metalúrgicos se convenceram da necessidade da criação de um partido como forma de expressão e organização política da classe trabalhadora brasileira. Então, no dia 11 de dezembro de 1978, dirigentes de diferentes sindicatos realizam, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, uma primeira reunião que marcou o início das discussões para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

metalúrgicos do ABC ultrapassou as limitações de atuação dos sindicatos na legislação sindical, levando o a sofrer intervenção e o movimento, ressentindo-se da falta de experiência, se dispersou temporariamente. Os metalúrgicos sentiram o peso da pressão. Mesmo reorganizados, com Lula reassumindo o comando da greve, foram obrigados a suspender o movimento, fato que ficou conhecido como a “trégua dos 45 dias”, quando Lula, em assembléia no estádio da Vila Euclides, pediu um voto de confiança para os metalúrgicos e a volta ao trabalho.

¹¹ A greve de 1980 foi uma espécie de “lavagem de alma” em relação ao desgaste ocorrido com a “trégua dos 45 dias” da greve do ano anterior. A greve começou em abril nas mobilizações da campanha salarial e durou 41 dias, demonstrando uma manifestação de resistência, com organização e muita solidariedade. Planejada para ser longa, com investimento na comunicação, através do jornal Tribuna Metalúrgica, que passou a ser diário e, da utilização de carro de som, além da permanente realização de assembléias nas portas de fábricas.

Foi nesse processo que combina lutas sociais e sindicais que os chamados novos sindicalistas, juntamente com intelectuais e outras lideranças de movimentos sociais e políticos, iriam fundar em 1980 o PT e, suas ações, através das greves e de vários encontros de trabalhadores e lideranças sindicais, formaram a aliança entre os setores para a criação em 1983 da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Portanto, a origem da CUT é fruto desse período de ascensão das lutas sindicais, impulsionadas pelas greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e que depois se espalhou para diversas categorias que agitaram todo o país e *“representou a concretização de uma aspiração há muito defendida por setores do sindicalismo brasileiro”* (RODRIGUES, 1997:88). E o surgimento do PT, segundo Sader (1988), decorreu da necessidade de independência política dos trabalhadores no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Para o autor, o surgimento do “novo sindicalismo” foi fundamental para a organização da classe trabalhadora na medida em que é um dos pilares tanto da criação do PT, quanto da CUT. Os outros dois pilares de acordo com Sader (1988) são a teologia da libertação, que imprimia caráter mais popular e de emancipação do trabalho religioso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais e a contribuição do marxismo como instrumento de explicação da sociedade capitalista, que provinha de inúmeros grupos da esquerda organizada. De acordo com Cardoso (1999), ocorreu que:

“(...) o novo sindicalismo emergente descartaria rapidamente a idéia da não-vinculação partidária. Seus principais líderes fundariam, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), partido de vocação socialista que aglutinou, além dos 'novos

sindicalistas', militantes da mesma extração de origem dessa corrente sindical, isto é, várias correntes marxistas e setores progressistas da Igreja Católica (Teologia da Libertação e Pastorais), além de intelectuais e membros da comunidade científica nacional. É importante marcar que, com raras exceções, os líderes sindicais que se articulam em torno do partido não se desligaram de suas bases, e seriam esses mesmos líderes os responsáveis pela criação da CUT, em agosto de 1983". (CARDOSO, 1999:37)

Partindo do mesmo pressuposto, Reis (2000), aponta que a criação da CUT e do PT, *"significou uma mudança no quadro político brasileiro, uma tentativa de rompimento com as estruturas de poder até então construídas, um esforço no sentido de trazer para os debates políticos a participação e os temas de interesse dos trabalhadores"*. (REIS, 2000: 12)

Como assinala Leite (1999), no próprio processo de ascensão do novo sindicalismo, ele vai encontrar também um movimento social bastante organizado, o que acabou possibilitando que um pudesse complementar e dar suporte ao outro. De acordo com a autora, ocorreu o seguinte:

"(...) quando o movimento sindical emerge, ele funde-se com um vigoroso movimento social que, ao mesmo tempo em que dele se nutre, foi capaz de alimentá-lo em momentos decisivos, como evidenciou o importante apoio das Sociedades Amigos de Bairro, Comunidades Eclesiais de Base, Grupos de Jovens e de Mães e Associações de Moradores aos movimentos grevistas. Na verdade, o conflito irrompe na fábrica, expressando um

descontentamento que permeava não só o espaço fabril, mas os inúmeros grupos de discussão que se formavam nos bairros. Em consequência, ele imediatamente ganha as ruas, conquista o apoio popular e generaliza-se, ao mesmo tempo em que, ao deslocar da fábrica, envolvendo o conjunto da população dos bairros operários, confere ao movimento popular uma nova dinâmica e capacidade organizativa”. (LEITE, 1999:8)

Neste sentido, pode-se concluir que o novo sindicalismo tornou muito forte a relação entre a CUT e o PT que, pode ser explicado não somente pelo momento histórico em que ambos foram instituídos, mas também, por significar invenções de um mesmo movimento que uniu a luta pela redemocratização do país e por melhores condições de trabalho e de salário, que marcou a história do Brasil.

A organização dos Químicos do ABC: da fundação à eleição da oposição

Ao comemorar os 70 anos de fundação do Sindicato dos Químicos do ABC¹², sua atual diretoria decidiu resgatar a trajetória de organização da entidade, através da publicação de um livro “História Consolidada” e de uma revista “Retratos da História”¹³.

Nesta publicação, a história do sindicato foi escrita através de fatos, fotos, relatos e depoimentos que conforme explica os seus idealizadores, além de prestar uma homenagem a todos que participaram da trajetória de construção da entidade, procura resgatar também o seu papel tanto na

¹² O nome oficial atual é Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas, Farmacêuticas, Tintas e Vernizes, Plásticas, Resinas Sintéticas, Explosivos e Similares do ABCD, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

¹³ Organizados por Ademir Médici.

luta pelos direitos dos trabalhadores das categorias profissionais representadas, quanto pelas transformações sociais.

Como parte importante na constituição da Região do grande ABC que conforme já abordado neste estudo, possui uma tradição de luta operária que vem desde o século XIX, primeiramente com a resistência dos escravos, que chegaram a se organizar em quilombos na serra do mar, e posteriormente através da forte influência do anarco-sindicalismo, o Sindicato dos Químicos do ABC, conforme sua diretoria gosta de frisar, foi fundado num sábado, no dia 8 de outubro de 1938, em pleno regime de ditadura do Estado Novo, sendo o seu primeiro nome Sindicato dos Operários em Produtos Químicos e Similares de São Bernardo¹⁴.

Já existiam na região, o Sindicato dos Marceneiros de São Bernardo, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e o Sindicato dos Têxteis de Santo André. Também foi fundado no mesmo dia dos Químicos, o Sindicato dos Marceneiros de Santo André e São Caetano, sendo esses os primeiros sindicatos de trabalhadores da região na Era Vargas.

Neste período, o sindicato não obteve o reconhecimento oficial do governo, passando a ser dirigido por uma associação que através de uma comissão executiva formada por cinco diretores e três conselheiros fiscais, organizavam os trabalhos. No entanto, a dificuldade imposta pela legislação, acabou propiciando uma experiência de organização unificada, o chamado “sindicato de ofício vário”, formado por trabalhadores da indústria têxtil (tecelões), da indústria metalúrgica e da indústria química, que permaneceram juntos numa mesma sede até 1939, quando “Químicos e Tecelões alugaram nova sede e se desligaram fisicamente dos companheiros das duas outras categorias”. (MÉDICI, 2008:29).

¹⁴ Apesar de pertencer desde o início no atual município de Santo André, o Grande ABC naquele período era formado por um único município, denominado de São Bernardo, e Santo André era apenas um dos distritos, porém, em 30 de novembro de 1938, o nome do município muda para Santo André, (MÉDICI, 2008).

Oficialmente o Sindicato recebeu a sua carta de reconhecimento do então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio somente em 1945 com a posse do seu 1º presidente¹⁵. Um ano após receber a carta sindical, foi organizada a primeira comissão de fábrica de trabalhadores químicos¹⁶, além da participação da entidade na greve geral que paralisava várias indústrias de Santo André entre as quais, estava a Rhodia Química, a maior e mais importante indústria química representada pelo Sindicato naquele período.

Vale ressaltar que na luta pelo reconhecimento da entidade sindical prognosticava o papel importante que o Sindicato teria na luta pela democratização da sociedade, principalmente na região do Grande ABC, uma vez que a obtenção da “Carta Sindical” foi o resultado da ação de diversos sindicalistas entre eles o procurador do sindicato, Armando Mazzo¹⁷ que em 1947 foi eleito prefeito de Santo André, juntamente com treze vereadores numa chapa de trabalhadores, identificados como candidatos de Prestes¹⁸. Entre os eleitos, Carmem Savietto que seria a primeira vereadora do ABC. Nenhum deles tomou posse por pressão do regime político.

Em 1953 acontece a “greve dos 300 mil”, que se constituiu em o exemplo mais expressivo do primeiro importante surto de movimento operário do estado de São Paulo. A greve que também foi denominada de “greve geral” começou com a mobilização de oito mil trabalhadores têxteis de

¹⁵ Luzio Carminholi.

¹⁶ A comissão de fábrica foi organizada na Usina Colombina no distrito de São Caetano.

¹⁷ De acordo com Médici (2008), Armando Mazzo, sem mercado de trabalho, sobretudo por causa de sua militância política, acabou inaugurando um novo cargo no movimento sindical, o de assessor do presidente, tendo nessa função papel importante na legalização do Sindicato dos Químicos do ABC.

¹⁸ Luís Carlos Prestes foi um [militar](#) e [político comunista brasileiro](#). [Secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro](#) (PCB) e companheiro de [Olga Benário](#), morta na [Alemanha](#), na [câmara de gás](#), pelos [nazistas](#).

São Paulo que reivindicavam um reajuste salarial de 60%, cuja negociação foi recusada pelos patrões e pela Justiça do Trabalho.

A Paralisação dos trabalhadores ganhou o apoio dos metalúrgicos e dos portuários de Santos e Rio de Janeiro, como também de outros trabalhadores dos principais municípios paulistas, entre eles o ABC. A diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC não apoiou a greve, somente houve o apoio de uma ala, ligada ao partido comunista e, que fazia oposição à direção.

Apesar da repressão policial, a greve sagrou-se vitoriosa não somente pela conquista de um reajuste nos salários de 32%, como também pela conquista da garantia de volta ao trabalho e de libertação dos trabalhadores que foram presos durante a greve. Além disso, novos quadros sindicais começavam a ser formados a partir daquele momento. A greve possibilitou também o surgimento de órgãos de coordenação paralelo ao sindicalismo oficial, como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), depois o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e por fim, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que se transformou na mais importante organização sindical vertical, fora da estrutura oficial, até o golpe de 1964.

Em 1955, pela primeira vez na história do Sindicato dos Químicos foram apresentadas duas chapas para concorrer à eleição para a renovação da diretoria, uma situacionista, liderada pelo tesoureiro da entidade com o apoio do presidente e, a outra de oposição que contava com o apoio dos comunistas. A Chapa de oposição vence as eleições, porém o Sindicato sofre uma intervenção por parte do Ministério do Trabalho do governo Vargas, sendo escolhido como interventor o próprio candidato derrotado da chapa de situação. No ano seguinte, com a posse do presidente Juscelino Kubitschek, o sindicato consegue derrubar os interventores.

O ano de 1959 foi marcado pela greve da Rhodia que acabou resultado numa grande união das categoriais profissionais do ABC. Com duração de 29 dias, tornou-se um movimento com muita negociação e passeata no centro de Santo André e envolveu muita solidariedade através do apoio de sindicatos como o dos metalúrgicos, que cedeu o salão para a realização de assembléias, ganhando as manchetes de jornais e programas de rádio. A proposta de negociação, por parte da Rhodia, estava sempre condicionada ao fim da greve, que era rejeitada pelo sindicato. A empresa acionou a tropa de choque que na sua atuação, além de prender trabalhadores, atirou bombas contra os manifestantes.

Entre os acordos que resultaram o fim da greve, ficou acertado que nenhum trabalhador seria demitido por justa causa e que se houvessem demissões, a empresa pagaria todos os direitos trabalhistas. A Rhodia demitiu 800 trabalhadores num período de quatro meses. O Sindicato dos Químicos ameaçou realizar nova greve, caso as demissões continuassem e numa reunião entre o sindicato e a diretoria da empresa, ficou estabelecido o compromisso de parar com as demissões e, contratar trabalhadores nas vagas geradas pelas dispensas.

A força da mobilização manifestada durante o movimento grevista na indústria Rhodia, possibilitou uma nova etapa na organização dos trabalhadores da categoria química do ABC. De acordo com Médici (2008):

“A greve dos trabalhadores da Rhodia em 1959 foi fundamental para o início de uma nova etapa nas relações entre capital e trabalho no ABC. Abriu-se um diálogo diretamente com o sindicato. Logo, a comunicação com as empresas melhorou e o Sindicato dos Químicos tornou-se mais respeitado, não apenas com a Rhodia, mas também com as

demais empresas da área: Eletrocloro, Matarazzo, Dal'Mas, Colombina". (MEDICI, 2008:71)

Porém, nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, o Sindicato dos Químicos do ABC, que ficou sob a presidência de Trajano José das Neves¹⁹, somente participou de lutas por questões pontuais, como o abono de natal, 13º salário²⁰, entre outras, não participando das lutas que envolviam questões nacionais. Diferentemente, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André que além de participar da campanha pelas Reformas de Base²¹, aprovou em assembléia da categoria a realização de uma greve para que fosse encampada a Refinaria de Petróleo de Capuava²². De acordo com Oliva e Rainho (1987), este momento era visto da seguinte forma:

"A greve durou aproximadamente duas semanas e terminou vitoriosa, sendo comemorada com um bolo imenso decorado com uma torre de prospecção de petróleo e muito chope. Este tipo de mobilização

¹⁹ Durante esse período, o sindicato foi sustentado pela mobilização dos trabalhadores de três grandes empresas: Rhodia Química, Fontoura-White (atual Anakol) e Eletrocloro (atual Solvay). Apesar de ter sido apoiado e eleito com o apoio da esquerda formada por militantes vinculados ao PCB, Trajano José das Neves, se desentendeu com o partido, tornando-se um dissidente, inclusive, expurgou por meios violentos vários destes militantes em 1960. Sua gestão foi marcada por falta de combatividade, a atividade grevista foi praticamente nula, a única greve registrada na base química ocorreu na Rhodia Química, a empresa parou por 30 dias por motivos estritamente salariais. (CASTRO, 1998)

²⁰ Apesar disso, vale ressaltar que a luta pelo abono de natal e o 13º salário, começou no ABC desde 1940. O abono inclusive virou prática comum nas principais empresas da região, mas somente nos anos 1960, se transformou em uma das grandes bandeiras do movimento sindical em todo o país. (OLIVA e RAINHO, 1987 e MEDICI, 2008)

²¹ Nome dado as reformas estruturais propostas pela equipe do governo [João Goulart](#) e abrangiam os setores educacional, fiscal, político e agrário, que segundo o governo, seriam necessárias ao desenvolvimento de um capitalismo nacional e progressista.

²² É importante registrar que a encampação da refinaria de Capuava foi o primeiro passo para que em 1966, ocorresse a constituição da Petroquímica União, na época o maior complexo petroquímico da América Latina, que entra em operação em 1972, com capacidade de 180 mil toneladas ano de etileno, cuja a estatal Petroquímica (Petrobras), se torna em 1973, a principal acionista (APOLO, 2006), sendo o Pólo Petroquímico uma das principais base de organização do Sindicato dos Químico do ABC.

sindical, de caráter nacionalista era uma das importantes características deste período do populismo". (OLIVA e RAINHO, 1987:102)

Ainda que a política do sindicato se resumisse em atividades assistencialistas e burocráticas²³, sofreu uma intervenção²⁴ federal em outubro de 1966. Um ano após a intervenção, foi organizada uma eleição, cujo presidente eleito foi Jaime Câmara Cajueiro, que ficou à frente da entidade até 1976, ano em que foi inaugurado o prédio de quatro andares, onde fica a sede atual do Sindicato, sendo sua gestão também marcada por ações sindicais que continuavam se limitando a atividades assistencialistas.

Porém, a repressão política continuava fazendo escola, se espalhando e se ampliando pelo país, enquanto continuavam crescendo as denúncias contra o terrorismo. Um exemplo dessa repressão foi a morte de Olavo Hansen²⁵, funcionário da empresa Quimbrasil e sócio do Sindicato dos Químicos do ABC, preso durante o 1º de maio em 1970. O sindicato dos Químicos vem ao longo desse período, lembrando sua morte, inclusive homenageando-o através da designação de seu nome na Colônia de Férias dos trabalhadores da categoria química.

Nos anos que se sucederam, foram presidentes do Sindicato, Alcir Nogueira de 1976 a 1979 e Vicente Floriano da Silveira de 1979 a 1982, não havendo nesses períodos mobilizações que expressassem o

²³ Depois de 1964, a legislação transformou os sindicatos em meros instrumentos do Ministério do Trabalho e da própria Previdência Social que *"passaram a conceder bolsas de estudo para filhos de trabalhadores e a promover assistência médica, hospitalar, dentária e educacional"* (MÉDICI, 2008:101).

²⁴ A intervenção nos Químicos ocorreu apenas por questões burocráticas, o que era bastante comum nesse período, eleições para renovação da diretoria eram impugnadas, normalmente por irregularidades no processo eleitoral.

²⁵ Preso ao distribuir boletins no 1º de maio Unificado realizado no Estádio Maria Zélia, foi encaminhado para os órgãos de repressão, torturado, morto e abandonado como um indigente.

descontentamento dos trabalhadores com o regime de exceção, bem como nenhuma greve significativa foi registrada na categoria química, continuando por parte da diretoria do sindicato a realização de atividades de caráter meramente assistencialista. Enquanto isso aumentava o arrocho salarial, a rotatividade e a insalubridade.

Se internamente perpetuava uma diretoria sem atuação sindical, no Grande ABC, pequenas mudanças começavam a ocorrer. Em 1975, Lula assume a presidência dos metalúrgicos pela primeira vez e, em 1978 começam a surgir greves inicialmente denominadas de “greves sem cabeças” na categoria metalúrgica, que culminaram na greve histórica da empresa Scania, dando início ao chamado “Novo Sindicalismo”. De acordo com Medici (2008)

“A lei de greve (ou antigreve) do regime militar começa a ser sepultada, na prática, com a chamada greve sem cabeças de 1978, que se tornou famosa com a paralisação dos trabalhadores da Scania-Vabis em 12 de maio e pipocou pelo ABC todo; atravessou São Paulo, chegou a Osasco” (MEDICI, 2008:160)

Mesmo contra a posição da diretoria, as “greves sem cabeças” iniciada entre os metalúrgicos alcançou o setor químico em 29 de maio de 1978 com a paralisação dos trabalhadores das indústrias Químicas Anhembí, além de outros casos de paralisações que ocorreram em 1979 como os das unidades Fontoura Wyeth e Anakol²⁶ empresas do mesmo grupo que se localizavam na Via Anchieta²⁷. As empresas que não pararam, foram pressionadas e antes que os trabalhadores decretassem greve, acabaram

²⁶ As paralisações na Fontoura e Anakol que foram assentadas sob um tripé de reivindicações a) antecipações da data-base de janeiro para dezembro; b) aumento salarial; c) problemas internos com a chefia.

²⁷ Onde localizam atualmente a Colgate-Kolynos.

concordando com as propostas de reajustes salariais fora das datas estabelecidas para dissídio.

Além dos sinais de mudanças que começavam surgir a partir das “greves sem cabeças”, um dos capítulos mais expressivos da história do Sindicato dos Químicos do ABC, foi o da organização das oposições para dismantelar uma condição sindical eternizada pela falta de combatividade das diversas diretorias que comandaram a entidade.

De acordo com Médici (2008) através de depoimentos e do Sindiquim²⁸ fica claro que existiam mais do que uma oposição. Foram no mínimo duas, sendo uma delas conhecida pela sigla GAS (Grupo de Atuação Sindical), que reunia jovens militantes de várias correntes da esquerda²⁹ e a outra formada por lideranças que tinha como estratégia trabalhar por dentro do sindicato. Entre essas lideranças estavam Agenor Narciso e Juraci Santana, que em função da atuação como lideranças na greve da Fontoura, foram convidadas pela diretoria do Sindicato para fazerem parte da chapa nas eleições sindicais de 1979. Agenor Narciso participou da chapa sob a influência de Lula, que via nesse caminho a possibilidade de começar a construir um sindicato mais combativo por dentro e, seriam os dois dirigentes os responsáveis pela criação de um núcleo combativo na própria direção do sindicato.

A outra ala da oposição, o GAS, pensava na estratégia de ter uma chapa pura no futuro e desta forma atuou como oposição ao sindicato, atuando na comissão de acompanhamento de salários; editando boletins,

²⁸ Boletim oficial do Sindicato dos Químicos do ABC.

²⁹ Entre elas a Esquerda Católica; a Convergência Socialista; o PCdoB; a Organização Comunista 1º de Maio, que posteriormente criou um movimento estudantil chamado Liberdade e Luta (Libelu) para organizar os estudantes. Esse grupo tinha uma atuação destacada junto às grandes empresas químicas da região, principalmente junto às empresas do pólo petroquímico.

participando das raras assembléias da categoria, e até de atos públicos como o Comitê Brasileiro de Anistia³⁰.

Os anos que sucederam o mandato da diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC mostraram que foi acertada a decisão da oposição de não ter feito chapa para disputar a eleição de 1979. Fatos como os relatados por um membro do GAS, em entrevista realizada em 1988³¹, contando que ao combinar com a diretoria do Sindicato para fazer parte da negociação junto à Fiesp, a própria diretoria do sindicato denunciou a oposição aos patrões, através de carta aberta para cada membro enviada aos cuidados do Departamento Pessoal, informando a data, a hora e o local para se encontrar com a diretoria do Sindicato para ir à Fiesp para a negociação.

Já nas eleições de 1982, foi feita uma composição entre as oposições e a chapa que apresentou Agenor Narciso, como candidato a presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, ganhou as eleições prometendo uma nova dinâmica na atuação do sindicato. Um chapa que desde o início já tinha definido que seria uma gestão Pró-CUT³²

A vitória de 1982 começou a ser construída no final da década de 1970, com a formação da oposição e o encontro de diversas lideranças espalhadas pelo ABC, com ideais semelhantes, mesmo que com posturas políticas diferenciadas, tendo o apoio de dirigentes do “Novo Sindicalismo,

³⁰ O Comitê Nacional era presidido por Luiz Eduardo Greenhalgh. O núcleo do ABC, fundado em 1979 em Santo André, foi o primeiro e único núcleo do Comitê composto apenas por trabalhadores.

³¹ Entrevista de José Drummond, I registrada no livro a História Consolidada dos 70 anos do Sindicato dos Químicos do ABC.

³² É importante ressaltar que na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada de 21 a 23 de agosto de 1981 no município de Praia Grande/SP, participaram seis mil representantes de diversas categorias profissionais. Os Químicos do ABC participaram da Conferência com 18 delegados, sendo 7 diretores efetivos do Sindicato e 11 trabalhadores da base. Todos os delegados da base eram da oposição e a maioria componentes do Grupo de Atuação Sindical (GAS).

sobretudo, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.³³

Um fator importante, identificado por Rodrigues (1997), que ajudou a forjar uma identidade entre as oposições sindicais e o novo sindicalismo foi a importância atribuída à base e ao que se passava no interior das fábricas por ser esse o local do conflito Capital-Trabalho. (RODRIGUES, 1997)

O “novo” sindicalismo-CUT nos Químicos do ABC

A nova diretoria inicia seu mandato com uma participação no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) representada pelo Presidente da entidade e um diretor³⁴, que já faziam parte da Comissão Pró-CUT, contudo, todos os membros da diretoria e a diversos trabalhadores da categoria química estiveram no congresso.

A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)³⁵ ocorreu no dia 28 de agosto de 1983 em São Bernardo do Campo³⁶. A primeira sede da

³³ A vitória da oposição organizados na Chapa 2 “Renovação e Luta”, não foi nada fácil, conforme relatado no livro História Consolidada organizado por Médici (2008). De acordo com o Sindiquim nº 1.000 de 28/02 a 09/03/1997, foi uma verdadeira guerra, sob risco de o sindicato ter sido entregue ao Ministério do Trabalho. Porém, toda essa dificuldade na opinião dos eleitos naquele período, possibilitou um grande aprendizado não somente para a diretoria eleita e outras lideranças sindicais, mas para toda a categoria dos químicos no Grande ABC. Durante a campanha, a Chapa 1, chamava a Chapa 2 de traidora, tendo como alvo maior Agenor Narciso (que além de ser o líder da chapa, organizou uma oposição de dentro da diretoria), tratado nos materiais divulgados pela Chapa 1 de “cobra peçonhenta”, não obstante, a oposição adotou o próprio símbolo da cobra, desenhando-o em volta do logotipo do Sindicato dos Químicos com a inscrição “Por um sindicato combativo, democrático, independente”. Na opinião da oposição, o que ocorreu foi que “a Chapa 2 foi para o bom combate. Teve o apoio decisivo do novo sindicalismo que praticava na região. Enfrentava os opositores com coragem. Nada deixava de responder. E chamava a Chapa 1 de pelega e entreguista, de respeitar mais o patrão do que o empregado, de manter uma política sindical demasiadamente atrelada ao governo naqueles tempos agonizantes da ditadura militar. (...) ampliou a capacidade de resistência e de formação da categoria, deixando na memória das lideranças de então histórias perenes e inesquecíveis”. (MEDICI: 2008: 187)

³⁴ Respectivamente, Agenor Narciso e José Drummond.

³⁵ A partir da Fundação da CUT, a terminologia “Novo Sindicalismo” é substituída por Sindicalismo-CUT, que passa a representar todos os anseios e questionamentos do movimento que surgiu no final da década de 1970.

CUT Nacional foi instalada no Sindicato dos Químicos do ABC³⁷, sendo as assembléias e reuniões da Central realizadas nesse período, no edifício sede do Sindicato. Dois meses após a fundação da CUT Nacional, o Congresso Regional da Classe Trabalhadora do ABC, criou a CUT ABC, que teve como membro da diretoria executiva, Juraci Santana, Secretário Geral do Sindicato dos Químicos.

A nova diretoria dos Químicos organiza os trabalhadores e a mobilização grevista ganhou bastante fôlego nessa gestão. O sindicato promoveu várias paralisações importantes nas fábricas da região, especialmente no pólo petroquímico. Houve greves por diversos motivos: por reajustes salariais e, por solidariedade. Porém uma das bandeiras importantes na luta sindical dos Químicos no ABC foi pela defesa da saúde dos trabalhadores.

A preocupação com a contaminação dos trabalhadores por produtos químicos que são aqui manipulados e proibidos em outros países levou o Sindicato a fundar o CONSAT (Comissão de saúde do trabalhador³⁸), além de promover a criação de comissões de fábrica na base de diversas empresas. De acordo com o Coordenador da Comissão de Saúde do Sindicato dos Químicos do ABC, naquele período, Remígio Todeschini³⁹:

“Nós estamos expostos à morte, pois muitos produtos usados aqui são proibidos em outros países. As empresas trocam os rótulos para que o trabalhador não saiba o que está manipulando. Por

³⁶ No Pavilhão da antiga Cinematografia Vera Cruz.

³⁷ Na casa onde hoje funciona a Associação dos Aposentados Químicos.

³⁸ A CONSAT foi criado em maio de 1984, composta por dirigentes e trabalhadores, sendo a secretaria geral coordenada pelo Sindicato dos Químicos do ABC, elegendo Remígio Todeschini para o posto. A CONSAT foi apoiada e subsidiada pelo Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador (DIESAT).

³⁹ Entrevista concedida ao jornal Folha da Tarde em 05 de setembro de 1984, e registrada no livro Memória dos 70 anos de Médici (2008).

isso, todos têm necessidade de passar por exames para que possa ser feito um trabalho de vigilância epidemiológica de doenças profissionais” (TODESCHINI apud MEDICI, 2008: 198)

O Sindicato também realizou neste mesmo ano, uma greve histórica na empresa Ferro Enamel contra a contaminação de 31 trabalhadores por óxido de chumbo. Não obstante, a contaminação era sempre iminente na categoria Química⁴⁰, uma realidade, pois, *“o ABC com 490 indústrias químicas e milhares de toneladas de solventes, tintas, pigmentos, explosivos, plásticos, fertilizantes, agrotóxicos, medicamentos. Tudo exposto a 40 mil trabalhadores”* (MEDICI, 2008:200)

No campo da política nacional, diferentemente das antigas diretorias, o Sindicato participou ativamente das mobilizações pelas “Diretas já”. No 3º Congresso da categoria, houve uma discussão até então nunca realizada pela diretoria da entidade com seus filiados, ou seja, um debate sobre o regimento interno da entidade, política salarial e plano de ação, porém a grande novidade ficou a cargo da elaboração de três documentos básicos, que tinha como propósito discutir a situação nacional, possibilitando, desta forma que a base pudesse participar das decisões que seriam tomadas pela diretoria do Sindicato. Desta forma, os delegados que participaram do Congresso aprovaram a continuidade das lutas pelas “Diretas Já”; a retomada das concentrações populares; realização de campanhas salariais unificadas, na luta por uma política salarial.

⁴⁰ Em 1986 a empresa Matarazzo que se localizava em São Caetano do Sul, foi fechada (cassada a autorização de funcionamento pela Delegacia Regional do Trabalho), por causa das péssimas condições de trabalho, que causou a morte de um trabalhador provocado por exposição ao agrotóxico BHC (Benzeno-Hexa-Clorado), além de demitir funcionários que se contaminavam através do envenenamento e adquiriram uma doença chamada de leucopenia que provoca a diminuição de glóbulos brancos do sangue.

Pode ser observada uma enorme mudança de atuação sindical nesse primeiro mandato da nova diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC, que teve como ponto norteador, as ações pautadas pelo sindicalismo-CUT. Essas mudanças foram desde as mobilizações para greves e paralisações, até modificações no sistema diretivo, com reformulações que possibilitaram que as decisões relevantes para a atividade sindical passassem a ser tomadas em reuniões plenárias de um colegiado.

Entretanto, o conjunto de atividades de cunho assistencial não foi abandonado pela nova diretoria, na verdade eles foram ampliados. De acordo com Castro (1998), isso ocorreu pela seguinte questão:

“Diretores mais próximos a Agenor Narciso, que também haviam feito parte da diretoria de Vicente Floriano da Silveira, simplesmente se recusaram a transformar radicalmente o perfil dos serviços prestados pelo Sindiquim⁴¹. Isso só começou a ser feito quando diretores mais próximos ao GAS passaram a controlar postos importantes no sindicato”. (CASTRO, 1998: 257)

Em 1990, Remígio Todeschini⁴² foi eleito presidente do Sindicato dos Químicos, permanecendo até 1996, quando começou a fazer parte da Executiva Nacional da CUT, mais especificamente na tesouraria da entidade e foi substituído por Sérgio Novais.

⁴¹ Sindicato dos Químicos do ABC.

⁴² Trabalhador da Oxiteno do Brasil, quando pertencia a oposição era um dos principais militantes do GAS. A partir de 1986, os cargos mais importantes da diretoria do Sindiquim sempre foram ocupados por militantes ligados à corrente interna da CUT, conhecida como Articulação. Remígio Todeschini, por exemplo, sempre atuou junto a esta corrente.

Durante a sua gestão ocorreram muitas mudanças, sobretudo, no perfil dos serviços prestado pelo sindicato, assim como no perfil dos funcionários da entidade. *“No lugar de enfermeiras, clínicos gerais e dentistas foram contratados médicos especialistas em medicina do trabalho e engenheiros especialistas em segurança do trabalho. No lugar de barbeiros e despachantes, foram contratados economistas, jornalistas e advogados previdenciários”* (CASTRO, 1998: 257).

Conforme já abordado neste capítulo, a ascensão de sindicalistas vinculados ao Novo Sindicalismo transformou bastante a relação entre a diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC e os trabalhadores da base. Um dos aspectos mais claros desta transformação foi o fortalecimento da instituição com o aumento do número de sócios da entidade, resultado obtido após sucessivos anos de realização de campanhas de sindicalização. Desde 1982, quando dirigentes representando pelo Novo Sindicalismo assumiram a diretoria da entidade, houve um grande aumento no número de associados do sindicato.

“Quando Agenor Narciso assumiu a presidência dos químicos em 1982, havia cerca de 32.000 trabalhadores na base e 4.000 trabalhadores associados (uma taxa de sindicalização de aproximadamente 12,5%). Já quando Remígio Todeschini deixou a presidência dos químicos em 1996, havia cerca de 38.000 trabalhadores na base e nada menos que 16.000 associados (uma taxa de sindicalização de aproximadamente 42,5%)”. (CASTRO, 1998: 258)

Nas gestões que se sucederam⁴³, o sindicato continuou seguindo as diretrizes do Sindicalismo-CUT.

As tentativas de divisão da base do sindicalismo-CUT

No início dos anos 90, em meio a um cenário de mudanças nas empresas marcadas pelo processo de reestruturação produtiva, começaram surgir tentativas de separação das categorias que compreendem a representação do Sindicato dos Químicos do ABC.

A tentativa de divisão no setor plástico ocorreu de forma direta. Não houve por parte dos opositores, a montagem de uma chapa de oposição para disputar a através do processo eleitoral a direção do sindicato. Foi criado o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Plásticos e de Laminados Plásticos⁴⁴ de Diadema, com o propósito de dividir a base dos Químicos do ABC, que divulgou no Sindiquim a notícia para a categoria, criticando a criação do sindicato da seguinte forma:

“Aquele sindicato em gestação é chamado de fantasma: O que se pode imaginar de um sindicato fundado da mesma forma como se abre uma firma qualquer, indo-se no cartório e pronto? Que pensar de um sindicato que sequer os trabalhadores da base têm conhecimento da sua existência?”.
(SINDIQUIM, 1991)

Esta decisão de criação de um sindicato para dividir a base do Sindicato dos Químicos do ABC, tinha como principal objetivo enfraquecer o Sindicalismo-CUT, pois, a liderança oposicionista contou com a ajuda da

⁴³ Com os presidentes: Sérgio Novais, 1997 a 2002 e Paulo Antonio Lage, a partir de 2003.

⁴⁴ O setor plástico pertence ao gênero indústria de transformação, porém faz parte da cadeia produtiva química/petroquímica, com enquadramento sindical no Sindicato dos Químicos do ABC.

empresa Fortilit e da Central Força Sindical⁴⁵, conforme assinala Castro (1998):

“Com total apoio da empresa, da recém-fundada Força Sindical e do Ministério do Trabalho, o “comandante” Zé Maria⁴⁶ queria impor uma representação própria aos trabalhadores do segmento de plásticos e de laminados plásticos. De acordo com o veiculado pelo jornal, a história pregressa de Zé Maria sempre resvalou para o gangsterismo sindical”. (CASTRO, 1998: 259)

A criação do “novo sindicato” ocorreu através de uma assembléia realizada durante uma greve que parou a empresa Fortilit, onde sem o quórum mínimo para a realização de uma assembléia com essas dimensões, optou-se por construir um processo irregular e fraudulento⁴⁷. E foi com base neste fato que o Sindicato dos Químicos do ABC entrou na justiça exigindo a decretação da ilegalidade da nova instituição. No final de 1991, a justiça se pronunciou favorável ao requerimento dos Químicos do ABC e, mesmo com a decisão judicial favorável a permanência da unificação da categoria, O Sindicato realizou no início de 1992, um plebiscito para saber se os trabalhadores plásticos desejavam uma representação exclusiva, o que foi rejeitado pela maioria dos representados.

⁴⁵ A Força Sindical foi criada em 8 de março de 1991, no Governo Collor, em um congresso realizado no memorial da América Latina, em São Paulo.

⁴⁶ José Maria Albuquerque.

⁴⁷ Foi possível observar diversas irregularidades no processo de criação do Sindicato dos Plásticos, “vários funcionários administrativos da Fortilit assinaram a lista que garantia a validade legal da assembléia que fundou o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Plásticos e de Laminados Plásticos de Diadema. O Gerente de RH da empresa, por exemplo, foi um destes funcionários. É interessante observar também que a representação dos trabalhadores produtivos da Fortilit não foi consultada a respeito da fundação do novo sindicato. A comissão de fábrica da empresa veio a público dizer que renegava por inteiro a iniciativa de Zé Maria”. (CASTRO, 1998: 260)

Após o enfrentamento para impedir a separação da categoria plástica de Diadema, o Sindicato se depara com outro problema que começa com uma chapa de oposição, que após perder a disputa eleitoral, iniciou um processo para separar a categoria petroquímica, através da criação do Sindipet⁴⁸ que pleiteava a representação dos trabalhadores do Pólo Petroquímico do ABC.

A realização de uma convenção para a aprovação da chapa da CUT⁴⁹ que disputaria as eleições para a renovação da diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC acabou deixando fora da chapa, vários diretores, entre os quais alguns membros da diretoria executiva do Sindicato, que foram considerados rebeldes e contrários à forma como foi conduzido o processo sucessório.

Esses descontentes assinaram um documento que tinha como mensagem o seguinte conteúdo:

“Lembramos aos companheiros que o nosso procedimento a partir da reunião de 16 de fevereiro é de esclarecimento à categoria e ao movimento, incluindo aí um calendário de pré-convenções (com acompanhamento da CUT) para que possamos reverter esse quadro e que não seja necessária a formação de uma nova chapa, estabelecendo-se assim, um novo racha dentro de um sindicato cutista”. (MEDICI, 2008: 243)

⁴⁸ Sindicato dos Petroquímicos.

⁴⁹ Conforme registro no livro: Memória dos 70 anos: História Consolidada, a convenção obedeceu os critérios estabelecido pela CUT e foi coordenada pelo presidente da CUT Regional ABC, Mogi das Cruzes e Baixada Santista. Reuniu 427 delegados que aprovou a chapa da CUT para a renovação da diretoria, composta por 35 associados, encabeçada por Remígio Todeschini.

A disputa acabou ocorrendo com a apresentação de duas chapas: A Chapa 1, encabeçada por Remígio Todeschini, que era o representante do Sindicalismo-CUT e a Chapa 2, encabeçada pelo ex-Secretário Geral do Sindicato, na condição de oposição. Após o pleito foi anunciada a vitória da chapa 1 (CUT) com 64% dos votos.

Ainda que derrotado nas urnas, o líder da oposição decidiu fundar na base do Sindicato dos Químicos do ABC, um Sindicato dos Petroquímicos (Sindipet). Esta tentativa teve o apoio da Central Força Sindical, que novamente apóia iniciativas para dividir a categoria Química e enfraquecer o Sindicalismo-CUT no Grande ABC, conforme consta no Relatório de Estudo do Complexo Químico, Castro (1988), se referindo ao jornal Sindiquim dos Químicos do ABC em 03 de julho de 1991, que trouxe estampada a manchete *“Farsa Sindical tenta mais um trambique”* (CASTRO, 1998: 261), cujo conteúdo foi descrito pelos autores da seguinte forma:

“Segundo o veiculado pelo jornal, entre 1988 e 1991, Claudir⁵⁰ deteve em suas mãos a secretaria-geral do Sindiquim. Contudo, na eleição de 1991, ele se lançou candidato à presidência por meio de uma chapa alternativa à chapa cutista. Após uma fragorosa derrota eleitoral, optou por constituir um novo sindicato junto aos trabalhadores do pólo petroquímico.

Ao que parece, o registro do Sindipet foi repleto de fraudes. A ata da assembléia que o originou contava com vários nomes de trabalhadores ausentes. E,

⁵⁰ Claudir José dos Santos.

paralelamente, muitos dos nomes que compunham sua “diretoria” eram radicalmente contrários à criação de uma representação exclusiva no pólo petroquímico.

Com base nestes fatos, o Sindiquim entrou com uma ação na justiça, visando barrar o registro do Sindipet E, em março de 1993, um juiz da região de Mauá indeferiu o pedido de registro, ordenando o fechamento imediato do ‘sindicato fantasma’.

Apesar desta derrota, Claudir não abandonou de forma alguma seu projeto. Enquanto recorria da decisão do juiz de Mauá, ele iniciou entendimentos com diversas empresas do pólo, afim de que estas dificultassem o repasse dos recursos devidos ao Sindiquim⁵¹. Empresas como a ‘Petroquímica’⁵², Poliolefinas e Solvay, passaram a depositar em juízo a contribuição assistencial e o imposto sindical que deveriam ser remetidos à representação cutista”. (CASTRO, 1998: 261)

Mesmo que a proposta de criação de um novo sindicato para a representação específica dos petroquímicos tenha sido rejeitada anteriormente, através de um plebiscito realizado em 1987, a diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC, com o objetivo de superar este problema, propôs a realização de um novo plebiscito para ouvir novamente a opinião dos trabalhadores.

Contando com o acompanhamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um novo plebiscito foi realizado em janeiro de 1995, com um

⁵¹ Sindicato dos Químicos do ABC.

⁵² Petroquímica União (PQU).

resultado que expressou de forma bastante clara a vontade dos trabalhadores. Votaram 2.505 petroquímicos (representando, 72,5% do total da categoria), sendo que 2.071 optaram pela manutenção da unidade da categoria, 342 pelo desmembramento e os votos brancos e nulos somaram 92. Mesmo após o resultado do plebiscito a oposição continuou insistindo em resolver a representação através da justiça, entrando com sucessivos pedidos de recurso, cujo final foi plenamente favorável ao Sindicato dos Químicos do ABC, depois de se arrastar juridicamente até 1998.

A partir da consolidação do Sindicalismo-CUT nos Químicos do ABC, as oposições “desistiram de alcançar a diretoria por meio do processo eleitoral estabelecido, (...) frequentemente, optaram por fundar instituições de representação paralelas na base do Sindiquim” (CASTRO, 1998:259).

Um “novo” desafio: as participações tripartites

O início dos anos 1990 veio acompanhado de duas grandes preocupações, a recessão e o desemprego. As transformações no modelo produtivo levaram muitas empresas a promoverem uma reestruturação buscando, além da introdução de novas tecnologias, denominada naquele período como processo de automação, também a terceirização dos serviços, como formas de baratear custos e diminuir salários e encargos.

Essas mudanças acabaram criando um grande impacto nas relações de trabalho, em primeiro lugar, porque *“o emprego passou a ser o tema predominante da agenda sindical; em segundo lugar, os temas relacionados com a flexibilização do trabalho, de um modo geral, ganharam visibilidade”*. (RODRIGUES, 1999:85)

Foi com base nesse cenário que o movimento sindical, sobretudo o Sindicalismo-CUT, procurou encontrar saídas para o enfrentamento da

crise. Fundamentado nessa preocupação, o Sindicato dos Químicos do ABC organizou em 1992⁵³, o seminário “A Indústria Química no ano 2000: Desafios e Perspectivas”⁵⁴, como forma de refletir, como seria a indústria química num futuro não muito distante. Que indústria era essa que surgiria após o processo de reestruturação produtiva? Essa empresa teria trabalhadores? E os empregos para onde iriam? E o que os trabalhadores iriam fazer?

O seminário contou com a participação de diversos sindicalistas, dirigentes partidários, professores, representantes empresariais⁵⁵, entre outros atores importantes de dentro e fora da região do Grande ABC. Após a análise da situação da indústria química no Brasil, com destaque para região do Grande ABC paulista, foi redigido um documento, intitulado “Carta do ABC”, que procurou abordar temas diversos, com opiniões diversas, até então, não tratados pelo movimento sindical.

⁵³ Também em 1992, o Sindicato dos Metalúrgicos assinou o Acordo da Câmara Setorial do Complexo Automotivo e, os Químicos do ABC, juntamente com outros sindicatos do ramo, organizados na Confederação Nacional dos Químicos da Central Única dos Trabalhadores (CNQ/CUT), participaram da Câmara Setorial do Complexo Químico. Foi ainda, o ano da realização da ECO-92, onde o Sindicato esteve presente e distribuiu um jornal Sindiquim, elaborado em quatro idiomas (português, espanhol, francês e inglês), tendo como pauta a luta contra a contaminação por mercúrio na empresa Eletrocloro.

⁵⁴ Organização do Sindicato dos Químicos do ABC; que contou com a parceria da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Departamento Estadual e Nacional dos Químicos-CUT; Governo Paralelo; Instituto de Análise sobre o Desenvolvimento Econômico e Social (IADES); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES) da Fundação Friedrich Ebert (FES).

⁵⁵ Luiz Ignácio Lula da Silva, presidente do PT / Governo Paralelo; Remigio Todeschini, presidente do Sindicato dos Químicos do BC; Carlos Fernando Alves Lima, Diretor do Comitê Executivo da Rhodia, Setor Químico; Henyo Barretto, geólogo e diretor do Sindipetro-RJ; Paulo Cunha, presidente do Grupo Ultra; Luciano Coutinho, economista / Governo Paralelo; Miguel Rosseto, Diretor Executivo da CUT Nacional e Sindipolo-RS; Mário Salermo, professor da Politécnica da USP e técnico do DIEESE; Kurt Politzer, Coordenador de Tecnologia da ABIQUIM; Cibele Saliba Rizek, professora da USP São Carlos; Wagner Brunini, Diretor de Recursos Humanos da Glasurit do Brasil; Cacilda Asciutti, presidente do IADES; José Drumond, Departamento Estadual dos Químicos-CUT e Sindicato dos Químicos do ABC; Henrique Della Rosa, diretor da Toxicon e consultor do Sinproquim; Nilton Freitas, engenheiro de Segurança do Trabalho do Sindicato dos Químicos ABC; Francisco A. C. Lacaz, médico do Sindicato dos Químicos ABC / DIESAT; Walter Barelli, economista e professor da Unicamp / Governo Paralelo.

Sobre o documento, conforme afirmou um de seus formuladores⁵⁶, “não se trata de um documento ideal, mas de um documento possível” que procurou sintetizar as exposições, seguidas dos debates que expressavam preocupações e ao mesmo tempo perspectivas de encontrar soluções para os problemas ali colocados. Foram tratados temas como política industrial; parque industrial brasileiro; formação, qualificação e treinamento de mão-de-obra; nova política tributária; política nacional de privatização; papel dos sindicatos de trabalhadores; situação e perspectivas mundiais no setor; modelo nacional de desenvolvimento industrial; mercado de trabalho e automação; questões trabalhistas; novas formas de organização de trabalho; trabalho, saúde e meio ambiente.

A organização e a participação em um seminário tripartite ou neste caso em específico, multipartite⁵⁷, abriram caminho para que o Sindicato dos Químicos compreendesse a necessidade da participação dos sindicalistas em todos os temas, que de uma forma ou de outra, envolvem os anseios da classe trabalhadora.

Essa mudança na forma de atuação dos sindicatos filiados à CUT no Grande ABC na avaliação de Rodrigues (1999) ocorreu pelo seguinte fato:

“Neste caso, as transformações no sindicalismo-CUT, nesta região que foi o berço do chamado novo sindicalismo e a base do surgimento tanto da CUT quanto do PT, estariam indicando o grau de profundidade das mudanças no ambiente interno (a empresa) e externo (a sociedade). E um dos

⁵⁶ Antonio Almerico Lima, que na época do evento era diretor do Sindicato dos Químicos e Petroquímicos / BA e Secretário de Formação Sindical da CNQ/CUT.

⁵⁷ Apesar da ausência de representantes governamentais.

principais desafios enfrentados pela ação sindical no ABC se relaciona diretamente com os efeitos da reestruturação produtiva sobre o emprego".
(RODRIGUES, 1999:85)

A experiência e o desafio de enfrentar novos temas, novos debates sobre as transformações pelas quais passavam o capitalismo internacional e, principalmente, as mudanças nas empresas, que envolviam de forma direta os trabalhadores, sobretudo, no que diz respeito ao emprego, somadas a participação, considerada “bem sucedida” do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na Câmara Setorial Automotiva⁵⁸, levou o Sindicato dos Químicos do ABC, a buscar o envolvimento dos diversos sindicatos do ramo químico, organizados através da Confederação Nacional dos Químicos da Central Única dos Trabalhadores, CNQ/CUT, para também aceitar a convocação para a participação nas reuniões tripartites da Câmara Setorial do Complexo Químico.

As repercussões da Câmara do Setor Automotivo⁵⁹, após a participação da CNQ/CUT⁶⁰ nas câmaras setoriais, entendidas como um instrumento para se buscar outros institutos governamentais de regulação, representou uma compreensão, por parte dos sindicatos, que diante de

⁵⁸ A Câmara Setorial Automotiva começou em dezembro de 1991 e em 1992 foi firmado o primeiro acordo. Foi a experiência mais notória das câmaras, tanto pela importância desse segmento no parque industrial brasileiro, quanto pela participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, visto a importância que a entidade exerce, como referência no conjunto do Sindicalismo-CUT.

⁵⁹ Todo esse processo está descrito em Arbix (1995) e Comin (1996).

⁶⁰ Depois de aprovar no IV CONCUR a participação dos sindicatos nas câmaras setoriais, a CUT através da 5ª Plenária Nacional, realizada em junho de 1992, reafirma a orientação pela participação como um espaço onde se disputa com o projeto neoliberal de reestruturação produtiva e modernização conservadora e onde os sindicatos, representando os trabalhadores e alicerçados na sua mobilização, buscam deter a implantação desse projeto e acumular forças no sentido de um projeto alternativo, através de novas conquistas trabalhistas e sociais.

novas situações o sindicalismo deve procurar adequar sua ação sindical aos novos desafios colocados.

A Câmara Setorial do Complexo Químico, cujas reuniões ocorreram entre 1993 e 1994, ao contrário da Câmara Setorial Automotiva, teve pouca divulgação. A participação dos trabalhadores foi coordenada pela CNQ/CUT e envolveu os principais sindicatos de trabalhadores químicos e petroleiros do país, tendo os sindicatos dos Químicos do ABC, de São Paulo, de Salvador e de Porto Alegre, à frente das negociações. O principal objetivo dessa Câmara Setorial foi o de discutir a Nafta Petroquímica, que envolvia além da Petrobras, todas as empresas da chamada cadeia produtiva.

Apesar disso, é importante mencionar que se a “Câmara do Complexo Químico” reunia diferentes setores do empresariado, e dada à interdependência do processo produtivo, os interesses dos setores mais fortes acabaram esbarrando nos interesses dos setores considerados mais frágeis na cadeia produtiva. Exemplo disso foi a proposta de acordo para o fornecimento da nafta petroquímica pela Petrobrás, sem discutir, quais seriam as vantagens de se estabelecer um acordo, para a terceira geração, as indústrias de transformação de materiais plásticos, o que levou a paralisação das reuniões dessa câmara em 1994.

Apesar disso, não significou que a sua experiência tenha sido perdida. “*O aprendizado dos encontros dos GT’s, todos realizados em São Paulo, possibilitou o conhecimento recíproco dos atores sociais em sua versão tripartite, de forma que esse conhecimento foi a base para a construção de posturas estratégicas pelas partes, em suas ações posteriores. Algumas dessas posturas se consubstanciaram em ações práticas, se bem que o clima geral predominantemente fosse o de que o ganho maior já tinha sido, e deveu-se à distensão política entre o sindicato e o empresariado*” (SILVA, 2000:32).

Uma dessas ações posteriores vai ocorrer justamente no ABC, na participação do Sindicato dos Químicos do ABC e a Associação das Empresas do Pólo Petroquímico (Apolo) no Grupo Temático Petroquímico/Plástico da Câmara Regional do Grande ABC, especialmente, nas discussões sobre a expansão da capacidade instalada da central de matérias primas do Pólo Petroquímico de Capuava.

Além da importante participação nos fóruns de representação regional, conforme veremos no decorrer desta tese, principalmente, através da sua atuação nas ações de fortalecimento da cadeia petroquímica, definidas no Planejamento estratégico da Câmara do Grande ABC, o Sindicato dos Químicos participou também em diversos outros fóruns tripartites, tais como as comissões estaduais de saúde, trabalho e emprego, bem como comissões, formuladas através dos conselhos de políticas públicas organizadas pelos municípios em toda a região.

As mudanças políticas vividas no interior da CUT

A participação do Sindicato dos Químicos do ABC, assim como a de outros sindicatos filiados à CUT em fóruns de natureza tripartite, decorreu das mudanças que aconteceram na forma de atuação do Sindicalismo-CUT, que conforme nos aponta Veras (1999), ocorreram porque, depois de se tornar nas últimas décadas uma importante experiência para a história do sindicalismo brasileiro e, também para a história recente do país, as “mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho e a sociedade estão impactando diretamente sobre a vida dos trabalhadores e as perspectivas da ação sindical. Novos desafios estão postos, novas exigências quanto à situação dos sindicalistas estão cada vez mais se impondo” (VERAS, 1999: 49).

Essas mudanças que foram tecendo uma nova forma de atuação do Sindicalismo-CUT foram acontecendo de forma gradual, se consubstanciando através de uma estratégia *“política dentro de um escopo neocorporativo através da noção de sindicato-cidadão ou CUT-cidadã⁶¹, a partir do 4º e do 5º CONCUR, respectivamente em 1991 e 1994”*. (VÉRAS e FERRAZ apud LADOSKY, 2009: 94)

Essa estratégia sofreu fortes críticas das correntes políticas internas situadas em um campo mais à esquerda na CUT, bem como em estudos de caráter acadêmicos. Para Ladosky (2009):

“O traço em comum entre os opositores da concepção de CUT-cidadã, considerando as diferentes abordagens, pode ser resumido pela crítica à postura propositiva adotada pela Central expressando uma perspectiva de conciliação de classes entre capital e trabalho, como no caso da participação nas câmaras setoriais; uma diluição da classe trabalhadora na noção mais asséptica de cidadão ao participar dos espaços tripartites com o governo e outros atores sociais, ou ainda a adesão consciente da corrente majoritária da CUT ao ideário neoliberal” (LADOSKY, 2008: 94)

Apesar disso, não podemos ver essas mudanças, apenas como resultados burocráticos de resoluções congressuais. Muito mais que isso, a nosso ver, elas surgem em decorrência da participação dos sindicatos em espaços de negociação antes não freqüentados pelos trabalhadores. Espaços anteriormente ocupados somente por representantes

⁶¹ Para os autores, a noção de CUT-Cidadã está relacionada a três esferas: as lutas em defesa dos direitos; a participação institucional, aliada ao esforço de influir sobre políticas públicas; e a execução de políticas públicas, com desenvolvimento de projetos cooperativos e oferta de serviços. (VÉRAS, 2002: 419)

governamentais e empresariais que decidiam os rumos da política a ser implantada e, quase sempre contra os interesses da classe trabalhadora.

A participação nesses espaços começou em função do entendimento, de uma parcela dos sindicatos filiados a CUT, principalmente, aqueles cuja maioria das diretorias pertence à corrente majoritária, Articulação Sindical, que essa participação não excluía o conflito estabelecido na relação capital e trabalho, mas, ao contrário, estabelecia o caráter da participação, os interesses dos trabalhadores, porque, *“todos os espaços de representação onde os interesses de classe sejam tema de debate, enquanto trabalhador e também na condição de cidadão, a entidade sindical deve fazer-se presente e manifestar-se em defesa daqueles interesses. (...) Negar-se a participar de tais espaços é que significa abrir mão de seu papel classista e deixar o destino da classe exclusivamente aos ditames do capital, sem estar lá sequer para protestar”* (LADOSKY, 2008: 94).

Diante desses acontecimentos, podemos verificar que as mudanças que ocorrem no interior da própria CUT é o resultado da atuação dos sindicatos filiados, que transformados em resoluções, deliberando dessa forma, o modelo de atuação do Sindicalismo-CUT. Isto quer dizer que a prática produziu a teoria que por sua vez, propôs uma “nova” forma de atuação e, deste modo ocorreram as mudanças.

Já Cardoso (2003), aponta que as intensas mudanças que ocorreram nas bases da ação sindical nos anos 1990, revelaram uma incapacidade das centrais sindicais em apresentar propostas alternativas às políticas neoliberais, causando um grande desgaste para as entidades em relação as suas bases de sustentação. O apoio incondicional da Central Força

Sindical⁶² à política neoliberal, contribuiu para consolidar seu poder político. A CUT, como principal central sindical do país, ao contrário, manteve-se distante das políticas públicas praticadas pelo governo, porém, sem mostrar alternativas claras aos problemas enfrentados pelos trabalhadores, acabou tendo também sua imagem abalada. Diante de tudo isto, o autor entende que:

“Não há mais, neste ambiente, lugar para um papel tal como o que a CUT desempenhou nos anos 1980, vale dizer, de uma central sindical que atua como se fosse um partido político, um lugar para a elaboração e promoção de identidades políticas, mais do que sindicais. Uma das razões para isso reside, talvez, em sua incapacidade de oferecer alternativas políticas, devido, em partes, à crise da esquerda em todo lugar. Mas a razão principal residirá (...) numa mudança no ambiente, tal que as alternativas políticas são tarefas para partidos, não para sindicatos”. (CARDOSO, 2003:75)

Na concepção de Boito Jr. (1999), essa estratégia dos anos 1990, ao contrário da estabelecida na década anterior, desestimulou e desvalorizou a mobilização e a luta de massa, pois, na década de 1980, a oposição à política de desenvolvimento encontrou nas greves gerais de protesto um instrumento de ação adequado, além da perspectiva da instituição de outro modelo econômico. Já diante da política neoliberal, difundiu nas entidades sindicais o conceito de que não há alternativas à situação econômica do país, desestimulando as reivindicações dos próprios sindicatos. Para o autor, a *“Articulação Sindical, apesar da oposição das*

⁶² A Força Sindical *“reproduz estratégia de fortalecimento imprimida por Luis Antônio de Medeiros ainda nos inícios de sua organização: associar-se a atores centrais do sistema político para, a ampliação de seu poder de base”. (CARDOSO, 2003:74)*

correntes de esquerda da central, apostou na negociação com os governos neoliberais. A despeito das expectativas que tais negociações geraram na corrente Articulação Sindical, nenhuma delas trouxe o resultado que a direção da CUT esperava; todas fracassaram” (BOITO JR., 1999:145).

Porém, nas observações de Ladosky (2009), tais espaços tripartites foram conquistas da sociedade em decorrência das intensas lutas sindicais e sociais nos anos de 1980, e se constituíram em mais um elemento de resistência à hegemonia neoliberal. Os temas tratados nesses espaços, sempre foram costumeiramente abordados em âmbito privado ou *“como prerrogativa ‘exclusiva’ do Estado capturado pela lógica privatista e que, trazidos a público nos fóruns tripartites e nas conferências, foram mais um fator de resistência ao neoliberalismo”* (LADOSKY, 2009:94).

Se pensarmos que o Sindicalismo-CUT, juntamente com diversas outras entidades dos movimentos sociais, diante dos ataques aos direitos e conquistas sociais da Constituição de 1988, defenderam que os espaços conquistados não foram frutos de um processo de cooptação do Estado sobre as entidades, tampouco, do capital sobre o trabalho no contexto da política neoliberal, mas, ao contrário, elas foram o resultado da organização dos trabalhadores, dentro de uma visão e uma política classista e, coordenada por ações e articulações de movimentos sociais e partidos aliados do Sindicalismo-CUT. Isto quer dizer que eram espaços já, reivindicados desde o surgimento das lutas pela redemocratização do país a partir do nascimento do novo sindicalismo.

Contudo, não se pode deixar de lado, o que alerta Vêras (2002), sobre a estratégia dessa política, que comporta oportunidades, mas também riscos, ou seja, ela tem seu alcance, porém também tem os seus limites, como também assinala Ladosky (2009), o limite dessa concepção que

tem sido formulada na CUT é o próprio limite da institucionalidade dos conselhos de políticas públicas.

Pautado por este debate, porém certo de que as resoluções da CUT foram acertadas, o Sindicato dos Químicos do ABC começaria a participar nas ações para a retomada do desenvolvimento econômico e social da região do Grande ABC paulista, como forma de não deixar que as discussões em torno de temas importantes para os trabalhadores, fossem discutidos, planejados e executados, sem a participação de sua representação de fato e de direito.

A influência partidária para a participação na política regional

Podemos citar a trajetória e o entendimento definidos pela CUT sobre a participação dos sindicatos em fórum de interesses dos trabalhadores, somado ao papel de liderança que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, exercia dentro da própria CUT e, principalmente, na região do Grande ABC. Como já abordado neste estudo, o seu histórico de enfrentamento e de grandes mobilizações contra a ditadura militar e o arrocho salarial nos anos de 1980 e por ser a primeira entidade do Sindicalismo-CUT a enfrentar as discussões sobre reestruturação produtiva e emprego em um fórum tripartite, como foi o caso da Câmara do Setor Automotivo nos anos de 1990, que apesar de toda a polêmica que cercou a participação, foi considerada um marco na história do movimento sindical, uma importante estratégia de participação do Sindicato, acima de tudo, pelo momento e pela situação que os metalúrgicos e outros trabalhadores enfrentavam naquele período. Um grande significado, participar de negociações envolvendo atores com objetivos diferentes, defendendo os interesses da classe trabalhadora.

Embora, as resoluções estratégicas do Sindicalismo-CUT e a presença do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, fossem motivos suficientes para que o Sindicato dos Químicos do ABC participasse da Proposta

Regional, um fato muito importante somou-se a estes e contribuiu para que não houvesse somente uma participação, mas o envolvimento nas propostas e na busca pela condução de algumas ações. A forte presença de prefeitos do Partido dos Trabalhadores no comando do projeto regional de retomada do desenvolvimento econômico e social, principalmente, na figura do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel.

No ano do surgimento da Câmara Regional, para a diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC, dois importantes fatos ocorreram, reforçando ainda mais o desejo de participar das ações desse importante fórum de discussão que estava surgindo. O Primeiro deles foi à vitória da Chapa 1, representada pelo Sindicalismo-CUT ⁶³, contra a Chapa 2 da Central Força Sindical., e a outra foi que na eleição municipal, o PT elegeu cinco dos sete prefeitos que compõem a região do Grande ABC. No livro que conta os oitenta anos da entidade, o fato teve o seguinte registro, considerado pelo conjunto de sua diretoria como “o contexto do avanço”:

‘Com o tamanho do desemprego era preciso organizar o poder público da região para pensar em alternativas. O PT conseguiu eleger prefeitos em cinco das sete cidades do Grande ABC. E o Sindicato dos Químicos participa do Fórum promovido pela Câmara Regional do ABC. Registra-se uma mudança no perfil do Sindicato dos Químicos, que passa a atuar também nas questões de desenvolvimento da região. Consubstancia-se a política do Sindicato Cidadão. “A entidade participa, junto com a população, de movimentos em defesa de melhores condições de vida, incluindo emprego, saúde e meio ambiente” (MEDICI, 2008: 282)

⁶³ Que tinha como candidato a presidência, Sérgio Novais.

A liderança de Celso Daniel junto ao Sindicalismo-CUT, se manifestava tanto por ter sido ele, um dos principais articuladores do Consórcio Intermunicipal, entendendo que as *“transformações no plano internacional, que deram origem à globalização, somadas às mudanças no contexto brasileiro, colocaram em pauta novos temas, principalmente os referentes ao papel da esfera local, incluindo a necessidade de refletir sua importância numa reformulação do pacto federalista, enquanto componente de um projeto nacional”* (SACRAMENTO, 2003:60), quanto, pela disposição de realizar reuniões e debates, buscando sempre uma proximidade de suas propostas com o movimento sindical, precipuamente, com os Químicos do ABC, cuja sede da entidade fica situada no município de Santo André, onde se situa o pólo petroquímico de Capuava, uma base importante no modelo organizativo do sindicato, como também, um dos principais setores econômico da região e certamente o mais importante do município de Santo André.

O convencimento da necessidade do Sindicato continuar desenvolvendo suas ações sindicais, representando os trabalhadores das categorias profissionais da base e, ao mesmo tempo, participar das discussões importantes da região, levaram o sindicato a criar uma secretaria, denominada de Secretaria de Projetos Especiais, que pudesse desenvolver ações de interesses do sindicato no âmbito das políticas públicas através do desenvolvimento de projetos de qualificação profissional com verbas do FAT⁶⁴ e de economia solidária, propondo e desenvolvendo ações junto aos trabalhadores para transformar em cooperativas, as empresas que fecham as portas e demitem os trabalhadores, após a decretação de falência.

⁶⁴ Fundo de Amparo ao Trabalhador.

A Secretaria de Projetos Especiais do Sindicato dos Químicos do ABC foi uma importante estrutura no desenvolvimento do programa de qualificação para os trabalhadores do setor de transformação de materiais plásticos, projeto proposto pela Câmara regional do Grande ABC, articulado, desenvolvido e coordenado pelo Sindicato.

Capítulo 2

A construção da Proposta Regional no Grande ABC

“O espaço modela o tempo em nossa sociedade, assim invertendo uma tendência histórica: fluxos induzem tempo intemporal, lugares estão presos ao tempo”.

(Manuel Castells, 1999: 490)

O cenário de mudanças nos anos 1990

A década de 1990 inicia-se no Brasil, pautada pelos temores das transformações que estavam ocorrendo, sobretudo, nos países desenvolvidos e se expressava através dos processos de reestruturação produtiva, iniciado nos anos 1970 e de globalização da economia a partir dos anos 1980 que, sob inspiração e hegemonia do grande capital transnacional, de instituições multilaterais e dos governos das grandes potências, se constituíram numa resposta à crise pela qual vinha passando o fordismo, com o surgimento de um novo paradigma de produção, o toyotismo que passou a coordenava no mundo todo, uma grande reestruturação do processo produtivo chegando ao Brasil no *“final dos anos 80, mas é somente no início da década de 90 que ele ganha contornos mais definitivos”* (RODRIGUES e RAMALHO, 1998:146).

No cenário político, Fernando Collor de Mello é eleito Presidente do Brasil e inicia seu mandato confiscando os ativos financeiros, tendo como consequência uma grande recessão econômica. Promove uma precipitada abertura comercial e financeira que teve como base a redução dos impostos e as tarifas de importações de produto.

A implementação dessa política teve como justificativas, o combate a inflação que andava a passos largos, desde o final da década anterior e o desenvolvimento da indústria nacional, que de acordo com os argumentos governamentais, deveria ser submetida à concorrência internacional, para se modernizar com maior agilidade, melhorando, desta forma, sua

competitividade ante a entrada de produtos importados com preços mais baixos. Porém, ficou cada vez mais evidenciado que fazia parte de um receituário econômico que tinha como objetivo adotar políticas neoliberais anunciadas como capazes de aumentar a competitividade da economia brasileira no cenário internacional.

Essa política acabou contribuindo para que houvesse alterações significativas na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, no que diz respeito ao emprego que de acordo com Mattoso (1999), diferenciou da década de 1980, onde o emprego teve como principal característica, acompanhar o nível de atividade econômica do país, ou seja, quando a atividade econômica comprimia, aumentava o desemprego e quando estava aquecida, ocorria uma melhora na oferta de emprego.

De acordo com o autor, na década de 1990 a situação alterou-se profundamente e o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho, a *“geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas, acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las”* (MATTOSO, 1999:11).

Sob o mesmo ponto de vista Junior e Mattos (2007), acreditam que a abertura comercial não foi apenas feita de forma precipitada, ela foi realizada sem qualquer contrapartida em políticas de incentivo à readequação do parque industrial brasileiro à nova realidade, promovendo, dessa forma, uma intensa crise na indústria brasileira, através de fechamento de empresas e descontinuidade na cadeia produtiva. Já a abertura financeira, por seu turno, promoveu um aumento da instabilidade financeira e da vulnerabilidade externa brasileiras, ficando dependente das oscilações dos mercados financeiros internacionais,

“conforme se pode constatar notadamente na segunda metade da década, quando tivemos que recorrer, em três oportunidades, a programas de ‘ajustamento’ patrocinados pelo FMI” (JUNIOR e MATTOS, 2007:7-8).

Os autores chamam também a atenção para as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990, onde pudemos observar as altas taxas de desemprego ocasionadas, sobretudo, pelo aumento no número de desempregados, de inativos e da desigualdade financeira, dos que deixaram de receber salários, da regressão do emprego formal e do aumento das ocupações por conta-própria e sem remuneração. Soma-se ainda a esse cenário, a exigência de formação profissional tanto para quem já está no mercado, quanto para aqueles que perderam seus empregos e estão tentando voltar a este mercado. Entre os que estão empregados, verifica-se que *“quanto maiores às requisições exigidas pelo mercado de trabalho, maior é chance de estar nele inserido”*. (JUNIOR e MATTOS, 2007:8)

É sob estas circunstâncias que o movimento sindical, no início dos anos 1990, teve que encontrar saídas para o enfrentamento da crise. Colbari (1999), ressalta que este cenário econômico e político da década impõe novos desafios ao movimento sindical, decorrentes das inovações técnicas, das estratégias gerenciais e da crise fiscal dos Estados, cujas conseqüências sobre o mercado de trabalho têm sido bastante negativas, com a *“redução do emprego assalariado, evidenciada tanto pelo aumento do trabalho autônomo quanto pelo crescimento do segmento precarizado, tem impactos sensíveis sobre a ação coletiva e tende a fragilizar o poder sindical”*. (COLBARI, 1999: 167)

Mesmo tendo dimensões globalizadas, o intenso processo de transformação pelo qual passou o capitalismo internacional, colocou para a experiência brasileira, algumas particularidades que conforme nos

mostra Rodrigues e Ramalho (1998), podem ser ressaltadas sob dois aspectos:

“Em primeiro lugar, as iniciativas de reconversão industrial ocorreram numa conjuntura de redemocratização do país, num momento em que grande parte da sociedade civil brasileira reivindicava participação no processo político e em que ocorre um impulso significativo da organização, nos vários graus e por todo o território nacional, de amplos setores das classes trabalhadores. Em segundo lugar, o sindicalismo brasileiro, contrariamente à tendência internacional, não estava vivendo um período de refluxo, Esses dois fatores conjugados trouxeram certa especificidade para algumas regiões industriais do país, notadamente o ABC paulista (...).” (RODRIGUES E RAMALHO, 1998:146)

Também de acordo com os autores, foi no Grande ABC paulista, considerada a região mais industrializada do país e o berço do novo sindicalismo que o processo de reestruturação produtiva e as novas formas de gestão da mão-de-obra ganharam contornos mais nítidos, sobretudo, porque foi nessa arena que figurava de um lado, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e, de outro, o parque industrial das empresas automobilísticas, responsável por uma significativa parcela do PIB brasileiro.

E foi exatamente por reunir de um lado um movimento sindical com tradição de luta e do outro, grandes montadoras de veículos, que a região do Grande ABC, num contexto de recessão com vertiginosa queda nas vendas de veículos produzidos, aumento no número de demissões e,

ameaças de transferência das empresas para outros países, causando insegurança para os trabalhadores que surgiu à necessidade de se buscar formas alternativas de negociação visando alterar esta situação. Essas vicissitudes se expressaram através das discussões nas câmaras setoriais que a partir da experiência do setor automotivo no ABC se expandiu para outros setores e regiões do país.

As câmaras setoriais, principalmente, a do setor automotivo, possibilitou que o movimento sindical experimentasse uma participação em fóruns institucionais cuja proposta de negociação dizia respeito, especialmente, a relação capital-trabalho e que numa dimensão regulatória mais ampla envolveu ao mesmo tempo, os interesses da sociedade e do Estado.

Mais que isto, a experiência de concepção de câmaras setoriais, de acordo com Castro (1997), inovava no escopo, na natureza e nos resultados, uma vez que tendo como foco de intervenção todo um complexo produtivo, buscando envolver todos os atores responsáveis pela cadeia de produção. Os representantes da cadeia produtiva se encontravam reunidos numa instância de formação consensual de diretrizes que os forçava a negociar interesses, onde os pressupostos não eram eliminar os efeitos de assimetrias existentes na distribuição de poder na cadeia de produtores, porém, ampliar o espaço para negociar soluções entre os diferentes elos da cadeia produtiva.

Para a autora, as câmaras setoriais foram importantíssimas, principalmente diante da conjuntura em que estava inserido o processo de reestruturação produtiva brasileira, porém, a maior novidade na ação de intervenção regulatória das câmaras foi a presença dos sindicatos de trabalhadores do complexo correspondente, que inaugura desta forma, uma alternativa aos *“entendimentos usualmente bilaterais, até então tecidos nas ante-salas da burocracia governamental, envolvendo Estado*

e empresas, passavam à esfera pública e nela incluíam representantes dos trabalhadores” (CASTRO, 1997: 5).

Da novidade do oportuno propósito do surgimento das câmaras setoriais, resultou numa definição igualmente inovadora quanto à própria natureza desse instituto de regulação setorial que para Castro (1997), pode ser definido da seguinte forma:

“Abandonavam-se as antigas experiências dos organismos estatais com representação de agentes (tal como fora exercida no âmbito dos órgãos de desenvolvimento regional, ou dos conselhos de política pública), avançando-se para a definição de um ente público de natureza tripartite que, com independência vis-à-vis a burocracia estatal (apenas um dos três agentes), propunha diretrizes setoriais num amplo espectro: política tecnológica e de investimento, estratégias competitivas, políticas de financiamento, estratégias de preços e de distribuição em face de horizontes almejados para o perfil da demanda e, finalmente, políticas de emprego, de salários e de negociação dos efeitos do intenso ajuste estrutural sobre a incorporação e o uso do trabalho. Finalmente, prescindindo mesmo de qualquer consideração quanto aos efeitos reais da atuação das câmaras, a sua mera existência criou novas possibilidades de regulação em nível setorial das relações industriais no Brasil.” (CASTRO, 1997: 5)

Somam-se a este cenário, as mudanças que ocorreram no sistema federativo brasileiro, a partir da constituição de 1988, que contribuíram

também para assinalar uma mudança no modelo tributário com o fim do regime de partilha e transferência de recursos para estados e municípios, comprometendo a *“cooperação intergovernamental e, conseqüentemente, a implantação de políticas prioritárias para o desenvolvimento”* (REIS, 2008:36), emergindo a partir dessa modificação um modelo de federalismo completamente descentralizado, encarregando o município de competências antes delegadas aos outros dois níveis de poder.

Diante das mudanças e com dificuldade para atender melhor suas novas atribuições, municípios buscam se organizar através de cooperações intermunicipais, abrindo caminho para se organizarem em consórcios para realização de gestão pública compartilhada voltada para a solução de problemas comuns.

Essas demandas exigiram dos governantes municipais a busca de alternativas para atender essas novas competências por meio da cooperação entre os municípios através do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que acrescidas da necessidade do movimento sindical de buscar saída para o enfrentamento da crise através da participação em espaços institucionais tripartites, precipuamente, das câmaras setoriais e, que possibilitou um grande aprendizado com reflexos, como veremos ao longo deste estudo, na sua inserção na política regional, através da proposta de retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC.

Os impactos das mudanças na região do Grande ABC

Mesmo sendo uma das regiões mais industrializadas do país, experimentando nas décadas de 1960 e 1970 um período de desenvolvimento econômico com altas taxas de crescimento industrial, começou a sentir, a partir de meados dos anos 1980, os efeitos do acelerado processo de transformações do capitalismo em nível internacional que se expressou no Grande ABC no fechamento de

unidades de produção, na transferência de empresas para outras regiões do país e até mesmo no próprio Estado de São Paulo, na retração dos investimentos, na diminuição do volume de emprego, na redução da participação da região no Produto Interno Brasileiro (PIB) industrial e na queda do rendimento médio da população.

Somente o emprego registrou uma *“redução de seu volume total na ordem de 35% entre 1987 e 1996 nos sete municípios”* (LEITE, 1999:6), assinalando nos anos que se seguiram altas taxas de desemprego, conforme registrou a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pela Fundação Seade, pelo Dieese⁶⁵ e pelo Consórcio Intermunicipal da Bacia do Alto Tamanduateí e Billings, no ABC, a taxa de desemprego, mesmo com variações mensais para baixo, saltou de 20,8% em abril de 1998 para 21,1%, em março de 1999, superando o índice da região metropolitana da Grande São Paulo que atingiu 19,9% no mesmo período. Nessa ocasião, estimou-se a existência de 245.000 pessoas desempregadas na região, além de ter detectado em fevereiro do mesmo ano uma redução de 0,7% no rendimento médio do trabalhador assalariado.

Embora o desemprego e a falta de crescimento econômico provocados pelo rearranjo do capitalismo internacional, somados à forma como o país se inseriu no processo de globalização, não sejam questões exclusivas do Grande ABC, diversos autores apontaram que os efeitos da reestruturação produtiva e do processo de globalização da economia, adquirem na região proporções maiores que em outras localidades menos industrializadas. Com uma indústria de base fordista, *“começou a sentir, duramente, as conseqüências mais negativas da obsolescência do seu parque industrial quando o mercado brasileiro se abriu à competição internacional”* (ABRUCIO & SOARES, 2001:138-139).

⁶⁵ Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócios Econômicos)

Para os autores, a região já vinha sendo castigada com a crise econômica brasileira, iniciada com a recessão no início dos anos 1980, prolongada pela manutenção da inflação e pelas baixas taxas de crescimento, entretanto, os anos 1990 trouxeram mais dificuldades para a indústria e a economia local, principalmente, diante da competição externa. Para eles:

“(...) o esgotamento da infraestrutura urbana e a chegada de uma nova onda de investimentos industriais levaram muitas empresas a migrarem ou investirem em outras partes no país, contando ainda com os benefícios da guerra fiscal. Para as que permaneceram, além de algumas que chegaram, foi necessário promover um processo intenso de inovação e reestruturação industrial, o que teve resultado positivo sobre o PIB regional, mas que tragicamente aumentou ainda mais os elevados níveis de desemprego.” (ABRUCIO E SOARES, 2001:139)

Ademais, o desenvolvimento alcançado pela região nos anos anteriores, adquiriu características predatórias acarretando uma série de problemas e desvantagens econômicas como *“trânsito caótico, enchentes na época de chuvas, altos custos do porto de Santos, escassez e alto preço da água industrial, poluição ambiental, terrenos supervalorizados”* (LEITE, 1999:7), entre outros transtornos.

Os atrativos que em tempos passados transformaram a vinda de empresas para a região em uma grande vantagem, tornaram-se a partir da crise que se abateu na região, sinônimos de prejuízos e desvantagens. Em tempos de crise, essa equação colaborou com a alegação de empresários que a região impõe um custo muito alto, e que sua saída

ocorre em virtude de haver uma forte ação sindical com a presença de um sindicalismo organizado e representativo. Porém, na verdade, o que estava em jogo era adquirir novas vantagens de localização, através do processo de descentralização, que muitas vezes tinha como retaguarda a guerra fiscal.

Conforme ressalta Conceição (2001), o debate sobre a desconcentração industrial no Brasil que ganhou impulso a partir do final dos anos 50, ganha novas dimensões na década de 70 e na *"década de 90, o acirramento da guerra fiscal, no contexto das políticas públicas regionais de atração de empreendimentos industriais, reacendeu com força a discussão."* (CONCEIÇÃO, 2001:22). Para ele, apesar do grande peso econômico da região do Grande ABC, e ter sido ela um dos centros do processo de acumulação capitalista até os anos 1980, o que ocorreu foi que:

"(...) inicialmente existem forças, ligadas às vantagens comparativas, que explicam a concentração da produção em determinada área geográfica. Em seguida, as vantagens da concentração crescem com as economias de escala e com a atração da população para estas áreas 'centrais'. Em determinado momento, há um aumento de custos nestas áreas, em decorrência da própria aglomeração (congestionamentos, elevações de custos da mão-de-obra, impostos etc.). A isto se segue então o início do deslocamento da indústria, primeiro para os subúrbios, e depois para próximo de outros centros menores, que passam a apresentar novas economias de aglomeração e de escala. Finalmente, a região central perde população". (CONCEIÇÃO, 2001:19)

Essas dificuldades aliadas às características históricas do Grande ABC colocaram na ordem do dia a questão regional. E a singularidade desse processo, ocorre exatamente a partir da compreensão dos atores regionais sobre a situação colocada, e a necessidade de viabilizar uma proposta de cooperação regional. Foi ter percebido e, transformado essa percepção em consenso, que o ABC estava passando por um processo de transformação econômica, cujas mudanças provocaram crise de emprego e comprometimento da qualidade de vida da população, e que as prefeituras municipais teriam um importante papel na busca de novos caminhos através da cooperação intermunicipal. Porém, acentua mais ainda a particularidade dessa experiência, com a compreensão por parte do movimento sindical da importância da sua participação nessa Proposta Regional, como resultado de um aprendizado que privilegiou a negociação como forma de conquistar melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores e para sociedade.

A cooperação intermunicipal

Conforme vimos ao longo deste capítulo, a necessidade de encontrar saída para resolver os problemas advindos das transformações capitalistas e do aumento das responsabilidades dos municípios, levou a região do Grande ABC a buscar uma articulação que teve seu início na cooperação entre os municípios, com a criação do Consórcio Intermunicipal.

A instituição do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC⁶⁶, em 1990, inaugura um novo espaço de discussão e de ajuda mútua entre os poderes públicos executivos dos municípios consorciados, tendo como objetivo representá-los em matérias de interesses comuns. Suas finalidades envolvem planejamento e execução de projetos e ações destinados à melhoria e controle das demandas da área de infraestrutura, tendo como exemplos, os recursos hídricos, saneamento básico e ambiental, controle das enchentes, preservação do meio ambiente nas áreas das Bacias Hidrográficas, integração do sistema viário e de transportes, desenvolvimento urbano e controle do uso do solo.

Conforme já abordado neste trabalho, em termos gerais, as mudanças importantes que possibilitaram aos municípios se organizarem em consórcios, começaram a ocorrer no processo de transição democrática, que culminaram na Constituição de 1988, com a descentralização da estrutura federativa brasileira. Essa alteração consagrou os municípios como ente federativo e autônomo, abrindo caminho para o surgimento de consórcios temáticos em todo o país. Estes momentos mais contemporâneos do federalismo brasileiro foram expostos por Abrucio e Soares (2001), da seguinte forma:

⁶⁶Com a denominação de Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, foi instalado oficialmente na Câmara Municipal de Santo André em 19 de dezembro de 1990. Autorizado por leis municipais, nos termos da Constituição Estadual e nas respectivas Leis Orgânicas, é formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Uma sociedade civil de direito privado, constituído por um órgão deliberativo, o Conselho de Municípios, congregando os sete prefeitos, por um Conselho Fiscal, formado por membros indicados pelas Câmaras de Vereadores de cada município e por um Conselho Consultivo, integrado pelas entidades da sociedade civil organizada. A presidência do Consórcio é exercida por um dos prefeitos dos municípios associados e tem um mandato de um ano, devendo indicar um assessor jurídico e um assessor executivo que através da Secretaria Executiva coordena a execução dos trabalhos e o encaminhamento das deliberações, possui uma coordenação geral, uma sub-coordenação e um corpo técnico e administrativo permanente de funcionários, além dos técnicos disponibilizados pelos municípios, com o objetivo de contribuir e se integrar aos grupos de trabalhos constituídos. Seus recursos financeiros são constituídos de acordo com as cotas de contribuição anual proporcional com base nas receitas de cada um dos municípios integrantes.

“Mais recentemente, passamos por dois momentos bastante distintos em termos federativos. No primeiro, vigente no regime militar, foi constituído um modelo centralizador autoritário, no qual se buscou controlar estritamente os poderes subnacionais, nos âmbitos político, financeiro e administrativo, além de ter ocorrido uma ampla expansão da intervenção estatal, com destaque para as áreas econômica e social, num processo comandado de forma tecnocrática pela União. Com o acaso desse regime, adveio a redemocratização, que procurou virar de ‘cabeça para baixo’ o paradigma anterior. É interessante analisar como essa trajetória da Federação brasileira moldou um novo padrão de relações intergovernamentais.” (ABRUCIO E SOARES, 2001:52)

No entanto, mesmo com maior autonomia dos municípios, *“logo se tornaram evidentes as fragilidades administrativas dos mesmos de tal forma que continuavam dependentes de recursos estaduais e federais”* (REIS, 2005:19), o que acabou também reforçando o aparecimento dos consórcios temáticos com o intuito de solucionar as dificuldades vivenciadas por municípios de uma mesma região, em termos de problemas ambientais, enchentes, destinação do lixo urbano, saúde, transportes entre outras preocupações específicas.

Apesar de seu surgimento ter vinculações diretas com as mudanças ocorridas no sistema federativo brasileiro, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC diferentemente da grande maioria dos consórcios que foram surgindo nesse período, foi instituído em meio a concepções mais amplas de integração regional, passando a ser o ponto de partida para o desenvolvimento de uma articulação que procurou envolver além dos

poderes públicos, agentes privados, universidades, representantes empresariais e comerciais, entidades sindicais entre outras representações consideradas importantes da região, numa Proposta Regional que em meio a seus objetivos, primava pela retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC.

É importante ressaltar ainda que, o fato de ter a sua origem na busca de soluções para o enfrentamento conjunto dos problemas pelos quais passava a região, possibilitou ao Consórcio do Grande ABC um novo olhar sobre a política local. Permitiu buscar uma maneira diversificada de contestação da política tradicional, se contrapondo ao bairrismo e à troca de favores, tão marcantes na política brasileira. Seus principais idealizadores entendiam que as *“transformações no plano internacional, que deram origem à globalização, somadas às mudanças no contexto brasileiro, colocaram em pauta novos temas, principalmente os referentes ao papel da esfera local, incluindo a necessidade de refletir sua importância numa reformulação do pacto federalista, enquanto componente de um projeto nacional”* (SACRAMENTO, 2003:60).

Apesar de alternar períodos de intensa participação e outros de arrefecimento, o caminho encontrado através do Consórcio Intermunicipal, para buscar a cooperação entre os municípios contribuiu para o entendimento, por parte de diversas entidades sociais, de que em termos de representação legislativa, o Grande ABC, não se equivalia ao seu peso econômico, ou seja, sua representação política nos cenários estadual e federal estava aquém de sua importância econômica. Este sentimento levou as entidades sociais a criarem um movimento intitulado “Voto no Grande ABC” que nas eleições de 1994, assumiu como principal objetivo, fortalecer a representatividade da região, investindo no aumento da bancada legislativa, tanto para o Congresso Nacional, quanto para a Assembléia Legislativa, suscitando, desta forma, maiores possibilidades de surgimento de novas lideranças políticas.

Esse movimento conseguiu seu intento, elegendo pela região sua maior bancada de deputados. Foram cinco representantes no Congresso Nacional e oito na Assembléia Legislativa. Entre os deputados eleitos, dois eram ex-prefeitos fundadores do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Celso Daniel (Santo André) e José Augusto da Silva (Diadema), eleitos para o Congresso Nacional pelo Partido dos Trabalhadores, com o apoio do movimento sindical, sobretudo, àqueles representados pelo sindicalismo CUT.

Apesar de seu caráter efêmero, o surgimento desse movimento remonta à própria história de crescimento econômico que a região experimentou em outros períodos, e que ensejou uma sociedade bastante participativa e organizada, estimulada através dos conflitos entre capital e trabalho, ocasionados pela presença na região de grandes indústrias e de um sindicalismo atuante. Neste aspecto, o movimento contribui para a ampliação da cooperação intergovernamental dando ênfase a um futuro caráter regional, buscando ter uma região fortemente representada nos dois níveis.

A partir desse resultado positivo em termos regional, o que era um movimento especificamente para o período eleitoral, começou a tomar corpo. Os representantes do movimento Voto no Grande ABC começaram a discutir a necessidade de organizar um movimento de natureza permanente e que se constituísse em um instrumento de representação da sociedade para a discussão dos problemas da região. Foi então que, através do documento “Carta do Grande ABC”, foi criado em março de 1995, o “Fórum da Cidadania do Grande ABC”

O Fórum da Cidadania tinha como finalidade agregar e mobilizar os setores organizados da sociedade, buscando sua inserção no processo de governança regional, ações que lhe conferiam um papel totalmente

diferenciado daquele do Consórcio Intermunicipal, que congregava no seu conselho deliberativo somente o executivo municipal das sete cidades da região.

Entretanto, a incumbência de agregar no Fórum da Cidadania vários setores da sociedade não foi uma missão das mais fáceis, principalmente pela resistência dos sindicatos de trabalhadores em participar de um fórum inicialmente articulado por setores empresariais.

De acordo com Abrucio & Soares (2001), este episódio foi importante e se constitui num exemplo dos avanços alcançados na região do estabelecimento de diálogo entre capital e trabalho. Na concepção dos autores:

“(...) o Fórum da Cidadania foi constituído, primeiramente, por setores ligados ao capital, à medida que foi incorporando outros setores sociais teve que incorporar as demandas das entidades sindicais, fortes na região, mas que tinham uma desconfiança inicial de se incorporarem a uma instituição com a presença de empresários. A entrada dos sindicatos só foi possível e se consolidou porque ficou cada vez mais claro que esse relacionamento se estabeleceria em função dos interesses compartilhados pelo conjunto da sociedade civil, que justificam uma agremiação e ação destes setores, respeitando as eventuais divergências. (ABRUCIO & SOARES, 2001:166)

Essa participação dos sindicatos de trabalhadores no Fórum da Cidadania pode ser assinalada como um exemplo dos avanços alcançados, principalmente na relação entre capital e trabalho. A ampliação da

participação de diversas entidades sociais possibilitou ao Fórum da Cidadania funcionar como um revigorante para a retomada da agenda regional, principalmente como a grande mola propulsora para a retomada da pauta regional e para criação da Câmara Regional do Grande ABC.

Atuando da mesma forma que o movimento que o originou, atuou nas eleições de 1994 para o Congresso Nacional e para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o Fórum da Cidadania promoveu ainda debates entre os candidatos aos cargos executivos dos municípios do Grande ABC, cobrando sempre uma perspectiva regional na condução da política local.

Essas ações foram decisivas para que a pauta dos debates privilegiasse sempre a regionalidade, repercutindo de forma decisiva tanto para a sucessão dos prefeitos quanto para os novos rumos da experiência de articulação e cooperação intermunicipal, contribuindo, incisivamente para que os governos locais entendessem *“as questões intermunicipais como fundamentais para o futuro de seus próprios municípios, abandonando o isolamento das ações puramente limitadas às fronteiras de seus próprios municípios”* (DANIEL, 1999b:4).

Dessa forma, o Fórum da Cidadania do Grande ABC ao convencionar a participação das entidades sociais no processo de governança regional, *“fez muito mais do que manter acesa a ‘flama’ da ação regional: deu a esta um segundo fôlego social”* (COCCO, 2001: 7), tendo um papel fundamental na constituição de uma nova etapa da experiência de cooperação intergovernamental.

O estabelecimento do Decreto Estadual de Produtividade e Competitividade de 1995, o qual previa o estabelecimento de condições para a criação de câmaras regionais no Estado de São Paulo, acabou combinando com as expectativas manifestadas através dos atores

sociais, articulados no Fórum da Cidadania, avançando na constituição de uma nova etapa da cooperação intermunicipal, agora com o estabelecimento da Proposta Regional, articulada com a participação e incorporação de outros agentes sociais nos fóruns que tinham somente a participação do poder público.

Novos atores sociais na Proposta Regional

Dizíamos ao longo deste estudo que o que tornou o Grande ABC singular foi a leitura da crise que se apresentava na região e a proposta de encontrar saídas conjuntas para o problema. E foi também essa particularidade que permitiu avançar na cooperação intermunicipal, quando perceberam a necessidade da entrada de novos personagens na cena regional.

Em seu livro, Quando novos personagens entraram em cena, Sader (1988), analisa o esfacelamento de velhas instituições sob a ação de novos movimentos sociais, mostrando que esses novos personagens são formados de práticas, falas e interpretações pouco a pouco construídas, de múltiplas maneiras, por diferentes pessoas cujas experiências puderam, no entanto, ser conjugadas. De acordo com o autor, as diferentes percepções, diferentes formas de organização e diferentes enfrentamentos possibilitam o nascimento de uma vontade coletiva de ação na luta por diferentes direitos. Para ele, o surgimento de novos movimentos sociais possibilita novos significados que:

“(...) constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade. A potencialidade das novas matrizes está, portanto, tão ligada à consistência interna das suas categorias

e modalidades de abordagem do vivido quanto à sua abertura, às fissuras que deixa para poder incorporar o novo, aquilo que era ainda indizível e para o que não poderia necessariamente haver categorias feitas”. (SADER, 1988: 143)

Mesmo reconhecendo os méritos do governo estadual pela iniciativa de constituir câmaras regionais, como forma de estender as redes de cooperação federativa, que até então estavam restritas à esfera intermunicipal, torna-se difícil refletir sobre o surgimento de uma Câmara Regional, numa região que não reunisse as experiências pelas quais passou o Grande ABC paulista.

Desta forma, as experiências adquiridas com a instituição do Consórcio Intermunicipal e o surgimento do Fórum da Cidadania possibilitou a criação da Câmara Regional do Grande ABC em março de 1997, tendo como principal preocupação *“estimular o desenvolvimento econômico local, com a participação de setores da comunidade e das prefeituras da Região”* (DANIEL, 1999b: 4).

Como já abordado anteriormente neste estudo, a Câmara Regional foi fortemente inspirada pela experiência da Câmara Setorial Automotiva e, conforme observam Abramo e Leite (1998):

Além do ímpeto sindical presente no seu nascedouro – que via na proposta uma forma de contornar a derrota política sofrida pela Câmara Automotiva com a saída do governo federal- vale destacar que ela retoma duas características centrais da experiência anterior: o enfoque centrado no conceito de cadeia produtiva e o esforço de construção de um espaço

público de expressão e negociação de diferentes interesses (ABRAMO E LEITE, 1998:18).

Para avançar no processo de cooperação regional com a criação da Câmara do Grande ABC, os atores sociais perceberam a complexidade dos problemas que afetam as regiões metropolitanas, a incerteza gerada pela velocidade e profundidade das transformações oriundas dos processos de reestruturação produtiva e de globalização da economia, a necessidade de instrumentos públicos de gestão que permitam estabelecer metas consensuais de médio e longo prazos e a necessidade de construir mecanismos adequados para aglutinar todos os setores e segmentos envolvidos com os problemas e soluções da região.

Todos esses fatores mostraram que a Câmara Regional, apesar de ter sido inspirada nas câmaras setoriais, apresentou mudanças importantes em relação a ela, sobretudo, com a inclusão de atores sociais antes não contemplados, o que acabou ampliando o tripartismo para um multipartismo. Também modificou o foco sobre as cadeias produtivas que passaram a ser pensadas como partes constitutivas de um território, deixando de serem vistas apenas em âmbito meramente geográfico ou administrativo, mas, em um espaço socialmente organizado. Com efeito, essas preocupações se incorporaram à tentativa de definição de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico local.

Para possibilitar o estabelecimento de um espaço plural, onde todos os atores, exceto o Governo Federal, pudessem participar da articulação regional, a Câmara do Grande ABC, foi organizada com uma composição que privilegia a participação do Governo do Estado (governador e alguns secretários de estado), Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (sete prefeitos), Fórum da Cidadania, parlamentares da região (sete presidentes das câmaras municipais, deputados estaduais e federais eleitos pela região), cinco representantes empresariais e cinco dos

trabalhadores. Sua estrutura institucional possui uma Presidência de Honra (governador do Estado), um Conselho deliberativo (composto por 67 integrantes das instâncias envolvidas), Coordenação Executiva (constituída por 25 integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo), Grupos Temáticos - GTs (formados por representantes de todas as entidades que compõem a Câmara). Apesar de não constar na estrutura institucional, existem os subgrupos que organizados pelos GTs são responsáveis pelo tratamento de temas específicos e, posteriormente levados à análise e deliberação da Coordenação Executiva para serem submetidos ao Conselho Deliberativo.

Com uma composição bastante ampla e, participações diferenciadas, em diversos níveis de representantes de entidades que partem de suas perspectivas específicas para produzir coletivamente acordos voltados aos interesses de uma região, só poderia lograr resultados positivos, se os atores tomassem consciência de que *“o que está em jogo na Câmara Regional é a criação de uma esfera democrática, simultaneamente pública e não estatal espaço plural em que, de modo transparente, fica estabelecido o debate público, onde são tomadas decisões consensuais. Esta é, portanto, uma primeira dimensão da Câmara como modelo específico de governança local”* (DANIEL, 1999b: 17).

A criação da Câmara Regional, além de expandir as atividades do Consórcio Intermunicipal, principalmente, no que diz respeito ao envolvimento dos atores sociais nas ações e articulações políticas, ampliou também as discussões temáticas, uma vez que trouxe para o primeiro item da agenda regional a retomada do desenvolvimento econômico e social, pois, teve como *“principal mérito estender as redes de cooperação federativa, que até então estavam restritas à esfera intermunicipal estabelecidas no Consórcio”* (ABRUCIO & SOARES, 2001:176).

No primeiro ano de funcionamento, a Câmara Regional centrou esforços na estruturação da entidade, incluindo a constituição dos Grupos Temáticos (GTs) responsáveis pelas elaborações de propostas de ação regional que seriam futuramente transformadas em acordos⁶⁷.

Poucos meses após sua criação, a Câmara organizou um seminário internacional sobre Desenvolvimento Socioeconômico, que contou com a exposição de várias experiências internacionais sobre a gestão de reestruturação local. O seminário teve como resolução a elaboração do documento formulado em 19 de maio de 1997, com o título de Carta do Grande ABC, que se tornou a diretriz básica para as discussões técnicas nos Grupos Temáticos. Esse documento traduziu o entendimento que os atores sociais tinham sobre as transformações que ocorreram no ABC e seu impacto sobre a identidade regional, compreenderam que *“apesar da relevância das experiências internacionais, a região terá que procurar o seu próprio caminho de desenvolvimento”* (KLINK, 2001:181).

Baseados na Carta do Grande ABC, os Grupos Temáticos definiram trabalhar, inicialmente, com quatro temas prioritários: Desenvolvimento econômico e emprego, planejamento urbano e de meio ambiente, desenvolvimento social, aspectos administrativos e tributários que, acabou originando propostas de acordos, levando a Câmara a realizar um novo seminário para organizar essas propostas.

O segundo seminário da Câmara do Grande ABC realizado em julho de 1997, baseado nas propostas dos Grupos Temáticos, definiu 31 prioridades de ação regional que após um processo de debates e reuniões na Coordenação Executiva foram estruturadas em 9 Acordos Regionais, aprovados e assinados pelo Conselho Deliberativo em novembro do mesmo ano. Esses acordos que se constituíram nos

⁶⁷ Sobre as Rodadas de Acordos, ver ABRUCIO & SOARES, 2001, páginas 179 a 184.

primeiros da Câmara, apresentaram grandes variáveis de finalidades que foram desde os assuntos econômicos, passando por planejamento físico territorial, até inclusão social e foram organizados da seguinte forma:

1. Criação de uma agência regional de desenvolvimento econômico.
2. Ações voltadas para o aumento da competitividade das cadeias produtivas do ABC.
3. Formação profissional para o Grande ABC e implementação de um observatório de emprego.
4. Ação de combate às enchentes (macrodrenagem).
5. Obras de melhorias no Sistema Viário Anchieta-Imigrantes.
6. Revisão da Lei Estadual Ambiental de Mananciais, nº 9472/96, (flexibilizar a legislação para instalação de indústria não poluentes compatíveis com a proteção dos mananciais).
7. Desenvolvimento de um circuito turístico e cultural na região.
8. Movimento Regional “Criança Prioridade 1”.
9. Movimento de alfabetização de jovens e adultos (MOVA).

Alguns acordos foram viabilizados, outros não tiveram a condução desejada, seja por falta de empenho dos atores envolvidos ou por falta de detalhamento do plano de ação. Para Daniel, (1999), parte desses primeiros acordos apresentou ambigüidades na abordagem do assunto, afirmou que:

“Os primeiros acordos, assinados em novembro de 97, envolveram uma ambigüidade: enquanto uma parte deles representou, efetivamente, compromissos de ação concretos, assumidos pelos tomadores de decisão, outros de maneira distinta, eram muito mais espécie de carta de intenção (às vezes com propostas bastante detalhadas),

referências para a ação futura, mas não propriamente compromissos no primeiro sentido. O processo de implementação dos acordos expressa, pois tal ambigüidade.” (DANIEL, 1999:11)

No ano de 1998 a Câmara do Grande ABC passou por uma espécie de redefinição de competências realizando uma reestruturação interna nos Grupos Temáticos, com o objetivo de torná-los mais adequados às demandas que estavam surgindo, tanto para o monitoramento da implementação dos primeiros Acordos Regionais, quanto para as discussões e preparação para uma nova rodada.

Apesar do ano eleitoral⁶⁸, foram viabilizados mais 12 Acordos Regionais em agosto de 1998, porém, mesmo refletindo as preocupações dos novos grupos de trabalho que agregaram a Câmara⁶⁹, a segunda rodada, apesar de ter apresentado novos temas, apresentou também uma continuidade dos temas que já existiam. As propostas acordadas foram as seguintes:

- 1 Implantação do Pólo Tecnológico.
- 2 Aumento da competitividade das cadeias produtivas.
- 3 Tratamento de efluentes industriais.
- 4 Ampliação do sistema de controle de drenagem de águas pluviais.
- 5 Melhoria no sistema regional de saúde.
- 6 Ampliação de oferta habitacional na região.
- 7 Qualificação de mão-de-obra para o setor petroquímico.
- 8 Ampliação da oferta de empregos no setor de comércio da região.
- 9 Revitalização do setor moveleiro.
- 10 Fortalecimento do movimento regional “Criança Prioridade 1”.

⁶⁸ Eleições para Governo Estadual e Presidência da República.

⁶⁹ Pólos tecnológicos, fortalecimento das cadeias produtivas.

- 11 Melhoria do sistema regional de circulação e transportes.
- 12 Aprimoramento do sistema regional de transporte coletivo.

Nessa segunda rodada, os acordos se *“mostraram ainda bastante modestos devido à referida falta de compromisso dos atores e, desta vez, reforçada ainda mais pelo momento de assinaturas dos acordos num ano eleitoral”* (KLINK, 2001:184).

Mesmo levando em conta que o estabelecimento de acordos fosse parte de uma proposta de valorização dos Grupos Temáticos, usando do incentivo à participação, os membros do Conselho Deliberativo, por meio de um balanço realizado no final dos anos de 1998, entenderam que era necessário identificar de forma mais precisa as necessidades da região, buscando através deste conhecimento a implementação de ações estratégicas. Assim, iniciou uma terceira e mais sofisticada etapa de elaboração de acordos através da realização de um planejamento que levasse em conta a preparação de uma estratégia para o Grande ABC.

Foi formada uma comissão composta por representantes da Câmara Regional⁷⁰ que elaborou um diagnóstico sobre a região, apresentado no 1º workshop de Planejamento Regional, realizado em março de 1999. Também coube a esta comissão a sistematização do material produzido durante a realização do evento e a elaboração de um documento intitulado “Grande ABC: Cenário Futuro”, aprovado em reunião do Conselho Deliberativo, em agosto de 1999, que teve como principal desafio preparar o Planejamento Regional Estratégico⁷¹ que colocava em pauta as seguintes questões:

⁷⁰ “Um grupo força-tarefa da liderança regional, composto por representantes do primeiro escalão das prefeituras (e às vezes até envolvendo prefeitos), das empresas, sindicatos, imprensa e sociedade civil (...). (KLINK, 2001:186)

⁷¹ Ver MELLO, 2002: sobre Planejamento Regional Estratégico.

“Uma perspectiva de futuro para o Grande ABC deve oferecer respostas criativas e, em paralelo ao duplo desafio que se põe às gerações presentes. Essa deve buscar, de um lado, o surgimento de novas tendências de desenvolvimento, consistentes, que requalifiquem e potencializem o ambiente econômico regional, na indústria e na expansão do setor de serviços e comércio de alto valor agregado. De outro, com importância equivalente, criar as condições para o aperfeiçoamento e renovação contínua do parque industrial já existente.

Um cenário desejado para os próximos dez anos, portanto, vislumbra a região como o grande centro de terciário avançado do Brasil, mas sem abandonar – ao contrário, otimizando-a – a vocação industrial que faz parte de sua história e foi a razão de seu desenvolvimento passado.

Essa travessia exige ousadia e pede novos paradigmas em matéria de desenvolvimento urbano e planejamento – aí entendidos como um conjunto de ações capazes de produzir a infra-estrutura necessária à expansão dos setores econômicos avançados e, especialmente, as medidas sociais e políticas orientadas no sentido de promover a equidade social e a sustentação ambiental para todo o Grande ABC e em todos os estratos da população (...). No Plano da Política regional, ter-se-á de caminhar para a madura identificação dos papéis e das vocações preferenciais de cada um dos municípios que compõem o Grande ABC, numa

perspectiva de fixar o conceito de “rede de cidades” e dele extrair o máximo de sinergia(...).” (Câmara ABC, 1999: 11)

O planejamento procurou contribuir com propostas criativas com o surgimento de novas tendências do desenvolvimento industrial, consistentes com o ambiente econômico regional e a expansão do setor de serviços e comércio de alto valor agregado, além de criar condições para o aperfeiçoamento e a renovação contínua do parque industrial já existente.

Um cenário desejado para o futuro, na visão dos atores sociais constituídos na Câmara Regional do Grande ABC, era uma ampla proposta de reconversão econômica e social com o propósito de fortalecer as “cadeias produtivas de bens de serviços, desenvolvendo um centro tecnológico baseado na produção e no trabalho qualificado” (Leite apud Sacramento, 2003:83) para que a região pudesse continuar sendo atrativa às grandes empresas. Estes cenários foram traçados baseados em temas como economia; indústria; planejamento urbano e ambiental; ações políticas e institucionais e comunidade cidadã, assuntos importantes na articulação regional.

No tema Economia, os debates se voltaram para o setor terciário e a indústria. No setor terciário, visando estimular a criação de pólos de prestação de serviços, o Planejamento Estratégico indicou a necessidade de caracterizar o Grande ABC como centro do setor terciário avançado no Brasil e como um dos eixos de vanguarda da Grande São Paulo, definida como metrópole mundial ou cidade global.

Para atingir esse objetivo, o planejamento apontou para a necessidade de buscar o máximo de equilíbrio entre os grandes investimentos no setor e a base de comércio e serviços existentes na região. Esse equilíbrio

aconteceria com a definição de projetos de desenvolvimento comercial, os quais, à maneira dos distritos industriais Marshallianos⁷² permitiriam fortalecer os vários núcleos do comércio local e de rua, estimulando a geração de empregos e o desenvolvimento dos centros urbanos dos municípios da região. Portanto, o Grande ABC deveria organizar a distribuição de bens e serviços possibilitando o atendimento da sua demanda interna, dificultando a busca desses serviços em outras localidades, melhorando, desta maneira, a competitividade regional neste segmento. Analogamente, deveria contemplar a dinamização do comércio de rua nas áreas centrais dos municípios, em paralelo a uma política de zoneamento; estimular o turismo regional em geral, inclusive com a recuperação de áreas ambientalmente degradadas; criar núcleos de apoio e desenvolvimento da produção (marketing, design, informática, métodos de gestão, etc.) e da pesquisa para o terciário local; propiciar o desenvolvimento de serviços de lazer e entretenimento de porte metropolitano, associados às atividades culturais e esportivas regulares.

O tema Indústria apontou como base da estratégia a necessidade de renovar e aperfeiçoar o patrimônio já existente, partindo da constatação de que um cenário otimista para o Grande ABC, moderno, cosmopolita, com múltiplas vocações, só se viabilizaria com a manutenção e a modernização constante do parque industrial, que tem sido o propulsor da geração de riqueza e de empregos na região. Essa estratégia teria de levar em conta o perfil industrial atual e possível dos municípios do Grande ABC, buscando sinergias e a complementação das cadeias produtivas, a partir de vocações preexistentes e também das novas vocações mutuamente pactuadas entre as autoridades políticas e os

⁷² Alfred Marshall definiu as economias externas localizadas como aquelas derivadas dos transbordamentos de conhecimento, da presença de trabalho qualificado, e das interdependências e ligações nos mercados locais. Sua análise sobre os distritos industriais ingleses inspirou uma extensa literatura voltada à compreensão das aglomerações de pequenas firmas reunidas geograficamente.

agentes econômicos de cada um dos municípios. Da mesma forma, deveria estimular o surgimento de novas tendências industriais, apoiando a criação de núcleos de empreendedores voltados ao beneficiamento de bens recicláveis.

Nos temas Planejamento Urbano e Ambiental, as discussões levantaram a necessidade da transição de uma região centrada na indústria de corte fordista para um centro urbano de dupla vocação econômica: indústria moderna e terciário avançado, o que requer o desenvolvimento de um plano urbanístico capaz de abrigar o novo cenário sem os inconvenientes do modelo anterior. Todavia, o plano urbano na definição de cenário futuro, não deve ser entendido apenas como uma série de projetos de infra-estrutura (viária, saneamento, etc.), mas como um conjunto de programas, ações e decisões políticas visando o desenvolvimento integral de um ambiente urbano, dentro de uma perspectiva de longo prazo. Isso significou colocar o planejamento urbano e ambiental no centro da estratégia de desenvolvimento sustentado do Grande ABC.

O tema Ações Políticas e Institucionais pressupôs o desenvolvimento de um novo cenário pautado por novos paradigmas de ação e representação política no plano regional e nacional, bem como a exigência de uma nova arquitetura financeira e tributária. Em âmbito nacional, caberia à região elevar seu projeto urbano e econômico à condição de projeto nacional, sensibilizar o Congresso e a Presidência da República sobre a importância desse enfoque para todo o país. No plano regional, seria importante o estabelecimento de uma governança local com a criação de uma instância de gestão para a região, acima do município e abaixo do estado, visando implementar o plano de desenvolvimento urbano, ambiental e econômico do Grande ABC. Para isso, apontou-se a necessidade da democratização das formas de representação através de uma reforma política que estimulasse a participação de novos atores sociais nesse processo político.

Sobre o tema Comunidade Cidadã, o cenário desejado apontou para a necessidade de uma nova concepção do conceito de comunidade cívica estabelecido pela relação entre a esfera pública e a esfera privada. Isso significou pensar uma nova abordagem dos direitos e deveres no ambiente urbano em todos os planos da sociabilidade, o que requeria, para o sucesso da ação regional, o abandono da visão particularista, do corporativismo e das atitudes meramente defensivas e pessimistas. Para alcançar esses objetivos, os atores sociais entendiam ser necessário estimular a busca por soluções consensuais para os problemas comuns, tanto em nível municipal quanto regional.

Como forma de alcançar o cenário estabelecido pelo Planejamento Regional Estratégico, foram constituídos Eixos Estruturantes (EE)⁷³ que tiveram como principal objetivo congregar assuntos nos chamados Grupos Temáticos (GT's) e possibilitar que as suas ações fossem desenvolvidas conectadas entre si e com as dos outros Eixos. Foram agrupados temas como Educação e Tecnologia; Sustentabilidade das Áreas de Mananciais; Acessibilidade e Infra-Estrutura; Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas; Ambiente Urbano de Qualidade; Identidade Regional e Estruturas Institucionais; Inclusão Social.

Para o eixo Educação e Tecnologia, o planejamento regional estratégico estabeleceu a necessidade de se iniciar um processo marcante de aprimoramento do sistema educacional da região, de promover uma verdadeira revolução tecnológica com o objetivo explícito de fortalecer suas cadeias produtivas de bens e serviços e desencadear novas vocações. Desta forma, a intensificação dos esforços centrados na Educação Básica aparece no primeiro plano desse eixo, visando a

⁷³ Eixos Estruturantes são os agrupamentos temáticos de programas e ações utilizados no processo do planejamento regional estratégico como possibilidade de realização do cenário desejado para o futuro do Grande ABC.

melhoria da educação e o aumento do grau de escolaridade de jovens e adultos. Além disso, para médio e longo prazos, visava a criação de centros setoriais de pesquisa e desenvolvimento, centros setoriais de apoio e difusão tecnológica, cursos de engenharia, cursos tecnológicos e técnicos e a constituição de incubadoras e parques tecnológicos.

Em Sustentabilidade das Áreas de Mananciais, o planejamento estratégico assinalou a necessidade de preservação das áreas produtoras de água potável. Como 56% das áreas do Grande ABC são áreas de proteção aos mananciais, foram consideradas ações imprescindíveis a criação de um banco de dados georeferenciado, com uma adequada legislação ambiental e urbanista, aliada a um forte trabalho de sensibilização e educação ambiental, bem como um eficiente sistema de fiscalização, monitoramento e controle. Apesar de toda prevenção, seria possível o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com essa preservação.

Para Acessibilidade e Infra-estrutura, o desafio colocado foi o de constituir uma nova centralidade no âmbito da região metropolitana, inclusive com a preocupação de caracterizar a Grande São Paulo como um espaço policêntrico e sede de uma nova cultura urbana. No que diz respeito à acessibilidade, as ações deveriam levar em conta a urgência em promover uma melhor integração entre o Grande ABC e o município de São Paulo, bem como o acesso interno entre os municípios da região, de tal modo que os planos urbanos e viários municipais se integrassem entre si, ao Rodoanel e ao Porto de Santos, num conjunto de ações que buscasse a interação dos agentes locais, não apenas daqueles diretamente ligados ao processo produtivo, criando vantagens comparativas, que serviriam de “âncoras” à localização das empresas na Região. Assim, além do fortalecimento da atual estrutura industrial, permitiria a criação de redes de produção cooperativas (na indústria ou fora dela), com forte descentralização dos processos produtivos, alto

índice de inovação tecnológica e, conseqüentemente, alta competitividade e capacidade de crescimento.

No eixo Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas, as propostas partiram de duas vertentes: a primeira delas se referia à necessidade de amadurecimento das discussões que já vinham sendo realizadas pelos Grupos Temáticos da própria Câmara Regional, faltando transformá-las em ações concretas, com os detalhamentos necessários para se chegar ao cenário pretendido. A segunda vertente dizia respeito à constatação da necessidade de interferir no processo de reestruturação das cadeias produtivas existentes no Grande ABC e no desenvolvimento de novas cadeias que pudessem permitir um crescimento sustentado e dinâmico da economia regional. Baseado no cenário, o planejamento enfatizou a importância de se manter as cadeias industriais automobilísticas e petroquímicas instaladas na região, bem como, o estímulo à modernização tecnológica e de cooperação das micro e pequenas empresas.

Para Ambiente Urbano de Qualidade, as propostas partiram da concepção de ser necessário conservar e recuperar o meio ambiente da região. Para isso seria imprescindível colocar o planejamento urbano e ambiental no centro da estratégia de desenvolvimento sustentável do Grande ABC.

No eixo Identidade Regional e Estruturas Institucionais, as propostas apontaram para a necessidade de aproximar o projeto regional da população do Grande ABC. Por outro lado, propuseram a ampliação dos horizontes de atuação da Câmara Regional para além dos limites da região. Para isso, seriam importantes a constituição da comunidade cívica regional e a criação de laços de identificação para que cada cidadão viesse a se sentir também responsável pelos destinos da região. O planejamento apontou ainda a necessidade de investimento em marketing

regional e uma modernização administrativa no setor público, como ações preponderantes para melhorar a relação com os municípios e para a democratização da gestão pública.

Para Inclusão Social, o planejamento colocou a importância de articulações intergovernamental e intersetorial, sobretudo com a participação da sociedade, objetivando buscar o desenvolvimento de políticas que minimizassem a exclusão social. As ações procuraram estabelecer diretrizes voltadas a programas que pudessem ser delineados a partir das carências definidas pela própria população da Região, tendo como referência a garantia de direitos de cidadãos e considerando a família como núcleo privilegiado de organização, através de um programa de renda mínima, criação de frentes de trabalhos, estímulos às cooperativas de produção e bancos de crédito popular, além de apoio à criança e adolescente, oferecendo amparo, especialmente aos menores em situação de risco social e pessoal com campanhas de orientação para a prevenção às drogas, programas de profissionalização de adolescentes e apoio à pessoa portadora de deficiência.

Essas propostas, que constituíram a agenda regional, não foram elaboradas somente por ocasião da realização do Planejamento Estratégico, mas edificadas ao longo dos anos 90, período em que a região produziu uma ampla e complexa organização institucional, sistematizadas no planejamento através da elaboração de metas para alcançar o cenário desejado, constituindo-se em uma experiência única e inovadora em nível nacional. Apesar de ter estabelecido, de forma metodológica, a construção do cenário desejado por meio de uma agenda bem elaborada, faltaria ao projeto regional transformar o planejamento em ação.

Novas propostas para a política regional

Conforme vimos, a rodada de Acordos durante o segundo seminário da Câmara do Grande ABC realizado em julho de 1997, aprovou entre outras prioridades, a criação de uma agência regional de desenvolvimento econômico.

Consistindo em um dos acordos mais importantes da Câmara, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (ADE), foi instituída em 27 de outubro de 1998, constituindo-se na última instituição que completa o sistema de governança regional para, em conjunto com o Consórcio Intermunicipal, dar suporte institucional aos trabalhos coordenados pela Câmara Regional, tendo sua atuação voltada para a revitalização da economia regional, para a promoção de um desenvolvimento econômico sustentado, para a criação de um sistema de informações socioeconômicas da região, para a realização de marketing regional e, para as ações de apoio e fomento às micro e pequenas empresas.

A ADE foi criada como uma organização não governamental⁷⁴ mista, composta pelas Prefeituras dos sete municípios, representadas pelo

⁷⁴As organizações não governamentais, também conhecidas pelo acrônimo ONG, são associações do chamado Terceiro Setor que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade. Estas organizações podem ainda complementar o trabalho do Estado, realizando ações onde ele não consegue chegar, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas, para tal fim.

Atualmente, estudiosos têm defendido o uso da terminologia organizações da sociedade civil para designar as mesmas instituições. É importante ressaltar que ONG não tem valor jurídico. No Brasil, três figuras jurídicas correspondentes no novo Código Civil compõem o chamado Terceiro Setor: associações, fundações e organizações religiosas (que foram recentemente consideradas como uma terceira categoria), que podem ser qualificadas como OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Com esta qualificação, podem remunerar seus diretores sem perder algumas imunidades tributárias, além de poder realizar Termos de Parceria com órgãos governamentais. Constituem importante alternativa para que a iniciativa privada intervenha de maneira organizada na sociedade, promovendo ações sociais, culturais ou assistenciais, o Estado brasileiro, de maneira compensatória, oferece-lhes benefícios fiscais.

O sociólogo Hebert José de Sousa, o Betinho, definia as organizações não governamentais da seguinte forma: “uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. As ONGs

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, pelas Associações Comerciais, pelo SEBRAE / SP⁷⁵, pelas Empresas do Pólo Petroquímico, pelas Instituições de Ensino Superior e pelos Sindicatos de Trabalhadores.

Nesta composição, o Consórcio Intermunicipal participa com 49% das ações e as Organizações da Sociedade Civil com 51%.

A direção da ADE é formada por uma Diretoria Executiva composta por um diretor presidente, um vice e um secretário executivo e por um Conselho Diretor composto pelos representantes do Consórcio Intermunicipal, tendo como efetivos os sete Prefeitos municipais e como seus respectivos suplentes os Secretários de Desenvolvimento Econômico⁷⁶ e por um representante efetivo e um suplente das demais entidades sociais.

Todos esses segmentos estão representados no Conselho Diretor, com participação ativa no processo decisório e, desta forma, sua proposta de governança regional é uma experiência pioneira no Brasil, pois congrega organizações da sociedade civil, estabelecendo redes sociais de articulação regional baseadas em cooperação e sinergia.

Sua constituição representou o estabelecimento de um suporte institucional para a condução da proposta elaborada pelo projeto regional, tendo como desafio dar “seqüência a uma primeira fase bem sucedida de constituição da agenda regional do Grande ABC paulista e, portanto,

são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham”.

⁷⁵ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo.

⁷⁶ Conforme esclarece um entrevistado que representa os trabalhadores no Conselho Diretor da Agência de Desenvolvimento Econômico, a “participação dos Secretários de Desenvolvimento foi fundamental durante todos os trabalhos da Agência, pois com os compromissos e a agenda dos Executivos Municipais, seria praticamente impossível às prefeituras participarem efetivamente das reuniões e atividades”.

confirmar a meta alcançada ao longo dos anos 90” (Cocco et alli., 2001: 3).

Para essa missão, a ADE empreendeu uma atuação em conformidade com as diretrizes do Planejamento Regional Estratégico, buscando conduzir seus projetos em quatro áreas de atuação: marketing regional, que tinha como escopo desenvolver ações para divulgar interna e externamente o Grande ABC; apoio e fomento, que visava promover ações de suporte, atração e desenvolvimento de empresas e novos negócios regionais; sistema de informação, que se propunha a sistematizar e difundir as informações sobre a região, com a finalidade de orientar novos investimentos e gerar indicadores econômicos; e trabalho e qualificação profissional, como forma de identificar as demandas e apoiar as ações e programas de qualificação profissional.

A direção da ADE entendia, naquele período, que era necessário buscar o envolvimento dos atores sociais da região, tendo como incumbência unir as instituições públicas e privadas do Grande ABC para promover o desenvolvimento econômico sustentável, transformando-se na entidade promotora de ações que tornassem a região competitiva, moderna e empreendedora, com justiça social e qualidade de vida para a população. Denota-se, portanto, que as finalidades estabelecidas na sua criação como a implementação do marketing regional, a criação de sistema de informações socioeconômicas através da construção de um banco de dados e o apoio às pequenas e médias empresas, deveriam ser acrescidas do incentivo à participação das instituições na resolução dos problemas regionais, mantendo acesas as justificativas que mobilizaram a articulação regional para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC.

Apesar de suas ações serem definidas pela Agenda Regional⁷⁷ e pelos Planos de Trabalho elaborados anualmente no Conselho Diretor, a ADE, mesmo criada pouco antes do início das discussões preparatórias para a realização do Planejamento Regional Estratégico do Grande ABC, desenvolveu um projeto que foi conveniado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para contratar consultoria para a elaboração de diagnósticos e do documento que serviu de base para a construção do cenário futuro⁷⁸. Mesmo que não pautada pelo Planejamento, pode-se dizer que esta foi a primeira ação da Agência, ou seja, buscar financiamento para o desenvolvimento e organização da Agenda Regional.

Coube também à Agência, a organização de diagnósticos para orientar as atividades de fomento, tendo como meta verificar as tendências e potencialidades de crescimento dos setores produtivos da região. Este trabalho, que recebeu o nome de “Diagnóstico Socioeconômico, Tendências e Potencialidades dos Municípios e Região do Grande ABC”, foi encomendado à UNICAMP/IE/NEIT⁷⁹ em julho de 1998 através de convênio realizado com o SEBRAE/SP⁸⁰, que possibilitou uma melhor identificação das cadeias produtivas da região.

Outro levantamento visando elaborar o mapeamento dos setores produtivos considerados estratégicos na proposta de retomada do desenvolvimento econômico da região foi realizado em 1999 através do convênio de cooperação técnica e financeira com o Banco Mundial e o Habitat (órgão ligado à Organização das Nações Unidas – ONU), que

⁷⁷ Definida através do Planejamento Regional Estratégico.

⁷⁸ *Conforme analisado anteriormente, o estabelecimento de um “Cenário Futuro” foi realizado através do Planejamento Regional Estratégico que colocava em pauta uma perspectiva de futuro para o Grande ABC, uma Agenda Regional.*

⁷⁹ Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Economia / Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia.

⁸⁰ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

possibilitou financiar pesquisas para identificação da nova configuração produtiva do Grande ABC. Deste estudo, teve origem a Pesquisa sobre A Atividade Econômica nos Anos 90 no Grande ABC onde foram publicados pela Agência de Desenvolvimento Econômico no período de 1999 e 2002 quatro cadernos, sendo três deles de análises econômicas da atividade industrial, baseadas na Pesquisa de Atividade Econômica Paulista (PAEP) da Fundação SEADE⁸¹ e o outro de análise econômica das empresas de serviços voltadas para a atividade industrial.

Foi também realizada, através de convênio com o Consórcio Intermunicipal, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação SEADE e DIEESE⁸² expandida para o Grande ABC (PED/ABC) cujos diagnósticos elaborados mensalmente ocorreram até 2002. Já a Pesquisa do Setor Informal buscou, através de um levantamento, prover a região de uma análise econômica das empresas informais com até cinco funcionários, dos trabalhadores autônomos e sem carteiras assinadas.

Além disso, com o objetivo de ampliar a eficácia de ações voltadas ao desenvolvimento do Grande ABC, a Agência, estabeleceu atividades de cooperação técnica junto às instituições de desenvolvimento local italianas, em especial a Agenzia Sviluppo Nord Milano, localizada na região metropolitana de Milão na cidade de Sesto San Giovanni⁸³, bem como de intercâmbio de experiências com a região da Emília Romagna⁸⁴.

A ADE também desenvolveu ações voltadas ao trabalho e à qualificação profissional, através de convênio estabelecido com o Ministério do

⁸¹ Sistema Estadual de Análise de Dados.

⁸² Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

⁸³ Sesto San Giovanni é uma comuna italiana da região da Lombardia, província de Milão, com cerca de 81.477 (Censo 2001) habitantes. Estende-se por uma área de 11 km², tendo uma densidade populacional de 7.400 hab/km².

⁸⁴ A Emília-Romagna é uma região situada no norte da Itália com quatro milhões de habitantes e 22.124 km², cuja capital é Bolonha. Uma das Regiões mais prósperas da Itália, considerada referência na produção de jóias (pólo de jóias).

Trabalho e Emprego (MTE) para a realização de cursos orientados ao atendimento de jovens com idade entre 16 e 24 anos. Este programa no Grande ABC chamou-se Consórcio Social ABC da Juventude e foi coordenado pela Agência Econômica. O projeto teve como principal objetivo qualificar e inserir jovens carentes, que nunca tiveram carteira assinada, no mercado formal de trabalho.

Durante a primeira etapa, concluída em junho de 2004, o Consórcio da Juventude contou com a parceria de treze organizações não governamentais (ONGs) e inseriu no mercado 367 dos 992 jovens capacitados. O projeto contou com R\$ 2,3 milhões de recursos do Governo Federal. Nesta fase, foram oferecidos cursos de arte e cultura, beleza e estética, comunicação e marketing, empreendedorismo, meio ambiente e saúde, promoção da qualidade de vida, manipulação de produtos químicos para empresas de cosméticos, telemarketing, inclusão digital e comércio e serviços.

Em conformidade também com as diretrizes do Planejamento Regional Estratégico, a ADE buscou desenvolver ações de apoio e fomento às empresas de pequeno porte⁸⁵, tendo como propósito oferecer suporte para atração e desenvolvimento de empresas e de geração de novos negócios regionais.

Sempre considerando o fortalecimento do setor produtivo a partir das cadeias produtivas, as ações para apoiar e fomentar negócios na região tiveram como escopo as empresas de pequeno porte. A primeira ação da Agência neste sentido ocorreu em 2001 com a implementação de uma rede de incubadora de micro e pequenas empresas, inaugurada no município de Mauá através de uma incubadora de empresas mistas, a Barão de Mauá, seguida por Santo André que em setembro de 2002,

⁸⁵ Micro e pequenas empresas.

criou a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e Educacional, a Innova⁸⁶, ambas se somando a outra incubadora de empresas também de base tecnológica, a lesbec já existente desde dezembro de 1999, no município de São Bernardo do Campo.

Também fez parte desse processo de estímulo às micro e pequenas empresas, a organização de eventos como seminários, palestras e workshop entre outros, sendo o Seminário Cidades Produtivas e Inclusivas, ocorrido em 2002, que possibilitou discutir o papel das estratégias de desenvolvimento das cidades e regiões no panorama internacional, de concorrência das empresas pautada cada vez mais no processo de globalização.

Neste sentido, as atividades de cooperação técnicas estabelecidas junto às instituições de desenvolvimento local italianas possibilitaram às organizações regionais do Grande ABC⁸⁷ observar e destacar a atuação da prefeitura de Sesto San Giovanni, que teve 70% de sua área esvaziada de produção industrial (incluindo parte dos domínios da Pirelli). O esforço das entidades sociais, apoiados pela Agência Nord de Milão,

⁸⁶ Tem como alvo empreendimentos que se caracterizam pelo conteúdo tecnológico e pela inovação de seus processos e resultados, preferencialmente os relacionados com as áreas de software, energia, novos materiais, química fina, telecomunicações, eletroeletrônicos. E no segmento Educacional softwares educativos; multimídias, projetos e produtos para parques científicos e museus, e-learning, criação de centros virtuais para a educação on-line e para o treinamento baseado em Web (via Internet).

⁸⁷ A experiência observada no norte da Itália também foi experimentada no Grande ABC (particularmente na cidade de Santo André) através do Projeto Eixo Tamanduatehy ou Projeto Cidade Futuro que teve sua implantação iniciada no ano de 1998 numa de área de 12,8 quilômetros quadrados. O Projeto previu a substituição de parte da Indústria Pirelli (Setor Cabos) por Centro Empresarial com ampliação e requalificação urbana do sistema viário, criação de mini-parque público, e valor em dinheiro depositado em Fundo de Desenvolvimento Urbano, para cobertura e requalificação de calçadão comercial no centro da cidade. O conceito chave do Projeto Eixo Tamanduatehy é o Urbanismo Inclusivo, que alia a captação pública das mais-valias imobiliárias e fundiárias à promoção da requalificação urbana da área com ações integradas de participação popular, desenvolvimento econômico e inclusão social. Tinha como principal meta priorizar a geração de trabalho e renda por meio da manutenção e atração de atividades produtivas; promoção de habitação e inclusão social; participação popular nos processos decisórios; urbanismo includente, requalificação urbana por meio de transferência de valores materiais (propriedade e renda) e simbólicos (direito à cidade).

possibilitou obter êxitos na reconversão de grandes plantas de siderurgia, como a Falck e a Breda⁸⁸, em pequenas e médias unidades produtivas, devido a um esforço de negociação com os sindicatos, resultando na capacitação para o empreendedorismo dos trabalhadores desempregados das grandes unidades metalúrgicas.

No ano de 2003, a Agência de Desenvolvimento assinou convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁸⁹ para instalação do Posto Avançado do Banco, com o objetivo de facilitar o acesso de micro e pequenos empresários a linhas de crédito e programas de fomento, oferecendo diversas linhas de crédito tais como: FINAME⁹⁰, BNDES Automático⁹¹, FINAME Agrícola, Cartão BNDES⁹² e BNDES Exim⁹³. O Posto de Informações também possibilitou identificar demandas setoriais e regionais, visando aperfeiçoar a atuação do BNDES. A instalação do Posto Avançado na Agência assumiu importância fundamental nas ações para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC, sobretudo, porque o reaquecimento industrial exigia investimento em tecnologia e preparo por parte das empresas.

⁸⁸ Considerados projetos de “excelência” para a Milão do futuro próximo, os dois projetos extraordinários entre as maiores realizações imobiliárias do panorama internacional não só pelo tamanho das áreas de intervenção, mas porque representam um verdadeiro modelo de recuperação e transformação de áreas que já foram industriais.

⁸⁹ Uma ex-autarquia brasileira, criada pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil.

⁹⁰ Financiamento de Máquinas e Equipamentos, com limite de financiamento de até R\$ 1.000.000,00 pagamento até 60 meses.

⁹¹ Para a realização de projetos de investimentos cujo valor do financiamento seja de até R\$ 10 milhões, no período de 12 meses.

⁹² Instrumento que fornece crédito rotativo de até R\$ 500 mil para que micro, pequenas e médias empresas possam realizar investimentos produtivos. Por meio do Cartão as MPMEs podem ter acesso a uma linha de crédito pré-aprovada e de uso automático.

⁹³ Pré-Embarque é destinado a empresas exportadoras de qualquer porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.

Somente para se ter uma idéia da importância desses investimentos, segundo informações do BNDES⁹⁴, somente no ano de 2005, os desembolsos do Banco ao Grande ABC paulista somaram R\$ 4,1 bilhões, com forte impacto sobre a geração de renda e emprego da população.

Ainda no ano de 2003, outra atividade importante realizada pela Agência de Desenvolvimento Econômico foi o Seminário “Configurações Produtivas na Região do ABC Paulista”, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), onde as discussões das experiências nacionais e internacionais voltadas à mobilização produtiva dos territórios e o conseqüente aumento da competitividade regional acabaram dando base às discussões que resultaram posteriormente na implantação dos Arranjos Produtivos Locais (APL) na região.

⁹⁴ http://www.bndes.gov.br/noticias/2006/not135_06.asp.

Capítulo 3

O Sindicato dos Químicos e a Proposta Regional

“A modernização econômica acelerada teve como consequência principal transformar os princípios do pensamento racional em objetivos sociais e políticos gerais.”

(Alain Touraine, 1998: 69)

A Proposta Regional e as cadeias produtivas: automotiva e petroquímica

As articulações para o desenvolvimento de propostas, que visavam atacar os problemas regionais, começaram logo após o término do Planejamento Estratégico que definiu pela organização dos Eixos Estruturantes que tinham como objetivo, agrupar os temas para a organização de programas e ações, os chamados Grupos Temáticos, que além de organizar os subgrupos, deveria possibilitar que as ações pudessem ser desenvolvidas conectadas entre si, dentro do próprio Grupo de Trabalho e do Eixo e, se necessário interligando-as com as ações desenvolvidas nos outros Grupos de Trabalho dos demais Eixos Estruturantes.

A metodologia escolhida para a construção dessas propostas deixava bastante claro aos atores sociais regionais a importância de organizar dentro dos Eixos Estruturantes os Grupos Temáticos, uma vez que o planejamento em si não se traduziu em um produto acabado, em termos de ações, cabendo-lhe *“como meta apenas o planejamento de cenários futuros, o que acaba atribuindo aos Eixos Estruturantes e principalmente aos Grupos Temáticos a necessidade de transformar o planejamento em ações concretas”*. (SACRAMENTO, 2003:91).

Quanto à participação do Sindicato dos Químicos do ABC, sua atuação desde o início foi focada no eixo Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas, cujas discussões já vinham acontecendo mesmo antes da realização do Planejamento Estratégico, tornando-se após o evento, bem mais organizada, sobretudo, a partir da definição clara da necessidade de interferir no processo de reestruturação das cadeias produtivas, acentuando a importância das cadeias automotiva e petroquímica já existentes na região; no *“desenvolvimento de novas cadeias que permitam um crescimento sustentado e dinâmico da economia regional”* (CÂMARA ABC, 1999:33) e, no estímulo à

modernização tecnológica e de cooperação das micro e pequenas empresas.

No que diz respeito às discussões sobre a relação capital e trabalho, um dos Eixos Estruturantes mais importantes da Câmara Regional, estavam presentes representantes governamentais, representantes empresariais e representantes dos trabalhadores, organizados através dos seguintes Grupos Temáticos: Automotivo, Petroquímico, Moveleiro, Terciário e Turismo Regional.

Apesar da grande expectativa que o próprio processo de Planejamento Estratégico e os debates para a organização dos agrupamentos geraram, estes Grupos Temáticos não se consubstanciaram em organismos participativos, atuantes e propositivos: mal se organizavam e já sofriam de esvaziamento. Aliás, conforme descrito em Sacramento (2003), esta não foi uma característica apenas dos Grupos Temáticos deste Eixo, em *“sua grande maioria, os Eixos Estruturantes, não conseguiram aglutinar Grupos Temáticos que desenvolvessem ações como continuidade do Planejamento Regional Estratégico para a construção do cenário futuro desejado”* (SACRAMENTO, 2003: 93).

A grande exceção foi o Grupo Temático Petroquímico, .que como veremos ao longo desse capítulo, reuniu características que desde o início, contou com significativa participação dos atores sociais que contribuíram para a execução de ações consideradas estratégicas para o fortalecimento dessa cadeia produtiva. No caso do Grupo Temático Petroquímico, o Planejamento Estratégico possibilitou um maior dinamismo na identificação dos problemas e na busca de soluções, além de ter contribuído para reordenar e redimensionar algumas ações que já vinham sendo desenvolvidas. Os demais realizaram algumas reuniões, geralmente esvaziadas, o que acabou dificultando a continuidade dos projetos.

No início das discussões dos Grupos Temáticos, por motivos já delineados no decorrer deste estudo, as perspectivas gerais, se voltaram para o setor automotivo, principalmente, por parte dos sindicatos dos trabalhadores, que contavam com a posição de liderança, que sempre norteou as ações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o que já tinha ocorrido inclusive, durante as discussões do Fórum da Cidadania, para que juntos pudessem programar ações importantes para a atuação dos representantes dos trabalhadores.

Porém, inopinadamente, as discussões que tinham como objetivo encontrar uma proposta de política setorial baseada na identificação da vocação regional e, a partir desta, estabelecer políticas que pudessem criar atrativos para a participação dos diferentes atores sociais, esbarraram em entraves provocados pelo próprio modelo de organização do capital envolvendo o setor automotivo.

Mas, esses percalços necessitavam de soluções, uma vez que os atores sociais desde o início entenderam que do mesmo modo que a formação de Grupos Temáticos representou um processo importante na estruturação da Câmara Regional, as ações políticas para estimular a participação dos atores sociais também eram a razão primordial para o sucesso da Proposta Regional.

Este processo de incentivar a participação das entidades se mostrou como uma das iniciativas da Câmara Regional desde sua instituição. Logo em maio de 1997 foi elaborado um documento intitulado “Carta da Câmara do Grande ABC”, endereçada aos atores regionais, que procurou resgatar a história de crescimento da região ao mesmo tempo em que convocou todos os segmentos a participarem da ação regional:

“Fiel à importância de sua história e de seu papel econômico e social no estado e no país, o Grande ABC assume os desafios que a modernidade coloca e busca fazê-lo com competência, dinamismo e maturidade, através de mecanismos democráticos e do espírito empreendedor dos vários segmentos que hoje compõem sua comunidade, objetivando um desenvolvimento econômico sustentado, com qualidade de vida”. (CÂMARA ABC, 1997a:1)

O documento buscou também uma reflexão sobre a necessidade de um esforço coletivo para se combater a guerra fiscal, através da melhoria da imagem da região, buscando a construção de consensos e do desenvolvimento econômico e social. De acordo com a carta:

“Esse esforço coletivo, voltado a desenvolver a competitividade sistêmica da região – isto é, a redução de seus custos e a elevação de seus benefícios – deve ser coroada com a colocação em prática de um marketing regional, capaz de fazer com que a comunidade do Grande ABC e a opinião pública em geral passe a ver a região a partir de uma imagem positiva, caracterizada mais por vantagens do que desvantagens econômicas, por um ambiente inovador e por apresentar boa qualidade de vida. Desse modo, a população do Grande ABC poderá se orgulhar de morar numa região que produz consensos sociais e políticos voltados à busca do desenvolvimento econômico e social para todos”. (CÂMARA ABC, 1997a: 5,6)

Mas, se o documento, por um lado procurou criar uma expectativa positiva para a participação dos atores sociais⁹⁵, por outro, procurou destacar a importância em discutir uma política setorial com o segmento industrial, dando destaque para a cadeia automotiva, considerada a mais importante do ABC e, portanto, uma vocação regional. Entre outras propostas apresentadas no documento, o aumento da produtividade, tendo como base a qualificação dos trabalhadores diante dos novos métodos de gestão e de implementação de novas tecnologias, surgiu como um dos caminhos para tornar as empresas mais competitivas.

Embora o documento indicasse uma direção para a organização dos setores industriais, *“a primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Câmara Regional do Grande ABC, realizada em setembro de 1997, ao contrário da certeza antes enunciada no documento, demonstrou desconhecimento sobre as tendências das novas vocações, (...) principalmente daquelas oriundas das transformações provocadas pela reestruturação produtiva e o advento da globalização”* (SACRAMENTO: 2003:76). Diante dessas dificuldades, os representantes das entidades, entenderam que era necessário criar elementos para o envolvimento de todos os segmentos que compõem a Câmara Regional do Grande ABC.

Esses elementos deveriam criar um ambiente propício à participação, baseado em três etapas: sendo a primeira delas, realizada através de uma interlocução com os grandes setores empresariais, estabelecendo um debate sobre modernização tecnológica das empresas e os programas de apoio e difusão. A segunda etapa consistiria na mobilização das pequenas e médias empresas, tendo como preocupação também o debate sobre a modernização tecnológica e principalmente, sobre a

⁹⁵Também ‘intitulados’ regionalmente como ‘tomadores de decisão’, porque possuíam *“influências relevantes no momento de decisão; podem ser representantes do poder público, da iniciativa privada ou da sociedade civil organizada, ou seja, são lideranças políticas dos diversos segmentos que compõem a Câmara Regional do Grande ABC”* (SACRAMENTO, 2003: 75).

qualificação profissional dos trabalhadores. A terceira etapa deveria buscar a execução das políticas setoriais, através do envolvimento de órgãos governamentais como a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado, e as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico; os Sindicatos de Trabalhadores e os representantes empresariais como o CIESP; as entidades de ensino superior e de pesquisas tecnológicas como as universidades localizadas no Grande ABC, o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), o SENAI; e entidades financiadoras como FAPESP, FINEP e Agências Locais.

Conforme podemos ver em Sacramento (2003), a reunião extraordinária da Coordenação Executiva da Câmara Regional, ocorrida em dezembro de 1997, teve sua pauta integralmente dedicada às discussões e encaminhamentos sobre políticas setoriais com ênfase em dois setores industriais, o petroquímico e o automotivo. Sobre o setor petroquímico, o centro do debate ficou por conta da necessidade, apontada pelos empresários do apoio ao projeto de expansão do Pólo Petroquímico de Capuava⁹⁶, com vistas ao aumento da capacidade produtiva da Petroquímica União - PQU⁹⁷. Com relação ao setor automotivo, a

⁹⁶ “Mesmo contendo, no projeto de expansão do Pólo, ainda que de forma discursiva, a preocupação de envolvimento de todos os segmentos da cadeia produtiva para implementação de políticas de apoio às indústrias de transformação de materiais plásticos, poucos avanços logrou essa discussão, na medida em que faltava à ação regional uma maior visão dos atores sociais sobre cadeia produtiva, além da própria falta de comprometimento dos diversos segmentos que compõem a cadeia, na região. Esse projeto, apesar de merecer toda atenção das administrações municipais envolvidas, principalmente no que dizia respeito à arrecadação de impostos proporcionada pelo segmento, naquele momento surgia muito mais como um interesse isolado de um determinado setor” (SACRAMENTO, 2003:77).

⁹⁷ A Petroquímica União (PQU) surgiu em 1972 como a primeira central de matérias-primas petroquímicas do Brasil. A empresa que em 1994, foi privatizada tornando o Grupo UNIPAR - União de Indústrias Petroquímicas S/A, o maior acionista. Atualmente passou a se chamar Quattor Unidade de Químicos Básicos Cracker ABC que foi incorporada pela empresa Braskem do Grupo Odebrecht com 51% das ações e a Petrobras com 49%, que a partir deste controle está sendo chamada de “Nova Braskem”.

De acordo com diversos analistas, essa configuração foi uma forma de evitar críticas a respeito de uma reestatização do setor petroquímico. Sob esse mesmo aspecto, Schutte

preocupação central, foi manifestada pelos participantes diante da dificuldade de se estabelecer uma relação entre a ANFAVEA⁹⁸ e as discussões da Câmara Regional do Grande ABC, que buscava envolver as montadoras de veículos da região. Pode-se dizer que esta dificuldade pode ter sido agravada tanto pelos problemas enfrentados pelo setor diante do pacote fiscal do Governo Federal, em novembro de 1997, que estabeleceu um aumento nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis, quanto às negociações que estavam sendo realizadas naquele período, entre representantes das montadoras e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, envolvendo temas como condições de trabalho (vista pelos sindicatos de trabalhadores como um processo de “precarização” e demissões e também avaliado como parte do processo de reestruturação produtiva).

Diversas tentativas foram feitas para a participação das montadoras nas discussões regionais. Até mesmo uma declaração pública da Câmara Regional do Grande ABC, manifestando a disposição conjunta dos atores sociais em promover ações para a preservação do emprego e a valorização econômica da região, não teve o resultado pretendido. Os

(2004), analisou que “no caso da petroquímica, qualquer discussão a respeito de um compromisso do Estado com o setor passa necessariamente por essa discussão. De acordo com a visão neoliberal, não faria mais sentido, num mundo globalizado, priorizar a defesa do capital nacional. O que importaria é garantir a produção no território nacional, ou, numa frase muito citada, ‘quem precisa ser nacional é o desenvolvimento, não o dono da empresa’. Essa reflexão se baseia ainda numa avaliação negativa do resultado de fortalecimento do capital nacional. O Estado, com isso, teria ficado refém de interesses particulares ao invés de defender os interesses coletivos. (...) a existência de empresas nacionais com atuação mundial aqui sediadas aglutina o centro de decisão. Embora privadas, elas fortalecem economicamente o país. A formulação e a tomada de decisões estratégicas a partir do Brasil concentra em nosso território as atividades de maior valor agregado em gestão, finanças, inovação. A própria capacidade de atração de investimentos externos diretos depende em parte da capacidade das empresas locais como fornecedores ou parceiros. Uma estrutura econômica equilibrada pressupõe a existência de grandes grupos nacionais. Não há exceções a essa regra no mundo, e não há por que pensar que o Brasil seria uma exceção a isso. (...) o processo de desestatização errou ao tentar afastar a Petrobras do setor petroquímico. era uma decisão política que carecia de visão e racionalidade. Isso não implica que defendamos que não haver petroquímica sem uma empresa quase monopolista de petróleo estatal. O ponto é que, já existe a Petrobras, ela deve ser aproveitada e vista como um fator de competitividade para o setor”. (SCHUTTE, 2004: 245-248)

⁹⁸ Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

esforços também deram origem a um documento com o título “Buscando Soluções para o Desemprego”, que propunha o seguinte:

“A região do Grande ABC preocupada em relação ao futuro que se vislumbra, face ao ajuste fiscal e à crise estrutural em sua cadeia produtiva, reage rapidamente buscando soluções ao desemprego e propondo alternativas à revitalização competitiva da indústria automobilística.

*Tendo como objetivo estabelecer uma forte e séria discussão com os dirigentes do setor automotivo, objetivando debater a questão da **produtividade e competitividade** do setor, estabelecendo uma **Política Regional de Competitividade da Indústria Automobilística**”.* (CÂMARA ABC 1997b - grifos do autor)

O documento detalhou ainda a proposta de realização de um seminário⁹⁹ com a participação de representantes do poder público dos governos Federal e Estadual e do Consórcio Intermunicipal, com representantes das Montadoras de Veículos, Sindipecas e Sindicato dos Trabalhadores. Todas essas propostas acabaram originando audiências e contatos entre seus representantes na tentativa de se estabelecer acordos que pudessem minimizar a crise do setor. Muito longe de se configurar como uma ação regional, as discussões do setor automotivo tomaram dimensões nacionais e, sobretudo setoriais, o que acabou proporcionando um esvaziamento nas propostas de fortalecimento do Grupo de Trabalho, no âmbito da Câmara Regional do Grande ABC. De acordo com Leite, esse processo pode ser visto da seguinte forma:

⁹⁹ Um seminário com caráter de oficina, os chamados workshop.

“Nesse contexto, atingidas pela queda do mercado, as montadoras voltaram-se para a solução dos problemas emergenciais que se colocaram, esvaziando a participação nas discussões de forma integrada. Convém notar, no entanto, que as discussões que se abriram com a crise foram levadas para a Câmara e algumas das soluções apontadas para o enfrentamento dos problemas emergenciais foram encontradas em seu âmbito, ainda que elas tenham se consubstanciado em programas operados por fora da Câmara”. (LEITE, 1999:28)

Ao reconhecer a necessidade de trabalhar mais estrategicamente com as cadeias produtivas, automotiva e petroquímica, inclusive, pela importância das empresas automobilísticas e do Pólo Petroquímico, que foram motores do crescimento econômico e de geração de riquezas e empregos na história da região, a Câmara do ABC entendeu que, em termos de se estabelecer discussões sobre política setorial, faltava à ação regional melhorar seus conhecimentos sobre as tendências e potencialidades das cadeias produtivas na região.

Para organizar esses diagnósticos, a Câmara Regional do ABC, através de suporte técnico e financeiro do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE/SP), organizou e coordenou o projeto “Diagnóstico Socioeconômico, Tendências e Potencialidades dos Municípios e Região do Grande ABC”, que em julho de 1998, encomendou uma pesquisa a UNICAMP¹⁰⁰, que possibilitou maior identificação e melhor conhecimento sobre as cadeias produtivas da região.

¹⁰⁰ Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia, Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT)

E essa relevância que a região tentou atribuir às cadeias produtivas, foi confirmada pela pesquisa que identificou a necessidade de implementação de uma política setorial com foco na cadeia produtiva e de criar uma infra-estrutura capaz de garantir a permanência das empresas já instaladas na região, bem como atrair novos empreendimentos.

Nesse diagnóstico identificaram-se diferenças entre as cadeias produtivas automotiva e petroquímica. Na cadeia automotiva não é preponderante a relação de interdependência entre os setores no processo produtivo, principalmente, quando existe uma estratégia empresarial, mais especificamente das montadoras de veículos, de desconcentração e descentralização territorial de suas plantas produtivas.

No relatório da pesquisa, sobre o diagnóstico e perspectiva das cadeias produtivas, Unicamp (1998), pode-se identificar o seguinte:

“A tendência de desconcentração regional vem acompanhada por mudanças profundas nas formas de articulação entre os elos da cadeia produtiva automotiva, principalmente entre montadoras e autopeças, redefinindo a dinâmica de produção e geração de emprego para as regiões. Ou seja, ao mesmo tempo em que a indústria automotiva nacional se reestrutura e passa por um novo boom de investimentos, novos desafios surgem principalmente para aquelas regiões que se beneficiaram dos ciclos anteriores de investimentos”. (UNICAMP/IE/NEIT, 1998:s. p.)

Com relação ao processo de reestruturação produtiva, o diagnóstico apontou que uma das características principais da cadeia produtiva, foi a

redução do número de fornecedores diretos das montadoras. Com essa diminuição, os fornecedores acabam se tornando responsáveis também, pelo desenvolvimento e montagem dos novos veículos, em alguns casos participando diretamente do processo dentro da fábrica, favorecendo de um lado o aumento de interação entre montadoras e fornecedores, permitiu tanto uma produção mais rápida, enxuta e flexível, quanto o desenvolvimento conjunto de novos produtos. Respectivamente, de outro lado, provocou um grande movimento de desverticalização e de terceirização da produção, aumentando, portanto, as *“atividades sob responsabilidade das autopeças”* (UNICAMP/IE/NEIT, 1998: s. p).

Nesta estrutura hierárquica da cadeia automotiva, os fornecedores de primeiro nível são responsáveis por fornecer conjuntos de componentes acabados e prontos para entrar em linha de montagem das montadoras. Estes por sua vez controlam a maior parte do valor adicionado da rede de oferta, passando também a desenvolver funções de contratantes, montando componentes de numerosos fornecedores de segundo nível que antigamente vendiam diretamente para as montadoras; a cadeia se estende até fornecedores de terceiro e quarto níveis, incumbidos de suprir peças isoladas ou materiais de valor agregado mais baixo.

Isto significa que na cadeia produtiva automotiva, existe uma estrutura hierárquica onde as montadoras estão no topo, coordenando e colocando como dependentes todos fornecedores. Pode-se citar como exemplo dessa dependência, a relação das autopeças com as montadoras, onde as primeiras passam a fornecer com exclusividade sua produção final para as segundas. Já no caso das montadoras, a sua dependência em relação às autopeças é bastante relativa, porque estão muito mais sujeitas a fatores de mercado (tais como preços, prazos e facilidades em geral) e das decisões político-estratégicas, do que de processos, produtivos, propriamente dito. Em síntese, esta relação se expressa como uma relação de dependência e não de interdependência entre os setores

da cadeia produtiva automotiva. A interdependência pressupõe, que independentemente, do setor com maior potencial econômico, a oferta e a demanda de cada fase da cadeia seja interligada.

No caso específico da cadeia automotiva, a posição de relevância das montadoras, frente aos demais setores produtivos, somada à sua estratégica empresarial de descentralização e desconcentração, delineia as principais razões para as dificuldades de inserir este setor nas políticas regionais.

Para Arbix (2001), as montadoras desde a edição do Novo Regime Automotivo, em 1995, vêm estimulando governos locais a *“distribuir incentivos, subsídios e isenções fiscais como forma de atrair as grandes empresas para seus territórios”* (ARBIX, 2001:9), através de uma disputa conhecida como guerra fiscal, que aumentou significativamente a transferência de recursos públicos para o setor privado, possibilitando uma descentralização territorial na instalação das montadoras de veículos.

Dessa maneira, as determinações globais dessas multinacionais, a ausência de política industrial articulada entre municípios, estados e federação, aliadas à falta de interdependência do principal setor da cadeia no processo produtivo, acabaram impossibilitando a participação das montadoras de veículos em qualquer projeto de fortalecimento local promovido para o desenvolvimento de uma política regional, baseado na cooperação intersetorial dentro da cadeia produtiva.

Diante da configuração que se apresentou às montadoras de veículos, ficou claro o entendimento que o seu fortalecimento acontecia por um processo exatamente oposto ao da Proposta Regional, uma vez que sua estratégia política enfraquecia Estados e Municípios ocasionados pela disputa para a instalação destas plantas.

Na cadeia petroquímica, o diagnóstico apontou uma forte relação de interdependência entre os setores produtivos, que não são vistos como setores independentes. É atribuído a eles o conceito de geração, ou seja, a cadeia produtiva é dividida em três elos baseados nas etapas básicas de seus processos produtivos. Mas além da atribuição do próprio conceito de geração na cadeia petroquímica, como forma de relacionamento entre os setores, a maneira como se estabelece esta relação também a diferencia bastante da cadeia automotiva.

A integração da cadeia produtiva é determinada em grande parte pela garantia de fornecimento de matéria-prima e sua coerência está na busca de segurança no abastecimento do mercado, facilitando o planejamento dos investimentos, como também possibilitando determinar preços de transferência no interior da cadeia, sacrificando eventualmente a rentabilidade de uma ou várias unidades para maximizar a rentabilidade do todo.

Em virtude desta integração torna-se limitada a existência de mercados não-cativos. A própria nafta é, em sua grande maioria, *“utilizada por intermédio de transações internas ou de contratos de longo prazo, deixando praticamente inexistente um mercado de compra e venda o que impacta também na referência para o seu preço”* (SCHUTTE, 2004:54).

Na indústria petroquímica o aumento da capacidade produtiva não se dá linearmente, mas por meio de um crescimento descontínuo, o que gera um dilema estrutural no que tange à decisão de implantação de uma nova fábrica.

Na indústria petroquímica de primeira geração, os principais insumos são a nafta (subproduto do refino do petróleo) e o gás natural, que são geralmente transportados por meio de gasodutos e fornecidos pela

Petrobrás. São eles que geram os produtos petroquímicos básicos. Uma característica interessante dessa indústria é o fato de que, em virtude das dificuldades de transporte de seu produto final, atrai para sua proximidade, as indústrias que dele dependem.

É a chamada indústria de segunda geração e o conjunto dessas indústrias se concentra ao redor das centrais formando os pólos petroquímicos. O processo produtivo da indústria de segunda geração é caracterizado pela “transformação das diversas matérias-primas nos chamados termoplásticos básicos¹⁰¹, como o polietileno de baixa ou de alta densidade, o polipropileno, o policloreto de vinila (PVC), o poliestireno, o polietileno de tereftalato (PET), entre outros” (UNICAMP/IE/NEIT, 1998: s. p.).

Na segunda geração, temos as empresas petroquímicas que convertem os petroquímicos básicos em produtos intermediários. Estas empresas têm como característica básica a integração vertical e se estabelecem ao redor das centrais petroquímicas, gerando economias de aglomeração, configurando os chamados pólos petroquímicos¹⁰². O objetivo desta integração é responder à interdependência técnica, superar o alto custo de transporte das várias etapas da cadeia petroquímica, racionalizar a infra-estrutura de serviços básicos como energia, água, vigilância e facilitar o controle ambiental. Além disso, a produção de co-produtos e subprodutos nos processos que necessitam de uma estratégia de escoamento específico contribui também para esta integração produtiva.

¹⁰¹ Também conhecidas como resinas plásticas.

¹⁰² Existem atualmente no Brasil, quatro pólos petroquímicos em operação: Camaçari/BA, Triunfo/RS, Capuava /ABC e Duque de Caxias/RJ.

O destino desses produtos é a chamada indústria de terceira geração¹⁰³, que através dos processos de injeção, sopro, extrusão, termoformagem e rotomoldagem de materiais, transformam as resinas petroquímicas em uma grande diversidade de produtos plásticos. Entretanto, é importante ressaltar, que o *“conjunto de empresas que compõem a chamada terceira geração não pertence ao gênero indústria petroquímica, mas sim a outros setores industriais”* (UNICAMP/IE/NEIT, 1998: s. p.), pois, o setor de materiais plástico se enquadra caracterizado como uma indústria de transformação.

Conforme enfatizada no relatório da pesquisa Unicamp/ie/neit (1998), as empresas que atuam nesse segmento, possuem uma grande heterogeneidade, tanto no que diz respeito ao porte das empresas, quanto à destinação final de seus produtos. Ainda podemos encontrar diferentes portes, que vão desde microempresas até grandes empresas multinacionais, com atuação em outras cadeias produtivas importantes, possuindo ainda atuações distintas nos diferentes segmentos de mercado, tais como embalagens, autopeças, vestuários, entre outros.

¹⁰³ As discussões em torno da organização da cadeia produtiva petroquímica, sempre foi tema de debate entre representantes empresariais e dos trabalhadores, principalmente, quando envolveram os setores de materiais plásticos e de petróleo. *“A Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM classifica como indústria química: a Petroquímica (química orgânica de base), as indústrias de fertilizantes e de cloro-soda (química inorgânica) e as indústrias farmacêuticas, de defensivos agrícolas, de corantes, de cosméticos, de perfumaria, de aditivos (química fina), não incluindo, portanto, a indústria do plástico que é representada nacionalmente pela Associação Brasileira da Indústria do Plástico- ABIPLAST. A Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT – CNQ/CUT entende a cadeia produtiva como “ramo químico”, envolvendo todas as empresas que têm segmentos semelhantes tanto no que se refere às características do processo produtivo quanto às características da acumulação capitalista. Apesar de reconhecer que o processo produtivo da indústria do plástico e da borracha, sofre uma transformação física e não uma reação química, a coordenação da CNQ/CUT entende que enquanto ramo, o setor de transformação de materiais plásticos é dependente na cadeia de todo o processo petroquímico. Da mesma forma, entende que o setor de petróleo deve ser classificado como ramo químico, por ser neste segmento que se inicia toda a cadeia produtiva. Este entendimento da CNQ/CUT já foi ponto de discussão na Câmara Setorial do Complexo Químico, onde a Petrobrás sentava-se à mesa de negociação juntamente com as indústrias petroquímicas, químicas, de transformação de materiais plásticos e sindicatos de trabalhadores químicos de todo o país”.* (SACRAMENTO, 2003:46)

A relação de interdependência na cadeia produtiva petroquímica pode ser observada, sobretudo a partir da central de matéria-prima que possui fortes relações de dependência com o setor de refino de petróleo, pois seus produtos são destinados ao conjunto de empresas que formam o pólo petroquímico. Estas, por sua vez, são dependentes da central de matéria-prima e “obrigadas” a colocar suas plantas produtivas nas proximidades da central, uma vez que a matéria prima é transportada por gasodutos.

No que se refere à relação entre a indústria petroquímica (segunda geração) e o transformador plástico (terceira geração) em termos de dependência no processo produtivo numa visão regional ou local, podemos dizer que ela é relativa, na medida em que a primeira poderá destinar seus produtos a outros mercados, tanto em âmbito nacional, quanto internacional. No setor de transformação de materiais plásticos, a dependência ocorre através da necessidade de adquirir a matéria prima para seu processo produtivo, não se prendendo a uma dependência relacionada ao limite da regionalidade/localidade, tal qual ocorre entre a Petrobrás, a Central de matéria-prima e as empresas petroquímicas de segunda geração, uma vez que estas empresas podem buscar fornecedores fora dos limites da região.

Conforme já analisamos anteriormente, a presença de empresas de primeira e segunda geração na Região do Grande ABC, ligadas por uma forte interdependência em virtude da destinação de seus produtos finais, aliada à forte tendência de crescimento da terceira geração e da necessidade de ampliação da capacidade produtiva da Petroquímica União (PQU), torna-se fator primordial para incentivar a participação dos atores sociais nas ações regionais e, por conseguinte, o primeiro passo para a implementação da Proposta Regional de fortalecimento da cadeia petroquímica, à luz dos resultados da pesquisa Unicamp/ie/neit (1998), que sinalizou que a região reunia todas as possibilidades para fortalecer

toda a cadeia produtiva com vistas ao cenário estratégico desejado de transformar o ABC no Centro de Excelência em Plásticos.

A organização do Grupo Temático Petroquímico

Para facilitar a execução das ações e, conseqüentemente, um melhor desempenho dos Grupos Temáticos, a Câmara Regional promoveu discussões para que cada grupo elegeesse um coordenador para ser o responsável pela condução dos seus trabalhos, respondendo por esta atividade junto à Direção Executiva da Câmara Regional.

Quanto ao Grupo Temático Petroquímico, a coordenação foi realizada desde sua formação inicial, pelo ex-prefeito de Santo André Celso Daniel¹⁰⁴, sendo desde o início também definida a sua principal meta transformar o ABC no centro de excelência em plásticos. Diante das dificuldades de encaminhar todos os temas nas reuniões do Grupo Temático, por sugestão do coordenador, os debates foram reorganizados por ações e para cada ação foi formado um subgrupo¹⁰⁵, tornando os debates mais intensos e centrados nos problemas a serem superados.

E foi exatamente através desse processo de organização do Grupo Temático Petroquímico que se pode reconhecer um trabalho diferenciado de seu coordenador, conforme foi observado em Sacramento (2003), onde um dos *“passos importantes na estratégia de funcionamento desse Grupo Temático, atribuído nos ‘bastidores’ ao seu ex-coordenador, Celso*

¹⁰⁴ Celso Daniel foi coordenador do GT Petroquímico até o seu assassinato em janeiro de 2002, quando foi substituído pelo vice-prefeito de Santo André João Avamileno, que também se tornou prefeito do município.

¹⁰⁵ Vale destacar que a função do subgrupo é levantar, debater e desenvolver propostas de ação política para a resolução dos problemas a serem atacados, sempre de acordo com os objetivos específicos do Grupo Temático (GT) e com os objetivos estratégicos da proposta política traçada pela Câmara Regional e o Planejamento Estratégico. Neste sentido, a sua constituição bem como a sua paralisação ou encerramento de atividades depende da avaliação sobre o cumprimento das metas e objetivos propostos pelo grupo. Todas as vezes que houve uma proposta nova, haverá um subgrupo para discutir o problema e suas possíveis soluções.

Daniel¹⁰⁶, foi a condução da ação política nos trabalhos dos subgrupos, sobretudo, na indicação da coordenação” (SACRAMENTO, 2003:93). Na formulação apresentada, cada subgrupo também indicou um coordenador que passava a ter a responsabilidade de conduzir ações cujas propostas ou interesses políticos eram defendidos por sua própria entidade ou segmento.

Essa responsabilidade atribuída ao coordenador do subgrupo implicou também na adoção de uma nova postura por parte desses coordenadores e em decorrência por parte das entidades representadas, ou seja, a necessidade de buscar apoio para seus projetos, através de negociações com outros atores sociais, acabou propiciando que outros projetos de interesses de outros segmentos, pudessem também ser discutidos: um debate de idéias para a busca do entendimento, onde “todos os agentes envolvidos, sem abrir mão de suas características e prerrogativas, realizam um efetivo universo de consenso numa situação de interesses de soma positiva, na qual todos ganham” (CÂMARA ABC, 2000:13).

No Grupo Temático Petroquímico também houve uma divisão das ações, separando os setores plástico e petroquímico. No setor plástico foram inicialmente formados seis subgrupos, todos com suas respectivas entidades coordenadoras: Crédito e Financiamento, sob a coordenação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC¹⁰⁷; Empresário Empreendedor, sob a coordenação da Associação Brasileira das Indústrias de Plásticos (ABIPLAST); Gestão e Tecnologia, coordenada pelo Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de

¹⁰⁶ Considerado um dos principais estrategista na articulação da política regional, bem como na condução das ações do GT Petroquímico.

¹⁰⁷ A Agência de Desenvolvimento Econômico designou como coordenadora do subgrupo, uma representante que também exercia o cargo de Secretária de Desenvolvimento Econômico do Município de Santo André. Cabe aqui ressaltar que nesse período Celso Daniel era o prefeito de Santo André e também o Diretor da Agência de Desenvolvimento, o que mostra a importância e o tempo que ele destinava para a Proposta Regional e, sobretudo, no Grupo Temático Petroquímico.

São Paulo (SEBRAE/SP); Pólo de Moldes que ficou sob a coordenação do Instituto Nacional do Plástico (INP); Centro de Apoio e Difusão Tecnológico que foi coordenado pela Secretaria de Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo; e de Qualificação Profissional que foi coordenado pelo Sindicato dos Químicos do ABC.

No setor petroquímico foi constituído apenas um subgrupo, cujas ações foram desenvolvidas com a participação de todas as empresas do pólo petroquímico, através de uma mesma coordenação. Tinha como principais objetivos: desenvolver articulações políticas para modificar a Lei que impede a ampliação do Pólo Petroquímico e elaborar projetos, juntamente com o poder público, sobre os custos da água industrial e saneamento básico, através da proposta de água de reuso. Além dessas ações o grupo coordenava campanhas de prevenção de incêndios, através da criação de programas de aproximação das empresas com a comunidade e ainda participa ativamente das ações para o fortalecimento das indústrias plásticas, principalmente aquelas voltadas para o desenvolvimento tecnológico, capacitação de empreendedores e de qualificação dos trabalhadores.

A participação no Grupo Temático Petroquímico

A responsabilidade de coordenar o subgrupo de Qualificação Profissional¹⁰⁸ foi entregue ao Sindicato dos Químicos do ABC, exatamente porque o conjunto de preocupações levadas à Câmara Regional, dizia respeito ao emprego, condições de trabalho, geração de renda, sendo todas centradas nas transformações que estavam ocorrendo nas empresas, atribuídas pela entidade aos processos de

¹⁰⁸ Mesmo não sendo da coordenação dos outros subgrupos, o Sindicato dos Químicos do ABC, teve a participação permanente em todos os subgrupos. Aliás, essa era a proposta mesmo, como a aprovação das ações passavam pelo Grupo Temático e depois para a reunião da Executiva da Agência, era importante que os problemas originados por divergências ou falta de entendimento das proposta e objetivos das ações, fossem resolvidos no subgrupo responsável pelo tema.

globalização da economia e da reestruturação produtiva, que além de causar desemprego, exigia mudanças na qualificação dos trabalhadores.

O tema qualificação profissional, escolhido pelo subgrupo, além de trazer à tona as preocupações do Sindicato, trouxe também os resultados da pesquisa Unicamp/ie/neit (1998), cujos diagnósticos apontaram o setor de transformação de materiais plásticos, como aquele com maiores probabilidades de crescimento econômico e de geração de emprego no Grande ABC.

De acordo com esses dados, o setor plástico da região apresentou claras potencialidades de crescimento econômico e de criação de emprego e renda. Estes resultados positivos, que o diagnóstico apontou para o setor, decorreram tanto pela presença na região de todos os elos da cadeia produtiva petroquímica, quanto pelas perspectivas de crescimento em nível nacional, uma vez que há um baixo consumo individual de plástico no Brasil, se comparado com os principais países da Europa, Estados Unidos, Ásia e até mesmo da América Latina, além de uma grande capacidade para a diversificação de produtos e da utilização de mão de obra intensiva, principalmente na crescente substituição do metal pelo plástico.

Com tantos dados favoráveis ao investimento de ações na cadeia produtiva petroquímica, o diagnóstico foi bastante claro também ao apontar que entre as diversas ações destinadas ao setor, a Proposta Regional devesse privilegiar programas de capacitação para pequenos empresários e de qualificação profissional para funcionários das empresas.

Mesmo sendo a entidade coordenadora do subgrupo de qualificação profissional, a expectativa dos atores sociais do Grupo Temático Petroquímico, era que o Sindicato levantasse a demanda de qualificação

dos trabalhadores e encaminhasse esta solicitação para a Escola SENAI Mário Amato¹⁰⁹, que se responsabilizaria para apresentar o projeto e os cursos. Mais que isso, acreditava que o papel do Sindicato, iria um pouco além, pois era necessário o levantamento de recursos para a execução dos cursos, e como as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, eram naquele período, disponíveis somente para entidades sociais, caberia ao Sindicato apresentar a demanda junto a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho¹¹⁰ do Governo do Estado de São Paulo, para liberação de recursos.

Todavia, o Sindicato dos Químicos do ABC, norteava-se pelas resoluções aprovadas em Congressos, Plenárias e Encontros da CUT¹¹¹, inclusive, a partir de experiências concretas de ações de qualificação profissional como foi, por exemplo, o “Projeto Integrar”, organizado e coordenado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM-CUT) e o “Projeto Integral”, pela Secretaria de Formação da CUT Nacional¹¹², discutido e implantado em diversos ramos da Estrutura Vertical da CUT¹¹³ e, posteriormente o Projeto Nacional de Qualificação Profissional, onde

¹⁰⁹ O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que também é um Centro Nacional de Tecnologia (CENATEC), localizado no município de São Bernardo do Campo/SP, a unidade é especializada em cerâmica, química e plástico.

¹¹⁰ Os programas de qualificação profissional com verbas do FAT eram liberados através de projetos encaminhados e aprovados junto às Secretarias de Emprego e Relações de Trabalho dos Estados e essas, com base no montante de projetos do Estado, elaboravam também um projeto para ser encaminhado ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego.

¹¹¹ Principalmente as resoluções aprovadas nas diversas edições do Encontro Nacional de Formação-ENAFOR/CUT.

¹¹² Vale ressaltar que esses projetos no que diz respeito a discussão da Educação, Qualificação profissional e Processo produtivo, tinha como objetivos a negociação da educação e qualificação profissional, a partir do processo produtivo, envolvendo diagnóstico participativo das demandas de qualificação profissional nos processos produtivos desenvolvidos em empresas; formulação de propostas para atender as demandas diagnosticadas; negociação da implementação das ações formativas, com elevação de escolaridade até o nível básico para os trabalhadores com baixa escolaridade; formação de formadores para a atuação nas ações previstas, entre outras propostas, inclusive as que visavam a formação de dirigentes sindicais e assessores envolvidos em negociação da educação e qualificação profissional.

¹¹³ Organização por ramo de atividade, iniciou com os Departamentos Estaduais e Nacionais e posteriormente pela definição de criação das Federações e Confederações por ramo de atividade.

buscou reorientar todos os programas de educação profissional organizados por entidades ligadas ao Sindicalismo-CUT.

Mas, essas experiências estavam apenas se iniciando e o Sindicalismo CUT se viu diante de várias formulações, organizadas pelo próprio movimento sindical. As próprias formulações iniciais mostravam a necessidade de se refletir sobre o problema, de se acumular mais discussões a respeito desse tema, mostrando que “a atuação do sindicalismo nas questões relacionadas à Formação Profissional só ultimamente vem se tornando mais efetiva, embora cada vez mais venha se tornando uma frente prioritária de atuação” (CUT, s/d)

Algumas questões conceituais sobre qualificação profissional nortearam também as discussões do Sindicalismo CUT, influenciando também bastante na formulação da proposta de qualificação coordenada pelo Sindicato dos Químicos que foi apresentada à Câmara Regional.

Os debates acerca das questões relativas à qualificação profissional ganharam relevância em função das mudanças que aconteceram no capitalismo internacional, impulsionadas, como já abordado neste trabalho, pelos processos de globalização da economia e de reestruturação produtiva nas empresas.

Essas mudanças exigiram que os sindicatos de trabalhadores fossem também discutir a noção de competências fortemente difundida entre as gerências de recursos humanos das empresas. De acordo com Ramos (2001), ao discutir a noção de competência na Reforma da Educação Brasileira, apresenta a pergunta por que a definição de competência, no contexto da educação profissional, é construída de forma distinta das que se referem ao ensino médio? Segundo a autora nas *“discussões internacionais sobre as novas qualificações requeridas no mundo do trabalho destaca-se a orientação no conceito de competências que*

recentemente tem sido utilizado como base para a definição dos pressupostos do novo currículo do ensino médio no Brasil (...) (RAMOS, 2001:166)

As discussões acadêmicas apresentam o debate em torno da noção de qualificação e do modelo de competência, cujas teses variam no sentido de apontar uma substituição, ruptura ou um deslocamento, de um conceito a outro, inclusive mostrando uma necessidade de dar um novo significado ao conceito de competência, tendo por base a realidade da classe trabalhadora como projeto (RAMO2001).

As análises buscaram o entendimento dos conceitos no contexto das mudanças no trabalho, considerando os aspectos econômicos, sociais, culturais, o desenvolvimento tecnológico e o sujeito trabalhador nesse processo, conforme explicitado em Machado (1996), uma vez que para ele, a *“noção de qualificação não pode ser entendida como uma construção teórica acabada e de que se trata de um conceito explicativo e articulador de diferentes elementos de regulações técnicas e sociais, no marco das relações de trabalho (...)*” (MACHADO 1996:35).

Assim sendo, a formação profissional ao compreender a formação integral do trabalhador busca retomar o debate no período de promulgação da LDB sobre a formação politécnica, omnilateral, numa ampliação do conceito de qualificação, uma vez que a omnilateralidade, como diz Platt (2007), é a intervenção objetiva com vistas à realização de emancipação dos seres humanos, cuja intervenção objetiva superadora entre os sujeitos é denominada práxis dialética coletiva.

Mais ainda, segundo a autora ao citar Gramsci, Gonzales diz que o mesmo relacionava o conceito de *omnilateralidade* a partir da formação politécnica, onde sua proposta se edifica na tríplice vértice: educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica, sendo que no

Brasil podemos relacionar “incautos autores que dissertam sobre a formação *omnilateral*, principalmente os que se envolvem de maneira muito próxima aos movimentos populares enquanto importante elemento para a formação plena dos indivíduos atuarem crítica e reflexivamente nos diferentes aspectos de sua realidade objetiva” (PLATT, 2007: 345)

Essas análises são fundamentais para um aprofundamento das propostas sobre qualificação profissional, tendo em vista que o seu desenvolvimento poderia se fundamentar em competências adquiridas mediante a transmissão de conhecimentos e habilidades definitivas, pois as competências na estrutura assumida pelo trabalho atual não indicam ser resultantes de um aprendizado único, mas ao contrário, sugerem conteúdos com conhecimentos gerais, não diretamente voltados somente ao processo produtivo. Parecem também exigir, ainda em virtude das tecnologias, um enriquecimento das possibilidades de conhecimento que incidem sobre vários campos do saber, em que desaparecem os limites entre a formação geral e a formação profissional.

Essas preocupações sobre as necessidade de mudanças na qualificação profissional dos trabalhadores no capitalismo apareceram nas análise de Marx e Engels (1983), da seguinte forma:

“a indústria moderna, com as catástrofes que lhe são próprias, torna questão de vida e morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e em conseqüência a maior versatilidade possível do trabalhador (...): substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes sucessivas de sua atividade. As escolas politécnicas

e agronômicas são fatores desse processo de transformação que se desenvolvem espontaneamente na base da indústria moderna”.
(MARX; ENGELS, 1983:69)

Significa, portanto, conforme estabelece Ramos (2001), conduzir a análise e a discussão da formação do trabalhador numa perspectiva de fazer desaparecer os limites, a dicotomia entre formação geral e formação profissional, podendo ser o caminho para a ressignificação do conceito de competência e ampliação da noção de qualificação.

As mudanças na organização da produção, do modelo taylorista-fordista para o modelo toyotista, têm gerado diferentes padrões de gestão da força de trabalho e

conforme Mészáros (2005) é importante a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois o que as classes dominantes impõem é uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age, e usa a palavra como arma para transformar a realidade. Para o autor, é importante refletir sobre várias questões, como: Qual o papel da educação na construção de outro mundo possível? Como construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano? Como se constitui uma educação que realize as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias? Além de outras questões essenciais.

Porém o Sindicato entendia também que na própria trajetória da CUT, foi se estruturando uma Política Nacional de Formação que buscou consolidar a sua posição nos processos formativos através do desenvolvimento de uma *“concepção metodológica e uma prática*

pedagógica baseada na construção coletiva do conhecimento na transparência dos objetivos e no respeito ao conhecimento dos educandos, relacionando-os com o conhecimento historicamente acumulado, numa perspectiva libertária e transformadora” (CUT, 1999:3).

As próprias justificativas para a participação da CUT nos programas governamentais de qualificação profissional mostravam que a implantação da Política Nacional de Formação, levou a Central a um acúmulo pedagógico e metodológico na qualificação sindical de seus dirigentes e formadores que os levou a instigar debates públicos sobre políticas de educação e formação profissional, apontando para a necessidade de estabelecimento de uma nova política de educação profissional para o país, superando as concepções hegemônicas pelos empresários, principalmente, na lógica do adestramento.

Além da preocupação dos cursos de qualificação profissional serem vistos na lógica do adestramento, o Sindicalimo-CUT passou a discutir também, desde 1997, conceitos e metodologia para a certificação profissional com vistas à construção de “novo modelo” de Sistema de Qualificação e Certificação Profissional que, ao contrário do que queriam os setores empresariais vinculados à produção, a proposta sindical propunha um sistema *“com base numa visão democrática e participativa e, sobretudo, voltada para o ‘mundo real’ do mercado de trabalho brasileiro”* (CONCEIÇÃO, 2005:136).

Foi com base nesse acúmulo que o Sindicato dos Químicos do ABC, se dispôs a coordenar o subgrupo de qualificação profissional e estabelecer um processo de discussão para a formulação de um projeto que buscasse dar esse caráter para a qualificação dos trabalhadores do setor de materiais plásticos do Grande ABC. Entretanto, os Químicos também sabiam que essa experiência de elaborar e executar um projeto de qualificação profissional, com base no desenvolvimento de uma Proposta

Regional, conectada com uma política de repensar a retomada do desenvolvimento econômico e social e de fortalecimento de uma cadeia produtiva, seria uma experiência que ainda não tinha vivenciado o Sindicalismo-CUT em todos os projetos desenvolvidos pela Central, inclusive pelo próprio Projeto Integrar dos Metalúrgicos, que trazia uma proposta de formação profissional mais ampla, na qual propunha projetos que aliavam a experiência do cotidiano dos trabalhadores às novas necessidades das empresas, porém, com críticas direcionadas aos cursos voltados para funções e profissões específicas.

E foi principalmente neste tema que a participação dos Químicos do ABC no projeto de qualificação profissional dos trabalhadores do setor de transformação de materiais plásticos, se tornaria a primeira experiência da Central, uma vez que constituída toda uma formulação do Sindicalismo-CUT em cima da crítica dos cursos de qualificação profissional, que na verdade não passavam de treinamentos específicos para uma determinada função, o projeto de qualificação da Câmara do ABC, coordenado pelo Sindicato dos Químicos, teve o grande mérito de congregar a demanda regional, para um programa específico de qualificação para os trabalhadores adequarem aos novos processos de extrusão, injeção e de sopro em função de um processo de modernização dos equipamentos e máquinas e, ao mesmo tempo, inserir a essa demanda, conteúdos importantes contidos nas propostas de educação e qualificação profissional da CUT.

No caso da Proposta Regional, estava claro para o Sindicato dos Químicos que haveria necessidade de desenvolver um processo de discussão com a Escola SENAI Mário Amato, indicada pelos representantes das empresas no Grupo Temático Petroquímico, para ser a instituição educacional parceira no desenvolvimento do projeto. Os debates centravam-se na metodologia e no conteúdo dos cursos, uma vez que já existiam entendimentos no próprio subgrupo que o público

prioritário do programa seria empregados trabalhadores nas empresas do setor no ABC, prioritariamente com baixa escolaridade e pouca qualificação e desempregados que moravam na região.

Como já previa o Sindicato, os representantes empresariais sinalizavam para conteúdos, que possibilitassem ao trabalhador conhecimentos em sua área de atuação, agregados a um perfil flexível, com capacidade para trabalhar em equipe, ou seja, deveriam focar o “saber fazer” ¹¹⁴, no aprendizado operacional, com novos procedimentos que garantissem melhorias na qualidade da mão-de-obra compatíveis com o novo perfil do trabalhador.

De acordo com o Sindicato, essa proposta de conteúdo era insuficiente e limitada, porque atendia apenas uma parte das reivindicações dos trabalhadores sobre qualificação profissional, focando somente nos processos produtivos de injeção e extrusão de materiais plásticos, quando a proposta deveria dialogar com as orientações da SEFOR/MTb ¹¹⁵, sobre novas competências exigidas no mercado de trabalho, que apontavam para a necessidade de incluir, em projetos de qualificação profissional, conhecimentos cujos conteúdos possibilitassem desenvolver as três formas de habilidades: básica, específica e de gestão.

Nas definições da SEFOR/MTb, habilidades básicas são consideradas aquelas que promovem o desenvolvimento da elaboração crítica, raciocínio lógico, iniciativas para a resolução de problemas, capacidade de organização do próprio trabalho, capacidade de comunicação (incluindo a leitura e a escrita), independência, concentração e disciplina.

¹¹⁴ Numa abordagem centrada nas pessoas, a educação permanente deve se consolidar através de vários saberes: o saber fazer, o saber conhecer, o saber conviver e saber ser. Não somente da forma que foram concebidos os treinamentos profissionais, baseados no saber fazer.

¹¹⁵ Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho.

São capacidades que conforme a Sert (2000), garantem ao indivíduo sua inserção no mundo contemporâneo, tanto do ponto de vista do exercício profissional, competência técnica, quanto da participação democrática, exercício da cidadania. Já as habilidades específicas, são aquelas que ampliam a competência na capacidade empreendedora, que exigem do trabalhador outros saberes: saber fazer e saber ser. As habilidades de gestão são aquelas cujas competências do trabalhador devem estar voltadas, sobretudo para seu potencial empreendedor e aplicável na organização do seu próprio trabalho ou em iniciativas de empreendedorismo e de autogestão.

Para a formulação do projeto e respectivamente a sua aprovação e execução dos programas, e principalmente para os encaminhamentos junto à Escola SENAI, o Sindicato dos Químicos do ABC, através de sua Secretaria de Projetos Especiais, constituiu uma equipe técnico-pedagógica¹¹⁶, com a incumbência de desenvolver a proposta pedagógica, a metodologia e o conteúdo programático.

Do debate entre a diretoria sindical e a equipe pedagógica sobre os cursos de qualificação profissional para o setor plástico, surgiu a idéia de trabalhar um programa que tivesse conteúdos técnicos específicos do setor e principalmente, levando em conta as especificidade do setor na região do ABC, além de conteúdos baseados na realidade vivida pelos trabalhadores, uma vez que para o Sindicato, os cursos deveriam ter a preocupação de abranger alternativas de trabalho e renda, qualidade de vida, direitos sociais e participação social, além de focar as mudanças no processo produtivo, através da reestruturação produtiva, da globalização da economia e seus reflexos no emprego, nas relações de trabalho e na sociedade em geral. Depois de várias propostas, algumas, segundo o coordenador do projeto, verdadeiramente não expressando a proposta

¹¹⁶ Equipe formada por educadores e técnicos, além da assessoria do Dieese, jornalistas, diagramadores e especialistas em saúde e segurança do trabalho.

pensada pela entidade, surgiu o “Projeto Alquimia”, Programa de Qualificação e Requalificação Profissional, que teve como foco principal a elaboração de cursos voltados para atender os trabalhadores operacionais do setor de transformação de materiais plásticos, ou, como fazem questão de informar os dirigentes sindicais, o chamado “chão de fábrica”.

Uma questão bastante curiosa na definição do nome do projeto foi que, quase todas as sugestões, ficavam presas aos nomes dos projetos já existentes nas instâncias da CUT, como os nomes “integrar, integração e integral” já tinham sido definidos em outros programas, as propostas sugeridas inicialmente foram, “formar, capacitar, capacitação, formação”, sendo que nenhum desses nomes trazia empolgação nem na equipe técnica e pedagógica, nem na direção sindical. Foi necessário entrar numa discussão filosófica como acentuou o coordenador político do projeto¹¹⁷, para que o nome “encaixasse como uma luva” na proposta do Sindicato. Para a definição do nome do Projeto Alquimia e posteriormente a sua disseminação foi definido os seguintes dizeres sobre o nome:

“A palavra Alquimia, cujo nome de origem desconhecida é atribuído pela tradição egípcia a Hermes Trimegisto, criador das ciências e das artes, sendo por isso chamada ‘arte hermética’, significa o conjunto das práticas, técnicas e conhecimentos voltados para a descoberta do remédio capaz de curar todos os males. Em Alexandria onde floresceu nos primeiros séculos da era cristã até a sua proibição por Diocleciano em (290 d.C), a Alquimia orientava-se pelo conceito platônico de que a

¹¹⁷ Diretor e representante do Sindicato dos Químicos do ABC na Câmara Regional, Grupo Temático Petroquímico e conseqüentemente, o coordenador do subgrupo de qualificação profissional, Carlos Augusto Cesar, o dirigente sindical conhecido como Cafu.

matéria apesar de sua aparência múltipla é formada de uma única substância, daí ser possível a transmutação de um elemento em outro. Assim o processo alquímico iniciava-se pela fusão de quatro elementos dos quais após várias operações, surgiria a matéria primordial ou o princípio substancial das coisas, que os alquimistas chamavam de Pedra Filosofal, o elixir da longa vida. Esta era a grande obra, que não tinha por finalidade apenas o aperfeiçoamento material mas, também espiritual da natureza humana”. (PROJETO ALQUIMIA, s/d)

Após a definição do nome do projeto, o Sindicato iniciou um processo de reuniões com os parceiros para a organização dos cursos. Para o desenvolvimento dos conteúdos técnicos, estava já tudo acertado para a participação da Escola SENAI Mário Amato, porém o Sindicato achou necessário envolver também uma escola particular da região, que oferecia cursos técnicos em química, como forma de inserir na discussão do subgrupo de qualificação profissional, a possibilidade de incluir, também no projeto, a elevação de escolaridade. Porém, apesar da disposição da instituição educacional em contribuir com o projeto, essa discussão não teve prosseguimento em função de esbarrar em duas dificuldades: a primeira delas foi o tempo, uma vez que a discussão sobre elevação escolar deveria ser realizada com o Ministério da Educação e não do Trabalho e Emprego. Desta forma, o projeto deveria também envolver a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, portanto, não existiria tempo suficiente para realizar essa discussão, inserindo-a no contexto da política regional. A outra dizia respeito à própria limitação dos projetos de qualificação profissional com recursos do FAT através do critério da anualidade, ou seja, todos os contratos deviam ser assinados com prazos máximos para a execução em um ano.

Dessa forma, a intenção do Sindicato de discutir através do subgrupo de qualificação profissional a problemática da baixa escolaridade dos trabalhadores do setor plástico, não resultou em uma ação, sendo a proposta encaminhada ao Eixo Estruturante Educação e Tecnologia¹¹⁸.

Na elaboração dos conteúdos destinados ao programa específico, a equipe técnica do Sindicato e a Escola SENAI, definiram em separar o programa em quatro cursos, da seguinte forma: Moldagem por injeção; Extrusão de materiais; Manutenção Preventiva; Qualidade em materiais plásticos. Esses cursos compreenderam as seguintes disciplinas: Processo de impressão e soldagem; Processo de extrusão de filmes tubulares; Operação e regulagem de máquinas injetoras; Moldagem por sopro, Introdução à eletricidade; Introdução à hidráulica aplicada; Introdução à pneumática; Materiais introdução; Materiais plásticos; Processo de extrusão de tubos e perfis; Manutenção básica; Metrologia básica; Organização industrial

Vale lembrar, que mesmo depois da definição dos conteúdos dos cursos organizadas pela Escola SENAI Mario Amato, houve uma grande discussão sobre um tema da disciplina “Organização industrial”, mais especificamente, no item “Causas de acidentes do trabalho”, onde a Escola SENAI trazia como uma das principais causas de acidentes de trabalho, os atos denominados “inseguros”, que residem exclusivamente no fator humano, ou seja, os acidentes decorrem da execução das tarefas realizadas de forma contrária às normas de segurança. Para o Sindicato, as causas de acidentes de trabalho não decorrem exclusivamente dos atos inseguros, eles emanam, sobretudo, de procedimentos inseguros, se houver procedimentos seguros, acabam os acidentes de trabalho. Esta discordância do Sindicato em relação às causas do acidente de trabalho

¹¹⁸ Um dos Eixos resultante do Planejamento Regional Estratégico, cujos temas são voltados para a educação, porém os Grupos Temáticos desse Eixo centraram as discussões muito mais na educação técnica e tecnológica do que na educação como um todo.

se justificou porque a entidade é signatária da Convenção Coletiva sobre Segurança em Máquinas Injetoras de Plásticos¹¹⁹ que na sua formulação reconheceu o seguinte:

“Considerando a gravidade do quadro dos acidentes de trabalho no Brasil e, em particular, o grande percentual representado pelas ocorrências com máquinas; (...) considerando a estimativa que 80% das máquinas injetoras de plástico que estão sendo atualmente utilizada no Brasil, se encontram obsoletas e/ou em precárias condições de uso e de seguranças; considerando a necessidade do aprimoramento dos instrumentos técnicos e legais (Portaria 3214 do MTb)¹²⁰, e a urgência da intervenção nessa realidade, a partir de uma ótica preventiva e do espírito (...)” (CPN, 1998: 9).

Além disso, a Convenção indica ainda em sua cláusula 1ª, que as indústrias de transformação do setor plástico, usuárias de máquinas injetoras de plástico, comprometem-se a instalar, quando desprovido, dispositivos de segurança, de modo a impedir a exposição do operador a riscos para evitar acidentes. Portanto, a interferência na disciplina Organização Industrial, não representou apenas uma proposta isolada de mudança no conteúdo, significa uma mudança na condução das propostas de qualificação profissional, que além de conteúdos

¹¹⁹ Sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Negociação (CPN) a Convenção é assinada de forma tripartite entre os representantes dos trabalhadores através da Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNQ/CUT) e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo; pelo Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo (SINDIPLAST) e o Ministério do Trabalho através da FUNDACENTRO. A Convenção tem abrangência em todo o Estado de São Paulo e foi firmada em 1995.

¹²⁰ Ministério do Trabalho que mudou para Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

importantes para o conhecimento do trabalhador, possibilita que ele possa refletir sobre esses conteúdos.

No programa básico, a discussão da equipe técnica com a direção do Sindicato, definiu pela criação de seis disciplinas que fariam parte dos quatro cursos: Qualidade de Vida, Direitos Sociais e Participação Social, cujo conteúdo procurou tratar questões como organização dos espaços geográficos, meio ambiente e a participação do indivíduo na sociedade; Globalização e Reestruturação Produtiva, abordando os diferentes modos de produção, a história da sociedade moderna, a organização do trabalho e as transformações nas empresas e na sociedade; Alternativa Ocupacional, cujo conteúdo buscou a discussão sobre os diferentes tipos de trabalho, o trabalho cooperativo e solidário e as alternativas de trabalho e renda; Códigos de Linguagem, que buscou a abordagem de temas ligado à comunicação social e, os diferentes tipos de linguagem; além das disciplinas de Matemática, Química e Física que foram pensadas para consubstanciar as disciplinas específicas, possibilitando desta forma, uma melhor compreensão dos conteúdos mais técnicos.

De acordo com o coordenador do subgrupo, após a aprovação dos conteúdos do Projeto Alquimia no Grupo Temático Petroquímico, algumas preocupações do Sindicato em relação às discussões que não possuíam soluções prontas e acabadas, foram inseridas no Projeto como forma de buscar uma maior reflexão junto aos trabalhadores. O documento de apresentação do Projeto Alquimia, formulado pela diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC, demonstrou claramente essa proposta:

“As transformações ocorridas no chamado mundo do trabalho neste final de século colocaram para os trabalhadores novos desafios. (...) o surgimento de novos padrões produtivos, juntamente com a introdução das inovações tecnológicas e

organizacionais, tem exigido também variações na estrutura ocupacional e no perfil profissional dos trabalhadores. Tal exigência, confrontada com o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores, tem provocado precarização do trabalho e exclusão social, seja por perda do emprego ou pela impossibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

(...) preocupados com estas questões nós, do Sindicato dos Químicos do ABC, elaboramos o Projeto Alquimia, que tem como objetivo principal fornecer aos trabalhadores elementos para que possam refletir sobre as mudanças em curso e seus impactos, propiciando-lhes condições de que, em vez de objetos se tornem sujeitos das transformações. (...) deste modo, pretendemos, não somente poder contribuir com as necessidades urgentes e imediatas decorrentes do desemprego na região, mas, sobretudo, nele envolver o trabalhador que tem vontade de aprender e de incorporar o aprendizado em sua prática cotidiana como direito inalienável de cidadão.” (PROJETO ALQUIMIA, s/d)

Ciente que o documento deveria dialogar tanto com os trabalhadores representados pelo Sindicato quanto com os segmentos que aprovaram o projeto na Câmara Regional, a direção do Sindicato buscou mostrar que a proposta foi fruto das discussões realizadas ao longo do ano de 1998 entre o poder público, entidades empresariais e outras forças representativas da região.

Além disso, buscou refletir a idéia de que qualificação profissional deveria ser uma preocupação de todos os segmentos principalmente empresarial,

uma vez que a introdução tecnológica e das novas técnicas emergentes tornam o processo de trabalho mais complexo e passam a exigir uma maior qualificação da mão-de-obra para um melhor aproveitamento das inovações implantadas. Alertou para o fato de que mesmo levando-se em conta que o setor de transformação de materiais plástico tradicionalmente não utiliza mão de obra qualificada, passa, com a introdução de tecnologia avançada, a demandar trabalhadores com outro perfil de qualificação.

Em outubro de 1998, foi firmado e assinado o Acordo que estabeleceu como meta, qualificar 12.000 trabalhadores no período compreendido entre o ano de 1999 e 2002. A grande inovação nesta discussão foi o estabelecimento de um compromisso por parte dos empresários do setor de transformação de materiais plásticos, que na medida em que surgissem novas vagas de emprego, dariam preferência aos desempregados que frequentassem os cursos do Projeto Alquimia. Além disso, diversas empresas se propuseram a disponibilizar visitas técnicas no interior da fábrica com os alunos das turmas de desempregados e dos jovens a procura do primeiro emprego, para que eles pudessem conhecer o processo produtivo da transformação de materiais plásticos. As empresas do Pólo Petroquímico, também firmaram o compromisso de apoiar o Projeto através do fornecimento de matéria prima e empréstimo de equipamentos e máquinas para o treinamento prático dos trabalhadores.

Apesar da instituição do acordo ter envolvido diretamente o Governo Estadual através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho-SERT/SP, as regras do CODEFAT¹²¹, para a liberalização de verbas aos Programas Estaduais de Qualificação Profissional (PEQ's) estabelecia o critério de anualidade, ou seja, todos os contratos eram assinados

¹²¹ Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao trabalhador.

anualmente. Deste modo, houve um contrato assinado em 1999, envolvendo 1.505 trabalhadores, no ano 2000, o projeto conseguiu atingir 1.750 trabalhadores, em 2001, houve uma diminuição do número de vagas disponíveis e foram oferecidas apenas 1.310 vagas; em 2002, foi maior redução dos recursos da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho SERT/SP destinados a Câmara Regional Do Grande ABC, através do Projeto Alquimia, foram 140 vagas. Portanto, apesar da assinatura do Acordo ter previsto a qualificação de 12 mil trabalhadores, somente foram atendidos pelo Projeto Alquimia 4.705, muito longe da metade da meta projetada para a região.

Mas se as metas quantitativas não foram atingidas em sua totalidade, as qualitativas demonstraram bons resultados. O Sindicato conseguiu negociar apoio para o Projeto Alquimia, basicamente em todos os setores da cadeia produtiva e também com o poder público de todos os municípios.

O Sindicato dos Químicos do ABC, a través da Secretaria de Projetos Especiais, conseguiu estabelecer conexões com as Secretarias de Educação e de Trabalho e Renda dos sete municípios, onde foram cedidos espaços públicos para a realização dos cursos, principalmente em relação às aulas de conhecimentos gerais, uma vez que as aulas de conhecimentos específicos eram realizadas na Escola SENAI, além do estabelecimento de parceria com estes municípios para as inscrições dos alunos e para inscrevê-los, após o termino do curso, nos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT).

Da mesma forma, a parceria com o setor empresarial foi significativa durante a execução do Projeto Alquimia. Diversas negociações foram realizadas com as empresas para que os alunos pudessem sair mais cedo nos dias de aulas no SENAI, em função da distância entre alguns municípios e a Escola. Também com as empresas do setor petroquímico,

que forneceram toda a matéria prima para o treinamento prático dos alunos. Uma empresa até colocou à disposição dos alunos, uma injetora de plástico,¹²² para ajudá-los no aprendizado.

Ma, se a parceria com o setor público e empresarial geraram resultados positivos, foi com os educandos, na verdade trabalhadores, muitos deles desempregados ou à procura do primeiro emprego, que a metodologia e a proposta do programa de qualificação profissional fez o maior sucesso. Além dos alunos de diferentes municípios se encontrarem em ônibus fretados para o transporte durante a realização das aulas na Escola SENAI Mário Amato, existiu uma identificação realizada através da própria proposta pedagógica, de mostrar que apesar de morarem em municípios diferentes, os problemas os afetavam com a mesma intensidade e a busca de saídas era entendida como uma busca regional e não de um município, isoladamente.

Os alunos discutiam o local de trabalho e as condições de trabalho na fábrica, sua qualidade de vida incluindo a vivência no bairro e na cidade, a violência, a pobreza entre outros temas, numa perspectiva de pertencentes e não de quem relata os fatos de fora. As discussões sobre globalização, sobre reestruturação produtiva sempre eram vistas como algo que ocasionava mudanças nas suas vidas, do mesmo modo com que discutiam os esgotos sem tratamento e as doenças, que este tipo de descasos causa à população. Todos esses temas eram abordados e os alunos faziam propostas e realizavam projetos para solucionar os problemas, conversavam com parlamentares e até mesmo, organizaram

¹²² Conforme alega um dos coordenadores do Projeto Alquimia, o fornecimento dessa injetora acabou gerando um atrito entre a Escola SENAI e o Sindicato dos Químicos do ABC, na medida em que o equipamento era para o uso exclusivo dos alunos do Projeto Alquimia e a Escola utilizando-se da boa relação com a empresa, aproveitou um período de recesso do curso e solicitou a doação do equipamento para o SENAI e após conseguir removeu a injetora para ser utilizada na sala de testes do curso de graduação superior da própria Escola.

comissões para levarem suas sugestões a prefeitos e secretários municipais.

Todas essas ações que o projeto proporcionou, levou a Câmara Regional a organizar, conforme relatado no livro “Memória dos 70 anos do Sindicato dos Químicos do ABC, *“a primeira mostra de trabalhos dos alunos do Projeto Alquimia”* (MÉDICI, 2008), que procurou reunir em um espaço público do município de Santo André, todas as inquietações que o curso causou nos alunos e também nas pessoas que foram visitar o evento. Como argumenta um dos diretores do Sindicato que também coordenou o Projeto¹²³, apesar de não ter sido filmado, existem muitas fotos que podem ajudar a refletir sobre aquele momento.

Em termos práticos, os alunos que passavam pelo Projeto Alquimia, recebiam um certificado de conclusão de curso com um “histórico” no verso, sugerido pelos próprios alunos, com a carga horária total e por programa, bem como a relação de todas as disciplinas que fizeram parte do curso, que era uma forma de poder mostrar para outras pessoas, a gama de conteúdos com a qual eles puderam contatar.

Para todas as turmas, foram realizadas as festas de formatura, que era também o momento de estabelecer as discussões políticas, mostrando aos atores sociais regionais, que os trabalhadores estavam sendo qualificados e que havia a necessidade de continuarmos com as ações regionais para transformar esse esforço em oportunidade real, através da geração de novos postos de trabalho. Até mesmo o local da festa da primeira turma de alunos foi escolhido para representar um pouco as mudanças que ocorreram no Grande ABC, conforme escrito em Médici (2008):

¹²³ José Nelson Banhara, foi tesoureiro e também coordenou o Projeto Alquimia em suas últimas edições.

“A festa de formatura da primeira turma do Projeto Alquimia realizou-se no Espaço Atlantis, na Rua Padre Anchieta, 252, no Bairro Jardim. Os mais antigos lembram bem do nome e do endereço: Atlantis, na Padre Anchieta. Foi ali que funcionou a primeira unidade da fábrica Atlantis, uma das primeiras da base Química de Santo André, juntamente à Rhodia. Uma grande empregadora, especialmente de mulheres.

Os velhos pavilhões foram demolidos. Em seu lugar, ergue-se mais um conjunto de prédios residenciais e comerciais, como parte da transformação econômica da cidade. Bom? Mau?”(MÉDICI, 2008: 291)

Todos os alunos que concluíam os cursos e estavam desempregados, eram encaminhados diretamente pelo programa a Central de Trabalho e Renda¹²⁴ e aos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda¹²⁵ do município de moradia do trabalhador.

O Sindicato também disponibilizava na secretaria¹²⁶ do projeto Alquimia um banco de dados para consulta das empresas que estavam disponibilizando vagas em seu quadro de funcionários, além de enviar mala direta para as empresas, informando cada vez que uma turma concluía o curso.

No Grupo Temático Petroquímico, além de coordenar com eficiência as ações de qualificação profissional, o Sindicato dos Químicos do ABC

¹²⁴ É uma instituição da Central Única dos Trabalhadores, que através do Sistema Público de Emprego, faz gratuitamente a intermediação em toda a região do ABC, entre trabalhadores desempregados e as empresas que oferecem vagas.

¹²⁵ Sistema Público de Emprego dos municípios.

¹²⁶ Secretaria criada pelo Sindicato dos Químicos, especificamente para atender questões relativas ao Projeto Alquimia.

participou de forma ativa, discordando muitas vezes, apresentado sugestões, participando de seminários e oficinas em todos os subgrupos. Porém foram as discussões e as ações para buscar a expansão do Pólo Petroquímico de Capuava que demandaram maiores atenção da entidade.

Para os empresários do Pólo Petroquímico, a ampliação, bem como as ações objetivando melhorar a competitividade do setor, eram consideradas fundamentais, até mesmo, para o propósito de transformar o ABC no Centro de Excelência em Plástico. Conforme alegava um dos coordenadores do setor na Câmara Regional, naquele período “agora é crescer ou morrer, é por isso que se aposta em uma solução regional” (SACRAMENTO, 2003: 142). De conformidade com as discussões no meio empresarial, para o movimento sindical a ampliação da capacidade instalada do Pólo Petroquímico aparece como importante para a geração de empregos e para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC.

Conforme alegou o Presidente do Sindicato dos Químicos do ABC¹²⁷ no período em que as discussões estavam sendo realizadas, “*o sindicato sempre esteve à frente das negociações para a ampliação da capacidade produtiva da Petroquímica União (...) a ampliação irá trazer benefícios para a região como um todo e poderá gerar mais empregos na terceira geração*” (SACRAMENTO, 2003: 143)

Entretanto, de forma mais discreta, uma parcela do movimento sindical via com preocupações esta ampliação da capacidade produtiva do Pólo Petroquímico, mesmo entendendo que em termos sindicais, esta questão é sempre discutida relacionada à manutenção do emprego, porém como

¹²⁷ Sérgio Novais, que alegava também as seguintes questões: “*Formamos uma grande delegação para uma visita na época em que o Rennó era o presidente da PETROBRAS, solicitamos que houvesse uma liberação maior de nafta petroquímica, para que pudesse ser fabricado o eteno que é a base de vários produtos petroquímicos aqui na região e desde lá nós estamos apoiando, tentando que isto se viabilize*” (SACRAMENTO, 2003: 143)

morador e cidadão do ABC a situação em termos de riscos é preocupante, uma vez que o local onde o pólo está instalado é uma área densamente povoada e não é uma localização boa para se ter uma indústria Petroquímica. São indústrias poluidoras, nós sabemos disso conforme alegou um dos coordenadores do Projeto Alquimia, mostrando as agruras de ter que defender uma proposta nestas circunstâncias, ainda que, deixando bem claro que existiu uma *“decisão da diretoria do sindicato de lutar para a ampliação do Pólo Petroquímico”* (SACRAMENTO, 2003: 145)

Apesar de não ter resolvido o problema da ampliação da capacidade produtiva do Pólo Petroquímico¹²⁸, no período em que as discussões no Grupo Temático envolviam as ações para o fortalecimento da cadeia produtiva petroquímica, as ações regionais foram importantes para deixar bem claro a necessidade de expansão do Pólo, como também garantir que este aumento da capacidade instalada do setor não viesse a colocar em risco a segurança da população.

Agência de Desenvolvimento Econômico entre a agenda e a ação e a preparação para uma outra fase da ação regional: os arranjos produtivos

Apesar de ter sido uma conquista da articulação regional e ter realizado diversas ações demandadas do Planejamento Estratégico, a expectativa gerada em torno da atuação da Agência de Desenvolvimento se diferenciou um pouco das expectativas do Consórcio e da Câmara, na medida em que foi concebida como uma instituição de natureza executiva, ou seja, sua avaliação foi sempre pautada pela execução das ações apontadas na agenda regional e não pela capacidade de identificar, diagnosticar, debater, sistematizar e elaborar políticas para a superação

¹²⁸ As ações de expansão do Pólo Petroquímico iniciaram de fato em 2007, que absorverá investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão até a sua conclusão, prevista para 2010 (APOLO, 2008)

dos problemas da região. A Agência *“se constitui, enfim, o braço técnico do sistema de governança implementado ao longo desses dez anos na região”* (MELLO, 2001:150).

Apesar das expectativas geradas em torno da Agência, onde a própria demanda regional reivindicou a instituição de uma entidade mais ágil para executar ações que o Consórcio e a Câmara, exatamente pelas suas características estruturais, não poderiam realizar, os atores sociais entenderam que a entidade poderia se limitar apenas à execução das ações propostas pela agenda regional sem se situar politicamente nas decisões a serem tomadas. Mas ao contrário dessas expectativas, o próprio processo de articulação do arranjo regional, que estabelece a agenda estratégica mostrou que, em função de haver na composição da Agência, diversos representantes sociais, é ela que deveria se *“posicionar em relação aos problemas da região, estabelecer uma agenda de questões prioritárias e, sobretudo, resolver o tipo de relacionamento a ser estipulado com os poderes constituídos”* (COCCO; SILVA; SPEROTTO, 2001: 4).

Aliás, o universo de problemas e desafios e a diversidade de questões abordadas na elaboração e no resultado do planejamento regional com o desenho do cenário futuro e o estabelecimento da agenda regional, possibilitaram ter uma idéia da abrangência dos problemas e de sua complexidade.

Alguns problemas apareceram de forma pontual e outros se manifestaram concretamente no desenvolvimento das ações. Desde as discussões iniciais, a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, passou por uma espécie de “provação” de sua vocação. Para uma parte significativa dos empresários, ela deveria ter uma visão mais orientada aos negócios, ou seja, deveria adotar acima de tudo, o perfil de uma instituição de fomento empresarial. Para os signatários desta visão, se a Agência

tivesse um caráter público-estatal, se burocratizaria engessando, desta forma, as políticas de desenvolvimento regional.

Um dos temas que a Agência desenvolveu no início de suas ações com bastante êxito, proporcionou a produção de uma análise econômica e industrial da região, avaliada pela imprensa local como uma sistematização de informações precárias, atribuindo aos seus resultados parciais obtidos naquele período, como uma interpretação triunfalista¹²⁹. Além disso, pregava sempre uma oposição ao que entendia como caráter “público-estatal” da Agência de Desenvolvimento, salientado no artigo intitulado “Empresários querem Agência, grupos insatisfeito com a atuação da entidade quer assumir controle para realizar ações concretas”¹³⁰.

Estes questionamentos da imprensa e/ou por meio dela, acabaram proporcionando outras críticas também de pessoas importantes no processo de criação da agenda regional, que passaram a questionar a atuação da Agência afirmando que “as pesquisas para o banco de dados, que também não foi criado, têm servido mais aos quadros acadêmicos do que para gerar negócios” (COCCO; SILVA; SPEROTTO, 2001: 5).

Outra questão também não resolvida de forma eficaz na Agência de Desenvolvimento foi a relação institucional com as prefeituras, principalmente, no que dizia respeito ao tema do desenvolvimento. As prefeituras se dividiam em duas propostas de relacionamento com a Agência: em uma das propostas, manifestavam a idéia de que deveria existir uma divisão do trabalho entre as prefeituras e a Agência, cabendo às prefeituras a política de emprego e renda e à Agência as de desenvolvimento; em outra proposta, as políticas de desenvolvimento local deveriam permanecer na esfera municipal, isto é das prefeituras e a

¹²⁹ Revista Livre mercado, dezembro 2000.

¹³⁰ Jornal Diário do Grande ABC, 26 de janeiro de 2001.

Agência atuaria como articuladora destas políticas, estimulando-as e transformando-as em políticas de alcance regional.

Pode-se citar como exemplo a problemática que a ação regional vivenciou na definição ao procurar definir o município para a instalação do Centro de Apoio e Difusão Tecnológico do setor de Transformação de Materiais Plásticos, através da criação de um Pólo de Moldes¹³¹. Pelo menos três municípios reivindicavam esta instalação, sendo que Diadema e Mauá foram as que mais se rivalizaram com argumentos específicos para justificar a instalação desse Centro. Como a discussão envolvia a articulação regional (incluindo o Governo do Estado), a busca pela resolução do impasse se norteou nas propostas apresentadas no planejamento estratégico, que indicou a necessidade de estabelecer um processo de discussão para se firmar compromissos com os municípios candidatos, com regras e participação financeira assumida pelas partes¹³². Diante das dificuldades para se chegar a um acordo, esta ação, entendida pelos atores sociais como fundamental para o fortalecimento da cadeia produtiva petroquímica, não pode ser viabilizada naquele período.

Dessa maneira, buscando aliar as cobranças de parte dos atores sociais, com as perspectivas da Proposta Regional, a Agência de Desenvolvimento começou a centrar suas ações no apoio às empresas de pequeno porte. Pois, conforme já abordado, uma das diretrizes do Planejamento Regional Estratégico foi à necessidade de desenvolver ações de apoio e fomento às empresas de pequeno porte, sobretudo, as

¹³¹ A partir da identificação na pesquisa Unicamp/ie/neit (1998), sobre a necessidade de se criar um Pólo de Moldes para a indústria de transformação plástica ocorreu um grande processo de discussão para verificar que município receberia esta instalação. O Pólo de Moldes seria organizado com o objetivo de atender a demanda das indústrias de transformação de materiais plásticos do Grande ABC, pois apesar das empresas transformadoras possuírem ampla diversificação de produtos, várias delas disputam o mercado com os mesmos produtos, devido a grande dificuldade que o setor enfrenta para a aquisição de seus moldes.

¹³² Sobre a problemática que envolveu os municípios de Mauá e Diadema na disputa pela instalação do Pólo de Moldes, ver Sacramento, 2003:132.

micro e pequenas empresas da região. Coube então à Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, a missão de articular, juntamente com os demais atores sociais regionais, o desenvolvimento dessas ações.

Como a estratégia da proposta política regional sempre foi buscar o fortalecimento e a diversificação dos setores, a partir das cadeias produtivas, as ações para apoiar e fomentar essas empresas, também deveria levar em consideração essa mesma coerência, ou seja, o seu fortalecimento deveria significar o envolvimento de toda a cadeia produtiva.

Neste sentido, foram realizados diversos eventos, inclusive a criação de uma rede de incubadoras de empresas e atividades de cooperação técnica e de facilitação de acesso às linhas de créditos e de programas de fomentos, além das trocas de experiências com entidades nacionais e internacionais sobre arranjos produtivos voltados ao aumento de competitividade de micro e pequenas empresas.

As empresas de pequeno porte

Nessa seção do capítulo, faremos uma abordagem da bibliografia que trata da importância, das características, da amplitude e da heterogeneidade das micro e pequenas empresas, enquanto estratégia importante da Proposta Regional que buscou organizá-las, como forma de fortalecer as cadeias produtivas com tendências de crescimento no Grande ABC.

O papel das empresas de pequeno porte¹³³ oscilou bastante durante o século XX, e apesar do conjunto de transformações, assistidas a partir das últimas décadas na economia mundial, as definições sobre sua

¹³³ De acordo com o conceito exposto neste trabalho, são consideradas empresas de pequeno porte, as micro e pequenas empresas.

importância e seu papel ainda continuam oscilando muito no início deste século.

O modelo fordista/taylorista de produção em massa, cujas características como ganhos de escala, padronização da produção com base em linhas de montagem e competição por meio de preço através do controle de um grande mercado, contribuiu bastante para a proeminência das grandes empresas verticalizadas, restringindo de certa forma a participação das micro e pequenas empresas em diversas áreas industriais, principalmente pela sua limitada capacidade de se inserir nos métodos de administração e na organização científica do trabalho.

Na literatura, as abordagens desse tema também apontaram, ao longo do tempo, para uma variação no reconhecimento da importância da empresa de pequeno porte e possivelmente essas alterações acabaram *“influenciando diretamente o debate sobre a validade de desenhar e implementar políticas voltadas para sua promoção”* (LEMOS, 2003:13), visando seu fortalecimento e crescimento, a esse respeito, Amaral Filho et alii (2002) salienta que:

“(...) encontra-se implícito na visão predominante que Micro e Pequena Empresa é algo indesejável, associado a uma iniciativa incipiente ou mal sucedida, ou ainda, algo que apenas existe como tal, porque não conseguiu crescer e ser grande. Esse entendimento constitui um sério equívoco, e pode nos levar a desperdiçar de forma irreparável, grandes oportunidades de crescimento. O prejuízo daí decorrente assume um caráter ainda mais grave, se considerarmos que um modelo de crescimento baseado em Micro e Pequenas Empresas permite que uma parcela bem maior de indivíduos (micro e

pequenos empresários) participe diretamente dos resultados da produção, o que confere a essa forma de crescimento um caráter socialmente mais justo, sem deixar de ser eficiente.” (AMARAL FILHO et alii, 2002:4).

Sempre associada a uma limitada capacidade de sobrevivência e de contribuição para o desenvolvimento econômico de um país, a pequena empresa suscitou em uma grande parcela dos economistas “a visão de que empresas de pequeno porte são objeto marginal para as ciências econômicas” (JULIEN apud LEMOS, 2003:20). Esta concepção dificultou o surgimento de pesquisas e estudos econômicos convencionais sobre a capacidade empreendedora das micro e pequenas empresas, validando o entendimento de que somente as grandes corporações são eficientes, sendo os pequenos efêmeros e extremamente dependentes dos grandes empreendimentos.

É indiscutível que vêm se ampliando bastante as pesquisas sobre os pequenos empreendimentos, tanto que a estruturação destes estudos vem ocorrendo de forma crescente há cerca de vinte e cinco anos, Torrès (1998), proliferando as discussões através da realização de seminários, conferências e da propagação de publicações especializadas sobre o tema.

Do ponto de vista histórico, podemos dizer que este aumento na relevância das investigações sobre as empresas de pequeno porte é muito recente, tendo início a partir da década de 1970, quando se observa uma crise no modelo de produção fordista, assinalando uma época de instabilidade ocasionada, sobretudo, pela saturação da produção em massa que com sua rigidez impedia a flexibilidade de planejamento no processo produtivo. Esta crise do paradigma produtivo fordista entremostra uma mudança global, uma vez que o consumo e a produção

em massa associados ao *“Estado protetor e onipotente, o Estado construtor de habitações e o Estado nacional (características do fordismo) encontram-se em decadência; a flexibilização, a diversidade, a diferenciação, a mobilidade, a comunicação, a descentralização e a internacionalização (características do pós-fordismo) encontram-se em ascensão”* (NAVARRO, 1995:100).

Entretanto, mesmo tendo ocorrido avanços sobre o reconhecimento do papel das empresas de pequeno porte ocasionados pelas mudanças na organização do capitalismo, *“essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova”* (HARVEY, 1992:7). Desta forma, apesar do progresso nas pesquisas, as dificuldades em reconhecer a importância das empresas de pequeno porte continuam, principalmente, entre as correntes mais tradicionais que durante um longo período não as contemplavam em suas teorias, sempre relegando-as a um papel marginal.

As argumentações sobre a importância das micro e pequenas empresas negligenciam um conjunto relevante de fenômenos, sendo um deles exatamente, a propagação do número de estabelecimentos criados ao longo dos tempos, Julien (1993). Cabe ressaltar que o surgimento de um grande número de micro e pequenas empresas não representa necessariamente, que estas empresas estão sendo criadas em função de uma necessidade do mercado ou de uma oportunidade empreendedora. Outros fatores como desemprego e a busca de novas alternativas de trabalho e renda podem ser o estopim para a abertura de um empreendimento com essas características.

Quando se analisa as instituições empresariais, em termos de organização, percebe-se que as de pequeno porte, possuem características próprias que se manifestam tanto na maneira de administrar e se relacionar com clientes e fornecedores, quanto na sua inserção e fixação no mercado. Sua administração, comumente, possui uma estrutura organizacional bastante simples, com escassos recursos humanos e burocracia interna; sua estrutura produtiva é pouco diversificada e a produção quase sempre é destinada aos mercados locais ou especializados. Além disso, operam com volume e giro muito baixo, possuindo pequeno poder de negociação junto aos fornecedores.

Com a dinâmica que o paradigma fordista proporcionou ao capitalismo, através do processo de produção em massa direcionando para o estabelecimento de grandes conglomerados nacionais e multinacionais, seria praticamente impossível prever, antes do início da década de 1970, que algumas dessas características atribuídas aos pequenos negócios fossem transformadas em vantagens competitivas e fatores importantes no novo paradigma produtivo, que começou a surgir com a crise do fordismo, principalmente para atender à demanda por produtos especializados e diferenciados.

Com base em novas tecnologias de informação e comunicação, o novo paradigma passou a exigir mais flexibilidade, eficiência e capacidade de adaptação às exigências do mercado. Com uma estrutura organizacional mais simples, com pouca burocracia nas decisões, as empresas de pequeno porte possuem capacidade de resposta que o mercado exige, pois são *“bastante flexíveis adaptando-se rapidamente às modificações em seu entorno”* (COSTA, 2006: 37): o que era aparentemente um obstáculo ao crescimento das micro e pequenas empresas, tornou-se uma vantagem competitiva.

Embora exista uma aproximação entre as novas exigências do mercado e algumas das principais características das micro e pequenas empresas, uma grande parcela dos analistas nos países desenvolvidos, possivelmente influenciada, como abordado anteriormente, pelo não reconhecimento da importância da empresa de pequeno porte, não acreditou em um primeiro momento, que estas características pudessem estabelecer garantias que a grande empresa seria suplantada pelo pequeno empreendimento, fato que a levou a argumentar que esta aparente vantagem organizacional da pequena empresa a partir dos anos 1970, não passava de uma fase de transição de modelo e que posteriormente as grandes empresas se adaptariam ao novo padrão produtivo, diminuindo a área de atuação dos pequenos empreendimentos.

Para reforçar esses argumentos, até as tentativas de organização das micro e pequenas empresas em aglomerações empresariais foram colocadas sob suspeita e isto em pleno período de crise do fordismo, pois de acordo com Lemos (2003) os próprios distritos industriais italianos foram avaliados como limitados. Mesmo com indicadores econômicos mostrando o aumento das exportações e dos níveis de geração de emprego, através da elevação da participação dos distritos industriais no PIB italiano, fizeram diminuir as críticas. Até recentemente surgiram argumentações apontando que na última década do século passado o desempenho dos distritos industriais já apresentava sinais de decadência.

Neste caso em específico, talvez, as argumentações contrárias às possibilidades de crescimento das empresas de pequeno porte organizadas nos distritos industriais não chamasse tanto a atenção se não coincidissem, como assinala Becattini (2002), com um período de resultados positivo das exportações italianas, principalmente, das exportações de bens como tecidos, vestuário, calçados, móveis entre outros, produzidos exatamente nesses distritos industriais.

Se nos países desenvolvidos os estudos voltados às empresas de pequeno porte possibilitavam argumentos no sentido de que elas iriam desaparecer com o processo de modernização econômica, conforme Späth (1994), nos países em desenvolvimento não foi diferente: o crescente processo de industrialização centrava seu foco apenas nas grandes empresas, através de uma política de créditos subsidiados, de incentivo aos investimentos, de regulações comerciais e licenciamentos de tecnologias, como forma de promover esses empreendimentos considerados capitais para a expansão da economia. E estas vantagens realizadas através de políticas macroeconômicas, industrial e tecnológica não foram efetivamente estendidas às empresas de pequeno porte.

Apesar desta falta de incentivo e da enorme dificuldade de manutenção de seus negócios, as empresas de pequeno porte compensaram o declínio das grandes empresas e do setor público, com produção de emprego em momentos de crises, o que acabou mostrando que *“apesar de considerações teóricas que negam ou ignoram a importância das mesmas, o número de empresas de pequeno porte tendeu a crescer mesmo em meio ao processo de industrialização oligopolista”* (LEMOS, 2003: 21). Além disso, alguns autores vêm apontando o crescimento da importância das micro e pequenas empresas, ressaltando suas características, sobretudo, após as transformações que ocorreram nas empresas com a crise do modo de produção fordista.

Embora se constatem elevadas taxas de mortalidade entre micro e pequenas empresas, decorrentes do *“pequeno capital investido, das dificuldades para obter financiamento com prazos mais longos e da limitação em relação aos prazos na amortização dos empréstimos”* (COSTA, 2006:40), a própria história de existência dessas organizações empresariais, mostra, mesmo sob essas condições, que existem possibilidades de sobrevivência e até mesmo de crescimento. Mas por outro lado, torna-se evidente também que sua posição estaria mais

fragilizada se tivesse que enfrentar sempre uma disputa pelo mercado somente com as grandes empresas, pois as desvantagens da primeira em relação a segunda poderiam esconder o reconhecimento que micro e pequenos empreendimentos possuem características e particularidades que lhes possibilitam proveitos em relação às grandes empresas, como também a percepção dessas diferenças como forma de trabalhar para transformá-las em oportunidades.

Se as diferenças por porte modificam as características de atuação das empresas, as diferenças de escala como salienta Marques e Segre (2003), podem levar às diferenças de natureza. Isto nos permite refletir que, em termos de estratégia de organização, tentar enxergar as empresas de pequeno porte com as lentes das grandes empresas poderá impedir a obtenção de resultados positivos, uma *“vez que é amplamente reconhecido que diferenças quantitativas podem se transformar em diferenças qualitativas”* (MARQUES; SEGRE, 2003:5).

Mas, no universo das micro e pequenas empresas, também se apresentam grandes diversidades. De um lado, representando a maior parte das empresas, estão aquelas que operam em ambientes com pouca tecnologia, se utilizando de uma grande quantidade e rotatividade de mão-de-obra, e pequena ou nenhuma capacidade de inovação tecnológica¹³⁴, notando-se altas taxas de mortalidade entre elas. Operam em um mercado competitivo, contribuem com a diminuição do desemprego, porém contratam trabalhadores com baixos salários, com o propósito de obter vantagens de curto prazo, tendo, portanto, condições de se posicionar no mercado. Essa estratégia de alcançar resultados através dos baixos salários acaba gerando *“menor produtividade, maiores custos sociais, desqualificação de pessoal e relações de trabalho*

¹³⁴ Pode ser definida como a capacidade de utilização do conhecimento sobre novas formas de produzir e comercializar bens e serviços. A inovação é “reconhecida como fator básico de competitividade econômica sustentável, associando-se às transformações de longo prazo na economia e na sociedade” (SEBRAE, 2003:67).

precárias” (COSTA, 2006:41), sendo comum a presença de empresas deste tipo em atividades tradicionais, cujas barreiras à entrada são pequenas, com reduzidos investimentos iniciais, o que acaba favorecendo a participação de grande parte delas na produção informal.

Em outra extremidade, situam-se as micro e pequenas empresas de base tecnológica¹³⁵ que são apontadas por alguns estudiosos como uma nova categoria de atores econômico com forte inserção no ambiente empresarial local. Operam em ambientes industriais dinâmicos, buscando nichos específicos de mercado através da inovação tecnológica. Seu surgimento está associado à valorização do empreendedorismo e do reconhecimento da importância da existência de um ambiente institucional favorável com instrumentos de apoio específicos, pois nas áreas de tecnologia avançada, a criação de novas empresas relaciona-se indubitavelmente a uma *“dinâmica empreendedora impulsionada por pressões de competição e pela busca de maior produtividade e inovatividade”* (LEMOS, 2003:25).

Mas, conforme enfatiza Maculan (2002) as empresas de pequeno porte de base tecnológica não devem ser consideradas como réplicas menores de empresas mais antigas, pois diferentes das empresas que operaram em ambientes de baixo conteúdo tecnológico, *“elas se criam e se estruturam em torno de novas idéias de produtos e serviços, com base em conhecimentos específicos a respeito de uma determinada tecnologia”* (MACULAN, 2002:13).

Como não há essa homogeneidade na organização e atuação das empresas de pequeno porte, diversos estudos têm enfatizado a importância do estabelecimento de apoio institucional. Porém, é

¹³⁵ Empresas de base tecnológica podem ser definidas como “comprometidas com o projeto, desenvolvimento e produção de novos produtos e/ou processos, caracterizando-se ainda pela aplicação sistemática de conhecimento técnico-científico (ciência aplicada e engenharia)” (PINHO apud LEMOS, 2003: 25).

necessário ressaltar que cada vez mais, os novos empregos estão sendo gerados pelas empresas de pequeno e médio porte e como são *“bastante heterogêneas será indispensável guardar em mente que medidas gerais de apoio as PMEs¹³⁶ podem apresentar resultados e impactos bastante diferenciados”* (MACULAN, 2002:4).

Pensar estas diferenças significa entender que empresas com poucos recursos tecnológicos necessitam, acima de tudo, enfrentar as desvantagens, ser menos vulneráveis, tornarem-se mais competitivas e conseguir aproveitar melhor as modalidades de apoio oferecido. Já as empresas de base tecnológica apesar de não investirem pesadamente em pesquisa, exercem um papel significativo na introdução e difusão de inovações, criando ou transformando produtos e serviços, definindo novas modalidades organizacionais e tendo o seu crescimento baseado na valorização da inovação tecnológica, oriunda da atividade de pesquisa científica.

Em resumo, é fator determinante da heterogeneidade das empresas de pequeno porte, sua estrutura organizacional, sua dinâmica e abrangência de atuação no mercado, a capacidade de conseguir financiamentos e, sobretudo, a capacidade de aprender, incorporar, desenvolver e inovar em novos processos e produtos, interagindo e cooperando com outras empresas, além das características pessoais do empreendedor ou gerente, como o nível de escolaridade e a experiência profissional.

Isto significa que a compreensão da ausência de homogeneidade aponta também para a inexistência de uma única referência que possa explicar a promoção de inovações e o alcance da competitividade. Pois, apesar da grande heterogeneidade existente entre as empresas de pequeno porte, existem também, como já mencionamos neste capítulo, características

¹³⁶ Pequenas e Médias Empresas.

marcantes que determinam uma conduta geral, distinta se comparada com o comportamento das grandes empresas, tais como recursos limitados, pouca cultura organizacional, geralmente confundindo gerência com propriedade, pouco poder de negociação com fornecedores, dificuldade de obter financiamentos, mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação profissional. Além dessas, outras características apontadas como vantagens completam esse quadro de similitudes das micro e pequenas empresas, a saber, criatividade, especialização, flexibilidade, agilidade na tomada de decisão, pouca hierarquia, entre outras.

Já mencionamos a existência de diferentes formas para conceituar micro e pequenas empresas¹³⁷. Geralmente, são considerados critérios quantitativos representados pelo número de empregados ou pelo faturamento anual bruto. No Brasil, as duas principais normas que estabelecem classificações de empresas segundo o porte são a Resolução GMC nº 59/98 do Mercosul e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei 9.841/99).

Para o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Resolução no âmbito do MERCOSUL, além de servir como orientação para a elaboração de políticas comuns aos Estados-Partes, teve seus critérios quantitativos adotados no País para nortear as linhas

¹³⁷ No Brasil, antes de chegarmos ao atual Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, as leis que surgiam causavam poucos impactos pela falta de regulamentação que a maioria de seus artigos reclamava, porém foram surgindo novidades tais como a elevação da receita bruta anual da microempresa, além de fazer surgir, pela primeira vez, a figura da empresa de pequeno porte, conforme previsto na Constituição Federal. Em 1996 foi sancionada a Lei do Simples, uma das maiores conquistas das micro e pequenas empresas brasileiras, onde foi estabelecido tratamento diferenciado, simplificado e favorecido (redução da carga tributária, simplificação da forma de recolhimento dos tributos federais e possibilidade da adesão de Estados e Municípios para concessão de benefícios do ICMS e do ISS). O atual Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte recepcionou integralmente a lei do Simples e passa a prever tratamento favorecido nos campos não abrangidos, significando que, enquanto o Estatuto tem por objetivo facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social, o Simples estabelece tratamento diferenciado nos campos dos impostos e contribuições.

de financiamento à exportação. Traz os parâmetros para definição de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), diferenciando-as por setor econômico, a saber, indústria, comércio e serviços.

Já o Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é o principal marco legal do tema no Brasil, tendo em vista servir como referência para a elaboração de políticas que respeitam o tratamento jurídico diferenciado, determinado pelos artigos 170 e 179 da Constituição Federal. Juntamente com o Estatuto do SIMPLES¹³⁸ (Lei nº 9.317/96), emprega o critério da receita bruta anual, além dos critérios usados pela RAIS/MTE¹³⁹ e pelo SEBRAE¹⁴⁰, que se baseiam no número de empregados. Apesar da enorme variação na classificação das empresas por porte, a metodologia proposta pelo SEBRAE é utilizada de forma mais ampla. Na tabela 1, serão apresentadas as diferentes classificações por receita bruta anual e por número de empregados.

TABELA 1 – Classificação para micro, pequena e média empresa no Brasil

	MICROEMPRESAS	PEQUENA EMPRESA	MÉDIA EMPRESA
ESTATUTO MPE Receita bruta anual	R\$ 244.000,00	R\$ 1.200.000,00	-
SIMPLES* Receita bruta anual	R\$ 120.000,00	R\$ 1.200.000,00	-

¹³⁸ O Simples é um sistema de simplificação tributária que não se aplica a todas as empresas de pequeno porte.

¹³⁹ Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego.

¹⁴⁰ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

BNDES Receita bruta anual	Até R\$ 1.200.000,00	Superior a R\$ 1.200.000,00 Inferior a R\$ 10.500.000,00	Superior a R\$ 10.500.000,00 Inferior a R\$ 60.000.000,00
RAIS/MTE Nº. de empregados	0 – 19	20 – 99	100 – 499
SEBRAE (Indústria) Nº. de empregados	0 – 19	20 – 99	100 – 499
SEBRAE (Comércio e Serviço) Nº. de empregados	0 – 9	10 – 49	50 – 99

Fontes: RAIS / MTE, BNDES, SEBRAE, Lei nº. 9.317/96, Lei nº. 9.841/99 e IN SRF nº. 034/01.

Mesmo sendo mais utilizada a classificação das empresas por porte através do critério de número de empregados, existem divergências sobre este tipo de enquadramento, sobretudo, para fins de regulamentação tributária e de concessão de crédito, cuja legislação estabelece critérios fundamentados no faturamento das empresas. No entanto, algumas argumentações contrárias à utilização da classificação por número de empregados, apontam que esse critério pode dissimular o verdadeiro tamanho das empresas, principalmente, em função da modernização tecnológica e do processo crescente de terceirização¹⁴¹.

¹⁴¹ A terceirização se caracteriza quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra empresa, a terceira. Este processo pode se dar de duas maneiras diferentes, mas não excludentes, a primeira delas, diz respeito à desativação, parcial ou total, de setores produtivos, ou seja, a empresa que terceiriza deixa de produzir e passa a suprir suas necessidades comprando de outras empresas. Uma outra se caracteriza com a

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841 de 05/10/1999) que através da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com o Estatuto do Simples, estabelece o critério de classificação das micro e pequenas empresas por faturamento onde as microempresas aparecem como aquelas que têm receita bruta anual inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e as pequenas empresas, com receita anual bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o critério de definição do porte da empresa também é sobre a receita bruta anual. As empresas que faturam no ano até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) são classificadas como microempresas, as que apresentam faturamento acima desse valor até R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) são classificadas como empresas de pequeno porte. As empresas de médio porte, são classificadas entre aquelas que têm receita bruta anual superior a R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) e inferior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões).

O critério geral utilizado pela RAIS/MTE é o mesmo que o SEBRAE estabelece na indústria e construção, ou seja, a classificação pelo número de empregados. Portanto, são enquadradas como microempresas

contratação de uma ou mais empresas que alocam trabalhadores para execução de algum serviço no interior da empresa cliente. É neste contexto produtivo e político que a terceirização ganha força como instrumento de organização da produção e do trabalho. As empresas, em nome de maior competitividade, passam a focar suas atividades naquilo que as diferencia, transferindo para terceiros os setores fora deste “núcleo de diferenciação”. A estratégia é clara, focar em suas competências principais, economizando “energia”, reduzindo custos e, se possível, enfraquecendo a ação sindical (Dieese/Sebrae, 2007). “Esse modelo enxuto (com justiça, chamado pelos seus críticos de enxuto e perverso) dependia fundamentalmente da economia de mão-de-obra, usando uma combinação de automação, controle computadorizado de trabalhadores, terceirização de trabalho e redução da produção” (Castells, 2000: 185).

aquelas que possuem até 19 empregados, as que empregam entre 20 e 99 pessoas são colocadas na categoria das pequenas empresas e são consideradas de médio porte as empresas que possuem de 100 a 499 empregados. O SEBRAE estabelece ainda, para os setores de comércio e serviços, uma classificação também por número de empregados, porém diferente dos números definidos para o setor industrial, isto é, são classificadas como micro as empresas com até 9 empregados, na categoria das pequenas empresas estão àquelas que empregam de 10 a 49 funcionários e são consideradas como médias empresas as que possuem de 50 a 99 empregados.

O Brasil não é o único país com problemas causados pela diversidade na classificação das empresas por tamanho, aliás, as informações obtidas em diferentes estudos mostram que não existe no mundo uma conformidade no que se refere ao conceito e classificação das micro e pequenas empresas, pois cada país adota formas particulares e compatíveis com suas realidades. No Brasil, mesmo não havendo uniformidade nos critérios que classificam o tamanho dos empreendimentos, eles se constituem em um importante fator de apoio para micro e pequenas empresas, pois quando estão dentro dos limites instituídos podem usufruir os benefícios e incentivos previstos na legislação¹⁴².

Embora existam no Brasil grandes dificuldades para se manter no mercado, micro e pequenas empresas vêm mostrando, no conjunto da

¹⁴² A constituição Federal de 1988 contém os marcos legais que fundamentam as medidas e ações de apoio às micro e pequenas empresas no Brasil. No artigo 146 dois novos dispositivos, aprovados pela Reforma Tributária de 2003, prevendo que uma lei de hierarquia superior, a lei complementar, definirá tratamento diferenciado e favorecido para as micro e pequenas empresas, incluindo um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da união, dos estados e dos municípios, além de um cadastro unificado de identificação. No artigo 170 insere as micro e pequenas empresas nos princípios gerais da ordem econômica, garantindo tratamento favorecido. No artigo 179 orienta as administrações públicas a dispensar tratamento jurídico diferenciado ao segmento, visando incentivá-las pela simplificação ou redução das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e de crédito por meio de leis.

atividade econômica, um bom desempenho, sobretudo, no que diz respeito à sua sobrevivência. Uma pesquisa de campo realizada pela empresa Vox Populi para o SEBRAE, no primeiro semestre de 2007, revelou que micro e pequenas empresas estão sobrevivendo mais, uma vez que do total de empreendimentos abertos no período compreendido entre os anos de 2003 e 2005, 78% permaneceram no mercado. Além dos resultados serem considerados positivos, os dados da pesquisa mostraram também que a permanência dessas empresas no mercado vem crescendo significativamente nos últimos anos. A pesquisa informou ainda que, entre 2003 e 2005, ocorreu de forma crescente, um aumento no número de empregados com carteira assinada.

No tocante à questão do emprego, os dados do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (SEBRAE e DIEESE, 2007), mostraram que entre 2001 e 2005, micro e pequenas empresas foram responsáveis por aproximadamente 52% dos empregos formais urbanos no país. Ademais, esses empregos vêm crescendo anualmente a uma taxa de 4,4% ao ano nas microempresas e 5,4% ao ano nas pequenas empresas, representando a geração de 2,2 milhões de postos de trabalho no período, correspondendo a uma média de 550 mil postos por ano.

De acordo com os dados do Boletim Estatístico SEBRAE (2005), o número de microempresas no Brasil, entre 1996 e 2002, evoluiu de 2.956.749 para 4.605.607, com crescimento acumulado de 55,8%, passando a participação percentual no total de empresas de 93,2%, em 1996, para 93,6%, em 2002.

Da mesma forma, para as pequenas empresas cujos números de estabelecimentos passaram de 181.115 em 1996 para 274.009 em 2002, evidenciando um crescimento de 51,3%, houve um pequeno decréscimo em termos de participação percentual, passando de 5,7% em 1996 para 5,6% em 2002.

Quanto ao total de pessoas ocupadas, os números mostraram que entre os anos de 1996 e 2002 as microempresas passaram de 6.878.964 para 9.967.201, com crescimento de 44,9% entre as duas datas, elevando a participação percentual de 31,8% para 36,2%. Já entre as pequenas empresas o número de ocupações passaram de 4.054.635 para 5.789.875, aumentando a participação em termos percentuais de 18,8% em 1996 para 21,0% em 2002. Mas, os salários e rendimentos médios anuais nas microempresas entre 1996 e 2002 passaram de R\$ 2.048,00 para R\$ 2.223,00, aumentando a participação percentual de 7,3% em 1996 para 10,3% em 2002. Nas pequenas empresas, os valores passaram de R\$ 6.061,00 em 1996 para R\$ 5.852,00 em 2002 e em termos percentuais passaram de 12,8% para 15,7% respectivamente entre os dois períodos.

Quanto à participação na massa salarial, as microempresas passaram de R\$ 14.089.000,00 em 1996 para R\$ 22.157.000,00 e as pequenas empresas de 24.575.000,00 em 1996 para R\$ 33.882.000,00 em 2002. Em termos percentuais em função do expressivo aumento do número de empregos gerados no intervalo entre os dois anos, a variação da massa salarial, apresentou nas micro e pequenas empresas aumento real de 57,3% e 37,9 respectivamente. Nas tabelas 8 e 9 temos a apresentação da massa de salários e rendimentos pagos e da variação percentual, por porte de empresas e setor de atividade nos anos de 1996 e 2002.

Os dados indicam também que entre 1996 e 2001 há um acentuado aumento da importância das empresas de pequeno porte no Brasil, tanto em termos de crescimento do número de estabelecimentos e empregos gerados, quanto de volume da massa de salários pagos. De conformidade com estes dados, as informações contidas no Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa SEBRAE e DIEESE (2007), vêm confirmar o crescimento da relevância dessas empresas, mostrando que em 2005 da

massa total de remuneração, as micro e pequenas empresas concentravam 66,7% no comércio, 45,7%, na construção civil, 29,6% na indústria e 32,9% no setor de serviços.

Ademais, indicam que o crescimento dos postos de trabalho foi acompanhado pelo aumento no número de estabelecimentos, sendo que nas microempresas este crescimento foi de 4,4% ao ano, na comparação entre 2005 e 2001, enquanto nas pequenas empresas a taxa de crescimento anual foi de 5,7% , frente a um crescimento de 4,4% ao ano para o total das empresas, independente de seu porte. Em termos de participação no conjunto dos estabelecimentos formais brasileiros, entre 2001 e 2005 as micro e pequenas empresas correspondem a 97,5% do total, ultrapassando dois milhões de empresas formais e a doze milhões e meio de empregados urbanos formais, o que passou a representar um pouco mais da metade dos empregos formais do país.

Um elemento importante para os arranjos produtivos: a aglomeração e a concentração das empresas

Desde os trabalhos pioneiros de Alfred Marshall sobre os distritos industriais ingleses, no final do século XIX, as aglomerações¹⁴³ de empresas baseadas na proximidade geográfica¹⁴⁴ têm merecido atenção na literatura econômica. Apesar do próprio Marshall (1982), já ter ressaltado que a atividade econômica concentrada geograficamente é um fenômeno tão antigo quanto o comércio, considerando que as necessidades humanas eram supridas à medida que os sistemas de

¹⁴³ O termo aglomeração que pode ser produtiva, científica, tecnológica e/ou inovativa, tem como aspecto central a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais (empresas e outras instituições e organizações públicas e privadas). Uma questão importante, associada a esse termo, é a formação de economias de aglomeração, ou seja, as vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, incluindo acesso a matérias-primas, equipamentos, mão-de-obra e outros Sebrae (2003)

¹⁴⁴ Também denominada de proximidade territorial ou local, concentração geográfica ou aglomeração geográfica de empresas entre outras denominações para caracterizar uma grande concentração de pequenas empresas em uma dada territorialidade, com um mesmo tipo de atividade ou atividade similar ou pertencente a um mesmo setor produtivo.

transporte se tornavam mais eficazes e os produtores puderam suprir as necessidades dos consumidores. Produtos como *“vestuário, especiarias e adornos pessoais passaram a ser produzidos em poucos lugares e difundidos por toda a Europa, nas feiras, ou mesmo nas próprias casas dos compradores”* (MACHADO, 2003:10).

Entretanto, o aumento do interesse pelo estudo das aglomerações de empresas *começou a ser constatado a partir da década de 1970 com o aparecimento dos “distritos industriais de pequenas empresas da chamada Terceira Itália, os sistemas produtivos locais na França, na Alemanha e no Reino Unido, o Vale do Silício nos Estados Unidos ou as redes de empresas (MPE) no Japão, na Coreia e em Taiwan”* (COSTA, 2006:51). Interesse porque os resultados dessas aglomerações foram vistos como positivos na medida em que possibilitou um aumento nos indicadores econômicos tanto de elevação da participação no PIB, quanto dos níveis de geração de emprego.

Os motivos que levam uma determinada empresa a se localizar próxima geograficamente a outras empresas, podem ser explicados através das economias externas e das economias internas¹⁴⁵, observadas com amplitude diferenciada nos diversos setores, segmentos, Arranjos Produtivos Locais (APL's) e empresas Machado (2003), e estes motivos implicam em obter vantagens econômicas, pois o agrupamento de

¹⁴⁵ As economias externas são serviços e ganhos que um produtor proporciona a outro sem qualquer. A concentração geográfica de empresas origina uma série de economias externas que foram observadas por Marshall em um modelo posteriormente adaptado por vários autores como Porter, Krugman e Schumitz. (As economias externas podem ser classificadas em três grandes grupos: i) economias tecnológicas que têm impactos na função de produção e dizem respeito aos padrões tecnológicos adotados; ii) economias de mercado que são fruto de decisões ou fenômenos externos às empresas sendo mediado por mecanismos de mercado, iii) economias de organização que podem ser social ou da produção e são determinadas pelas características da população local e se refletem na forma como se estruturam localmente. Já as economias internas, têm seus estudos focados na Engenharia de Produção ou administração de empresas, com disciplinas que dão menos atenção ao fenômeno da concentração geográfica de empresas, autores como Krugman, com o conceito de retornos crescentes de escala, Porter, ao destacar o papel da rivalidade (competição) entre empresas de um APL e Schmitz ao observar as formas de cooperação entre empresas Machado (2003).

empresas abre oportunidades para ganhos de eficiência que os produtores individuais raramente podem obter.

Ainda que, diversas abordagens sobre este tema tenham salientado que a simples concentração geográfica das empresas não garante eficiência coletiva, é bem verdade também que ela é uma condição necessária para a formação de economias de aglomeração, pois através da proximidade geográfica pode se organizar para melhorar o fornecimento de matérias-primas e produtos especializados, equipamentos e inovações tecnológicas, mão-de-obra qualificada, especialização entre outras vantagens.

Para Vargas (2002), em diferentes abordagens referentes à noção de proximidade territorial, os conceitos de sistema de inovação salientam a articulação entre elementos espaciais e setoriais na definição de sistemas locais de inovação. Segundo ele podemos dizer que:

“(...) a proximidade territorial representa uma condição necessária para existências de aglomeração produtivas, mas não se constitui em condição suficiente para a promoção do dinamismo competitivo e inovativo de empresas. O desenvolvimento de processos de aprendizado voltados para a inovação no âmbito de aglomerações produtivas implica não somente na proximidade geográfica, mas na existência de outras formas de proximidades relacionadas a fatores institucionais, culturais e tecnológicos, com vistas à troca efetiva de conhecimentos tácitos e codificados entre agentes”. (VARGAS, 2002:9)

Mas, todas as vezes que falamos em aglomerações empresariais baseadas em uma determinada proximidade territorial, é importante ter a noção que as aglomerações se dão em um determinado espaço. De forma conceitual, território é um espaço definido por e a partir de relações jurídicas, políticas ou econômicas, instituídas sempre por conformação explícitas ou implícitas de poder Sebrae (2003).

Entretanto, a idéia de território não se reduz apenas à sua dimensão material ou concreta. Ele é também um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço, espaço este que como analisa Milton Santos (1996) é formado por um conjunto indissociável de sistemas de ações, um conjunto de fixos e fluxos, sendo que *“os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar”* (SANTOS, 1996:50).

Se bem que o espaço deve ser pensado como um sistema de contêiner do sistema social, como argumento Harvey (1992), porém a *“acumulação do capital desconstrói perpetuamente esse poder social ao dar nova forma às suas bases geográficas”* (HARVEY, 1992:217). Isto significa que para reconstruir relações de poder e organizar suas bases espaciais o *“capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão o que estava desterritorializando com a outra”* (DELEUZE E GUATTARI apud HARVEY, 1992).

Portanto, sabe-se que a proximidade geográfica é uma condição necessária para a formação de economias de aglomeração, a exemplo das empresas organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APL's). Apesar disso, essa configuração territorial isoladamente, não representa o espaço, já que *“sua realidade vem de sua materialidade, ela tem uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua*

existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 1996:51), que podem e devem acontecer de forma solidária, mas também através da explicitação dos conflitos, pois *“processos de cooperação só serão assumidos pelos vários protagonistas se os frutos positivos esperados contemplarem a todos num jogo de soma positiva”*. (DANIEL, apud SACRAMENTO, 2003:129).

A proximidade geográfica, como um fator importante para o fortalecimento das empresas através da promoção de arranjos produtivos, também pode se tornar elemento importante na competitividade empresarial, por meio da difusão do conhecimento e da inovação.

Uma vez que, considerada uma das principais características das últimas décadas, as mudanças tecnológicas ocorrem em ritmo cada vez mais acelerado, sobretudo em função da intensificação da competição nos diferentes mercados em nível mundial. Diversos estudos mostraram que estas introduções de tecnologias acabam provocando também mudanças nos mercados, alterando a forma de organização das empresas, passando a exigir que as mesmas melhorem a capacidade de gerar, difundir e usar novos conhecimentos, cujo objetivo é a inovação, considerada fundamental para a competitividade.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2001), a inovação, o conhecimento e o aprendizado se colocam como elementos centrais da dinâmica e do crescimento de nações, regiões, setores, organizações e instituições. Para eles, a inovação consiste em processo de busca e aprendizado, a qual depende de interações, socialmente determinada e fortemente influenciada por instituições e organizações específicas, constituindo a fonte de mudança tecnológica, sendo a base de acumulação de competências das empresas.

A inovação quando o processo é de caráter interativo e localizado, pode ser analisada a partir do conceito básico de sistema de inovação. Também Cassiolato e Szapiro (2002), definem um sistema de inovação como o conjunto de instituições que contribuem, coletiva ou individualmente, para o desenvolvimento e difusão de tecnologias.

Existem fortes relações entre tecnologias e condições locais, as quais favorecem a geração das inovações através das interações inter e entre firmas e organizações de apoio, o que determina mecanismos específicos de aprendizado. Desta forma, diversas literaturas passaram a focar o papel do local na busca de um entendimento do processo inovativo das empresas. O local é, então, um elemento ativo no processo de criação e difusão de inovação, sendo que as interações entre tecnologia e condições locais se constituem elementos fundamentais na geração das inovações por meio de mecanismos específicos de aprendizados formados por um quadro institucional específico (Lastres et. al., 1998).

De acordo com Campos et. al. (2002), a noção de sistemas produtivos ou inovativos locais enfatiza a relação entre a proximidade dos agentes e as interações para a aprendizagem, considerando a dimensão social e tácita do conhecimento. Estes sistemas podem ser definidos, como “aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem” (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2002:11).

A participação das micro e pequenas empresas nas economias locais tem se tornado cada vez mais evidente, principalmente nas últimas décadas, traduzindo-se em grande capacidade de proporcionar desenvolvimento regional e de geração de emprego e renda. Essas empresas, que vêm se baseando em economias de aglomeração e cooperação, estão se destacando através da realização de clusters, distritos industriais,

sistemas nacionais e regionais de inovação e arranjos produtivos, cuja base de sustentação se traduz em sinergias entre os agentes econômicos e se identificam essencialmente pela aglomeração setorial e pela presença de economias externas. As empresas de pequeno porte, inseridas em aglomerações setoriais, buscam, portanto, estabelecer relações de cooperação e de confiança entre si para consolidarem um ambiente favorável que resulte na formação de uma estrutura produtiva com presença competitiva, flexibilidade e vantagens de economias coletivas (SOUZA e SUZIGAN, 1998).

A indústria de transformação de materiais plásticos no Brasil e sua concentração no Grande ABC paulista

Conforme já vimos no decorrer desta pesquisa, a característica marcante da indústria de transformação de materiais plásticos é a sua heterogeneidade, que pode ser observada pelos diferentes portes, acesso à tecnologia, processos de fabricação e produtos finais.

A maior parte das empresas de transformação de materiais plásticos é formada por micro e pequenas unidades produtoras, conforme já salientado. Esta forte presença de empresas de pequeno porte contribui demasiadamente para a elevação dos custos de produção, limitando as margens de lucro. Soma-se a isto, o fato das empresas de terceira geração se situarem a montante das empresas petroquímicas produtoras de resinas termoplásticas, formadas por empreendimentos de grande porte, ligadas aos grandes oligopólios e a jusante das grandes empresas, que por sua vez *“comandam cadeias que competem entre si em termos de apropriação do valor agregado”* (FLEURY e FLEURY, 1998:2), trazendo como consequência a redução de preços e a necessidade de inovar e de melhorar a qualidade de seus produtos.

De acordo com os dados da Abiplast (2007), as micro e pequenas empresas do setor de materiais plásticos¹⁴⁶ representavam em 2006, 94,7% do total de estabelecimentos do país. O setor congregava aproximadamente 11.300 empresas sendo que deste total, perto de 10.700 eram empresas de pequeno porte. Apesar de ser fortemente marcado pela presença das micro e pequenas empresas, existe uma forte concentração da produção quando se leva em consideração o porte das empresas. O dinamismo e a competitividade do setor são regidos por poucas unidades produtivas de médio e grande porte, que se modernizaram em função do grande potencial de crescimento do setor e das exigências do mercado consumidor.

Este predomínio das empresas de médio e grande porte foi observado a partir dos dados do Balanço Setorial (2005), considerando que apenas 300 empresas respondiam por 70% do consumo de resinas termoplásticas. Soma-se a esta apreciação, os levantamentos realizados pelo jornal Valor Econômico, indicando que 10% das empresas de transformação de materiais plásticos concentravam cerca de 80% da produção total de produtos plásticos (Valor Econômico, 2005).

Nessas empresas existe uma estrutura hierárquica organizada de forma a atender a demanda do mercado através da troca de informações entre técnicos e engenheiros, com o objetivo de garantir um melhor desempenho em relação às exigências dos clientes. Ao contrário do que ocorre nos grandes estabelecimentos, nas empresas de pequeno porte a produção se realiza quase sempre em empreendimentos familiares, sem a participação de profissionais com nível técnico ou superior e em máquinas e equipamentos obsoletos. Estes fatores, somados ao alto grau

¹⁴⁶ Utilizando a definição do SEBRAE que define o porte da empresa de acordo com o número de empregados. No caso da indústria de transformação de materiais plásticos são consideradas micro empresas aquelas que empregam até 19 pessoas; as que possuem de 20 a 99 pessoas ocupadas, são denominadas de pequenas empresas; as médias empresas, são as que possuem de 100 a 499 empregados e as grandes empregam 500 ou mais pessoas.

de informalidade das empresas e o baixo nível de qualificação profissional dos empregados, dificultam consideravelmente a sua produtividade.

Ademais, conforme já abordamos, estas micro e pequenas empresas têm enormes dificuldades para adquirir a matéria prima diretamente das empresas produtoras de resinas termoplásticas, principalmente em função do baixo volume de compra que realizam, revelando uma estrutura econômica e tecnológica vulnerável na cadeia produtiva.

Diferentemente das empresas petroquímicas, que em geral localizam-se próximas às centrais de matéria-prima, as indústrias de transformação de materiais plásticos procuram se instalar próximas ao mercado consumidor de seus produtos, concentrando no Estado de São Paulo 45,4% do total dos estabelecimentos produtivos. Essa forte concentração também é observada em termos regionais, pois a região sudeste reúne 59,8% das unidades produtivas e a região sul 26,9%. Juntas as duas regiões concentram aproximadamente 87% do total das empresas de transformação de materiais plásticos (ABIPLAST, 2007).

Assim, as características estruturais do setor, com a presença de um grande número de pequenas empresas, o fornecimento e a distribuição de matéria-prima, somadas às vantagens da proximidade aos centros consumidores, podem explicar essa tendência à concentração geográfica das empresas de transformação de materiais plásticos.

Os dados disponíveis sobre o número de empresas de transformação de materiais plásticos apresentaram um acentuado crescimento, sobretudo, nas empresas fabricantes de artefatos diversos que representam aproximadamente 71%, do total do setor, o que explica de certa forma a existência de um pequeno número de empresas no segmento de componentes técnicos.

Quando se analisa o setor de transformação de materiais plásticos, percebe-se que, embora seja um produto popular, nem todos os produtos originários do plástico são materiais de pouco valor. Geralmente quando se fala em plástico é difícil não pensar, em um primeiro momento, em uma sacola ou copo descartável, produzidos a partir do material. Esta associação imediata é compreensível. Afinal, o setor de embalagens é responsável, atualmente, por mais de um terço do total de resinas transformadas no Brasil.

Mas, ao contrário do que se pensa, o plástico representa um material moderno, capaz de servir, inclusive, como indicador de desenvolvimento de um país. Setores como os de utilidades domésticas, construção civil, brinquedos, calçados, além daqueles que empregam tecnologias mais sofisticadas, como os de saúde, eletroeletrônicos, aviação e automóveis, entre outros, vêm ampliando, a cada ano, a utilização da matéria-prima em seus produtos. A diversidade de segmentos onde o plástico está presente aponta uma tendência de crescimento, principalmente naqueles que estão em franca expansão, como o de telecomunicações.

É bem verdade que o consumo de plásticos no Brasil ainda pode ser considerado baixo em relação ao de países do Primeiro Mundo. De acordo com a COPLAST/ABIQUIM¹⁴⁷, enquanto o consumo per capita¹⁴⁸ atual de plástico nos EUA e na Europa chega a 100 kg e 80 kg, respectivamente, no Brasil, o consumo por habitante em 2007 foi de 27 kg, conforme podemos verificar na tabela 10. Contudo, apesar da relevante diferença, o atual consumo brasileiro demonstra o potencial de crescimento do plástico no país. Se analisarmos o seu consumo per capita entre os anos de 2000 e 2007, notaremos que houve um crescimento de aproximadamente 15% neste período, no entanto, os

¹⁴⁷ Comissão do Plástico da Associação Brasileira da Indústria Química

¹⁴⁸ O consumo per capita é calculado dividindo-se o consumo aparente de resinas termoplásticas pelo número estimado de habitantes.

dados da COPLAST/ABIQUIM mostram que, se for analisado um período mais longo como, por exemplo, o ano de 1992, quando o consumo médio ficou em torno de 8,8 kg , houve um crescimento de 206%.

Em conformidade com o que ocorreu com o número de estabelecimentos, o número de pessoal empregado no setor também cresceu, chegando a empregar em 2007, 317.232 pessoas, concentrado 86,6% deste total em apenas sete estados, tendo no Estado de São Paulo, a maior concentração com 45,4% do total do pessoal ocupado.

Com relação ao perfil dos trabalhadores do setor de transformação de materiais plásticos, os levantamentos sobre o grau de instrução realizado pelo Dieese (2005), apontaram que em 2003, 28,8% dos trabalhadores formais da indústria de transformação plástica não haviam ainda concluído o ensino fundamental, 35,9% tinham concluído o ensino fundamental, mas com ensino médio incompleto, 31,5% concluíram o ensino médio e apresentavam-se com o ensino superior incompleto e 3,8% haviam concluído o ensino superior. Apesar da baixa escolaridade, se olharmos para os dados apresentados ao Fórum de Competitividade da Cadeia do Plástico¹⁴⁹ veremos que houve um aumento substancial no grau de escolaridade dos trabalhadores da indústria de transformação de materiais plásticos de pequeno porte, se compararmos com os dados do ano de 1995, quando 54,6% dos trabalhadores apresentavam como grau de instrução o ensino fundamental incompleto e apenas 13,1% tinham o ensino médio completo.

No Estado de São Paulo, principal centro produtor de transformados plásticos do País, os municípios mais importantes, em número de estabelecimentos produtivos estão localizados próximos à capital paulista.

¹⁴⁹ Trabalho realizado pelo DIEESE através de Convênio MTE/SSPE/CODEFAT - 163/2004, cujos resultados foram apresentados ao Fórum da Competitividade da Cadeia Plástica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Dos 245 municípios do Estado, apenas seis, ou seja, 2,5% reúnem 49,6% das empresas transformadoras de materiais plásticos, representando quase a metade de todos os estabelecimentos produtivos do Estado. O município de São Paulo, que responde por 33,9% dos estabelecimentos, é seguido pelos municípios de Guarulhos com 4,9%, Diadema com 4,6%, São Bernardo do Campo com 2,4%, Barueri com 2% e Campinas com 1,8%.

Esta tendência à concentração geográfica do número de empresas do setor plástico, além de reproduzir de certa forma a concentração industrial do País, pode ser explicada, conforme já mencionada anteriormente, através das características estruturais do setor, que é composto por um grande número de micro e pequenas empresas, cujas vantagens podem ocorrer tanto através da proximidade com os fornecedores de matéria-prima, quanto com os centros consumidores.

Em São Paulo, apesar da criação de novos estabelecimentos industriais, observa-se uma redução em termos percentuais em comparação com o número de empresas no Brasil, apresentando sinais de uma descentralização. Além disso, em 2003, a participação de São Paulo na produção do setor, estimada em 4 milhões de toneladas, foi de 44% (Valor Econômico, 2004) que segundo a MaxiQuim Assessoria de Mercado, um número que surpreende mas não preocupa.

Para o presidente do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo (SINDIPLAST), esta redução do percentual de concentração das empresas de transformação de materiais plásticos paulista não impedirá que o setor continue crescendo no Estado. De acordo com ele, *“algumas empresas devem ter migrado para outros Estados, mas essa mudança praticamente não altera a indústria paulista, que vai continuar a crescer por ser o maior centro produtor, com*

tecnologia e mão-de-obra altamente qualificada, e principal foco consumidor do país” (Valor Econômico, 2004:13).

Apesar de não haver dados no SINDIPLAST / ABIPLAST sobre o número de empresas abertas em outros locais, cogitou-se, inclusive em reuniões do Fórum de Competitividade da Cadeia do Plástico, que um dos fatores comuns entre as regiões que atraíam essas indústrias foi a concessão de incentivos fiscais.

A região do Grande ABC Paulista, apesar de compreender apenas sete municípios, concentra boa parte da produção da indústria brasileira de transformação de materiais plásticos. Podemos compará-la com Estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Minas Gerais.

De acordo com a pesquisa MaxiQuim (2000), a indústria de transformação de materiais plástico na região do ABC era composta por 381 empresas, divididas em quatro categorias distintas ou segmentos: os transformadores¹⁵⁰, com 326 empresas; os convertedores¹⁵¹, com 25; os produtores de Compostos¹⁵², com 13; e, as verticalizadas transformadores¹⁵³, com 17 empresas.

A resina mais consumida pelas empresas da região foi o Polipropileno (PP), que correspondia a 22,8% do total, muito utilizado no segmento de componentes técnicos. Em seguida, temos o PVC com 15,7%,

¹⁵⁰ São as empresas que transformam resinas plásticas em produtos, como peças injetadas, filmes, bobinas, frascos e outros.

¹⁵¹ São as empresas que não transformam as resinas plásticas, mas já compram produtos semi-acabados, como bobinas, lâminas, pré-formas de garrafas, e através de processos de termoformagem, corte-solda e sopro, as transformam em produtos prontos.

¹⁵² Também conhecidos como Masterbatches, são as empresas que compram matérias-primas plásticas, adicionam cargas, aditivos e corantes e as transformam em matérias-primas para os transformadores.

¹⁵³ São as empresas dos setores alimentício, automobilístico, eletroeletrônico e outros, que para satisfazer sua demanda por produtos plásticos como insumos no processo produtivo, verticalizam essa atividade passando a transformar resinas.

empregado nos mercados de fios, cabos, mangueiras e tubos de conexão, utilizados em construção civil, produtos eletroeletrônicos e em projetos de irrigação, no segmento do agronegócio. Os materiais denominados “plásticos de engenharia” com 11,4%, como as resinas ABS, Poliamida, Poliacetal entre outros, são altamente consumidos em função da especialização da indústria de materiais plásticos do Grande ABC no fornecimento de peças técnicas. O consumo de materiais reciclados, também chamou a atenção na medida em que representam 16,4% do total de plásticos transformados.

O município de Diadema concentrava o maior número de empresas, o maior número de postos de trabalho, o maior valor da produção e consumo de resinas. Entretanto, o fato do município participar em menor grau no valor da produção do que no volume de materiais transformados, indicou um menor valor agregado médio dos produtos, se levarmos em conta a comparação na região (MAXQUIM, 2000).

Exemplo disso, é que somados os municípios de São Bernardo, Santo André e São Caetano, não atingem o número de empresas, empregos e consumo de resinas plásticas do município de Diadema, porém o valor da produção é maior, sendo que em São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul foram registradas as mais altas taxas médias no valor da produção por tonelada de produto.

A pesquisa identificou também que as empresas típicas da região do Grande ABC eram as empresas de pequeno porte, que na média empregavam 49 funcionários, transformavam 560 toneladas de materiais plásticos por ano e faturaram aproximadamente R\$ 3,62 milhões. Em grande parte dessas empresas, a matéria prima transformada, não foi suficiente para justificar a compra direta do produtor, o que indicou a importância da boa relação dos transformadores com os distribuidores. Em termos de número de estabelecimentos, as micro e pequenas

empresas representaram a maioria e juntas somaram aproximadamente 89% dos estabelecimentos.

A falta de uma economia de escala, o que impossibilita a pequena empresa de concorrer nos mercados de commodities, não ocorre nas indústrias da região, pois a maior parte delas produzia peças técnicas para segmentos bastante específicos e exigentes. Isto significou, que o fato de possuírem indicadores de menor valor agregado médio por empresa do que o encontrado nas médias e grandes empresas pode induzir na avaliação de que seus investimentos em máquinas, equipamentos e moldes necessitam de uma atualização (MAXQUIM, 2000).

Em termos de emprego, a pesquisa indicou, que as micro e pequenas empresas de produtos plásticos da Região do Grande ABC Paulista empregam aproximadamente 43% do total das vagas disponíveis, o mesmo percentual atribuídos às médias empresas, sendo os grandes empreendimentos responsáveis apenas por 14% dos empregos no setor. As micro e pequenas empresas foram ainda as maiores responsáveis pela abertura de novas vagas na indústria de produtos plásticos, que tiveram também uma evolução positiva no valor de sua produção e no consumo de resinas. Em contraste, nas grandes empresas, a despeito da elevação expressiva das quantidades transformadas, ocorreu apenas uma pequena elevação no valor da produção.

Em termos da necessidade de qualificação profissional, os dados mostraram que esta Região, por ter sua produção voltada para os segmentos de peças técnicas, necessita de um alto grau de qualificação dos seus funcionários. O fato de consumir materiais mais específicos, reforçados com aditivos, investir em máquinas mais avançadas tecnologicamente, requer da região a capacidade de produzir com maior valor agregado em várias empresas.

Dados mais recentes, organizados pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, apontam para um aumento na concentração das indústrias de produtos plásticos, chegando a aproximadamente 550 estabelecimentos, sendo que 94% deles são formados por micro e pequenas empresas que empregam 52,4% do pessoal ocupado.

Estes dados da pesquisa, encomendada para dar suporte às ações da Proposta Regional, juntamente com levantamentos recentes da Agência de Desenvolvimento Econômico, demonstraram que o Grande ABC Paulista, com apenas sete municípios, concentra boa parte da produção industrial brasileira, justificando a importância da ação proposta de fortalecer esta importante cadeia produtiva na região.

O APL do setor plástico: novos objetivos, velhas decisões

A idéia de organizar um Arranjo Produtivo Local (APL)¹⁵⁴, para o setor de transformação de materiais plásticos no Grande ABC não surgiu apenas em função de haver na região uma grande concentração de empresas do setor, aliás, este é um requisito importante nos arranjos produtivos, pois na literatura sobre o tema, quando se pensa em um APL, se considera, em primeiro lugar, a existência de uma aglomeração, um número significativo de empresas localizadas em um mesmo território que atuam em torno de uma atividade produtiva principal.

Ao definir os Arranjos Produtivos Locais (APLs) a RedeSist¹⁵⁵, diz que são aglomerações territoriais de agentes econômicos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam

¹⁵⁴ De uma certa maneira, podemos dizer que o APL é a tradução brasileira para os “clusters” americano ou “districtos industriales” italiano. Apesar disso, diversos estudiosos optam por não utilizar o conceito de clusters nos APL’s, pois nos clusters a noção de territorialidade praticamente não existe.

¹⁵⁵ Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

vínculos mesmo que incipientes. Para o SEBRAE, as empresas que compõem um APL além da proximidade física e da forte relação com os agentes da localidade, deverão ter em comum uma mesma dinâmica econômica. Apesar de ser bastante diversa a determinação dessa dinâmica, empresas que realizam atividades semelhantes ou utilizam mão-de-obra específica, ou utilizam as mesmas matérias-primas ou necessitam das mesmas condições climáticas ou de solo para sua produção, ou ainda fornecem para um mesmo cliente que exija a proximidade podem se organizar em APLs.

Contudo, independentemente da dinâmica que determina a formação de um APL, a característica mais marcante e que é, de fato, comum a todos os arranjos, é a forte concentração em uma mesma região. Desta forma, podemos definir os Arranjos Produtivos como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Essas aglomerações podem ser caracterizadas através de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do território em que estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos.

Por isso, a noção de território é fundamental para a atuação em Arranjos Produtivos Locais. No entanto, a idéia de território não se resume apenas à sua dimensão material ou concreta. Território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço. Nesse sentido, o Arranjo Produtivo Local também é um território

onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir a ela.

Além disso, ele deve manter ou ter a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, além de promover ou ser passível de uma integração econômica e social no âmbito local.

De acordo com Lemos (2002), são vários os tipos de Arranjos Locais configurados em nível mundial, os quais apresentam diferentes abordagens, no entanto apontam características similares ao recorrerem às análises empíricas. Neste sentido, verifica-se a dimensão dada ao local, sendo este o espaço que compreende as relações com o ambiente e a análise se realiza de forma coletiva e não assume caráter individual. Podem ser citados como exemplos os arranjos com características tecnológicas distintas, como a região da Terceira Itália, envolvendo o Nordeste e o centro da Itália, que configuram vários arranjos industriais em pequenas cidades, especializadas na produção de produtos considerados tradicionais e de baixa complexidade tecnológica como a cerâmica vermelha, têxteis e máquinas de ferramentas e o Vale do Silício, nos EUA configurado por empresas de alta tecnologia do setor de informática.

Conforme a classificação de CROCCO (2002) existem três estruturas de arranjos: os informais, os organizados e os inovativos, sendo os informais e os organizados predominantes nos países em desenvolvimento e os inovativos usualmente encontrados nos países centrais. Essa classificação leva em consideração uma série de variáveis que enfatizam a capacidade e a dinâmica dos arranjos que podem ser dimensionados da seguinte forma:

- I) Os arranjos informais são normalmente caracterizados por micro e pequenas empresas, com baixo nível tecnológico e as barreiras à entrada de novas empresas são poucas ou inexistentes;
- II) Os arranjos organizados são também formados por micro e pequenas empresas, porém com trajetória crescente da capacidade tecnológica. A principal característica desse tipo de arranjo é sua capacidade de coordenação entre as empresas elevando tanto a capacidade de adaptação tecnológica, quanto o tempo de resposta às mudanças de mercado;
- III) Os arranjos inovativos são caracterizados pela proximidade geográfica, especialização setorial e predominância de pequenas e médias empresas. Apresentam grande capacidade gerencial e adaptativa, assim como elevado grau de confiança e cooperação entre os agentes. Sua elevada capacidade inovativa é a chave para seu desempenho.

Todas essas questões são importante, pois, ao entender que a participação dinâmica em arranjos e cadeias produtivas tem auxiliado empresas de todo porte, mais particularmente micro e pequenas empresas, a ultrapassarem conhecidas barreiras ao crescimento, os atores sociais do Grande ABC procuram aproveitar o acúmulo da região em termos de diagnósticos e também de potencial de trabalho conjunto, adquiridos ao longo do processo de construção da proposta de cooperação regional para estimular o fortalecimento das micro e pequenas empresas através de um arranjo envolvendo os setores plástico, autopeças e de ferramentaria.

Este entendimento, parte do pressuposto de que as influências tecnológicas do processo de globalização sobre os setores industriais das economias nacionais têm cada vez mais se intensificado. Se por um lado apresenta a afirmação de que a desterritorialização do espaço físico, institucional e de conhecimento levam o processo de convergência tecnológica a uma unidade comum para os setores econômicos e

industriais das nações, por outro lado, enfatiza que *“a mobilidade espacial do conhecimento constitui-se num dos limites mais importantes da globalização, que subestima o papel desempenhado pela proximidade geográfica no processo de transmissão de formas tácitas de conhecimento e no desenvolvimento de aprendizados interativos”* (LUDVALL e BÓRRAS apud VARGAS, 2002:38).

O território tem proporcionado várias possibilidades de mediação entre o global e local Vargas (2002), uma vez que:

“(...) o mundo é colocado como um conjunto de possibilidades cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. É o território que termina por operar como a grande instância de mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que uma ordem global busca impor uma única racionalidade em todos os lugares, estes respondem segundo sua própria racionalidade”. (VARGAS, 2002:45/46)

De forma semelhante Diniz (2000), ao tratar de interdependência e desigualdade na relação entre o global e o local, afirma que *“inaugura-se, de forma dialética, um espaço de fluxos sobre o espaço de lugares, no qual o espaço de fluxos subordina o espaço de lugares, mas é, ao mesmo tempo, por este condicionado ou determinado, criando uma economia ou sociedade em rede”* (DINIZ, 2000:2). Ao citar Albagali (1999) e Swyngedown (1989), Diniz (2000) diz que o lugar é a complementaridade de três dimensões: localização, interação social, no sentido antropológico e cultural, isto significa que *“além de realidade empírica, a região ou o lugar é representação social”* (DINIZ, 2000:4).

O enfoque baseado nas contribuições de Schumpeter (1982) reconhece as inovações como um fenômeno inerente à moderna sociedade industrial, resultante de um processo cumulativo que segue etapas sucessivas como na inovação, difusão e uso de novas tecnologias. Nessa perspectiva neo-schumpeteriana, as tecnologias não são um dado conhecido, mas algo que deve ser procurado pelas empresas. Essa busca acaba implicando em tempo gasto com pesquisas, desenvolvimento etc.

Fundamentando-se nas mesmas contribuições, Arrighi (1997) afirma que *“a intensidade da competição na economia capitalista varia no tempo, de acordo com o equilíbrio sempre mutável entre as forças de costume e as forças da inovação”* (ARRIGHI, 1997:19). Diz ainda que,

“(...) diferentemente de todos os sistemas sociais anteriores, o capitalismo tende a gerar inovações que rompem qualquer ordem costumeira que tenha sido, ou esteja sendo, estabelecida em um momento dado. Essa tendência aumenta as pressões competitivas que, por sua vez, suscitam novas ordem costumeiras”. (ARRIGHI, 1997:19)

Como uma variação do conceito de sistema nacional de inovação, surge a abordagem de sistema local de inovação, a qual destaca a proximidade territorial e as semelhanças histórico-sócio-cultural dos indivíduos como principais fontes que estimulam as interações entre os agentes locais.

Para Vargas (2002), em diferentes abordagens referentes à noção de proximidade territorial, os conceitos de sistema de inovação salientam a articulação entre elementos espaciais e setoriais na definição de sistemas locais de inovação. Dessa forma:

“(...) a proximidade territorial representa uma condição necessária para existências de aglomeração produtivas, mas não se constitui em condição suficiente para a promoção do dinamismo competitivo e inovativo de empresas. O desenvolvimento de processos de aprendizado voltados para a inovação no âmbito de aglomerações produtivas implica não somente na proximidade geográfica, mas na existência de outras formas de proximidades relacionadas a fatores institucionais, culturais e tecnológicos, com vistas à troca efetiva de conhecimentos tácitos e codificados entre agentes.” (VARGAS:2002;9)

A participação das micro e pequenas empresas nas economias locais tem se tornado cada vez mais evidente, principalmente nas últimas décadas, traduzindo-se em grande capacidade de proporcionar desenvolvimento regional e de geração de emprego e renda. Essas empresas, que vêm se baseando em economias de aglomeração e cooperação, estão se destacando através da realização de clusters, distritos industriais, sistemas nacionais e regionais de inovação e arranjos produtivos, cuja base de sustentação se traduz em sinergias entre os agentes econômicos e se identificam essencialmente pela aglomeração setorial e presença de economias externas. Essas empresas, inseridas em aglomerações setoriais buscam, portanto, estabelecer relações de cooperação e de confiança entre si para consolidarem um ambiente favorável que resulte na formação de uma estrutura produtiva com presença competitiva, flexibilidade e vantagens de economias coletivas (SOUZA e SUZIGAN, 1998).

No caso dos Arranjos Produtivos Locais, que se sustentam por sinergias, caracterizam-se através de um conjunto de variáveis dentre as quais se

destacam as diversidades das atividades dos agentes econômicos; sua extensão territorial; a importância do conhecimento tácito, cuja proximidade entre os agentes facilita a transmissão.

Existem vários tipos de arranjos produtivos locais que apresentam diferentes abordagens, mas que apesar disso, apontam características similares ao recorrerem às análises empíricas. Neste sentido, verifica-se a dimensão dada ao local, sendo este o espaço que compreende as relações com o ambiente, com a análise se realizando de forma coletiva, não assumindo caráter individual (LEMOS, 2002).

Esses arranjos permitem a ocorrência dos processos de aprendizado por interação entre as empresas, criando qualificações empresariais via geração de conhecimentos, a fim de capacitá-las no ambiente interativo, determinando o influxo de novos produtos e processos.

Os arranjos produtivos locais do Grande ABC, foram organizados com o objetivo de estimular a capacidade de inovação de micro e pequenas empresas, como forma de ampliar sua eficiência produtiva, através da disseminação do conceito de competitividade cooperativa, da busca pela melhoria dos níveis de emprego e renda, além do fortalecimento da participação e mobilização dessas empresas na discussão regional, envolvendo nessas ações outros atores sociais.

No Brasil, estas iniciativas começaram a ser estabelecidas a partir das diretrizes da política industrial do Governo Federal, anunciadas em 2003, cuja proposta de atuação figura como elemento importante da estratégia de modernização da base produtiva do país para a ampliação de sua capacidade exportadora. A proposta governamental estabelece que os arranjos aproveitem a proximidade das empresas e a facilidade de cooperação entre elas e também com instituições tecnológicas e

financeiras, para a difusão de técnicas de produção, gestão e ampliação dos negócios.

Este APL, apesar de ter trilhado as diretrizes da política industrial, é parte constitutiva da proposta de diversificação e fortalecimento das cadeias produtivas, como uma das ações importantes da Proposta Regional de retomada do desenvolvimento econômico e social. E foi exatamente a existência de um sólido arranjo institucional, adquirido através dessas ações regionais que se tornou um dos trunfos importante para que a região do ABC pudesse obter financiamento para iniciar um projeto de organização desses APLs.

O projeto desenvolvido com apoio técnico e financeiro do SEBRAE foi orçado em R\$ 3,5 milhões para os três setores, sendo destinado R\$ 1,8 milhão (R\$ 1,7 milhão do SEBRAE e R\$ 100 mil da Agência de Desenvolvimento Econômico) para o desenvolvimento da primeira fase do projeto¹⁵⁶.

O APL envolvendo os três setores produtivos teve seu início em agosto de 2004 com a participação de 63 micro e pequenas empresas, sendo 16 do segmento de ferramentaria, 24 de autopeças e 23 do setor de transformação de materiais plásticos. Com uma proposta de gestão conjunta dos três arranjos, coube ao SEBRAE / SP a responsabilidade de repasse de verba, sempre condicionado às atividades constantes do cronograma físico-financeiro do projeto, além do acompanhamento e o monitoramento de todas as ações previstas. A responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Econômico foi atuar como instituição gestora e executora do projeto, administrando o convênio, selecionando as empresas e os consultores, apresentado planos de trabalho, relatórios

¹⁵⁶ Dados obtidos no Informativo Grande ABC, setembro/outubro de 2003 e de cópias da planilha de recursos e do plano de desenvolvimento do Projeto APL Grande ABC.

e pareceres sobre as atividades previstas no cronograma físico-financeiro do projeto.

Mesmo com uma coordenação para cada APL, tendo como finalidade promover no prazo de dezoito meses o aumento da competitividade das empresas participantes e criar um *“processo auto-sustentável de fortalecimento contínuo do arranjo produtivo nos setores selecionados, incrementando com isso a sua participação no mercado, incentivando a inovação tecnológica e a cultura empreendedora, e desenvolvimento do capital humano”* (ADE, 2003).

Os Arranjos Produtivos Locais foram separados posteriormente em razão das dificuldades em estabelecer um plano de desenvolvimento e um cronograma de gestão comum ocasionadas, sobretudo, conforme alegou a gestora do projeto por diferenças na forma de organização e de características de cada setor envolvido.

Na medida em que os APLs no Grande ABC possuem uma interação muito grande com o processo de constituição da agenda regional e como ao longo desse período a cadeia produtiva petroquímica se mostrou bastante participativa no processo de discussão da retomada do desenvolvimento econômico e social, principalmente na proposta de transformar a região no centro de excelência em plásticos, este trabalho tem sua análise voltada as ações do APL do setor Plástico.

O modelo escolhido para organizar as micro, pequenas empresas no APL do setor plástico foi o modelo Radial. De acordo com a Agência de Desenvolvimento Econômico, chama-se radial porque nasce através do processo de indução das empresas para se organizarem em função ao atendimento da demanda de grandes empresas.

Isto significou que as empresas inseridas no arranjo não estariam se agrupando com o objetivo de realizar apenas uma divisão de trabalho entre elas (característica organizativa dos arranjos produtivos hierárquicos estabelecidos em rede, organizados a partir de uma grande empresa), mas tendo como finalidade o aumento da competitividade através da criação de um processo auto-sustentável de fortalecimento contínuo do próprio arranjo, incrementando com isso a sua participação no mercado, incentivando a inovação tecnológica, a cultura empreendedora e o desenvolvimento profissional.

Também, de acordo com a entidade gestora do APL, o que se buscou através da escolha desse modelo de organização do arranjo, foi ampliar a eficiência produtiva das empresas envolvidas, disseminar o conceito de competitividade cooperativa, melhorar os níveis de emprego e renda, fortalecer a mobilização e a participação consciente de atores sociais relevantes como forma de garantir a sustentabilidade das próprias ações empreendidas para organizar as empresas nos arranjos. A idéia central é que isto poderia possibilitar maior consistência na organização das empresas na região melhorando a informação e o acesso ao mercado, bem como a organização da produção e conseqüentemente o fortalecimento da dinâmica de constituição de distritos industriais relacionados com o desenvolvimento integral do espaço onde está inserido.

A proposta de projeto de desenvolvimento do APL do setor plástico foi dividida em duas fases. A primeira tinha como estratégia de implementação a concentração em três eixos principais:

- 1) Fortalecimento e consolidação do Arranjo Produtivo, onde as atividades foram desenvolvidas através da cooperação entre especialistas e as entidades que participam do projeto. Consultores contratados atuaram em conjunto com a equipe técnica do SEBRAE, apresentando estudos de

- viabilidade, de capacitação técnica e gerencial, pesquisas de mercado, desenhos de novas estratégias de cooperação entre empresas;
- 2) Organização dos espaços territoriais quanto aos aspectos técnicos, sociais e políticos, onde foram desenvolvidas ações que buscaram evitar que a constituição do arranjo depois de consolidado se transformassem em enclaves com pouca ou quase nenhuma relação com o desenvolvimento da região;
 - 3) Concepção e implantação de sistema de monitoramento e avaliação, onde foram realizadas, através de ações administrativas, avaliações com redefinições de metas e resultados.

A primeira fase do APL do setor Plástico do Grande ABC teve duração de dois anos, sendo concluída em maio de 2006. Propiciou aos participantes um diagnóstico de desempenho com consultorias de gestão e de meio ambiente; serviços de comunicação conjunta, com site, assessoria de imprensa e catálogos coletivos; e ações comerciais como participação em feiras nacionais e internacionais. Além disso, alavancou o aumento do fluxo de informação entre os empresários, por meio das reuniões quinzenais, a redução de riscos em pesquisa e desenvolvimento devido à ação conjunta, novas oportunidades de negócios entre os próprios participantes do APL, compartilhamento de recursos ociosos de uma empresa por outra, evitando novos custos, fortalecimento do poder de compra e venda e participação em rodadas de negócios.

Foi realizado um diagnóstico industrial em 14 empresas participantes do Arranjo Produtivo. Coordenado pela Escola SENAI Mário Amato¹⁵⁷, o diagnóstico foi dividido por processo de transformação: injeção; termoformagem; extrusão; reciclagem e injeção de poliuretano (PU)¹⁵⁸. O

¹⁵⁷ CENATEC Centro Nacional de Tecnologia e Centro Integrado em Cerâmica, Plástico, Química e Tecnologia Ambiental.

¹⁵⁸ A injeção de poliuretano é um sistema de isolamento térmico que viabiliza diversas aplicações em indústrias dos mais diversos segmentos. A mistura de polioli, isocianato e gás expensor é diretamente injetada por meio de maquinário apropriado nas cavidades

Diagnóstico revelou que as empresas estão em níveis de maturidade bem distintos, os empresários estão preocupados com a velocidade da atualização tecnológica e também com a carência e dificuldade em contratar mão-de-obra especializada, apontando também para a necessidade de qualificação profissional. Além disso, mostrou que, apesar do crescimento do setor plástico, em termos gerais o parque fabril é bastante antigo, poucas empresas adotam indicadores de desempenho e a maioria ainda não está voltada para a implantação de um sistema de gestão para a qualidade, apesar de demonstrarem preocupação com a melhoria contínua de seus processos e produtos.

Como parte integrante do diagnóstico, a Escola SENAI Mário Amato apresentou para a Agência de Desenvolvimento as propostas de realização de programas de treinamentos setoriais, complementares às ações individuais e coletivas do APL. Para o segmento de injeção, foi apresentada a necessidade de capacitação da mão-de-obra operacional, técnica e chefia intermediária; segurança para operadores de máquinas injetoras; preparador e regulador de máquinas injetoras; iniciação à ciência dos polímeros; planejamento e controle da produção e materiais (PCPM); 5S; set-up; organização de lay-out; introdução à tecnologia dos materiais plásticos; técnica de chefia e liderança para chefia intermediária e gerência.

Foi detectado também em todos os segmentos, a falta de capacitação da mão-de-obra operacional como um dos principais problemas a ser enfrentado pelo APL, além de outras necessidades referentes ao processo produtivo, apontadas especificamente em cada segmento.

previamente preparadas para receber a isolamento térmica. Ao reagir, o material se expande e a própria dilatação provoca o preenchimento de todas as lacunas, não permitindo a formação de vazios que favorecem a condensação e aderindo firmemente a totalidade da área isolada, impedindo que variações climáticas externas interfiram no processo. Suas principais aplicações são tubulações, dutos, tanques de estocagem, câmaras frigoríficas, túneis de congelamento, tanque de gases, etc.

O estudo diagnosticou ainda a necessidade de desenvolver lideranças para chefiar equipes e a contratação de assessorias e consultorias especializadas para acompanhamento das empresas. Estes profissionais cuidariam da elaboração de registros e indicadores que contemplariam os itens projetos e desenvolvimento; processos; produção; qualidade; preservação do produto; meio ambiente; saúde e segurança e gestão de recursos humanos. Implementariam o housekeeping (5S), desenvolveriam cursos para lideranças de equipes (chefia intermediária e gerencia), implementação de sistema de qualidade e a NBR ISSO 9000. Também seria necessário contratar estagiários do curso técnico em plásticos e serviços para realização de ensaios laboratoriais (fluidez, densidade, ponto de fusão etc.) a ser realizado através de contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Estas ações, que foram indicadas para serem implementadas na segunda fase do APL do setor plástico e de acordo com os gestores do programa, teriam como resultados esperados: melhora do padrão de qualidade do produto; aumento da produtividade; diminuição dos custos operacionais; diminuição dos índices de refugos, melhoria da qualidade da mão-de-obra; reorganização no processo de fabricação; consolidação e ampliação da participação do produto no mercado.

Durante os treinamentos, consultorias e outras atividades desenvolvidas pelo APL, diversas empresas do setor de transformação de materiais plásticos do Grande ABC foram convidadas pela coordenação a participar. Esta participação em atividades pontuais levou a coordenação do APL a criar um grupo piloto¹⁵⁹ e estabelecer uma coordenação dentro dele. Também, foi instituído o [Comitê Gestor do APL do setor Plástico composto pela Agência de Desenvolvimento Econômico e pelo SEBRAE São Paulo](#).

¹⁵⁹ Formado essencialmente pelas 23 empresas que se inscreveram no APL desde o início do APL.

A segunda fase do projeto teve seu início em março de 2007 para o desenvolvimento, em três anos, com a proposta de envolver de forma direta 100 empresas e indireta outras 400 sediadas na região, com um orçamento aprovado no valor de R\$ 4 milhões.

Conforme informou o boletim APLNews da Agência de Desenvolvimento, as ações propostas para a segunda fase do APL do Setor Plásticos visavam o fortalecimento da cadeia produtiva do setor com o aumento da competitividade e o acesso ao mercado, além de desenvolver uma cultura de colaboração entre as empresas participantes. Isto significava *estimular as empresas para a melhorarem a sua competitividade, desenvolvimento e lucratividade através de ações de melhoria gerencial e qualificação. Visavam também contribuir para que atuassem em conjunto e fortalecessem as bases de negociações, evitando com isso a evasão das empresas e consolidando a região como um dos pólos mais importantes do segmento no país.*

Nesta segunda fase do APL do Setor Plástico tiveram a participação, como um grupo piloto, 50 empresas e ocorreram mudanças significativas, tanto no que se refere à gestão do arranjo, quanto na governança¹⁶⁰. No que diz respeito à gestão, o APL ganha novos parceiros que passaram a integrar o Comitê Gestor antes formado pela Agência de Desenvolvimento do Grande ABC e o SEBRAE São Paulo, agora ampliado com a participação da empresa Suzano Petroquímica, do International Finance Corporation IFC (Banco Mundial), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do Sindicato de Resinas Sintéticas do Estado de São Paulo (SIRESP) e as prefeituras municipais. Na avaliação da coordenação do APL, a entrada de novos parceiros, considerados pela

¹⁶⁰ Governança é a tradução do conceito inglês Governance que significa forma de regulação intermediária entre a materialidade da aglomeração urbana e o governo, a legislação e a ação do Estado. No caso do APL a governança é formada pelas entidades que dão sustentação política ao projeto.

Agência como “de peso” no Comitê Gestor contribuiu para resultados mais expressivos, pois estas entidades, além de trazerem recursos financeiros, trouxeram também o know-how obtido em outros APLs dos quais participaram.

Em termos de governança, o diferencial entre a primeira e a segunda fase do projeto foi a criação de um comitê de governança local, que reuniu as Prefeituras, Instituições de Ensino como a Faculdade de Tecnologia (FATEC), a Universidade Federal do Grande ABC (UFABC), a FEI, Instituto Mauá de Tecnologia, a Escola SENAI Mário Amato e o Centro de Informação e Apoio ao Plástico (CIAP). A idéia de se criar uma governança local se traduz na colaboração das instituições no desenvolvimento de produtos inovadores. A idéia de agregar planejamento gerencial e estratégico às decisões destes empresários foi um dos maiores desafios do APL, para que em longo prazo estas empresas pudessem crescer de maneira sustentada.

Como forma de subsidiar o trabalho, nesta segunda fase do APL, foi contratada a consultoria especializada MaxiQuim, que atualizou um levantamento do segmento realizado em 2002 na região e ajudou a traçar um planejamento de ações que diagnosticou, entre outras demanda, a necessidade de realização de cursos em gestão financeira, de marketing, design, gestão de processos e treinamento técnico. Além disso, as empresas do APL do Setor Plástico foram analisadas por uma equipe que teve como objetivo diagnosticar desde a situação financeira até a parte tecnológica e mercadológica. A partir desse diagnóstico foram apontadas as vulnerabilidades das empresas, e as recomendações de mudanças para a melhoria da performance global.

De acordo com as informações da coordenação, outra entidade importante que está participando das ações do APL do Setor Plástico é a Associação Brasileira da Indústria Plástica (ABIPLAST), que em parceria

com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), está realizando um levantamento nacional para diagnosticar a situação dos transformadores de materiais plásticos. O objetivo principal deste levantamento é buscar subsídios importantes para estabelecer uma nova proposta de política industrial para o setor, tendo como meta um planejamento de longo prazo.

Mesmo procurando ajustar, a forma de conduzir a gestão e a governança do APL de uma fase para a outra, a Agência de Desenvolvimento Econômico mantém-se cada vez mais distante dos objetivos instituídos no Planejamento Estratégico e, principalmente no princípio fundamental que originou a própria proposta política regional, a retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC. E retomar sobre outras bases, sobre pressupostos que *“permitam estabelecer metas consensuais de médio e longo prazos e a necessidade de construir mecanismos adequados para aglutinar todos os setores e segmentos envolvidos com os problemas e soluções da região”* (CÂMARA ABC, 1997a).

Desde o início das discussões do APL do setor plástico, o Sindicato dos Químicos do ABC apresentava como pauta nas reuniões a discussão sobre a importância de incluir a qualificação dos trabalhadores como uma das ações do arranjo para o fortalecimento das empresas de pequeno porte. A experiência que o Sindicato adquiriu durante o período em que coordenou o Projeto Alquimia, como uma das ações da Câmara Regional para fortalecer a cadeia petroquímica, mostrou a importância do envolvimento dos trabalhadores.

Porém, mesmo apresentando essa demanda, ainda na fase de elaboração do projeto, logo de saída surgiram alguns percalços oriundos de limitações impostas pelos parceiros financiadores, tais como a

impossibilidade dos recursos do SEBRAE serem utilizados para atender a demanda de qualificação profissional de trabalhadores.

Ainda que na visão do Sindicato, os projetos realizados pela Agência de Desenvolvimento Econômico deveriam responder à dinâmica da região, ou seja, deveria se espelhar na realidade em que estava sendo construída a proposta, conforme alegou a representação do Sindicato na Agência¹⁶¹, foi apresentada uma série de argumentos mostrando a necessidade de o projeto nascer com as perspectivas contidas na Proposta Regional. No entanto, mesmo não conseguindo o intento de incluir a qualificação dos trabalhadores no projeto do APL do ABC, o Sindicato propôs em nome da Proposta Regional, elaborar um projeto de qualificação profissional específico para os trabalhadores das micro e pequenas empresas como forma de incluí-lo nas ações do arranjo produtivo.

Encontrou grandes dificuldades de imediato, uma vez que os planos de qualificação profissionais destinados aos municípios eram exclusivamente para atender as demandas das Comissões Municipais de Emprego¹⁶², cujas propostas se destinavam aos trabalhadores da economia informal e de atividades cooperativas. Neste sentido, a proposta entendida como uma saída para o impasse foi vincular os Arranjos Produtivos Locais aos programas de qualificação profissional do Governo Federal, os chamados Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs)¹⁶³, uma vez que os planos

¹⁶¹ O representante dos sindicatos de trabalhadores, que também foi um dos coordenadores do Projeto Alquimia Heli Vieira Alves, em entrevista realizada em janeiro de 2007.

¹⁶² São comissões tripartites, responsáveis pela articulação da política de geração de emprego entre a população e os municípios no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR).

¹⁶³ De acordo com as Resoluções 333 e 408 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), os Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) são projetos e ações de Qualificação Social e Profissional de caráter estruturante, setorial ou emergencial, que não possam, por volume ou temporalidade, ser atendidos por Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs). Por isso, trata-se de um instrumento complementar e/ou associado aos PlanTeQs, orientado ao atendimento transversal e

de qualificação destinados aos municípios, os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) não poderiam atender esse tipo de demanda.

Dessa forma, o Sindicato dos Químicos do ABC, que através da experiência considerada bem sucedida, na coordenação, do Projeto Alquimia, levou através da Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNQ/CUT), para Fórum de Competitividade¹⁶⁴ da Cadeia Produtiva do Plástico¹⁶⁵, um projeto para a qualificação profissional do setor de transformação de materiais plásticos, incluindo neste projeto uma proposta para destinar uma parte das vagas para os trabalhadores do APL do setor plástico do ABC paulista.

concertado de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação, as quais são identificadas a partir de iniciativas governamentais ou sociais. Os PlanSeQs devem obrigatoriamente estar articulados com outras políticas públicas de emprego pertinentes e podem ser formais, onde os trabalhadores do setor produtivo atendido são prioritariamente, assalariados, sociais, voltados, prioritariamente, para trabalhadores autônomos, de auto-emprego, empreendedores da economia solidária, agricultores familiares, grupos sociais organizados e emergenciais, quando relativos a desemprego em massa causado por fatores econômicos, tecnológicos e/ou sociais relevantes. Já os PlanTeQs contemplam projetos e ações de Qualificação Social e Profissional circunscritos a um determinado território (unidade federativa ou município), devendo ser analisados, aprovados em primeira instância e homologados pelas Comissões/Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda, e posteriormente submetidos ao Ministério do Trabalho e Emprego, para aprovação final.

¹⁶⁴ Os Fóruns de Competitividade foram criados em substituição as Câmaras Setoriais. Uma ferramenta estratégica no contexto da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, compõem o Programa "Competitividade das Cadeias Produtivas", é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP). Têm como objetivo elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País no mercado mundial, com ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção, ao aumento das exportações, à substituição competitiva das importações e à capacitação tecnológica das empresas. Sua forma de atuação visa integrar, assim, o Setor Produtivo, formado por representantes do meio empresarial e dos trabalhadores, e do Governo como um todo, buscando consenso em torno de oportunidades, desafios e da solução dos gargalos de cada uma das Cadeias Produtivas selecionadas, além da definição de metas e ações voltadas para a implementação de uma nova política industrial de desenvolvimento da produção.

¹⁶⁵ Vale ressaltar que a CNQ/CUT vinha participando permanentemente do Fórum de Competitividade da Cadeia Plástica, desde sua reinstalação em 2003 e desempenhava desde outubro 2004 a coordenação do Grupo de Trabalho (GT 3): Formação Qualificada, Treinamento e Aumento da Segurança das Condições de Trabalho, conjuntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar/Força Sindical).

Após diversas reuniões, inclusive com a participação de dirigentes do Sindicato dos Químicos do ABC e de parte da equipe técnica que participou da elaboração do Projeto Alquimia, realizaram uma apresentação do esboço do projeto nas reuniões do Fórum em Brasília, sendo o mesmo aprovado no final de 2005 e encaminhado como uma proposta do Fórum de competitividade da Cadeia Plástica ao Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Durante o ano de 2006, o projeto passou por adequações da legislação do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo assinado como um plano nacional de qualificação envolvendo os estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia e também os sindicatos das duas centrais sindicais que tinham cadeira no Fórum: A Central Única dos Trabalhadores, através da Confederação Nacional do Ramo Químico e a Força Sindical, através da Secretaria Nacional dos Químicos. Este Plano Setorial de Qualificação que envolveu no desenvolvimento de metodologia, diversas entidades entre as quais o DIEESE, a FUNDACENTRO e a ABIPLAST, teve sua execução iniciada em março de 2007.

A Escola SENAI Mário Amato não participou da elaboração e tampouco da execução do PlanSeQ do Setor Plástico, apesar das inúmeras tentativas, principalmente por parte do Sindicato dos Químicos do ABC, para envolvê-los neste plano setorial.

A mesma dificuldade foi sentida pelo Sindicato dos Químicos para conseguir que o projeto de qualificação para os trabalhadores de micro e pequenas empresas fosse assumido pela coordenação da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, como parte integrante das ações

do APL. Dificuldade essa que se traduziu em uma execução das ações de qualificação fora das esferas de discussão da Proposta Regional.

Os cursos tiveram o envolvimento de diversas entidades, principalmente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST) que além de ter participado das discussões e elaboração dos cursos, possibilitou que o Sindicato pudesse discutir com as empresas da região, onde diversas salas de aula foram implantadas e onde os cursos aconteceram.

Por parte do Sindicato, conforme relatou um dos coordenadores do Plano Setorial¹⁶⁶ ficou a impressão de que houve um boicote, principalmente pelo esforço e pela articulação política desenvolvida para trazer parte do PlanSeQ para o APL do setor plástico do ABC. Para o dirigente sindical este episódio, somado com a ausência das cooperativas de produção¹⁶⁷ no Arranjo Produtivo, mostraram a necessidade dos representantes dos trabalhadores tomarem uma decisão, *“ou a nossa proposta já aprovada, terá neste fórum o mesmo tratamento político que as propostas empresariais ou este fórum não nos interessa”*¹⁶⁸. A principal argumentação da Agência era que o Sindicato já fazia parte do APL, como participante da direção da entidade. Porém na visão do Sindicato houve uma interferência por parte do SEBRAE São Paulo e suas coordenadorias regionais, que desde o início se incomodavam com as intervenções do sindicato em defesa dos trabalhadores dessas empresas que foram organizadas através do APL.

¹⁶⁶ Marcelo Peres Ribeiro que representando a CNQ/CUT foi o coordenador do GT3 - Formação Qualificada, Treinamento e Aumento da Segurança das Condições de Trabalho do Fórum de Competitividade da Cadeia Plástica. Foi um dos responsáveis pela aprovação do PlanSeQ do setor plástico e também pela proposta de destinação de vagas para o APL do Grande ABC. Entrevista concedida em abril de 2007.

¹⁶⁷ Várias dessas cooperativas estavam reunidas na UNISOL, onde a coordenação é realizada por sindicalistas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e do Sindicato dos Químicos do ABC.

¹⁶⁸ Marcelo Peres, Entrevista concedida em 05 de abril de 2007, falando sobre os desdobramentos das ações dos trabalhadores no Fórum de Competitividade.

Assim, de uma participação efetiva no Planejamento Estratégico e no Grupo Temático Petroquímico da Câmara Regional, o Sindicato dos Químicos do ABC, não conseguiu participar no desenvolvimento de ações no APL do Setor Plástico coordenado pela Agência de Desenvolvimento Econômico. Parece que a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, convocada pela imprensa e por boa parte dos atores sociais da região, a “progredir” para uma fase executiva da Proposta Regional, ganhou novos objetivos, porém através de velhas decisões.

Capítulo 4

Alcance e limites de uma Proposta Regional desfigurada

“O ajustamento entre instituições e necessidades em sociedades em constante mudança nunca é completo”.

(Norbert Elias, 2006: 90)

Motivações e expectativas dos Químicos do ABC na Proposta Regional

Diversas vezes, no decorrer deste estudo, indicamos que uma das características marcante da história recente do Grande ABC, foi o entendimento por parte de seus próprios atores sociais que para enfrentar a crise, ocasionada pelas transformações no capitalismo mundial, era necessário a instituição de mecanismos que possibilitassem o desenvolvimento de uma articulação regional que levasse em consideração a sua própria história de crescimento econômico e social, fortemente marcada pela relação capital e trabalho.

Diversas foram as manifestações de que esse era o caminho mais difícil, em função das divergências entre as diferentes formas de pensamento dos participantes da região, assim como diversas foram as manifestações de que essa era a forma mais democrática para “estimular o desenvolvimento econômico local, com a participação de setores da

comunidade e das prefeituras da Região” (DANIEL, 1999b: 4), como possibilidade concreta de buscar a construção de um ABC muito melhor do que aquele que se apresentava.

Não por acaso que esse caminho exigiu a criação de novos instrumentos de participação coletiva, através da inauguração de uma nova maneira de pensar a localidade, que passou a exercer papel importante na articulação de interesses dos diferentes setores da sociedade. E foi através desse desenho que se conseguiu instituir no Grande ABC instâncias importantes para a construção de uma Proposta Regional, como o Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico.

E foi diante dessa proposta de construção de um ABC melhor que o Sindicato dos Químicos se propôs a participar das discussões regionais. Um artigo do ex-prefeito Celso Daniel, em 1996, no Sindiquim,¹⁶⁹ com o título “Uma estratégia econômica para o Grande ABC”, sintetiza um pouco a expectativa da entidade em relação à proposta de articulação regional, um ano antes da criação da Câmara Regional:

“Crescem, em particular no Grande ABC, as vozes dos que apostam na eficácia de uma ação regional que, ao contrário de dar as costas para os grandes temas aproveite de suas tendências as melhores oportunidades. A sorte da localidade será determinada pela especificidade da dinâmica local. Modelos de ações locais podem, perfeitamente, trazer em seu bojo elementos nucleares para soluções mais gerais, servindo como referências

¹⁶⁹ Sindiquim é o jornal do Sindicato dos Químicos do ABC cuja primeira publicação ocorreu em junho de 1969.

concretas para a reinvenção de um modelo de desenvolvimento nacional” (SINDIQUIM, 1996)

Mais ainda, o ano foi importante na organização dos trabalhadores, conforme exposto no livro “Memória dos 70 anos dos Químicos do ABC”, com a vitória do Sindicato sobre a tentativa orquestrada pelas empresas do Pólo Petroquímico para acabar com o 5º turno de trabalho¹⁷⁰, uma conquista da Constituição de 1988 e, por ter sido também “*nesse ano que Celso Daniel foi eleito prefeito de Santo André, voltando à prefeitura pela segunda vez*” (MEDICI, 2008:276).

Essa expectativa publicada no material de divulgação da entidade foi um indicativo do entendimento do Sindicato da necessidade de discutir a realidade dos trabalhadores também a partir da sua localidade, não somente enquanto uma categoria profissional, mas como trabalhadores que são cidadãos que moram, trabalham, estudam e utilizam os serviços dos municípios da região.

Começaram a perceber, conforme reprodução em seus materiais de comunicação com os trabalhadores, de uma frase do Lula, então presidente de honra do PT que dizia “a luta de hoje é bem mais dura do que 17 anos atrás, antes brigávamos por aumento de salário, hoje a briga é para manter o emprego” (MÉDICI, 2008:278), além de uma série de dizeres do Sindicato, se referindo ao processo de globalização, de reestruturação produtiva e flexibilização de direitos trabalhistas, como eventos que provocavam o desemprego, apontando a urgência da

¹⁷⁰ Também conhecido como 5ª Turma com turno de seis horas, onde o inciso XIV do art. 7º da Constituição Federal de 1988 assegurou a jornada de seis horas para o empregado que realiza suas atividades em turnos ininterruptos de revezamento, assim caracterizados quando o trabalhador se alterna em horários diferentes, laborando nos períodos diurnos e noturnos. A referida norma não exige que o empregado trabalhe necessariamente nos três turnos (manhã, tarde e noite), mas que haja a alternância de turnos, ora diurno, ora noturno, o que é suficiente para caracterizar o gravame para a sua saúde e para a sua vida social e familiar. Com a legislação as empresas que trabalhavam em regime de 24 horas diárias com quatro turnos, foram obrigadas a criar mais um turno de trabalho, gerando mais empregos no setor.

organização de um fórum que envolvesse as entidades representativas e os poderes públicos da região para pensar em alternativas.

Com a maioria dos prefeitos municipais, considerados progressistas, entre eles Celso Daniel, a expectativa do Sindicato dos Químicos do ABC era de inauguração de uma nova forma de relacionamento entre os poderes públicos e as entidades sociais, o que implicava, também dentro dessa perspectiva, uma nova proposta de governança que possibilitasse aprofundar a democracia através da participação de todos os atores sociais.

As expectativas em torno dessa nova forma de pensar e de estabelecer a política regional eliminaria ou no limite, diminuiria a tentativa de privilegiar alguns interesses em detrimento de outros, possibilitando como salienta Dowbor (1999), uma junção entre os diferentes interesses, na medida em que *“já não se trata mais de escolher entre o Estado e o privado, entre o social e o econômico. O conceito-chave não é escolha e sim articulação”* (DOWBOR, 1999:5).

E essas expectativas foram elementos importantes para a motivação do movimento sindical e, sobretudo, dos Químicos do ABC, em participar na Proposta Regional. Baseadas especialmente, nas intervenções política do ex-prefeito Celso Daniel, que conforme as argumentações de Reis (2008), compartilhava da idéia de que o modelo de gestão local, que tendia para promoção da competição entre municípios não contribuiria com a retomada do desenvolvimento econômico regional, para ele era necessário e urgente *“construir uma projeto de nação baseado num novo pacto federativo, uma nova política nacional que considerasse o importante papel do poder local. Enquanto isso não acontecia, acreditava ser possível responder ao impacto das medidas em nível local”*(REIS, 2008:136).

Suas idéias proporcionaram diversos debates internos no Sindicato, cujos encaminhamentos sempre tendiam para a concepção de que não bastava apenas eleger governos progressistas: era preciso atuar nos espaços abertos por esses governos para fazer valer também os anseios dos trabalhadores. A publicação de um artigo, fruto do debate em que o ex-prefeito participou no Instituto Poli, sobre o papel dos conselhos de políticas públicas, mostrou em partes, porque se criavam grandes perspectivas em torno de suas propostas:

“De alguns anos para cá, eu tenho trabalhado com a idéia de que a democracia deve ser concebida como um sistema que envolve a relação entre o Estado, o governo e a sociedade. O conceito de democracia como regime político, como ‘poliarquia’, é um conceito muito restrito, que não compreende que a garantia das condições básicas de cidadania passa de maneira bastante decisiva pelas relações estabelecidas no interior da própria sociedade e pelas relações estabelecidas entre Estado e sociedade. A cultura política que prevalece numa certa comunidade e num certo país é absolutamente decisiva para se saber até que ponto é possível aprofundar a democracia. Quando, portanto, se tomam decisões políticas, o tipo de decisão depende da configuração das esferas públicas, ou seja, depende dos espaços onde se forma a opinião pública. (...) A meu juízo, esse é um elemento fundamental para que se possa garantir realmente o aprofundamento da democracia como bem e como fim”. (DANIEL, 2001)

Porém, além de apontar caminhos importantes para mudanças na forma de pensar o desenvolvimento local e de participação dos atores sociais na defesa de seus interesses, o ex-prefeito Celso Daniel, também enfatizou por diversas vezes a importância do papel que vinha sendo desempenhado pelas entidades que não foram omissas a essa participação. Em debate sobre “Desenvolvimento Local e Socialismo”, realizado na Fundação Perseu Abramo em 2001 e transformado em artigo, publicado na Revista Teoria e Debate um pouco depois de seu assassinato em 2002, permitiu entender, conforme alega um diretor dos Químicos do ABC¹⁷¹, a importância que ele atribuía ao projeto de construção de uma nova sociedade, a partir de uma nova gestão dos governos municipais:

“O desenvolvimento local inclusivo não é um desenvolvimento local qualquer. Desenvolvimento local a qualquer custo não nos interessa, Queremos desenvolvimento com inclusão social, em que haja criação e alargamento de esferas públicas, em que diferentes atores políticos, econômicos e sociais dialoguem de maneira transparente a partir dos seus próprios interesses e conflitos, mas buscando construir em conjunto um novo parâmetro de desenvolvimento local. (...) Essa vinculação me parece absolutamente essencial, e aqui entra com peso o movimento sindical, não apenas como a CUT vem fazendo, estimulando a economia solidária, mas na construção de novos referenciais de sindicalismo e da própria relação capital-trabalho”. (DANIEL, 2002)

¹⁷¹ Gerson Luis dos Santos participou das ações da política regional atuando pelo município de Mauá. Foi Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social de Mauá no ano de 2004. Entrevista concedida em outubro de 2008, período em que era promovida atividade comemorativa dos 70 anos do Sindicato.

Além dos artigos, palestras, seminários e reuniões difundindo e debatendo suas idéias, o ex-prefeito Celso Daniel também estimulava os atores sociais a conhecerem experiências concretas que se transformaram em referências para a região buscar o fortalecimento das empresas de pequeno porte, através de uma dinâmica que possibilitasse ações de apoio coordenadas pela Agência de Desenvolvimento Econômico.

Para Reis (2008), influenciou bastante na implementação da proposta de criação da Agência de Desenvolvimento do ABC, o modelo de desenvolvimento da Terceira Itália, baseado no pequeno capital, que se utilizou da criação de agência de desenvolvimento econômico regional com a participação do Estado e da sociedade civil, que através do sistema cooperativo oferecia aos pequenos empreendedores serviços de apoio à produção. Segundo a autora, ao comparar a situação do Sul e do Norte da Itália Putnam (2005), considerou o seguinte:

“Durante pelo menos 10 séculos, o Norte e o Sul (da Itália) adotaram métodos divergentes para lidar com os dilemas da ação coletiva que afligem todas as sociedades. No Norte, as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificaram-se em confrarias, guildas, sociedades de mútua assistência, cooperativas, sindicatos e até clubes de futebol e grêmios literários. Esses vínculos cívicos horizontais propiciaram níveis de desempenho econômico e institucional muito mais elevados do que no Sul, onde as relações políticas e sociais estruturam-se verticalmente. (...) as regiões cívicas se caracterizam por uma densa rede de associações locais, pela ativa participação nos negócios

comunitários, por modelos de política igualitários, pela confiança e observância da lei. Nas regiões menos cívicas, a participação política e social organiza-se verticalmente, e não horizontalmente. A desconfiança mútua e a corrupção eram consideradas normais. Havia pouca participação em associações cívicas. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas. E com razão.” (PUTNAM apud REIS, 2008:137)

Além disso, o autor mostra que na experiência da Terceira Itália, permite entender que a utilização de prática democrática foi de fundamental importância para o fortalecimento da região. De conformidade com Putnam (2005):

“(...) o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o solo regional é fértil, as regras sustentam-se das tradições regionais, mas quando o solo é ruim, as novas instituições definham. A existência de instituições eficazes e responsáveis depende no jargão do humanismo cívico, das virtudes e práticas republicana. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer.” (PUTNAM, 2005:191)

Um dos dirigentes dos Químicos do ABC que mais atuou na política regional, principalmente, no período em que as propostas de Celso Daniel, tinham um peso muito grande na forma de atuação do movimento na Proposta Regional, relata que o ex-prefeito, mostrava muita clareza

nas propostas e uma certeza que era possível alcançar esses objetivos. Para ele:

“Celso Daniel, tinha uma visão de futuro e pensava não somente em Santo André, mas, conseguia pensar o ABC, O Estado e o País. Tanto é que ele provavelmente, seria o coordenador do plano de governo da Campanha do Presidente Lula em 2002, se não tivesse falecido e, hoje seria talvez, uma das principais lideranças do país. Desde a primeira vez que foi eleito prefeito em 1988, o Celso Daniel já tinha essa visão à frente do seu tempo, uma visão do século 21, e foi através dessa visão que no mandato de 1988 a 1992 que ele propôs a criação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Além de articular com os prefeitos [denominados] progressistas eleitos em São Bernardo do Campo e Diadema, [respectivamente] Maurício Soares e José Augusto¹⁷², também conseguiu demover outros atores que não tinham visão progressista, mas também como administradores da região, foram convencidos da importância da atuação regional, mostrando que o problema da lixo, cuja solução estava sendo pensada na criação de um incinerador em São Caetano do Sul e de construção de um aterro na Rodovia Índio Tibiriçá, em plena área de mananciais. Então o Celso mostrou que esses problema não era somente de uma determinada cidade, mas da região, assim como as enchentes também não será resolvida na administração de um

¹⁷² Todos, incluindo Celso Daniel, eram do Partido dos Trabalhadores (PT).

único município e desta forma foi criado o Consórcio” (Carlos Augusto Cesar¹⁷³)

Da mesma forma o representante do Sindicato na Agência de Desenvolvimento econômico do ABC, relatou porque o movimento sindical e principalmente o Sindicato dos Químicos do ABC, resolveu participar das articulações políticas para a Proposta Regional: De acordo com o dirigente sindical a visão era a seguinte:

“Em primeiro lugar, o ator principal, o saudoso prefeito Celso Daniel, que naquele momento entendia que no ABC as fronteiras são muito próximas e os problemas também eram próximos e semelhantes e, para resolvê-los no âmbito de cada município e de cada entidade era necessário ter uma ação conjunta regional que pudesse permitir mais poder com os órgãos públicos estaduais e federais. O movimento sindical foi convidado e prontamente aceitou o convite para a construção do Consórcio, da Câmara e, conseqüentemente, por último da Agência de Desenvolvimento Econômico, que através desse conjunto de instituições que se somam para melhorar a qualidade de vida e também das reivindicações da região diante de outros órgãos governamentais. E foi assim no ABC, eu acredito que também no Estado de São Paulo e no Brasil, os sindicatos têm que ter uma visão mais ampla da representação dos trabalhadores e desta forma, não

¹⁷³ Também conhecido como Cafu, diretor do Sindicato dos Químicos do ABC, foi o seu representante na Câmara Regional, Grupo Temático Petroquímico e o coordenador do subgrupo de qualificação profissional e, conseqüentemente, o coordenador do Projeto Alquimia. Foi assessor executivo da presidência do Consórcio Intermunicipal e Secretário de Desenvolvimento Econômico no município de Rio Grande da Serra. Entrevista realizada em novembro de 2009.

pode achar que ao fazer uma campanha salarial com ganhos, tais como aumento de salário, participação nos lucros ou resultados das empresas (PLR) e de cláusulas sociais, que resolveu todos os problemas dos trabalhadores e trabalhadoras. Ao participar desses fóruns, o Sindicato debate a situação do trabalhador como cidadão, ou seja, desde seu local de moradia até o seu local de trabalho e, quando você pensa um trabalhador no bairro, na cidade etc., ele tem os mesmos problemas que outros cidadãos a questão da educação, falta de transporte público, segurança, saúde, esporte e lazer, uma série de questões que foi onde o Sindicato resolveu participar, ou seja, um ator para reivindicar também junto ao poder público para que os trabalhadores possam ter uma vida mais digna e foi através desses espaços que o Sindicato participou ativamente da construção dos piscinões¹⁷⁴, dos CEFETES¹⁷⁵, os CEETEPS¹⁷⁶ públicos estadual, tanto o de Santo André Mário Covas, quanto o de Diadema Serraria, a questão dos acessos tanto da [Rodovia] Imigrantes, quanto da [Rodovia] Anchieta, os trevos de acesso, para facilitar a entrada e saída da região, enfim, uma série de ações que o Sindicato acabou participando” (Paulo Lage¹⁷⁷)

¹⁷⁴ Reservatórios de detenção necessários à minimização da ocorrência das enchentes, popularmente conhecidos como piscinões.

¹⁷⁵ Centros Federais de Educação Tecnológica.

¹⁷⁶ Centros Estaduais de Educação Tecnológica da Escola Paula Souza.

¹⁷⁷ É presidente do Sindicato dos Químicos do ABC desde maio de 2003 e foi o representante da entidade na Agência de Desenvolvimento Econômico. Entrevista realizada em novembro de 2009.

Portanto, essas motivações contribuíram para que o Sindicato dos Químicos do ABC, que participou e atuou fortemente nas ações propostas pela Câmara Regional a partir do planejamento estratégico, tivesse a perspectiva de que se consolidava efetivamente na região, a Proposta Regional cujo objetivo era a busca da retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC, através da participação e o envolvimento de todos os segmentos sociais.

Mudanças nas perspectivas de atuação e de condução da Proposta Regional

As mudanças na condução da Proposta Regional começaram a partir de 2002 com o enfraquecimento das propostas nos Grupos Temáticos, mesmo aqueles cujas ações vinham sendo desenvolvidas de forma articulada. Pode ser citado como exemplo o Projeto Alquimia, coordenado pelo Sindicato dos Químicos do ABC que tinha uma meta de qualificação de doze mil pessoas, no setor de transformação de materiais plásticos, mas somente foram assinados convênios para aproximadamente, cinco mil alunos. E mesmo havendo um descumprimento da meta do acordo, nenhuma discussão foi realizada com o objetivo de buscar uma nova estratégia para o alcance da meta ou mesmo o seu redimensionamento, uma vez que as ações desenvolvidas através do projeto de qualificação atenderam os objetivos propostos e foram consideradas eficientes pelos atores sociais envolvidos.

Além disso, as discussões sobre o aumento da capacidade instalada do pólo petroquímico; sobre crédito e financiamento para empresas de pequeno porte; sobre o apoio ao empreendedorismo; sobre gestão e tecnologia; sobre o pólo de moldes e de criação do centro de apoio e difusão tecnológico¹⁷⁸, começaram a ser problema específico de cada

¹⁷⁸ Todas as ações que vinham sendo organizadas através de subgrupos no Grupo Temático Petroquímico.

entidade coordenadora, transformando em uma luta quase que “isolada” da entidade para a sua realização. As dificuldades de correlacionar ações também começaram a comprometer a proposta planejada para o Grupo Temático Petroquímico de transformar a região no centro de excelência em plástico.

Mas, se a dinâmica de condução das ações na Câmara Regional começou a alterar e dificultar o alcance das metas foi na Agência de Desenvolvimento Econômico, que as mudanças ocorreram de forma mais acentuadas, principalmente a partir das definições sobre a organização e a implantação dos arranjos produtivos locais.

Embora tenha sido através das ações do APL do Setor Plástico, que os objetivos de construção da Proposta Regional, através de acordos firmados por meio do consenso progressivo, mostraram-se fragilizados, as políticas e críticas aos objetivos do modelo de regionalidade começaram a perder força bem antes e influenciaram decisivamente nessas mudanças.

Conforme observou Reis (2008), houve por parte da imprensa local, especialmente, através da Revista Livre Mercado, editada pelo jornal Diário do Grande ABC, uma série de críticas ao modelo de regionalidade, ainda quando ele começava a ser delineado na região. Segundo a autora, o que aconteceu foi o seguinte:

“No entanto, é importante mencionar que a Revista Livre Mercado, lançou vários números e artigos dedicados a destacar o intenso processo de evasão industrial pelo qual passava a região, com graves conseqüências para a economia regional. Considerando o aumento dos índices de desemprego e a diminuição da arrecadação dos municípios questionava principalmente os estudos

da PAEP, da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) do governo do Estado, afirmando que a pesquisa continha aspectos que poderiam levar a conclusões 'triumfalistas'. Criticava principalmente as idéias de Celso Daniel afirmando ser impossível acreditar na existência de uma tendência às inovações tecnológicas nas indústrias num grau que pudessem gerar um terciário avançado e competitivo.” (REIS, 2008:138)

Sob o mesmo ponto de vista, Cocco; Silva; Sperotto (2001) mostraram conforme já mencionado no capítulo 3 desse trabalho, que tanto a imprensa local, quanto os empresários por meio dela, procuravam enfatizar a todo o momento que existia uma falta de ação regional e que havia uma insatisfação de grupos empresariais com relação à atuação da Agência de Desenvolvimento Econômico e que este setor tinha interesse de conduzir essa entidade.

Conforme mostraram os pesquisadores, longe ainda de se firmar como uma entidade, que junto com o Consórcio e a Câmara pudesse cumprir etapas fundamentais na Proposta Regional, foi encontrando dificuldades que o próprio processo de construção da agenda regional foi criando e sem uma condução política que fosse capaz de reconduzi-la para o planejamento inicial. De acordo com eles:

*“Ao mesmo tempo e paradoxalmente, enquanto último e mais ambicioso produto da agenda regional, a Agência se encontra no cerne de **dificuldades que a própria maturidade do projeto regional produz**. Se a Câmara tinha definido com clareza suas tarefas (‘promoção do Marketing Regional, elaboração e divulgação de um sistema de*

informações sócio-econômicas sobre a Região e fomento das micro e pequenas empresas’), a Agência está longe de poder fazer um balanço claro e afirmativo de sua primeira fase de vida. (...) O único eixo que a Agência está conseguindo desenvolver com êxito, mas ao custo de absorver a quase totalidade de seus escassos recursos, é o da produção de análises sobre a dinâmica econômica e industrial da região. Um êxito que é, alias, objeto de pesados ataques por parte da imprensa”. (COCCO; SILVA; SPEROTTO, 2001: 4 – grifos dos autores)

Estas investidas da imprensa ou de setores que se utilizam dela para expor suas posições foram abordadas por Daniel (2001), quando discutia o papel dos Conselhos de Políticas Públicas, se referindo ao papel da mídia e da necessidade do aperfeiçoamento e do fortalecimento dos Conselhos para a cidadania. No seu ponto de vista:

“Na nossa sociedade, o peso da mídia sustenta o que existe de mais importante em termos de esfera pública e produz o que Habermas chama de ‘política simbólica’. Há hoje muito mais manipulação da opinião pública do que abertura de espaço e criação de condições para o que ele chamaria de ‘persuasão argumentativa’, que seria uma outra maneira de estabelecer a agenda e a forma do debate dos assuntos de interesse público. A ‘persuasão argumentativa’ se liga à relação entre público e privado e à criação de uma esfera pública democrática em cujo interior exista efetivamente espaço para uma discussão de temas que interessam ao conjunto da população,

particularmente sob a perspectiva dos direitos de cidadania.” (DANIEL, 2001)

Dessa forma, foi se constituindo na Agência de Desenvolvimento Econômico uma visão orientada aos negócios, buscando assumir então, o perfil de uma instituição de fomento, o que na verdade era uma das propostas para sua constituição, porém suas atividades se voltavam cada vez mais para dentro da própria Agência, como forma de responder as crítica e ao mesmo tempo mostrar eficiência. Sua atuação nos arranjos produtivos locais, apesar da indicação dos setores no Planejamento Estratégico, não se relacionaram com as ações da Proposta Regional. Na primeira etapa do Arranjo Produtivo Local do setor plástico, que teve seu início em agosto de 2004, além da não inclusão da qualificação profissional dos trabalhadores nas ações para o fortalecimento das empresas, o Sindicato dos Químicos não conseguiu encontrar espaços para debater a proposta de vinculação do seu projeto elaborado através do Plano Setorial de Qualificação e aprovado junto ao Governo Federal, especificamente para atender os trabalhadores das empresas organizadas no APL do setor plástico.

Na implantação da segunda fase do APL do setor plástico em abril de 2007, foi proposto também a ampliação do arranjo para as empresas de médio porte e a formação de um Conselho Gestor, que teria como membros, além do SEBRAE São Paulo e da Agência de Desenvolvimento, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o International Finance Corporation (IFC – órgão do Banco Mundial) e a empresa Suzano Petroquímica.

Vale observar que além de ampliar para a participação de empresas de médio porte, ou seja, empresas que de acordo com a classificação do próprio SEBRAE, empregam de 100 a 499 pessoas, aumentou também o número de entidades que participavam da gestão do arranjo, inclusive

com a participação de uma empresa do setor petroquímico, que assim como o Sindicato dos Químicos do ABC, também tinha representação na direção da Agência, através da Associação das Empresas do Pólo Petroquímico (Apolo), dispensando dessa forma, a necessidade de fazer parte da gestão, conforme alegação da própria Agência, para justificar a não inclusão do Sindicato no antigo comitê gestor do APL plástico.

Esta espécie de “pecado original” da Proposta Regional nas ações da Agência acabou tendendo ao que apontou Cocco; Silva; Sperotto (2001), que a dimensão regional do desenvolvimento, bem como a *“dimensão pequena e média das empresas a serem organizadas em rede, não pode ser encarada como sendo apenas uma questão de escala. Ao contrário, é preciso apreendê-la como uma oportunidade para a afirmação de outro rumo do desenvolvimento”* (COCCO; SILVA; SPEROTTO, 2001: 41/42).

Essa forma de pensar a política local é como negar o principal motivo que levou a região a se organizar para o enfretamento da crise pela qual vinha passando, é desfigurar a proposta que originou o surgimento das instâncias regionais. Na Proposta Regional estava claro, que a retomada do desenvolvimento econômico, não seria realizada nas mesmas bases do desenvolvimento que a região alcançou nos anos anteriores. Um desenvolvimento econômico sobre outras bases, que unificasse o crescimento econômico e social, um desenvolvimento sustentado, realizado através da participação de todos os segmentos sociais.

Principalmente, quando a proposta de desenvolvimento das empresas de pequeno porte, na qual deveriam ser baseadas as ações da Agência ABC, tiveram como referências de atuação a Agência de Desenvolvimento do Norte de Milão¹⁷⁹ e dos distritos industriais da Região conhecida como Terceira Itália, cujo desenvolvimento local, baseado

¹⁷⁹ Agenzia Sviluppo Nord Milano, localizada na região metropolitana de Milão na cidade de Sesto San Giovanni.

também nas empresas italianas de pequeno porte e, que teve entre os seus maiores méritos, combinar as *“metas econômicas, como eficiência e flexibilidade, a metas sociais, tais como boa remuneração e boas condições de trabalho, participação e equidade”* (SENGENBERGER; PIKE, 2002:107).

Também, conforme observa Mello (2001), ao pensar um plano de desenvolvimento através do Planejamento Estratégico, os atores sociais do Grande ABC utilizaram amplamente o conceito de Comunidade Cívica, que de acordo com ela, também apoiada nas análises de Robert Putnam (Comunidade e Democracia), *“os cidadãos em uma comunidade cívica são mais que meramente atuantes; são virtuosos, prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. Embora não estejam livres de conflitos, os cidadãos virtuosos são tolerantes com seus oponentes”* (PUTNAM apud MELLO 2001).

Não se trata apenas de voltar a enfatizar a dimensão e as bases da Proposta Regional, mas ao contrário, é de verificar até que ponto as modificações introduzidas na forma de conduzir as ações, provocaram alterações na Proposta Regional, uma vez que esta, ao deparar com a crise que o país e, sobretudo, a região enfrentava, não negou a crise, mas propôs superá-la de outra maneira, e com outras receitas. Da mesma forma, que uma região como a do Grande ABC *“jamais poderia ter negado os avanços da globalização de processos de produção e internacionalização dos capitais, pois os conhece e vive desde décadas. O objetivo da Ação Regional, portanto, deve ser o de questionar o modo da globalização”* (ALVES apud COCCO; SILVA; SPEROTTO, 2001:41), sob o mesmo ponto de vista, o objetivo da Proposta Regional não é o de questionar o desenvolvimento, mas a maneira como se busca esse desenvolvimento.

Portanto, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, no planejamento estratégico, foi concebida para uma nova etapa da Proposta Regional, através da promoção do Marketing Regional, da elaboração e divulgação de um sistema de informações sócio-econômicas e do fomento das micro e pequenas empresas, como uma instituição de natureza executiva, um braço técnico do sistema de governança regional para que as ações pudessem ser realizadas de uma forma mais ágil. Isto significaria, conforme já demarcado no capítulo anterior, que enquanto uma instituição com essas características seria orientada pela Proposta Regional e não, pela capacidade de identificar, diagnosticar, debater, sistematizar e elaborar políticas para a superação dos problemas da região.

Porém, ao analisar o desenvolvimento das ações do APL do setor plástico, o que se observa de fato, foi uma Agência se posicionando politicamente no estabelecimento das questões consideradas prioritárias e também no tipo de relacionamento com os poderes constituídos. Uma Agência que mesmo tendo em sua constituição, parte significativa das entidades sociais e governamentais que compõem a Câmara Regional, não possui como mostrou Daniel (1999b), o modelo específico de governança local da Câmara, onde as decisões são tomadas de forma consensuais em decorrência de esforços que incitam os atores sociais a buscarem uma confluência em suas propostas.

Portanto, essas mudanças na forma de atuação e de condução das ações regionais, observadas na Agência de Desenvolvimento Econômico, denotam, em primeiro lugar, problemas na governança regional e, é essa uma atribuição importante e a razão primeira de existência, da Câmara do ABC que estabeleceu uma proposta de política regional, baseada na criação de novos instrumentos de participação coletiva através da inauguração de uma nova maneira de governar com a participação de todos os atores sociais relevantes.

Se os problemas da ação regional tivessem acontecendo, somente no braço executivo da Proposta Regional, o caminho seria o de alterar a execução das propostas, conduzindo-as de acordo com a política construída em torno da Proposta Regional. Mas, se o problema é causado por ausência da governança regional, as ações acabam ficando à deriva, indicando uma deformação no projeto regional que, além de comprometer o envolvimento dos atores sociais nas ações e articulações políticas, compromete também a proposta de retomada do desenvolvimento econômico e social do Grande ABC, com base no comprometimento estabelecido no planejamento estratégico.

Mudanças de perspectivas na forma de atuação e de participação do movimento sindical na Proposta Regional

Mas, as mudanças que foram ocorrendo na articulação regional, não foram simplesmente estabelecidas pelas instituições, elas foram frutos das mudanças que ocorreram também na forma como os atores sociais passaram a conceber a importância da continuidade da Proposta Regional.

O movimento sindical que antes tinha clareza da importância da participação na Proposta Regional começou gradualmente a diminuir essa participação. Basta verificar as publicações das entidades para constatar, pelo menos, em termos de editorial, qual foi o peso que as ações regionais vinham tendo nos últimos anos. No Sindicato dos Químicos do ABC, os veículos de comunicação com a base, deixaram de informar sobre as propostas regionais desde a morte de Celso Daniel no início de 2002, aliás, a matéria é anunciada pelo Sindicato que no ano de 2002, *“a vida brasileira é marcada por dois momentos historicamente importantes: um trágico, a morte, em janeiro, do prefeito Celso Daniel, de Santo André; outro ansiosamente aguardado, a vitória de Lula presidente”* (MEDICI, 2008a: 114).

Este é um ponto importante, uma vez que a morte do ex-prefeito Celso Daniel, modificou concretamente as perspectivas do Sindicato em relação à Proposta Regional, conforme veremos através das ações pautadas no Sindiquim e das falas de membros importantes da direção dos Químicos do ABC, que sempre foram participantes comprometidos com ação regional. Porém outro fator que também contribuiu para a diminuição dessa participação regional foram as expectativas geradas através do mandato do presidente Lula.

Vários foram os fatos que nos remetem a essa probabilidade, uma delas foi o que disse o ex-presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Sérgio Novais¹⁸⁰, falando sobre a luta regional para buscar a ampliação da capacidade instalada do Pólo Petroquímico de Capuava, como parte importante da proposta de transformar o ABC no centro de excelência em plásticos, das dificuldades encontradas nesta articulação e as perspectivas com a chegada do presidente Lula ao Planalto:

“O pólo Petroquímico de Capuava, apesar de ser um dos mais antigos, é o menor do país. Uma incoerência, porque 70% das necessidades de produtos petroquímicos estão na Região Sudeste. Sem escala, o Pólo poderia se tornar inviável economicamente. Era preciso discutir a sua ampliação.

Levamos esse debate para o Consórcio [Câmara] do ABC. Montamos um grupo petroquímico, coordenado pelo Celso Daniel. Os empresários

¹⁸⁰Sérgio Novais era presidente dos Químicos do ABC quando iniciou as articulações regionais para o fortalecimento da cadeia produtiva petroquímica e foi também na gestão a aprovação e parte da execução do Projeto Alquimia,, coordenado pelo Sindicato, como parte das ações regionais.

tinham medo de bater contra a Petrobras, que é quem fornece a matéria-prima, que é a nafta.

A campanha ganhou corpo. Fomos à Petrobras, mas nossa reivindicação não andou. Fomos falar no Ministério da Indústria e Comércio [MDIC¹⁸¹]. Com o governador Covas. E o movimento parou.

No início do Governo Lula, o projeto de ampliação voltou à carga, Queríamos que o novo governo garantisse a ampliação e modernização do Pólo. Incrível que dentro da Petrobras existia uma burocracia técnica que impedia isso. Mas, conseguimos a garantia. E acho que o que se conseguiu foi pouco. Há mais passos a serem dados.

Com o desenvolvimento do Pólo, os municípios terão uma receita enorme. Não serão muitos novos empregos, mas se abre uma possibilidade das indústrias de plásticos crescerem ainda mais” (Sergio Novais¹⁸²).

Também se pode ler em Médici (2008), através de registros extraídos do Sindiquim, que uma preocupação do Sindicato ganhou um panorama nacional:

“A preocupação cidadã do Sindicato dos Químicos do ABC alcançou nível nacional. Em março e dezembro de 2004, o sindicato participou de duas fases do Consórcio da Juventude, que era uma modalidade do programa Primeiro Emprego do Governo Federal. Paulo Lage, presidente dos

¹⁸¹ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

¹⁸² Entrevista realizada em 2004 e publicada em (MÉDICI, 2008: 318).

Químicos do ABC, participou da gestão, junto ao Consórcio de Municípios do Grande ABC, e mostrou a preocupação com o tema por parte dos Químicos. Esse programa era administrado dentro da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego¹⁸³ do Ministério do Trabalho [e Emprego]” (MEDICI, 2008:317)

Da mesma forma, a própria dificuldade encontrada na discussão regional, para conseguir incluir um programa de qualificação profissional para os trabalhadores das micro e pequenas empresas, organizadas no APL do setor plástico, foi direcionada também para a Secretaria de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para que através do Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ), o Sindicato pudesse organizar uma proposta para qualificar os trabalhadores deste segmento industrial. O encaminhamento desta proposta para o Governo Federal visou conforme pontuou Marcelo Peres, a unificação das ações que estavam sendo propostas pelos trabalhadores no Fórum de Competitividade, com a política de qualificação setorial que naquele período, estava sendo desenvolvida pelo Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, tinha os seguintes objetivos:

“Além, de buscarmos uma forma para atender os trabalhadores das empresas do APL do setor plástico no ABC, também tínhamos a intenção de organizarmos os Sindicatos do setor plástico filiados à CUT em nível nacional, uma vez que estávamos discutindo no Fórum de Competitividade da Cadeia Plástica a realização de um programa nacional de

¹⁸³ Vale ressaltar que no período mencionado e também durante o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006), o Secretário de Políticas Públicas do MTE era Remígio Todeschini, que foi presidente do Sindicato dos Químicos do ABC e Tesoureiro da CUT.

qualificação para as empresas de terceira geração e a nossa intenção era vincular o programa com a necessidade de realização de um estudo, sobre os impactos de uma redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, no setor de transformação de materiais plásticos. Somavam-se as essas duas propostas, a organização de um projeto para desenvolver um amplo programa de reciclagem de materiais plásticos, com o propósito de gerar trabalho e renda e de preservação ambiental.” (Marcelo Peres Ribeiro¹⁸⁴).

E parte dessa transferência de expectativas dos Químicos do ABC do fórum regional para o fórum nacional, pode ser explicada, na entrevista do Presidente do Sindicato, Paulo Lage, concedida a Reis (2008), em agosto de 2005 sobre a participação do movimento sindical na Proposta Regional:

“Quando o sindicato deixa de pensar somente na questão salarial e nas condições de trabalho, mas começa a enxergar as questões dos trabalhadores de um modo mais amplo, ele se transforma no sindicato cidadão. Foi quando a gente percebeu que a Câmara regional e a ADE [Agência de Desenvolvimento Econômico] eram instrumentos de participação para aquelas demandas que você não consegue discutir no local de trabalho, como a questão de segurança, habitação, transportes,

¹⁸⁴ Dirigente da Confederação Nacional do ramo Químico da CUT (CNQ-CUT), e da diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC, era o responsável pela Secretaria Setorial Plástico e Borracha e representante da entidade na bancada dos trabalhadores do Fórum da Competitividade da Cadeia Plástica. Foi o responsável pelo encaminhamento da proposta ao Governo Federal. Entrevista concedida em abril de 2007.

saúde e enfim. A gente percebeu que nestes espaços haveria condições de se reivindicar e apresentar propostas.” (REIS, 2008:167¹⁸⁵)

A entrada do Sindicato na Proposta Regional aconteceu porque começou a acreditar que era um espaço para se discutir questões que não se conseguia realizar no local de trabalho, ou seja, um espaço para apresentar e discutir outras questões que vão além da relação capital e trabalho, porém são de interesse dos trabalhadores. Quando estes espaços não atendem mais os requisitos colocados, buscam-se outros fóruns, sobretudo, quando estes passam a se configurar como um novo espaço de diálogo para os sindicatos, devido à própria proximidade dessas entidades com o projeto que elegeu esse novo governo.

O próprio editorial do Sindiquim, de março de 2003¹⁸⁶, publicado também no livro Memória dos 70 anos, elucida bastante essa “nova” expectativa do Sindicato dos Químicos do ABC, a partir da eleição de Lula em 2002:

“Lutamos durante anos para eleger um operário para presidente. Demos o primeiro passo rumo a uma sociedade democrática, mas a luta maior ainda não terminou. Se antes os trabalhadores estavam fora das decisões nacionais, agora somos chamados para contribuir com nossas propostas. A responsabilidade por tirar o país da extrema miséria social em que se encontra não é apenas do governo Lula. Precisamos ampliar o nosso campo de atuação para além das ações reivindicatórias, pois é urgente ajudar a colocar o Brasil na rota do crescimento

¹⁸⁵ Descrição de parte da entrevista realizada com Paulo Lage em agosto de 2005, que além de ser o presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, era seu representante na Agência de Desenvolvimento Econômico.

¹⁸⁶ Editorial Sindiquim Revista, Ano VI nº 1.149, março de 2003.

econômico, com mais empregos e inclusão social. Mas isto não nos tira a responsabilidade de continuarmos defendendo os interesses dos trabalhadores com independência e autonomia”.
(MEDICI, 2008:310)

Essas mudanças de perspectiva dos trabalhadores quanto à resolução de seus problemas, através das ações regionais, que como vimos, podem ter origens tanto no aumento das expectativas diante do mandato do Presidente Lula quanto, na ausência de participação política da Câmara Regional, também foi observado por Reis (2008), que identificou na informalidade da Câmara Regional e na ausência de mecanismos institucionais, a origem dos descumprimentos dos acordos. De acordo com a autora, a existência desses instrumentos institucionais nem sempre são garantias de efetividade das ações públicas, o *“fato é que as características de acordos mal definidos, o grau de informalidade destes compromissos e, somado a isso a inexistência de estrutura técnica de gestão do planejamento regional estratégico, colaborou para que muitos acordos permanecessem apenas no papel”* (REIS, 2008:168).

Além das dificuldades do cumprimento dos acordos, que segundo os dirigentes dos Químicos do ABC, pode ocorrer, principalmente quando dependem de outra instituição para sua aprovação, caso típico do Projeto Alquimia, que como vimos previa a qualificação de 12.000 trabalhadores, porém, diante dos obstáculos criados para a sua renovação com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) do Governo do Estado de São Paulo, atendeu somente 5.000 pessoas aproximadamente, entretanto, o que começou a ocorrer na Proposta Regional, foram mudanças nas próprias propostas, alterações de percursos. Um exemplo disso foi a organização do APL do setor plástico, que conforme aponta Paulo Lage, além do Sindicato não participar da gestão na primeira fase

que compreendia as micro e pequenas empresas, houve uma renovação, ampliando para as médias empresas. Para o dirigente:

“A partir do momento que a participação no APL é ampliada também para as empresas de porte médio, vai completamente contra o que nós imaginávamos, porque as micro e pequenas empresas são as que mais sofriam e sofrem com as contratantes, principalmente com as grandes montadoras [de veículos], problemas de gestão, quando são terceirizadas pelas grandes empresas, todas as pressões das empresas da 1ª e 2ª geração [petroquímica], exigências de preços com qualidade. Então quando você qualifica esse setor, está dando condições para que essas empresas possam continuar crescendo. A partir do momento que são colocadas as empresas de médio porte estão falando de praticamente quase todo o setor, porque são raras, são muito poucas as grandes empresas neste segmento. Isto compromete por demais todo o projeto que foi discutido de ação regional e acaba caindo por terra, o debate realizado anteriormente no ABC e algumas pessoas têm se aproveitado disso, infelizmente o SEBRAE, não é de hoje, que não escuta uma das partes, que são os trabalhadores e minha preocupação maior é com o APL perdendo o foco que tinha no início” (Paulo Lage¹⁸⁷)

¹⁸⁷ Entrevista realizada em novembro de 2009.

No entanto, mesmo que as perspectivas nas ações regionais tenham diminuído ou até mesmo, desaparecido, alguns representantes do Sindicato dos Químicos do ABC, reconhecem que o próprio movimento sindical tem a sua cota de responsabilidade por esse recuo da Proposta Regional.

Para Gerson Luis dos Santos, diretor do Sindicato, esse momento poderia ser uma oportunidade privilegiada para se fortalecer a ação regional, buscando a sua ampliação com o Governo Federal. O dirigente acredita que:

“Mesmo com a morte de Celso Daniel, que sem dúvida, sempre procurou nortear a ação política na região, mostrando a importância da participação para que as divergências nas propostas possam ser discutidas, tanto por quem as apresenta, como pelos que discordam dela, mesmo com a diminuição das prefeituras governadas por prefeitos progressistas e mesmo tendo como aliado o Governo Federal, a política que o movimento sindical vinha tratando na Proposta Regional, não deveria ser retrocedida. Ao contrário, o movimento sindical deveria aproveitar o espaço que já tinha sido criado através da Proposta Regional, ampliando e fortalecendo essa participação por meio do apoio e da relação que é estabelecida com amplos setores do Governo Lula”.
(Gerson Luis dos Santos¹⁸⁸)

Numa linha de análise mais contundente, porém buscando resgatar toda a trajetória da Proposta Regional e assinalando questões importantes da

¹⁸⁸ Entrevista concedida em outubro de 2008.

ação política na região, sobretudo, após a morte do ex-prefeito Celso Daniel, o dirigente sindical, Carlos Augusto Cesar, disse acreditar que diante de tudo que aconteceu nestes vinte anos de ação regional, é importante ter clareza que, mesmo sendo uma proposta de construção envolvendo todos os atores importantes do Grande ABC, existe disputa política por espaço. O que aconteceu a partir de 2002, primeiramente com a morte do ex-governador Mário Covas e depois de Celso Daniel, é que a região que já não tinha o apoio do Governo Federal, perdeu o apoio do Governo Estadual. Com o Governo Lula, temos o apoio do Governo Federal, mas, continuamos sem o apoio do Governo Estadual e os 'novos' governos municipais da região não possuem uma visão regional.

Mais que isso, o membro da diretoria dos Químicos do ABC acredita que houve certa acomodação do movimento sindical, pois segundo o dirigente ocorreu o seguinte:

“O governo federal vem aqui [na região do Grande ABC] põe dinheiro e traz a Universidade Federal, traz o coletor tronco, traz a ampliação do Pólo Petroquímico, põe dinheiro do BNDES nas indústrias automotivas. Porém a discussão fica fragilizada, porque muitos gestores públicos, boa parte deles que já estão na gestão desde 2004, a maioria tem uma visão apenas do seu município, não existe um grande agente político na região, em nenhum dos sete municípios, assim esse papel que foi deixado pelo Celso Daniel, que já foi atribuído para vários outros gestores, que não corresponderam com a indicação, continua vago. Todos os possíveis sucessores do ex-prefeito, no fundo tinham a visão e a competência para fazer a disputa política, mas não para fazer a disputa da gestão regional, visando uma

política maior, sem pensar na questão partidária e sem pensar no seu próprio município. Então isso está sendo muito ruim para a região e, ao mesmo tempo o movimento sindical começou a perder também essa discussão porque quando o [Presidente] Lula assume, e começa a melhorar as perspectivas de crescimento do emprego, estabilidade econômica, acaba tendo pouca demanda sindical para discutir e o movimento sindical acabou perdendo o foco, que poderia possibilitar assumir esse vácuo deixado pelo Celso [Daniel], principalmente na questão da Universidade Federal, porque por mais que a universidade pública esteja aqui, o movimento sindical não participa de sua gestão. (...) e você tem uma universidade pública dialogando do mesmo jeito que dialogava antes, somente na hora de discutir alguns pontos do interesse da própria universidade e o movimento sindical também corre atrás na hora que interessa".
(Carlos Augusto Cesar¹⁸⁹)

No aspecto exclusivo da participação dos sindicalistas nas decisões sobre a Universidade Federal, o dirigente sindical procurou mostrar nesta análise, que o movimento sindical, durante muito tempo, discutiu a sua participação nos cursos do Sistema S¹⁹⁰, inclusive no próprio debate para

¹⁸⁹ Entrevista realizada em novembro de 2009.

¹⁹⁰ O Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal do Brasil que prevê, em seu artigo 149, três tipos de contribuições que podem ser instituídas exclusivamente pela União: (i) contribuições sociais; (ii) contribuição de intervenção no domínio econômico; (iii) contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Com base nesta última hipótese de incidência é que tem a base legal para a existência de um conjunto dessas onze contribuições. Essas receitas arrecadadas pelas contribuições ao Sistema S são repassadas as seguintes entidades: SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; SESC - Serviço Social do Comércio;

a organização do Projeto Alquimia, em que o elo foi um dos coordenadores, várias foram as vezes em que essa discussão envolvendo o SENAI veio à tona. Sempre com a justificativa que os trabalhadores precisavam participar das discussões sobre educação profissional que sempre ficou no Brasil, sob a responsabilidade do setor empresarial.

Uma educação profissional cujo surgimento remonta à industrialização dos anos 30 para atender as diretrizes do modelo econômico de substituição de importações, com o objetivo de preparar para as atividades produtivas e para o mercado de trabalho, o qual acabou consolidando *“uma estrutura dual e elitizante (educação para o trabalho pelo chamado ensino profissionalizante e educação para a cidadania via ensino propedêutico regular), caracterizando-se, sobretudo, por sua função de reprodução da força de trabalho, da estrutura de classes e das relações de dominação capitalistas”* (FÉLIX; AGUIAR; NAVARRO, 2006).

Além disso, o processo de reestruturação produtiva e de globalização da economia, onde o novo paradigma baseado na acumulação flexível passou a exigir novos conhecimentos, uma vez que a introdução de novas tecnologias altera o processo produtivo e exige mais qualificação e aumento da escolaridade do trabalhador. O debate sobre formação profissional ganhou novos contornos, implicando em experiências recentes para resgatar seu conteúdo político, tanto através da expectativa da participação dos trabalhadores no processo de definição da política de formação profissional, quanto pela dimensão da apropriação do conhecimento científico sobre o processo produtivo, a partir de uma visão crítica. Estas mudanças nos marcos da produção exigem como contrapartida alterações no perfil formativo da classe trabalhadora, que, conforme Harvey, (2003), flexibiliza a própria formação,

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI - Serviço Social da Indústria, SEST - Serviço Social de Transporte; SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

através do esvaziamento de conteúdos mais avançados para a classe trabalhadora e, para uma pequena classe, uma alta qualificação técnica e científica, visando poucos postos de trabalho.

Neste aspecto, conforme afirma o dirigente dos Químicos do ABC¹⁹¹, não adianta o movimento sindical ficar somente nas palavras de ordem, se foi importante sua participação nas discussões para requerer uma Universidade Federal para o Grande ABC, também seria fundamental intervir nas discussões sobre o rumo que a qualificação profissional e nessa discussão em específico a educação como um todo, poderia ter encontrado no debate sobre os cursos da Universidade Federal do ABC, um terreno propício para ter retomado as discussões regionais, alinhando essas ações com as propostas dos trabalhadores e, essas com a política estabelecida pelo Governo Federal.

O dirigente falou ainda sobre os Arranjos Produtivos Locais e segundo ele, os sindicatos de trabalhadores não participaram da execução, porque não entenderam a importância e não assumiram de fato o seu papel de representação dos trabalhadores, cobrando e exigindo nos fóruns da Proposta Regional sua participação como um dos atores sociais. Na sua avaliação ocorreu o seguinte:

“Então isso não é culpa dos empresários, porque isso é uma disputa de espaço: se você deixa o espaço e cria esse vácuo, alguém vai ocupar. O movimento sindical fica se queixando porque estávamos aqui, depois ali e hoje não estamos. Porém se estamos fora, foi também por erros nossos, por omissão, por não ter gente de fato capacitada e empenhada em fazer o debate, em

¹⁹¹ Carlos Augusto Cesar (Cafu), entrevista realizada em novembro de 2009.

fazer a disputa política, porque isso é e sempre foi, uma disputa de espaço, é a disputa de projeto. Não é você meramente falar, tudo bem, o movimento sindical está representado na Agência, tem lá dois nomes representando, isto não é representação. Agora, se você pegar as atas das reuniões da Agência ou do Consórcio procure verificar quais foram as ações e onde nestes últimos anos o Sindicato apresentou projeto ou propostas de fato. Portanto, não adianta pegar somente o representante para ir às reuniões ou pior, para homologar decisões, precisa ter projeto e a entidade precisa ter a responsabilidade e a capacidade de discutir as propostas, ter projeto regional e propor esse projeto” (Carlos Augusto Cesar¹⁹²)

Já para outro membro da diretoria do Sindicato dos Químicos¹⁹³, a Proposta Regional perdeu força, porque ela não interessa mais para os atores sociais regionais. De acordo com o dirigente sindical:

“Não existe a possibilidade de retomada da Proposta Regional. Pelo menos não, como ela foi pensada pelos atores sociais no período em que foi elaborado o Planejamento Estratégico. Talvez, por motivos diferentes, por objetivos também diferentes, mas o fato é que na minha visão, esta possibilidade torna-se cada vez mais difícil, porque os atores são outros e as propostas também são outras. Naquele período [em que ação regional foi delineada], o momento era favorável para o conjunto dos atores sociais, hoje o

¹⁹² Entrevista realizada em novembro de 2009.

¹⁹³ Gerson Luis dos Santos.

momento é desfavorável, uma vez que para os atores, a ação regional não é mais entendida como prioridade.” (Gerson Luis dos Santos¹⁹⁴)

Isso denotou, conforme afirmou o próprio dirigente sindical, que as estratégias e também as expectativas políticas, mudaram de dimensão, o que era antes uma dimensão regional, transformaram para uns em dimensão nacional e para outros uma perspectiva em âmbito estadual. O fato é que de acordo com ele, diminuiu a intensidade das ações, porque diminuíram os interesses.

Para o presidente do Sindicato dos Químicos do ABC¹⁹⁵, existem questões específicas ainda para serem tratadas em âmbito regional, prova disto é que, deste o início do ano de 2006, os presidentes dos sindicatos ligados ao sindicalismo CUT¹⁹⁶, com base territorial no Grande ABC vêm se reunindo para debater temas de interesses comuns. De acordo com o dirigente sindical, na última eleição para os pleitos municipais, esse fórum de sindicatos, elaborou um documento que foi entregue a todos os candidatos a prefeitos dos sete municípios da região, com reivindicações dos trabalhadores. Para ele, nem todos os sindicatos que foram signatários do documento, participam da Proposta Regional, não são todos que têm a visão da importância de participação e isso ocorre por diversos motivos e as alegações dos sindicatos vão desde pouco interesse da categoria até as dificuldades das pequenas entidades,

¹⁹⁴ Entrevista concedida em outubro de 2008.

¹⁹⁵ Paulo Antonio Lage.

¹⁹⁶ Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação (AFUSE); Sindicato dos Bancários do ABC; Sindicato dos Condutores do ABC; Sindicato da Construção Civil de São Bernardo do Campo e Diadema; Sindicato da Construção Civil de Santo André; Sindicato das Costureiras do ABC; Sindicato dos Gráficos do ABC; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Sindicato dos Petroleiros unificados de São Paulo; Sindicato dos Químicos do ABC; Sindicato da Saúde do ABC; Sindicato dos Servidores Municipais de São Bernardo do Campo; Sindicato dos Vidreiros de São Paulo; Sindicato dos Vigilantes de São Bernardo do Campo.

tais como falta de estrutura e de assessorias técnicas para o acompanhamento e levantamento das propostas.

Entre os problemas levantados pelas entidades sindicais, o dirigente elencou uma em especial, como uma proposta que poderá beneficiar bastante os trabalhadores:

“Um debate que norteou a nossa proposta sobre políticas públicas foram as questões das tarifas públicas. Os sindicatos em período de campanhas salariais conquistam os reajustes salariais, na maioria deles, com ganho real para o trabalhador, ou seja, com crescimento da renda. Porém, em seguida, principalmente no final para o início do ano, o poder público vem com aumento de IPTU, transporte ou energia e água, bem acima de qualquer média dos índices que reajustam os salários de qualquer instituto econômico. Então, a solicitação foi que o poder público discutisse com certa ponderação, analisando todos esses aspectos para que a população trabalhadora pudesse desfrutar um pouco mais, a melhoria da sua qualidade de vida através dos reajustes de salários”
(Paulo Lage¹⁹⁷)

Essas reuniões realizadas pelo sindicalismo-CUT no Grande ABC que tinha por objetivo era debater os problemas e apresentá-los na forma de reivindicações dos trabalhadores às entidades regionais, sinalizam claramente, o próprio enfraquecimento da Proposta Regional, que tinha como principal pressuposto a participação de todos os atores sociais

¹⁹⁷ Entrevista realizada em novembro de 2009.

importantes nas tomadas de decisões. Se os atores sociais, entre eles os Sindicatos de Trabalhadores, buscaram outros fóruns de discussões para debater os problemas enfrentados por seus representados, é porque mudaram suas expectativas em relação ao plano regional e essas mudanças, além de alterar a forma de atuação e de participação do movimento sindical desfiguraram profundamente os propósitos que originaram essa Proposta Regional.

Considerações Finais

“O Estado só pode existir, portanto, sob condições de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores”.

(Max Weber, 1993: 57)

Ao finalizar este trabalho, várias questões não solucionadas apresentam-se no horizonte de uma pesquisa que, às vezes, parecia interminável. Muitas problematizações aqui colocadas acabaram possibilitando várias análises e certamente boa parte delas ficou por ser contemplada.

Além disso, diversas perguntas que também foram insurgindo ao longo desse estudo, suscitaram várias outras indagações, traduzindo que a experiência de estabelecimento de uma Proposta Regional, realizada por meio de uma articulação política através da instituição do Consórcio Intermunicipal, da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico, incluindo a participação do movimento sindical nessas ações, indica a existência de diversas possibilidades de análise dessa temática. Por esse motivo esta tese deve sugerir que este tema poderia ter sido abordado de outra forma, pois este estudo foi analisado sob a perspectiva de atuação do sindicalismo-CUT, notadamente, através do Sindicato dos Químicos do ABC nas ações para fortalecer a cadeia produtiva petroquímica como forma de contribuir para a retomada do desenvolvimento econômico e social da região.

Neste trabalho foram estabelecidas diversas conexões. Algumas delas buscaram realizar vinculações entre o crescimento econômico da região e o surgimento de um sindicalismo forte e entidades sociais bastante organizadas; entre exposição das diferenças e construção de consensos; entre participação política e perspectiva de mudanças; e, entre mudanças na forma de atuação das entidades com diminuição das expectativas de resolução dos problemas, embora saibam que é possível abordá-las de outras maneiras.

Ao longo deste trabalho sobre a participação do Movimento Sindical na Proposta Regional do Grande ABC, algumas linhas de pesquisa iniciais visaram orientar a tese e analisá-las nos pareceu mais adequado para finalizar esse percurso.

As primeiras proposições apontam para duas questões importantes e interligadas: em que medida a instituição da Proposta Regional e o surgimento das entidades de cooperação intermunicipal no ABC

influenciaram a prática da participação política na região e, se as ações para a organização da Proposta Regional foram pensadas em função das mudanças que ocorreram na organização do movimento sindical, sobretudo, no sindicalismo-CUT.

É importante ressaltar que boa parte do entendimento da problemática colocada para a pesquisa foi proporcionada através da resposta a essa hipótese. Assim, percebemos que a condição colocada através da Proposta Regional, foi a condição de participação para que suas propostas fossem discutidas. A necessidade dos atores sociais explicitarem suas propostas como forma de buscar apoio para seus projetos, através de negociações com outros atores sociais, acabou propiciando que outros projetos de interesses de outros segmentos, pudessem também ser discutidos num debate de idéias para a busca do entendimento. As entidades participavam para ouvir e serem ouvidas, portanto, o estabelecimento da Proposta Regional contribuiu para a participação dos atores sociais na política regional.

Com relação à segunda questão colocada, vale notar que em diversos documentos, boletins do Sindicato e artigos escritos, principalmente pelo ex-prefeito Celso Daniel e entrevistas com sindicalistas, a marca da relação Partidos dos Trabalhadores (PT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) era sintomática. O fato de ter naquele período no Grande ABC, cinco dos sete prefeitos do PT contribuiu bastante para que a região tivesse a iniciativa de discutir seus problemas e que o movimento sindical fosse um dos atores regionais importante nessa discussão. É evidente também que os prefeitos do Partido dos Trabalhadores discutissem com seus aliados do sindicalismo-CUT a necessidade da participação na Proposta Regional. O próprio Celso Daniel enfatizou, através de artigo, a importância do papel que vinha sendo desempenhado pelas entidades sindicais que não foram omissas a essa participação. Porém a Proposta Regional não foi pensada em função das mudanças

que ocorreram no sindicalismo-CUT, mas em função das mudanças que ocorreram no capitalismo e afetaram profundamente as empresas e os trabalhadores e, conseqüentemente, provocaram mudanças na forma de atuação do movimento sindical.

Outras proposições podem ser elencadas em grupos, uma vez que existe uma correlação entre elas. Em primeiro lugar, as dificuldades impostas pela Agência de Desenvolvimento e pelo SEBRAE/SP, para a participação do Sindicato dos Químicos do ABC na implantação do APL do setor plástico, indicando a existência de um novo tipo de conflito entre capital também nas ações regionais. Questiona também se, diante do desafio de realizar outra etapa do seu processo de constituição regional, a Agência busca, através da atuação no APL, passar da agenda para ação, sem levar em consideração a participação de todos os atores sociais importantes nas tomadas de decisões e se isso pode ser identificado como uma forma de buscar uma legitimação do seu papel enquanto entidade de fomento ao desenvolvimento econômico.

Os conflitos entre o SEBRAE/SP e os Químicos do ABC, sempre estiveram em pauta nos debates regionais, não constando muitos deles das atas de reuniões, mas sendo explicitados diversas vezes pelos atores sociais que se julgam sempre através de suas posições políticas antagônicas. Mas mesmo que isto seja apenas um fato de bastidores, a determinação com a qual a Agência e o SEBRAE /SP impuseram para que as propostas do Sindicato, primeiramente de participação na escolha das entidades que fariam parte do APL; depois, através da indicação de empresas solidárias como as cooperativas e as empresas de autogestão; e, finalmente o projeto de qualificação profissional que foi desenvolvido para os trabalhadores das empresas organizadas no APL, fossem rejeitados e boicotados pelas entidades, demonstraram claramente que existe um conflito que envolve a relação capital e trabalho. Embora a relação capital e trabalho tenha sempre estado presente na Proposta

Regional, ou melhor, sendo uma condição dessa proposta, significa que mesmo no período do desenvolvimento das ações de qualificação profissional no GT petroquímico através do Projeto Alquimia, esta relação estava colocada. Com as dificuldades de um importante ator social em participar das ações de uma entidade que faz parte da Proposta Regional, a Agência não está buscando forma de se legitimar, enquanto entidade de fomento ao desenvolvimento econômico, pois estava claro desde o início que a Proposta Regional discutia outro tipo de desenvolvimento com participação dos atores sociais importantes nas tomadas de decisões, um desenvolvimento social e econômico construídos sobre outras bases, da participação social e da articulação política.

Finalmente, o terceiro e último bloco de proposições apontaram para duas questões chave neste estudo: as mudanças que ocorreram na condução da política regional que modificaram a atuação do Sindicato na Proposta Regional e, a influência que a morte do ex-prefeito Celso Daniel e posteriormente, a eleição de Lula para Presidente da República exerceram nessas mudanças.

As abordagens sobre as mudanças que ocorreram na atuação dos Químicos do ABC na política regional já foram analisadas no desenvolvimento deste estudo, mas é importante reafirmar nestas considerações finais que a condução das ações da Agência de Desenvolvimento Econômico significou primeiramente problemas de governança regional. Isto nos permite questionar então o papel da Câmara Regional, pois se a Agência é o braço executivo da Câmara, cabe a esta estabelecer as bases da Proposta Regional, através da inauguração de uma nova maneira de governar, com a participação de todos os atores sociais relevantes do Grande ABC.

Mas, ao mesmo tempo em que a Proposta Regional é alterada através das mudanças na forma de atuação das entidades regionais, acontecem mudanças na forma de atuação dos atores sociais. Do ponto de vista dos

Químicos do ABC, a falta de perspectiva na possibilidade de debater os problemas através da articulação regional, principalmente após a morte do ex-prefeito Celso Daniel, somam-se às novas expectativas que foram geradas a partir do mandato do presidente Lula.

Bibliografia

ABIPLAST, Associação Brasileira da Indústria do Plástico. Perfil da Indústria Brasileira de Transformação de Material Plástico, São Paulo, 2007.

ABIQUM, Associação Brasileira da Indústria Química. Comissão Setorial de Resinas Termoplásticas. Disponível em <http://www.abiquim.org.br/resinastermoplasticas>.

ABRUCIO, Fernando. Luiz, SOARES, Márcia Miranda. Redes Federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

AGENCIA ABC. Configurações Produtivas da Região do ABC Paulista. Santo André. Revista APL Arranjo Produtivo Local, setembro de 2003a.

_____. APLNews, 19 de março de 2007. Acesso <http://www.aplplasticosgabc.com.br/apl>.

_____. Acesso <http://www.agenciagabc.com.br/grandeabc0709br/projetos/?id=81>

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo. In SILVA, A. A e CHAIA, Miguel (Orgs). Sociedade, cultura e política: ensaios críticos. São Paulo: EDUC, 2004.

ALVES, Giovanni. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

AMARAL FILHO, Jair et al. Núcleo e arranjos produtivos locais: casos do Ceará. In: Projeto de pesquisa Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas – Fase II, Redesist/IE/UFRJ, Rio de Janeiro, setembro de 2002.

- _____. É negócio ser pequeno. Seminário Desenvolvimento em Debate – Ciclo de Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro. O caso das micro, pequenas e médias empresas, BNDES, Rio de Janeiro, agosto de 2002.
- APOLO, Associação das Indústrias do Pólo Petroquímico do Grande ABC. Santo André / Mauá, 15 de julho de 2008. Disponível em http://www.poloabc.com.br/noticias/n_67.asp
- ARBIX, Glauco. Desamparo Institucional e Despreparo Governamental na Guerra Fiscal Brasileira: São Paulo: Seminário Internacional da USP - Estratégia de Integração e Desenvolvimento, 2001.
- _____. Uma aposta no futuro. São Paulo: Scritta, 1996.
- _____; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP, Edusp, 2001.
- ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da Descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 31, Ano 11, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- AZEVEDO, Eurico Andrade. Parcerias no Serviço Público Municipal. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.
- BALANÇO SETORIAL – Gazeta Mercantil, Indústria do Plástico, São Paulo, ano 1, nº 1, abril 2005.
- BARROS, José Roberto Mendonça de & GOLDENSTEIN, Lídia. A Reestruturação Produtiva e os Municípios. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.
- BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. Empresários e empregos nos

- novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. 2ª Ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- BOITO JR., Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã Editora, 1999.
- BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. "O Corporativismo na construção do espaço público". In: BOSCHI, Renato (org.). Corporativismo e Desigualdade. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva, 2004.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2005.
- BRANCO, P. P. M. Informação e Missão Institucional: pesquisa desvenda economia paulista. In Revista São Paulo em Perspectiva, Economia Paulista, Vol. 13. nº 1-2. São Paulo: Fundação SEADE, 1999.
- CÂMARA ABC. A Região Encontra Soluções. Santo André, janeiro de 2000.
- _____. Buscando Soluções para o Desemprego, Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo, São Bernardo, dezembro de 1997b
- _____. Carta da Câmara do Grande ABC, Santo André, maio de 1997a.
- _____. Planejamento Regional Estratégico: a região encontra soluções. Santo André, agosto de 1999
- CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Gerente Municipal: um Profissional da Gestão Local. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.
- CAMPOS, Renato R.; CARIO, Silvio Antônio F.; NICOLAU, José A., LINS, Hoyêdo, N.; BARBOSA, Ricardo F. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.). A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED Editora, 2002.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

_____. A trama da modernidade. Rio de Janeiro, Iuperj / Revan, 1999.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Firmas, flexibilidades e direitos no Brasil: para onde vamos? Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, vol. 11. nº 1, jan/mar de 1997.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. In Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 2001.

_____; SZAPIRO, Marina. Aglomerações geográficas e sistemas produtivos e de inovação. Nota Técnica do Projeto Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas Brasileiras. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro. IE/UFRJ. 2002.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Nadya Araujo (coord); COMIN, Alvaro Augusto; SANTOS, Martha Maria Ramos Rocha dos; FARTES, Vera Lúcia Bueno; CAMPOS, André Gambier; VALADARES, Edson Neves. Qualificação, Mercados e Processos de Trabalho: estudo comparativo no complexo químico brasileiro. Projeto II Reestruturação produtiva e qualificação. Relatório Final. FINEP. São Paulo, Agosto de 1998.

_____. COMIN, Alvaro Augusto. A Alquimia Organizacional: Qualificação e Construção do Consentimento. In Revista de Sociologia da USP Tempo Social, Vol. 10. nº 2 São Paulo: USP, 1998.

_____. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, vol. 11. nº 1, jan/mar de 1997.

- CHAIA, Miguel. Trabalho: entre a política e o conceito. In SILVA, A. A e CHAIA, M. (Orgs.). Sociedade, cultura e política: ensaios críticos. São Paulo: EDUC, 2004.
- COCCO, Giuseppe (coord.); SILVA, Geraldo; SPEROTTO, Fernanda. A Agência de Desenvolvimento do Grande ABC paulista entre a Agenda Regional e a Ação Territorial. Rio de Janeiro, Centre for Human Settlement HABITAT, 2001.
- _____. URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. 2ª Edição, Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- COELHO, F. Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização. Santiago, Chile: Projeto CEPAL/GTZ Desarrollo Económico Local y Descentralización en América Latina, 1998.
- COLBARI, Antonia. Qualificação profissional e empregabilidade: novos desafios ao sindicalismo no Espírito Santo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- COMIN, Alexandre. *De volta para o futuro. Política e reestruturação industrial do complexo automobilístico nos anos 90*. Relatório final da pesquisa Os Cavaleiros do Anti-Apocalipse. São Paulo, Cebrap, 1996.
- CONCEIÇÃO, Jefferson José da; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. "Mercado de trabalho e ação sindical: novos dados, novas questões". Revista de Direito do trabalho. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 34, nº 130, abr/jun. de 2008
- CONCEIÇÃO, Martinho da. O novo contexto da formação e certificação profissionais. In COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (orgs). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 2005

CONCUT, Resolução do 3º Congresso da Central Única dos Trabalhadores.
Belo Horizonte, 1988

COSTA, Maria Carolina Maggiotti. A Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: a experiência do arranjo produtivo local do setor metal-mecânico da região paulista do Grande ABC, Dissertação de Mestrado: Programa de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. Centro Universitário SENAC, 2006.

CPN, Comissão Permanente de Negociação. Convenção Coletiva sobre Segurança em Máquinas Injetoras de Plástico. São Paulo, junho de 1998.

CROCCO, Marco Aurélio e HORÁCIO, F. Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais e o Arranjo Produtivo Moveleiro de Ubá. Nota Técnica 38. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002.

CUT. Formação profissional: experiências sindicais, alternativas e reflexões. Núcleo Temático do Trabalhador. Escola Sindical São Paulo. São Paulo, agosto de 1999.

_____. Projeto Nacional de Qualificação Profissional – CUT Brasil, PLANFOR 200 – 2002. São Paulo, Dezembro de 1999.

_____. Reestruturação produtiva, reações de trabalho e formação sindical. Transformações no Mundo do Trabalho. Cadernos do Núcleo Temático, Rede Nacional de Formação. São Paulo. Escola Sindical s/d

DANIEL, Celso. A Gestão Local no Limiar do Novo Milênio. In Magalhães, I. Bareto, L.T.(Orgs.). Governo e Cidadania- Balanço e Reflexões sobre o Modo Petista de Governar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999a.

_____. Desenvolvimento local e socialismo. Revista Teoria e Debate Nº 50. Fundação Perseu Abramo, fevereiro/março/abril de 2002.

_____. O papel dos conselhos de políticas públicas. Instituto Poli. 17 de abril de 2001.

- _____. Uma experiência de desenvolvimento econômico local: Câmara Regional do Grande ABC. São Paulo: Mimeo, 1999b.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Brasil e México: economia e emprego. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, vol. 11. nº 1, jan/mar de 1997.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Diagnóstico III: os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho na cadeia produtiva da indústria de transformação plástica. São Paulo, 2005
- DINIZ, Clélio Campolina. Global – Local: Interdependência e Desigualdade ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. Estudos Temáticos. Nota Técnica 9. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000.
- DINIZ, Eli. Crise, Reforma do Estado e Governabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DOWBOR, Ladislau. O Poder Local diante dos Novos Desafios Sociais. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.
- ELIAS, Norberto. Escritos & Ensaio – Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- FÉLIX, Fátima; AGUIAR, Flávio; NAVARRO, Ignez. Trabalhadores: Educação e Trabalho-muito além do operário padrão. Fundação Perseu Abramo, abril de 2006.
- FIORI, José Luis. Os Moedeiros Falsos: O Novo Papel do Estado frente à Globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. A Cadeia Produtiva Petroquímica: Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social jan./ set., 1998.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 12ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2003.

IGLIORI, Danilo Camargo. Economia dos clusters industriais e desenvolvimento. São Paulo: Iglu, 2001.

JORNAL DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, 26 de janeiro de 2001

JULIEN, Pierre-André. Small Business as a research subject: Some reflexions on Knowledge of small business and its effects on economic theory. Small Business Economics, 5. Holanda, Kluwer Academic Publishers, 1993.

JUNIOR, Oswaldo Soulé; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A influência das crises econômicas das décadas de 80 e 90, no Brasil, no mercado de trabalho dos profissionais ligados as tecnologias da Informação. Salvador. VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 28 a 31 de outubro de 2007.

JÚNIOR, Sylvio Goulart Rosa. Municípios e Desenvolvimento. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.

KLINK, Jeroen. A Cidade-Região: Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. A CUT no Governo Lula: da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2009.

LASTRES, Helena Maria Martins. Globalização e inovação localizada. In: CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena Maria Martins, LUGONES, G. e SULTZ, J. (Coord). Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no âmbito do Mercosul e proposições de políticas de C&T. Nota Técnica. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1998.

LAZZARESCHI, Noêmia. A “Nova Classe Operária”: Os trabalhadores da Indústria Automatizada. Campinas. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1995.

LEITE, Márcia de Paula. Desenvolvimento Econômico Local e Descentralização na América Latina: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil. São Paulo: Projeto Cepal/GTZ. Relatório Preliminar. mimeo, 1999 .

_____. Desenvolvimento Econômico Local e Descentralização na América Latina: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil. São Paulo: Projeto Cepal/GTZ – Relatório Final – mimeo, 2000.

_____. Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEMOS, Cristina Ribeiro. Inovação em Arranjos e Sistemas de MPME – Nota Técnica 1.3. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2001.

_____. Inovação para arranjos e sistemas produtivos de MPME. In: LASTRES, et al. Interagir para Competir: Promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília: SEBRAE/FINEP/CNPq, 2002.

_____. Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil: Novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro COPPE/UFRJ, 2003.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. As especificidades das pequenas e médias empresas. Revista de Administração, v.34, n.2. São Paulo, abril/junho 1999.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Qualificação do Trabalhador e Relações Sociais. In.: Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador. Fernando Selmar Fidalgo(org). Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996

MACHADO, Solange Aparecida. Dinâmica dos arranjos locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. São Paulo: Tese de Doutorado. Escola Politécnica, USP, 2003.

- MACULAN, Anne-Marie. Ambiente, empreendedor e aprendizado nas pequenas empresas de base tecnológica, In: Projeto de pesquisa proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro. Redesist/IE/UFRJ, 2002.
- MARQUES, Ivan da Costa; SEGRE, Lidia Micaela. Problematizando o tamanho das empresas: a multiplicidade do "grande" e do "pequeno" na sociedade em rede. In CASSIOLATO, José Eduardo; **LASTRES, Helena Maria Martins; MACIEL, Maria Lucia**. Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.
- MARQUES, Rosa Maria. O Lugar do Município em Tempos de Globalização e Questionamento dos Sistemas de Proteção Social Centralizados. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. Os economistas. São Paulo. Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, Vera; LUQUE, Carlos Antonio. O Papel dos Municípios no Desenvolvimento Econômico. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 5ª reimpressão. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.
- _____. Textos sobre Educação e Ensino. São Paulo, Editora Moraes, 1983.
- MATTOSO, Jorge. O Brasil Desempregado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999
- MAXIQUIM Assessoria de Mercado. Radiografia Nacional da Indústria de Moldes e Ferramentas para a Transformação de Plásticos. São Paulo, 2000

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria do Desenvolvimento da Produção: Diálogo para o Desenvolvimento. Brasília. Fórum de Competitividade. Documento Básico, novembro de 2004.

_____. Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Fórum de Competitividade. Acesso: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/forCompetitividade/oQueSao.php>

_____. Micro, pequenas e médias empresas: definições e estatísticas internacionais. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/micEmpPequeno/micEmpPequeno.php> Acesso em 28/09/2007.

MEDICI, Ademir. Memória dos 70 anos: Sindicato dos Químicos do ABC. História Consolidada. Santo André. MP Editora, 2008.

_____. Revista Retratos da História, Memória dos 70 anos do Sindicato dos Químicos do ABC, Santo André, setembro de 2008a.

MELLO, Matilde Maria Almeida. Da cidade ideal a cidade intencional: cidade ABC – a utopia colaboradora. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. PNQ, Resolução nº 408 CODEFAT. Brasília. MTE, SPPE, 2004.

_____. PNQ, Resolução nº 333 CODEFAT. Brasília. MTE, SPPE, 2003.

- NAVARRO, V. Produção e Estado do Bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, A.C. (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.
- OLIVA, Aloizio Mercadante; RAINHO, Luis Flávio. Imagens da luta 1905-1985. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo do Campo, maio de 1987.
- PACHECO, Regina Silvia. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.
- PLATT, Adreana Dulcina. Análise ao processo de avaliação em perspectiva ao pleno desenvolvimento humano. Universidade Estadual de Londrina – UEL, Educere Et Educare – Revista de Educação - Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007
- PROJETO ALQUIMIA. Programa de Qualificação e Requalificação do Setor de Transformação de Materiais Plásticos. Sindicato dos Químicos do ABC, sd.
- PUGA, Fernando Pimentel. Alternativas de apoio a MPMEs localizadas em arranjos produtivos locais. Textos para Discussão nº. 99 – BNDES. Rio de Janeiro, junho de 2003.
- PUTNAM, **Robert** David. Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005
- PYKE, F., BECATTINI, G. e SENGENDERGER, W. Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy. International Institute for Labour Studies, Geneva, 1990.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social”. In: RAMALHO, José Ricardo;

- SANTANA, Marco Aurélio (orgs). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001
- REIS, Regina Célia dos. *Alternativa política no contexto federativo: integração regional no Grande ABC paulista*. São Paulo, Editora Blucher Acadêmico, 2008.
- _____. *Articulação política regional: a experiência do Grande ABC (1990 – 2005)*. São Paulo, Tese de Doutorado: Programa de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica - PUC, 2005.
- _____. *Movimento Sindical e Partido dos trabalhadores: Tensões Políticas no ABC*. São Paulo, Dissertação de Mestrado: Programa de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica - PUC, 2000
- RESENDE, F. *Federalismo Fiscal: Novo Papel para Estados e Municípios*. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. *O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial*. São Paulo, 1999.
- REVISTA LIVRE MERCADO, Santo André, Editora Livre Mercado Diário do Grande ABC, dezembro 2000.
- _____. Santo André, Editora Livre Mercado Diário do Grande ABC, Agosto de 2001.
- RODRIGUES, Iram Jacome, RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense*. São Paulo, Annablume, 2007.
- _____. *Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: estratégias diante das novas formas de gestão da produção*. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, vol. 12. nº 1, jan/mar de 1998.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *A Trajetória do novo sindicalismo*. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta, 1997.

SACRAMENTO, Julio Cesar; MOREIRA, Julio Cesar Tavares. A reestruturação do mercado de trabalho e as novas qualificações profissionais. São Paulo, Revista da APG-PUC/SP, v.1, nº 26, novembro de 2001.

_____. Política e Construção Regional: A Experiência do Grande ABC. São Paulo, Dissertação de Mestrado: Programa de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica - PUC, 2003.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo. Editora Hucitec, 1996

SCHUMPETER, J.A. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Elo Perdido: Estado, globalização e indústria petroquímica no Brasil. São Paulo, Annablume, 2004.

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do Trabalhador na Micro e Pequena Empresa. Brasília, DIEESE, 2007.

_____. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

_____. Termo de referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. Brasília, SEBRAE, 2003.

_____. Boletim Estatístico das Micro e Pequenas Empresas. Observatório SEBRAE, 2005.

SENGENBERGER, Werner; PIKE, Frank. Distritos Industriais e Recuperação Econômica Local: questões de pesquisa e de política. In COCCO,

Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. 2ª Edição, Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

SERT, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo. Educação Profissional: A construção coletiva do conhecimento, habilidades básicas e específicas. São Paulo, dezembro de 2000.

SILVA, Leonardo G. Mello e. A Generalização difícil: a vida breve da Câmara Setorial do Complexo Químico seguida de estudo de seus impactos em duas grandes empresas do ramo em São Paulo. São Paulo, Annablume, FAPESP, 2000.

SINDIQUIM, Revista do Sindicato dos Químicos do ABC. Ano VI número 1.149, março de 2003.

_____. número 965, de abril e maio de 1996.

SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, vol. 10. nº 1, jan/mar de 1996.

_____. Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

SOUZA, Celina. Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: O Impacto do Federalismo e da Descentralização. In Revista de Ciências Sociais, Vol. II Rio de Janeiro, 1999.

_____. Reinventando o Poder Local: Limites e Possibilidades do Federalismo e da Descentralização. In Revista São Paulo em Perspectiva, nº10 Vol.3), São Paulo: Fundação SEADE, 1996.

SOUZA, M. C. A. F. Pequenas e Médias Empresas na Reestruturação Industrial Brasília: Ed. SEBRAE, 1995.

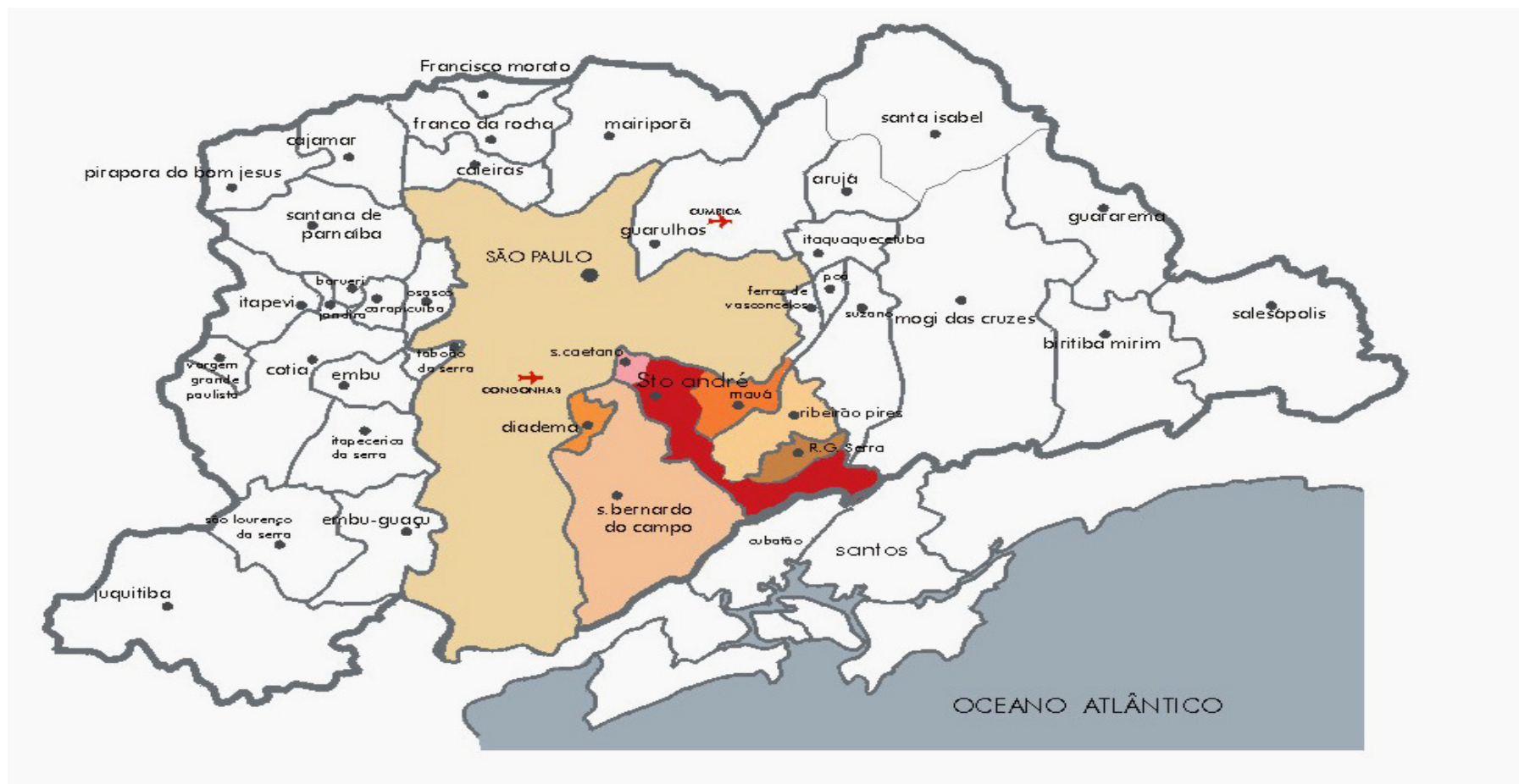
_____. SUZIGAN, W. (Coord). Inserção competitiva das empresas de pequeno porte. UNICAMP: Campinas, São Paulo, 1998 (Relatório de Pesquisa).

- SPÄTH, Brigitte. Implications of industrial districts for upgrading small firms in developing countries: a synthesis of the discussion. In: UNCTAD, Technological Dynamism in Industrial Districts: an alternative approach to industrialization in developing countries? United Nations, New York and Geneva, 1994.
- TORRÈS, Olivier. Vingt-cinq ans de recherche em PME: une discipline entre courants et contre-courants In: Torrès, Olivier. (coord.), PME – De nouvelles approches. Econômica, Paris.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade – 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- UNICAMP/IE/NEIT. Diagnóstico e Perspectivas das Cadeias Petroquímica e Automotiva no ABC: Tendências de Desenvolvimento Regional. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia (IE), Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT), Relatório de Pesquisa. Campinas, 1998.
- URANI, André. Desenvolvimento Local e Geração de Trabalho no Grande ABC. São Paulo: Mimeo, 2000.
- VALOR ECONÔMICO. Valor Setorial – Indústria do Plástico. São Paulo, outubro 2004 Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>.
- VARGAS, M.A. Aspectos econômicos e metodológicos da análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Nota Técnica 1. UFSC/CSE/SEBRAE, 2002.
- _____. Proximidade territorial, aprendizado e inovação: Um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2002.
- VÉRAS, Roberto. Sindicalismo e Formação Sindical: novos cenários, novas exigências. Sorocaba, Quaestio, Revista de Estudos de Educação, Ano 01, nº 2, novembro de 1999.

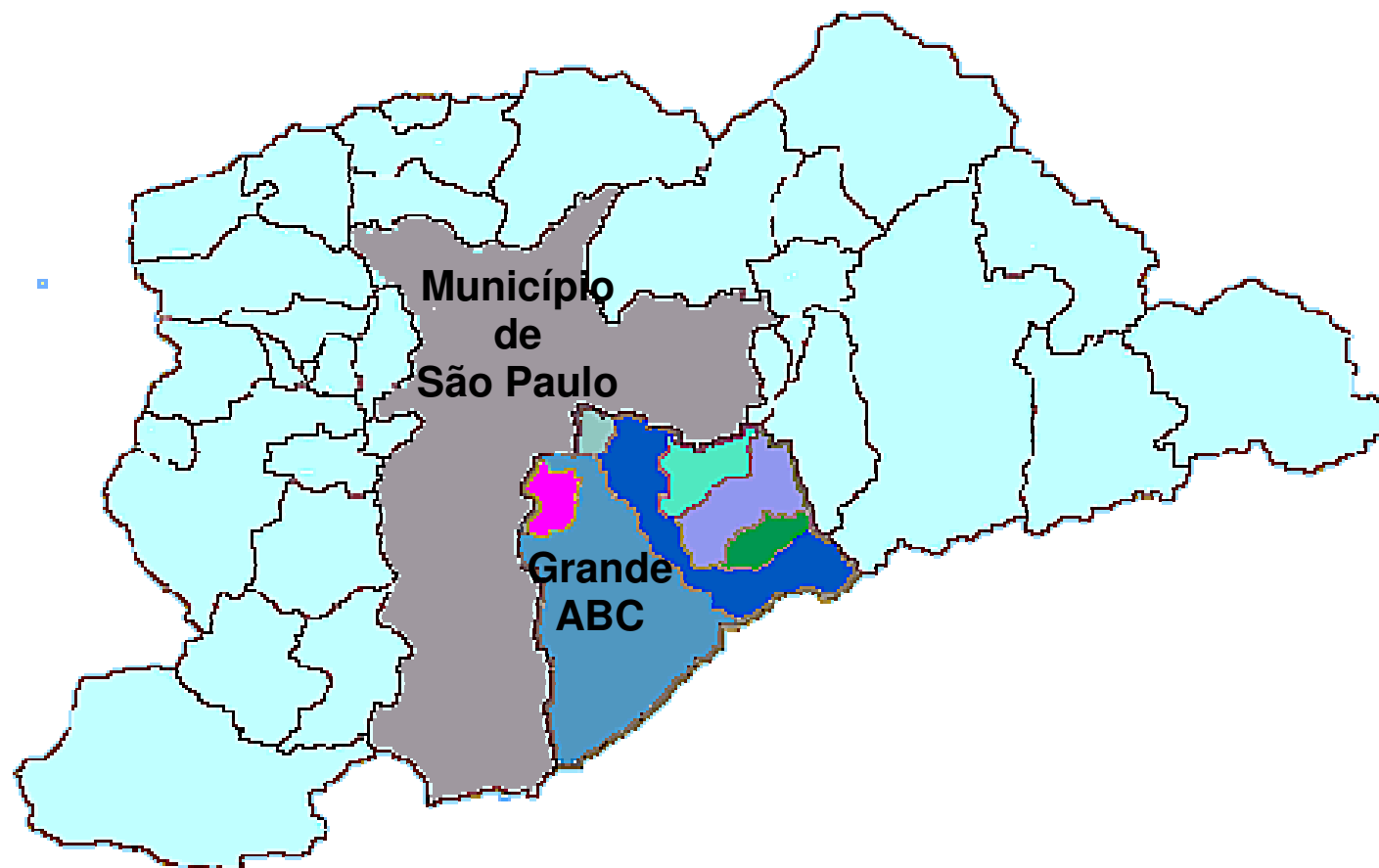
- _____. Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações de novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002.
- VERSIANI, A.F.; GASPAR, R.M. Posicionamento e crescimento de PMEs: um estudo no setor de confecção da região metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. ENANPAD, 24., 2000. Anais eletrônico. ANPAD, 2000. Disponível em: http://www.anpad.org.br/frame_enanpad2000.html. Acesso em: 16 nov. 2007.
- VIANA, Mônica Antônia. A Articulação Regional no Grande ABC. In CRUZ, José Luis Vianna da (org.). Brasil, o desafio da diversidade: experiência de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2005.
- WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações, 9ª Edição. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.
- WESTPHAL, M. F., ZIGLIO, E. Políticas e Investimentos: a Intersetorialidade. In Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas – edição especial. São Paulo, 1999.

Anexos

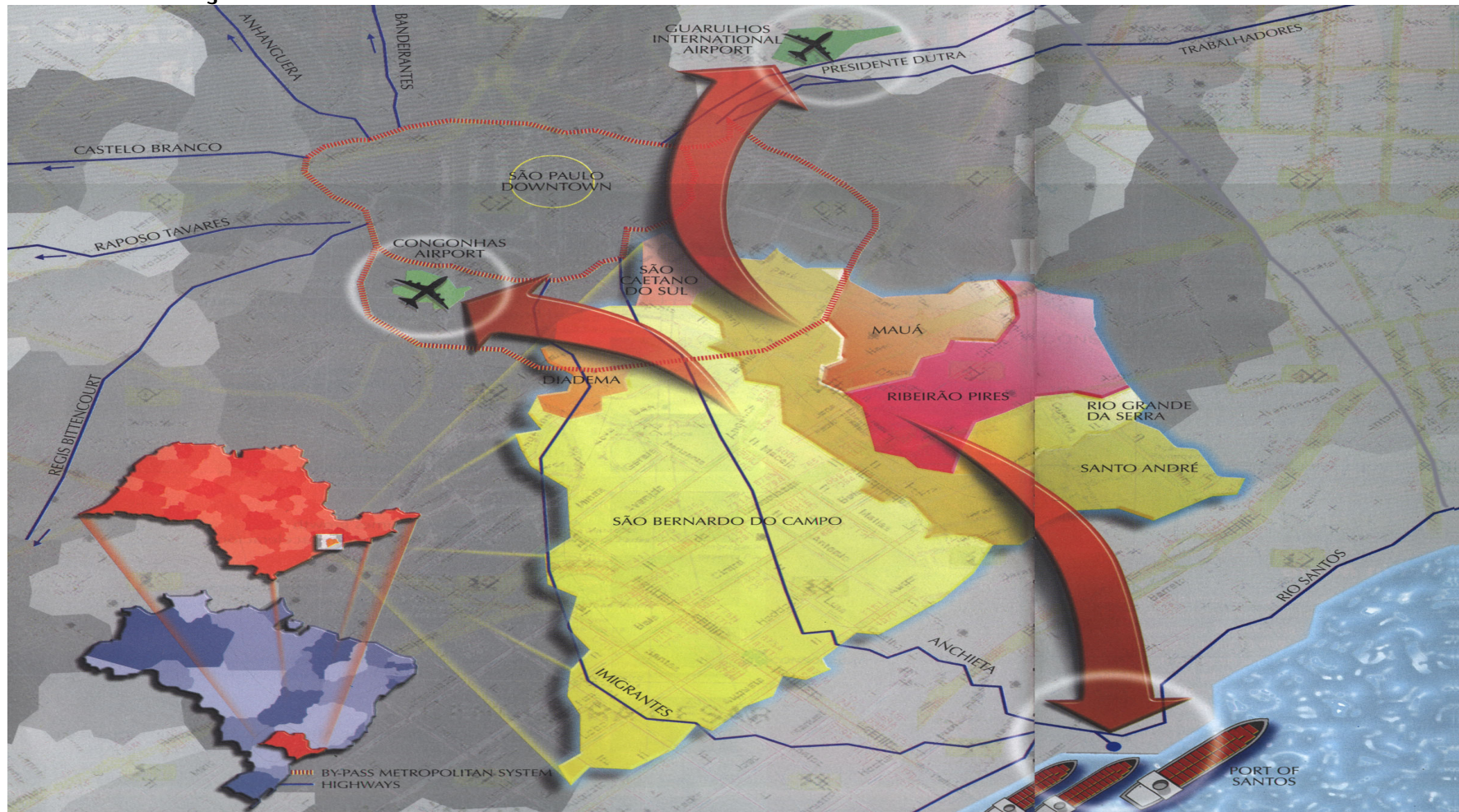
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



LOCALIZAÇÃO DO GRANDE ABC NA REGIÃO METROPOLITANA



LOCALIZAÇÃO DO GRANDE ABC



Petroquímica União em 1969



Foto: Jornal da Apolo

Petroquímica União em 1969



Foto: Jornal da Apolo

As diferenças entre uma época e outra, vão além do aumento do número de empresas que dependem da 1ª geração e se estabelecem a sua volta. Na vizinhança antes poucas residências e agora uma área densamente povoada.

Planejamento Regional Estratégico do Grande ABC
Programas e Subprogramas por Eixo Estruturante

<i>Eixo Estruturante</i>	<i>Programa</i>	<i>Sub-Programas</i>
1-Educação e Tecnologia	Implantação do Pólo tecnológico do Grande ABC	Implementação de centros Setoriais de pesquisa e Desenvolvimento;
		Implementação de Centros Setoriais de Apoio e Difusão Tecnológica
	Ensino Profissionalizante	Ensino Técnico
		Qualificação Profissional
	Educação Básica	Aprimoramento contínuo da Educação Infantil;
		Aprimoramento contínuo do Ensino Fundamental;
		Restauração e Melhoria do Ensino Básico
		Melhoria do nível de escolaridade de jovens e adultos
	Uso e Proteção	Estabelecimento e regulamentação de alternativas para o desenvolvimento sustentável
		Compensações
2-Sustentabilidade das Áreas dos Mananciais		Habitação de interesse social
		Marketing
		Criação de banco de dados e SIG
	Projeto Billings	Remediação e recuperação das áreas contaminadas e/ou degradadas
		Educação Ambiental
		Fiscalização, controle e monitoramento ambiental
	Adequação de Legislação/assinatura de Convênios e Ajustes de Estruturas Institucionais	Legislação estadual e municipais adequadas à sustentabilidade
		Agência
		Capacitação na gestão ambiental
3-Acessibilidade e Infra-estrutura	Tráfego	Gestão Integrada
		Sistema Viário, Circulação, Transporte Coletivo, Carga
		Carga, Transporte Coletivo
		Transporte Coletivo: integração dos sete centros urbanos da Região.
		Transporte Coletivo
		Carga, sistema viário e Circulação
		Sistema Viário, Comércio e Turismo
		Proteção Ambiental

	Drenagem	Macro drenagem
		Micro drenagem
	Comunicações	Telecomunicações
		Infovias
		Intranets Municipais
	Energia	Usinas Termoeletricas
	Água	Reuso
		Efluentes e Coletor Tronco
	Resíduos Sólidos	Gestão Integrada
		Qualidade Ambiental
		Reciclagem
		Inclusão social; Qualidade Ambiental
Eixo Estruturante	Programa	Sub-Programas
4-Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas	Apoio à Indústria Petroquímica	Expansão da Petroquímica
		Controle de Acidentes
	Apoio à Indústria de Transformação de Resinas Plásticas	Fortalecimento do Associativismo entre as empresas
		Modernização Produtiva
		Diagnóstico e Informação
	Apoio à Indústria Moveleira	Digulgação e Sensibilização
		Modernização produtiva
	Fortalecimento do Setor Terciário	Infra-estrutura
		Sensibilização
		Divulgação e Marketing
		Serviços
	Apoio ao Turismo Regional	Infra Estrutura Básica
		Diagnóstico e Informações
		Sensibilização
		Capacitação e Educação para o Turismo
		Desenvolvimento dos Serviços de Recepção
		Divulgação e Marketing
		Patrimônio Histórico Cultural
	Apoio a Outras Cadeias Produtivas	Fortalecimento de Outras Cadeias Produtivas

	Geração de Trabalho e Renda	Análise da Situação
5-Ambiente Urbano de Qualidade	Requalificação Urbana com Inclusão	Consolidação e Potencialização de Novas Centralidades (Projetos e áreas estratégicas)
		Preservação do Patrimônio Histórico Cultural do Grande ABC
		Elaboração de Projeto de Recuperação Ambiental Urbana (criação de grupo de trabalho intinerante)
		Habitação - integração das intervenções habitacionais às ações de qualificação do ambiente
	Gestão Regional: Instituições e Recursos Estratégicos	Implementar e potencializar as ações regionais
		Envolver novos agentes no processo de mudança
		Implementar instrumentos urbanísticos para viabilizar as ações
Eixo Estruturante	Programa	Sub-Programas
6-Identidade Regional e Estruturas Institucionais	Construção/Consolidação da Comunidade Cívica Regional	Mobilização da Comunidade
	Redefinição das Estruturas Tributárias dos Municípios para Recuperar suas Capacidades de Investimentos	Política Tributária Municipal
		Política Regional de atração de investimentos
		Situação econômico-financeira dos municípios
	Aperfeiçoamento das Bases Políticas Institucionais da Região	Câmaras Municipais
		Assembléia Estadual
		Congresso Nacional
	Fortalecimento das Estrutura Institucionais Regionais	Estruturas existentes
		Abrangência da Câmara do Grande ABC
	Modernização administrativa nos municípios	Modernização Administrativa
		Democratização da gestão pública
7-Inclusão social	Geração de Trabalho e Renda	Análise da situação
		Qualificação e Requalificação profissional
		Assessoria Técnica, Fomento e Associativismo
		Proteção Especial
	Habitação	Acordo Regional firmado entre as Prefeituras do Grande ABC/SH/CDHU
		Banco de Informação Habitacional para a Região do Grande ABC
		Política de Desenvolvimento Habitacional vinculada à Estruturação Urbana e Recuperação Ambiental
	Infância e Juventude	Produção especial
		Construção da rede de serviços locais

		Políticas para a juventude
		Medidas Sócio-Educativas ao Jovem Autor de Ato Infracional
		Fortalecimento dos Órgãos de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente
		Captação de Recursos
		Articulação Regional
		Apoio Sócio-familiar
		Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente
	Morador de rua	Proteção Especial e Resgate da Cidadania
		Articulação Regional
	Mulher	Combate à Violência e Atenção à Saúde da Mulher
		Trabalho Educativo e Preventivo
		Articulação Regional
	Atenção à população idosa	Criação da Cultura de Valorização do Idoso
		Proteção Especial
		Área da Saúde
	Pessoa Portadora de Deficiência	Articulação Regional
		Acessibilidade de Edificações, Equipamentos e Transportes
		Atenção à Saúde
		Educação Inclusiva
		Integração ao Mundo do Trabalho
	Saúde Pública	Ampliação, Melhoria e Fortalecimento do Sistema Público de Saúde
		Implantação do Hospital Regional de Referência em Especialidades
		Ampliação da Rede Hospitalar Pública
		Oficina Escola Regional de Manutenção de Equipamentos Médicos
		Ampliação e Fortalecimento da Rede Pré-hospitalar (sistema de resgate)
		Ampliação da Grade Hospitalar para o Resgate do Corpo de Bombeiros
		HEMOCENTRO ABC, Criação e Implantação
		Centro de Diagnóstico Regional
		Incrementar o Repasse do PAB
		Inclusão na Legislação Regional da Aplicação de 10%, no mínimo, do Orçamento para a Saúde
		Regionalização do Sistema Financeiro

		Fortalecimento da Fundação ABC
		Programa Regional de Saúde Mental
		Programa Regional de Saúde da Família
		Vacinação
		Programa Regional de Medicamentos
	Segurança Pública	Plano de Incremento da Polícia Civil
		Plano de Incremento da Polícia Militar
		Campanhas Educativas
		Serviços de Apoio

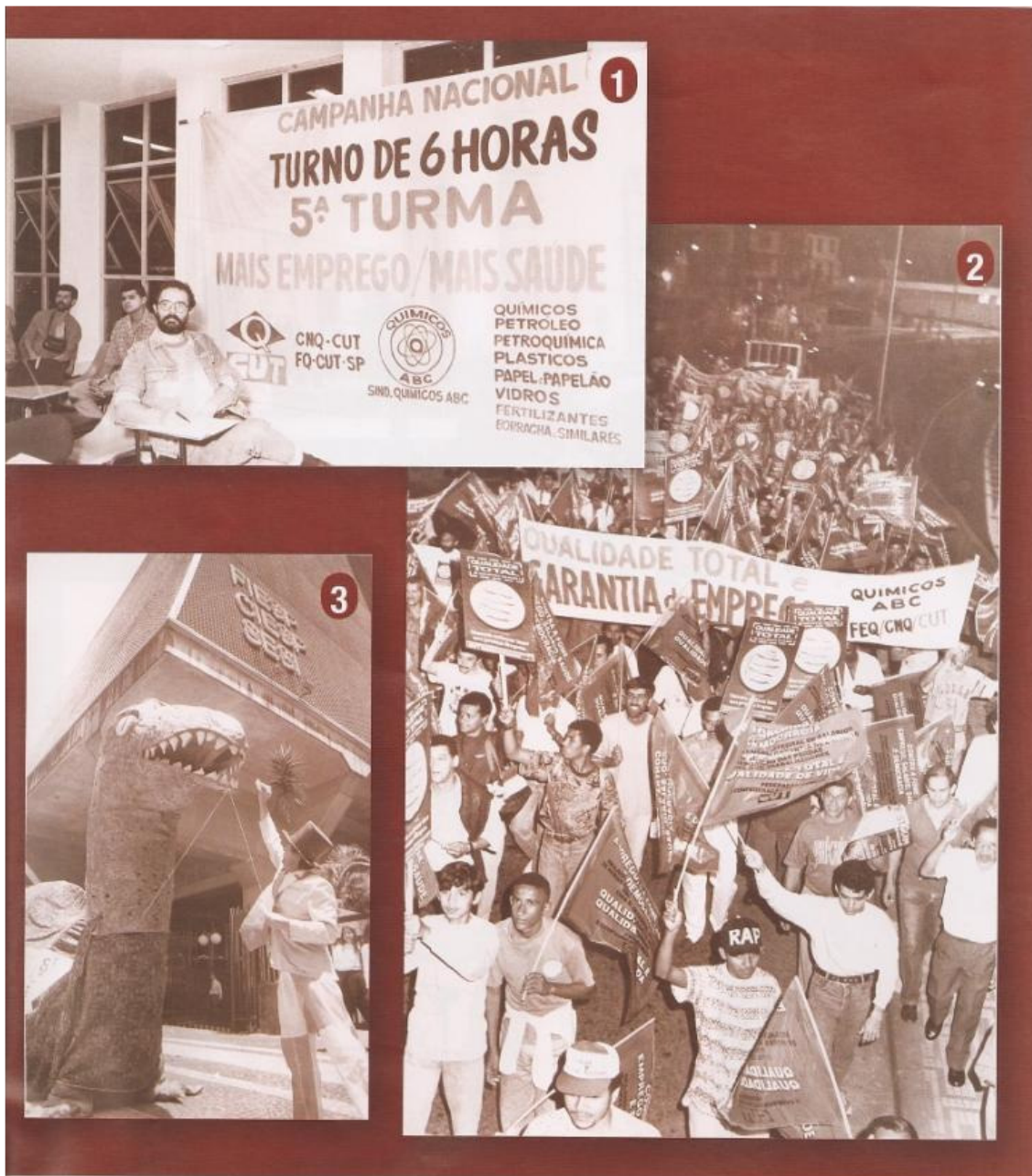


1959 - Greve na Rhodia em Março - manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras da Rhodia durante a greve de 29 dias por melhores salários.

Foto: Particular de Trajano José das Neves



Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



1 – 14 de maio: em seminário pela reforma constitucional, a luta pela 5ª Turma. Foto: Cibele Aragão

2 – 22 de outubro: passeata em Santo André. Foto: Cibele Aragão

3 – 29 de outubro: um dinossauro às portas da FIESP: toda a criatividade em torno das conquistas sociais e sindicais. Foto: Cibele Aragão

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



▲ 1947, 9 de novembro. Armando Mazzo lidera a chapa Os Candidatos de Prestes. Vence as eleições para prefeito de Santo André, mas é impedido de tomar posse. Fonte: álbum pessoal (em memória)

1947

1947 – Em 9 de novembro um chapa de trabalhadores vence as eleições municipais de Santo André. São os candidatos de Prestes. Armando Mazzo, marceneiro e ex-procurador do **Sindicato dos Químicos**, é eleito prefeito. Outros 13 operários são eleitos vereadores. Nenhum deles toma posse, por pressão do regime político dominante nesses tempos da Guerra Fria no pós-guerra.

Na época, a Câmara Municipal de Santo André era composta por 31 vereadores. O município era maior, territorialmente. Abrangia o espaço atual e mais os então distritos de São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Numa grande jornada cívica no final do Estado Novo e início da Guerra Fria, os trabalhadores elegeram, além de Armando Mazzo, prefeito, mais os seguintes vereadores (por ordem de votação):

João Sanches, Ângelo Corsato, Carmem Edwiges Savietto Frati, Miguel Guillen, Manoel dos Santos, Marcos Andreotti, João Gualberto Meira, Ennio Brancalion, José Benedicto de Oliveira, Antonio Fabiano Nogucira Júnior, Oswaldo Monteiro, Vicente Bistratini, Paulo Cervelini

Todos foram diplomados pelo Tribunal Regional Elcitoral em São Paulo em 19 de novembro. Mas ficaram sabendo que não assumiriam um dia antes da posse, 31 de dezembro. Em 1º de janeiro de 1948 assumiram suplentes de outros partidos.

1950

Em dezembro, Carminholi é reeleito presidente.

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos

◀ Olavo Hansen. Químico. O assassinato no pós-1º de maio em São Paulo.
Acervo: SQABC

1º de maio. Solenidade de inauguração do gabinete dentário no sindicato. A partir da esquerda: Almir Pazzianotto (discursando), Villas Boas, Eupídio Lopes de Oliveira (Fosfanil), um diretor da Federação dos Químicos, o dentista do sindicato, Cajueiro, Abidaia Moisés e Alexandre Castro Nunes; sentada, Dra. Maria Helena, secretária do Delegado do Trabalho, General Gaia. Acervo: SQABC ▼

1970

Chapa Azul de Jaime Cajueiro: a vitória da Situação na eleição dos Químicos do ABC. Acervo: Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão) ▶

Outros Fatos Importantes do Período

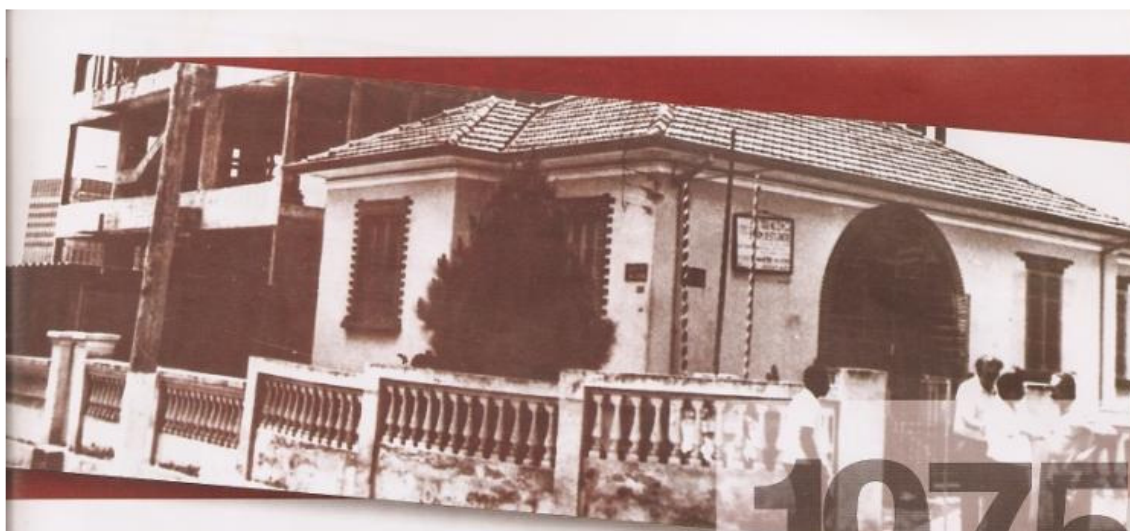
1967 1º de maio – Geraldo Vandré – *Pra não dizer que não falei de flores* – prestigia a concentração estudantil operária na Praça do Carmo, em Santo André, para comemorar o Dia do Trabalhador. Entre os oradores, o bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira.

1972 O Sindicato dos Químicos trabalha para estender a base sobre Diadema e Rio Grande da Serra. Consegue seu objetivo, enquadrando todo o Grande ABC no chamado 10º Grupo, o que foi fundamental para recuperar a ação sindical sobre os petroleiros de Capuava, que haviam passado para a base de Cubatão.

1979 No cenário nacional, palavras de ordem passavam a ser pronunciadas. A anistia aos presos e perseguidos políticos era uma delas. A derrubada do bipartidarismo era outra. As agremiações políticas tradicionais foram extintas em 1966, quando o governo militar criou Arena e MDB. Uma das novas palavras, então, era o pluripartidarismo. Entre os novos partidos, semeia-se o PT, comandado por Lula e que será oficializado em 1980.

1980 15 de fevereiro – Fundada a Associação dos Aposentados Químicos do ABC.
9 de maio – Realizado o I Congresso dos Químicos do ABC.

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



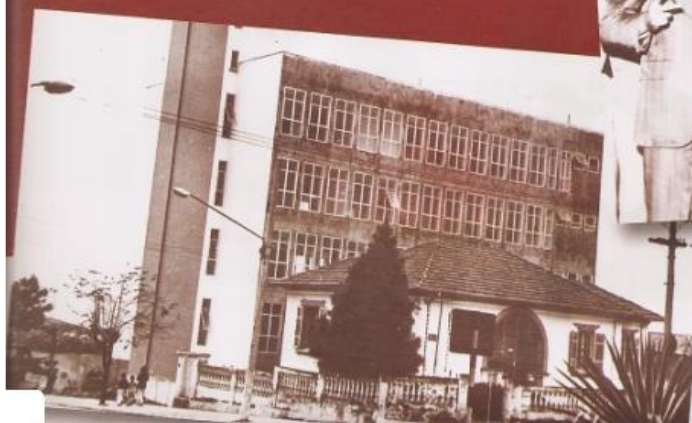
▲ Laje após laje, sobe o prédio dos Químicos na Lino Jardim: à direita, a casa adquirida pela categoria. Ao fundo, à esquerda, o Paço Municipal.
Acervo: SQABC



◀ 18 de setembro. Inauguração da sede atual dos Químicos na Rua Lino Jardim. Paulo Egydio Martins, governador do Estado, cumprimenta o presidente do sindicato, Jaime Câmara Cajueiro. Ao centro, Vinícius Ferraz Torres (delegado regional do Trabalho) e Antonio Pezzolo (prefeito de Santo André). Foto: Armando Martins (Foto Ruma)

Na inauguração, o discurso de Aicy Nogueira. Foto: Armando Martins (Foto Ruma) ▼

A nova sede pronta: agora, o acabamento interno.
Acervo: SQABC ▼



Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



◀ Chapa única dos Químicos: na cabeça, Vicente Floriano da Silveira. Acervo: Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão)

1979



◀ 15 de fevereiro. Fundação da Associação dos Aposentados Químicos. Dante Barbata da CBC (o 1º à esquerda), Miguel Dantas (Matarazzo), Reynaldo Benitez Pungli (Rhodia), Antonio Rodrigues Gouveia da Quimbrasil (vice-presidente do Sindicato dos Químicos), Miguel Guillen (presidente dos Aposentados Metalúrgicos) e Agenor Narciso da Fontoura (diretor dos Químicos). Acervo: SQABC

10 de maio. I Congresso dos Químicos do ABC. Acervo: SQABC



1-Composição da mesa: Ademir Sato, assessor da Federação (1º à esquerda, parcialmente encoberto), Antonio Rodrigues Gouveia, Almir Pazzianotto (ao microfone), Alcy Nogueira e Fernando Henriques Cardoso.

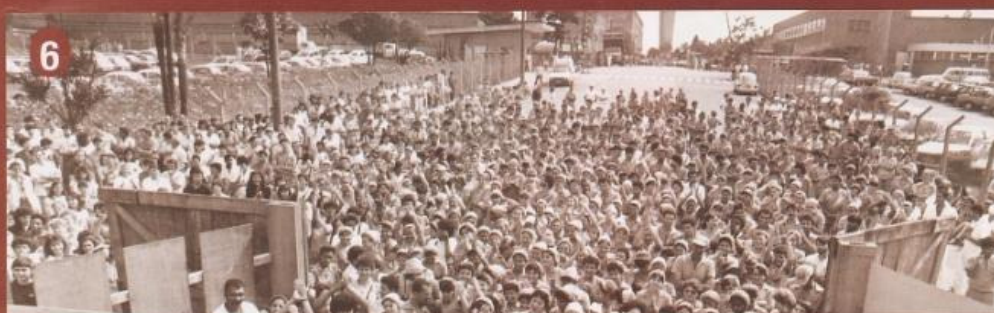
2-Na plenária, de camisa xadrez, o diretor Agenor Narciso, não incluído entre os oradores.

1980

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



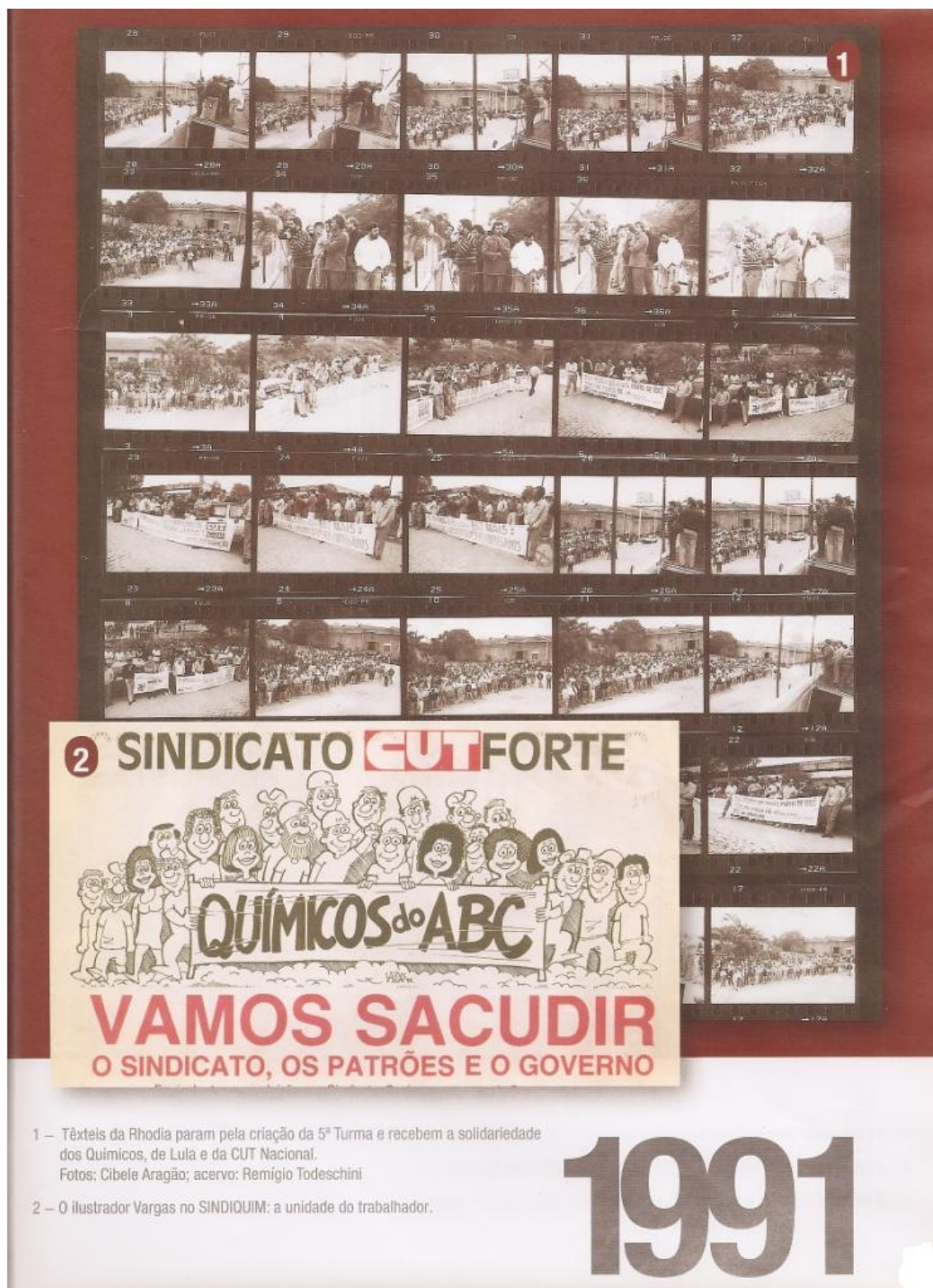
5 – 12 de novembro: Comício na Praça da Sé. Foto: Cibele Aragão

6 – Greve na Anakol. Em passeata, trabalhadores deixam o interior da fábrica e concentram-se no corredor de entrada. Em sua maioria, mulheres. Foto: Cibele Aragão

7 – Abril: passeata e greve em conjunto da Anakol e da Bombril. Foto: Roberto Parizotti

1989

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



1 – 8 de janeiro: Sindicato dos Químicos e sociedade realizam protesto contra o BHC da Matarazzo, em São Caetano. Foto: Roberto Parizotti

2 – 22 de maio. Seminário com vistas ao ano 2000: os Químicos pensando à frente. Foto: Cibele Aragão

1992

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



4 – 8 de setembro. Os deputados federais Celso Daniel e Maria Conceição Tavares e Remi Todeschini (da Executiva Nacional da CUT e presidente do SQABC) deixam o Capitólio, em Washington, onde participaram de um seminário sobre Reforma Tributária, com a Comissão da Câmara dos Deputados: Missão Brasil – Estados Unidos. Acervo: Remígio Todeschini

5 – Na Greve do Galo Velho, a luta pela PLR. Charge: Márcio Baraldi (SINDIQUIM nº 951)

6 – Novembro: Jornada Zumbi pela Vida, de São Paulo a Aparecida. Para celebrar os 300 anos de Zumbi e o Dia da Consciência Negra. Foto: Dino Santos

1995

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



3 – 23 de maio: Chapa 1 da CUT vence a Chapa 2 da Força Sindical. E Sérgio Novais é carregado pelos companheiros Químicos. Foto: Januário da Silva

4 – 13 de maio: reunião na Prefeitura de Santo André. A Câmara do ABC é realidade. Ao microfone, o prefeito Celso Daniel. Foto: Dino Santos

1997

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



1 – 18 de agosto: Barelli e Novais firmam convênio para a liberação de recursos.
Foto: Dino Santos

2 – 3 de dezembro: a primeira mostra de trabalhos dos alunos do Projeto Alquímia. Foto: Dino Santos

1999

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



1 – 11 de junho: Químicos do ABC na marcha em Brasília pela reforma da Previdência Social. Foto: Dino Santos

2 – 15 de julho: trancão no Polo Petroquímico. Foto: Dino Santos

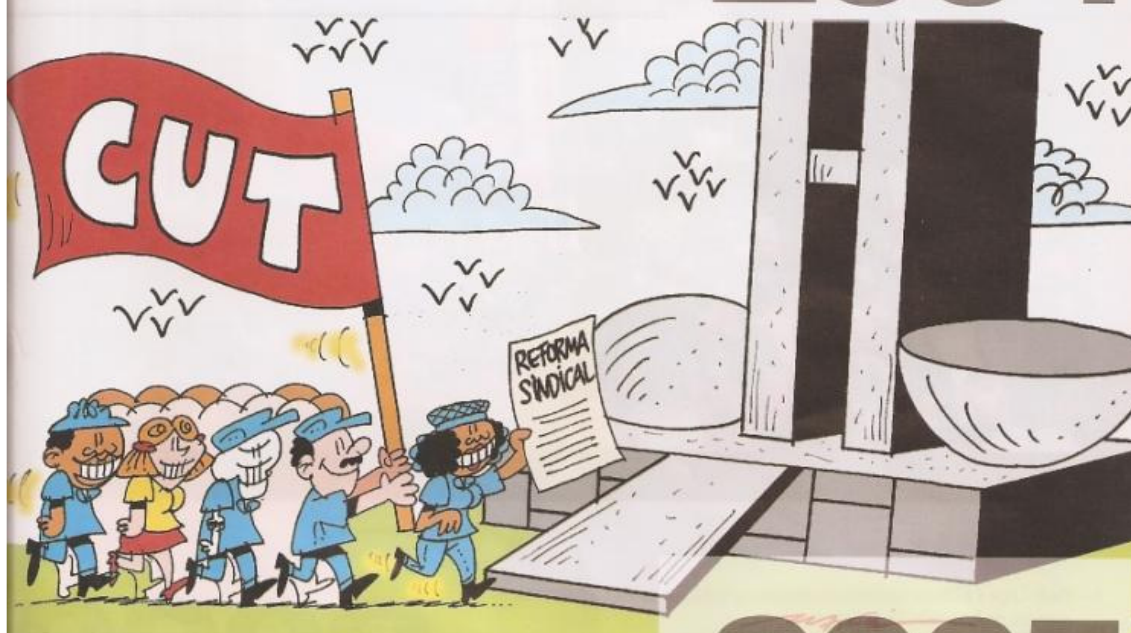
3 – Charge do Márcio Baraldi: "Puxa que vem mais" (sobre os 8% de antecipação obtidos no primeiro semestre) – (Revista SINDIQUIM, jun 2003, nº 1.149.)

2003

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos



Charge do Marcio Baraldi: Campanha Reivindicatória 2004: "Vem com a gente buscar nossa parte" (SINDIQUIM, set 2004, nº 1.169).



Charge do Marcio Baraldi: Reforma Sindical (SINDIQUIM, maio 2005, nº 1.178).

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos

2

1 – 26 de abril. Um dia de Ação Social no Parque Erasmo Assunção, mais de 20 mil atendimentos à comunidade. A– Recreação Infantil; B– Recreação para Adolescentes; C– Emissão de RG; D– Medição da pressão arterial; E– Área Assistencial (PROCON, carteira de trabalho, inclusão digital e muitos outros serviços); F– Exame de diabetes; G – Corte de cabelo; H– Orientação AIDS e DST; I– Shows. Fotos: Dino Santos

2 – Um selo para os Químicos, mais de meio século depois do selo de João Ramalho. Acervo: SQABC

2008

Acervo: Sindicato dos Químicos do ABC - Memória dos 70 anos